



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL -
PPGAS**

ALVATIR CAROLINO DA SILVA

Conflito e Patrimonialização:
o processo de Tombamento do Encontro das Águas dos rios Negro e
Solimões (Manaus-AM)

**Manaus - Amazonas
2018**

ALVATIR CAROLINO DA SILVA

Conflito e Patrimonialização:
o processo de Tombamento do Encontro das Águas dos rios Negro e
Solimões (Manaus-AM)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

**Manaus - Amazonas
2018**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586c Silva, Alvatir Carolino da
Conflito e Patrimonialização: o processo de Tombamento do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões (Manaus-AM) / Alvatir Carolino da Silva. 2018
230 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Patrimonialização. 2. conflitos socioambientais. 3. Encontro das Águas. 4. mobilização. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ALVATIR CAROLINO DA SILVA

Conflito e Patrimonialização:
o processo de Tombamento do Encontro das Águas dos rios Negro e
Solimões (Manaus-AM)

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Amazonas, como
requisito final para obtenção do título de
Doutor em Antropologia Social.

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Presidente
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, Membro
Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu Nacional

Prof^ª. Dr^a Maria Helena Ortolan Matos, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª. Dr^a Luciana Gonçalves de Carvalho, Membro
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Cristian Pio Avila, Membro
Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas

DEDICATÓRIA

In memória à minha mãe Terezinha Peixoto da Silva pelos ensinamentos humanistas que me proporcionou na vida cotidiana.

Ao meu pai AlvaDir Assunção que dentre tantas coisas me presenteou com obras de Jorge Amado ainda no início de minha adolescência.

Aos meus filhos João e Gabriela pela cobrança constante: *Pai quanto tu termina essa tese?*

AGRADECIMENTOS

Por ensinamentos de que todas as dificuldades da vida são passivas de superação, sou muitíssimo grato à Dona Maria do Carmo. Estendo essa gratidão a Dona Valdenora Rodrigues, Edivaldo Barreto, Israel Dourado, Ademir Ramos e Walter Calheiros por informações e contribuições a essa etnografia.

À CESELA e MOHAN, organizações da Sociedade civil que permitiram meu trânsito em atividades de pesquisa. Aos movimentos sociais SOS Lago do Aleixo e SOS Encontro das Águas.

À FAPEAM pela viabilização de bolsa de fomento concedida a pesquisa. Ao IFAM por me conceder licença nesse decurso. À UFAM que por meio PPGAS tem proporcionado novas reflexões sobre Amazônia.

Ao PNCSAM pelas contribuições reflexivas sobre Amazônia que norteiam essa tese.

Ao corpo docente do PPGAS UFAM, em especial ao Professor Doutor Alfredo Wagner Berno de Almeida que orientou este trabalho.

Colegas discentes do PPGAS pela convivência profícua, tanto na turma que ingressei em 2013, quanto às turmas anteriores e posteriores que não se limitaram às atividades internas de salas de aulas e salas de estudo estendendo reflexões em outros espaços sociais.

Às políticas públicas implantadas na educação na recente história do nosso país que permitiram a implantação de diversos programas de pós-graduação em universidades públicas dotando de recursos para ensino, pesquisa e extensão e que no momento sofrem retrocessos com cortes de investimentos.

RESUMO

O Encontro das Águas, formado pelo encontro dos Rios Negro e Solimões, situado entre os municípios de Manaus/AM, Iranduba/AM e Careiro da Várzea/AM, para além de ser uma paisagem natural de beleza singular que, conforme os agentes de turismo, *é o ponto turístico mais visitado do Amazonas*, tem profunda importância em múltiplos processos socioculturais no Amazonas. Para os moradores do entorno da referida paisagem, o lugar possui outros significados, pois a pesca, a agricultura e o turismo formam elementos essenciais para sua subsistência. No entanto, estas pessoas estão prestes a ver sua *fonte de vida* ser ocupada por uma estrutura de concreto armado e a intensificação de circulação de navios, contêineres e caminhões. O trabalho analisa o conflito que emerge quando os moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo tomam conhecimento do projeto de TPL e se mobilizam para impedir sua edificação, cujo desdobramento gerou o Tombamento da paisagem em tela no final de 2010 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Trata-se de uma reflexão sobre os impactos das intervenções de empresas privadas em articulação com fatores de políticas públicas naquela região e a forma pela qual os agentes sociais se mobilizam em defesa de seus espaços de uso coletivo, acionando a legislação que institui os processos de tombamento de bens culturais no Brasil como arma de luta.

Palavras Chave: Patrimonialização; conflitos socioambientais; Encontro das Águas; mobilização.

ABSTRACT

The *Encontro das Águas*, formed by the encounter of the Negro and Solimões Rivers, located between the counties of Manaus / AM, Iranduba / AM and Careiro da Várzea / AM, besides being a natural landscape of singular beauty that, according to the tourism agents is the most visited spot in Amazonas, it has deep importance in multiple sociocultural processes in the Amazon. For the surrounding residents of the said landscape, the place has other meanings, since the fishing, the agriculture and the tourism form essential elements for their subsistence. However, these people are about to see their source of life bothered by a reinforced concrete structure and the intensification of the circulation of ships, containers and trucks. This work analyzes the conflict that arises when the residents of the neighborhood Colônia Antônio Aleixo take notice of the project of TPL and mobilize to prevent its construction, which unfolded the tipping of the landscape on canvas at the end of 2010 by the National Historical and Artistic Heritage Institute. It is a reflection about the impacts of the interventions of private companies in articulation with managers of public policies on that region and the way in which social agents stand in front in defense of their spaces of collective use, triggering the legislation that establishes the processes of tipping cultural assets in Brazil as a weapon of struggle.

Keywords: patrimonialisation; socio-environmental conflict; Encontro das Águas; mobilisation.

RESUMÉ

Le *Encontro das Águas*, formé par la réunion des rivières Negro et Solimões, situé entre les villes de Manaus / AM, Iranduba / AM et Careiro da Várzea / AM, tout en étant un paysage naturel d'une beauté singulière, selon les agents du tourisme, est le site touristique le plus visité d'Amazonas, il a une grande importance dans de multiples processus socioculturels en Amazonie. Pour les résidents d'environ de ce paysage, la place a d'autres significations, parce que la pêche, l'agriculture et le tourisme constituent des éléments essentiels pour sa subsistance. Cependant, ces personnes sont sur le point de voir leur source de vie dérangée par une structure en béton armé et l'intensification de la circulation des navires, des conteneurs et des camions. Le document analyse le conflit qui se dégage lorsque les habitants du quartier Colônia Antônio Aleixo prennent connaissance du projet TPL et se mobilisent pour empêcher sa construction, dont la scission produit le basculement du paysage à la fin de 2010 par l'Institut du patrimoine historique et artistique national. C'est une réflexion sur les impacts des interventions des entreprises privées en articulation avec les gestionnaires des politiques publiques dans laquelle on voit la manière dont les agents sociaux se situent devant la défense de ses espaces d'usage collectif, en déclenchant la législation qui établit les processus de basculement des biens culturels au Brésil comme une arme de lutte.

Mots-Clés: patrimonialisation; conflits socio-environnemental; Encontro das Águas; mobilisation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
ABANNE - Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste
ACA – Associação Comercial do Amazonas
AFEAM – Agência de Fomento DO Estado do Amazonas
ALE – Assembléia Legislativa
APP – Area de Preservação Permanente
CAETA - Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para
Amazônia
CCA – Centro de Ciências do Ambiente
CDLMA – Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus
CEMAAM - Conselho Estadual do Meio Ambiente
CESELA - Centro Social e Educacional Lago do Aleixo
CIEAM – Centro da Indústria do Estado do Amazonas
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COPAM - Companhia de Petróleo da Amazônia
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
DI - Distrito Industrial
EAFM – Escola Agrotécnica Federal
EIA/RIMA - Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações
EPIA - Estudo Prévia de Impacto Ambiental
FEPAGRO – Feira de Produtos da Agricultura Familiar
FIEAM – Federação das Indústrias do estado do Amazonas
GT – Grupo de Trabalho
IACI – Instituto Amazônico da Cidadania
IBAMA – Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICP – Inquérito Civil Público
IFAM-CMZL - Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas
MANAUSCULT - Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
MORHAN - Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
MPE - Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
MUSA – Museu da Amazônia
NCPAM - Núcleo de Cultura Política do Amazonas
PAC – Projeto Amazônia Central
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PGR – Procuradoria Geral da República

PIM – Polo Industrial de Manaus
PMM – Prefeitura Municipal de Manaus
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGAS/UFAM - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas
PPGSCA- Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia
PROAMA - Programa Águas para Manaus
PT – Partido dos Trabalhadores
REMAN – Refinaria de Manaus
RM – Região Metropolitana
SEDEMA – Secretaria de Meio Ambiente
SEINF – Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEMC - Secretaria Municipal de Cultura de Manaus
SEMMAS–Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMSA - Secretaria Municipal da Saúde de Manaus
SEMTA - Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
SEPLAN – Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SOS EA – SOS Encontro das Águas
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUNAMAM – Superintendência Nacional da Marinha Mercante
TPL – Terminal Portuário Porto das Lajes
UBS – Unidade Básica de Saúde
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNINORTE - Centro Universitário do Norte
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – AO ENCONTRO.....	19
Memória social e a construção da paisagem pelos agentes sociais <i>de dentro</i>	48
CAPÍTULO II - DEFINIÇÕES E REDEFINIÇÕES DO ESTADO SOBRE REGIÃO DO ENCONTRO DAS ÁGUAS: ENTRE NEGAÇÕES E COBIÇAS, DESCONTINUIDADES CONTÍNUAS INTERPOSTAS	76
Considerações de Dona Maria do Carmo	78
Considerações sobre Dona Maria do Carmo	90
Dona Maria do Carmo: mais que “Informante privilegiada”	96
Penitenciária e leprosários: para pensar as definições e redefinições do Estado sobre lugares e pessoas e as descontinuidades contínuas amparadas em <i>verdades</i>	103
Bela Vista, o lugar apropriado.....	105
Encontro das Águas, região adequada às instituições totais.....	109
Anterior ao Encontro das Águas, processos semelhantes em outras regiões da cidade.	112
Leprosário Paredão de Manaus, o primeiro projeto de instituição total no entorno do Encontro das Águas.....	116
Abrigo de Menores <i>Abandonados e Delinquentes</i> : o reformatório.....	118
Aprendizado Agrícola Rio Branco, o <i>Colégio Agrícola</i>	120
Base do Exército e o “Alojamento” de Soldados da Borracha.....	127
Leprosário Colônia Antônio Aleixo	130
Encontro das Águas, região adequada para ações desenvolvimentistas autoritárias pós-64	136
Encontro das Águas, continuidades de ações desenvolvimentistas em lampejos democracia.....	138
Capítulo III - A patrimonialização como caminho e os caminhos da patrimonialização	142
SOS Lago do Aleixo, mobilização que antecede a questão do Encontro das Águas	146
Projeto Amazônia Central, a arqueologia no contexto	152
A noção de patrimônio já se fazia presente	155
Quando tomam conhecimento sobre o projeto do TPL.....	161
O contexto da audiência pública.....	168
Contornos após audiência pública	181

SOS Encontro das Águas: <i>o papel de articulação</i>	189
Patrimônio: comparação entre dois processos de patrimonialização no <i>Caminho da Transformação</i>	198
Caminho da transformação	202
CAPÍTULO IV - O PROCESSO JUDICIALIZADO	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM PROCESSO INCONCLUSO	219
REFERÊNCIAS	225

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma análise sobre o conflito socioambiental que emerge a partir do anúncio da construção de um porto na margem esquerda do Encontro das Águas (Manaus-AM). Notadamente, intervenções de grandes obras na Amazônia produzem conflitos e os grupos sociais afetados se mobilizam acionando diversas estratégias de defesa. Moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo, situado na Zona Leste de Manaus erguem-se contra a construção do chamado Porto das Lajes cuja edificação prevê instalações em um local chamado pelos moradores de *pedral*, mas que para outras pessoas de Manaus que visitam o lugar para lazer e pesca o lugar é conhecido como *lajes*. Alguns metros rio abaixo fica a “boca” do Lago do Aleixo. O Bairro Colônia Antônio Aleixo situa-se na orla do referido lago. Portanto, esses moradores são os primeiros a sentir os efeitos das degradações ambientais decorrentes de planos governamentais de desenvolvimento naquele lugar e sentem diariamente os efeitos das poluições causadas por empreendimentos privados.

A mobilização social que emerge toma como umas das estratégias de luta o acionamento da Procuradoria Geral da República-PGR e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN tendo como base os ordenamentos jurídicos de referência cultural. Refiro-me ao decreto o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que institui o Tombamento como forma de proteção de coisas e lugares de interesse nacional.

Portanto, um processo de patrimonialização em curso tendo em vista que o Encontro das Águas foi Tombado em 2010, mas não teve sua homologação consolidada face a um processo judicial impetrado pela PGE do estado do Amazonas que tem interesse na edificação do Porto com subjetivas alegações de desenvolvimento da região e da economia do estado.

Conflito e Patrimonialização: O processo de Tombamento do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões (Manaus-AM) problematiza a intervenção de grandes projetos e planos de governo com foco na questão do Projeto Porto das Lajes, buscando descrever a mobilização social que fez frente ao referido projeto. Ou seja, moradores de um bairro que surge em torno de um Hospital Colônia, que recebia hansenianos de

diversos lugares da Amazônia e migrantes do nordeste desde meados do século vinte, posicionam-se de forma antagônica a interesses do grande capital e de políticos do Amazonas. Processo de patrimonialização que se encontra judicializado em tramite no STF, iniciado por parte da PGE contra o ato de Tombamento. Portanto, para além dos agentes sociais do Bairro, agentes sociais operadores do direito passam a ter voz inscrita nos autos e que precisam ser descritas e analisadas.

Situando como hipótese que a mobilização social emerge quando agentes sociais cientes de danos ou possíveis danos aos recursos naturais que usam coletivamente há décadas corre risco de degradação e mesmo de expropriação por apropriação legalizada por setores do Estado a empresas e empresários, arguindo categorias como desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. E, que, os agentes sociais mobilizados, frente a todos os artifícios técnicos de caráter científico das ditas engenharias ambientais e outras que garantem procedimentos de controle ambiental, buscaram na legislação criada ainda no Estado Novo, e que por décadas serviu para sublimar bens culturais que marcam a história social das elites brasileiras, uma arma em defesa do espaço que usam coletivamente e que é um símbolo de Manaus e do Amazonas -, o Encontro das Águas. Resignificando, portanto, a Lei de tombamento de patrimônios culturais, dando-lhe sentido de direito difuso e de defesa de interesses coletivos. Portanto, uma etnografia desse processo a partir das vozes dos agentes sociais que no curso das mobilizações encampadas pelo Movimento SOS Encontro das Águas não ficaram tão evidentes quanto as vozes dos intelectuais locais e militantes sociais que aderiram à causa.

No primeiro capítulo pretendo problematizar o lugar enquanto lócus de interesse de grandes projetos do setor público e da iniciativa privada, especificando o Encontro das Águas como espaço de interesse de grandes empresas e empreendimentos que degradam o meio ambiente, situando o conflito que emerge quando agentes sociais do bairro Colônia Antônio Aleixo tomam conhecimento do projeto de construção de uma grande estrutura portuária denominada Terminal Portuário das Lajes-TPL. Descrevendo as formas pelas quais agentes sociais se articulam frente à obra, enfrentando o grande capital e setores de muito poder político no âmbito do Estado, contextualizando a forma pela qual o pesquisador se aproxima do objeto. A mobilização social aciona o IPHAN no afã de barrar a obra evocando o tombamento do Encontro das Águas como bem cultural; ocasionando, também, a entrada em campo em um período que antecede os

estudos no PPGAS UFAM. E, finaliza esse capítulo com a descrição das formas pelas quais a paisagem é concebida e construída pelas vozes dos agentes sociais do bairro e de outras vozes que se expressam em literaturas, ciências e artes.

O segundo capítulo será uma análise sobre os sucessivos planos de governos que instituem implantações de grandes projetos, estabelecendo concessões de terras públicas e subsídios financeiros a empresas privadas e públicas para explorarem recursos minerais e a expansão de atividades agropastoris e extrativas, bem como as execuções de grandes obras de infraestrutura que resultam em expropriação, com a permissão e conivência de setores do Estado. Afetando, contudo, terras de pequenos produtores rurais, avançando sobre terras de povos e comunidades tradicionais, provocando devastação ambiental, limitando ou inviabilizando usos coletivos desses espaços e de seus recursos naturais, impondo sujeição aos agentes sociais que vivem nesses lugares, seja nas áreas urbanas e metropolitanas da Amazônia ou em assentamentos rurais, áreas ribeirinhas, reservas ambientais, quilombos, terras indígenas, aos ditames dos interesses das empresas, são formas pelas quais emergem *conflitos* sociais na Amazônia. Pontuando com reflexões de dados empíricos observados no campo, onde a área do Encontro das Águas e seu entorno somente na última década tem sido palco de mobilizações contra projetos portuários, unidades prisionais, encampação do exército brasileiro sobre terras tradicionalmente ocupadas, obras do PAC, planos de criação do Polo Naval.

O terceiro capítulo trará crítica aos processos de patrimonialização no Brasil, evidenciando as formas como as legislações foram construídas e os usos que foram feitos por grupos sociais que buscaram evidenciar fases históricas compreendidas como de relevância para a formação social brasileira, deixando à margem grupos sociais historicamente subalternizados dessa evidenciação de brasilidade. Por meio de músicas populares de décadas passadas, documentários, literatura em prosa e verso e referências de outros campos literários, passando pela antropologia e sociologia, pretendo refletir o quanto os intelectuais que estiveram à frente do SPHAN/IPHAN equivocavam-se em evidenciar somente o chamado cal e pedra. A história social das legislações nacionais e internacionais das quais o Brasil é signatário estão no bojo da reflexão. Os dados empíricos do processo de tombamento do Encontro das Águas são refletidos como uma inversão da ordem pela qual a legislação de tombamento foi largamente usada. Agentes sociais mobilizados em defesa da referida paisagem agem apropriando a lei que

evidenciou positivamente as elites, dando-lhe significado de instrumento jurídico de direito difuso em defesa dos usos de espaços coletivos.

O quarto capítulo é uma reflexão sobre o poder de decidir sobre patrimonialização de bens culturais e das consequências de tomar ou não tomar, de registrar ou não registrar bens que portam significados a grupos sociais específicos esboçando comparações com o processo de tombamento do Encontro das Águas e outros processos de reconhecimento de bens culturais. Reflete também sobre as implicações de sua judicialização, pois nesta condição há um deslocamento relativo dos movimentos sociais para os órgãos que operam o direito, pois, o conflito agora está situado, também, em *locus* institucional como Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, Ministério Público Federal, Justiça Federal, advocacia geral da união e STF, aos quais os agentes sociais mobilizados não têm acesso físico de forma direta. Portanto distanciados da teia de relações no âmbito do STF, onde se aguarda a decisão de homologação ou não.

As considerações finais apontam que a não homologação do processo é uma face da judicialização. Não homologadas, as ações de políticas de patrimônios não podem ser implementadas. Mas, à revelia ou à “vista grossa” dos órgãos de fiscalização muitos outros empreendimentos de porte menor estão sendo construídos ou já em pleno funcionamento no Encontro das Águas, ou na área delimitada pelo tombamento cujo caráter é provisório. Nas considerações finais pretendo refletir a respeito das estratégias pelas quais os empreendedores representantes do grande capital estão se articulando para restringir legislações já existentes e retirar do poder executivo o poder decisório sobre terras, territórios e outros espaços de usos coletivos e de interesse nacional, transferindo para o poder legislativo a fim de não terem embaraços judiciais e normativos para suas grandes obras. A extinção do Ministério da Cultura nos primeiros atos do governo Temer e a posterior denúncia de coerção sobre o Ministro da Cultura para liberação de obra em lugar tombado na cidade de Salvador reflete a tendência de restrição aos ordenamentos jurídicos para as coisas de interesse coletivo. O que fizeram os agentes sociais da mobilização em defesa da paisagem em tela foi redefinir, ou melhor, aplicar como deveria ter sido desde sua implantação, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Um instrumento de direito difuso. O tombamento não homologado reflete o jogo do interesse econômico no campo político, fazendo

prevalecer os interesses de políticos, tecnocratas e grandes empresários, em detrimento dos espaços de uso coletivo.

CAPÍTULO I – AO ENCONTRO

O Encontro das Águas, fenômeno natural formado pelo encontro dos rios Negro e Solimões (a partir desse trecho, onde o rio Solimões recebe as águas do rio Negro e passa a ser denominado de rio Amazonas), situado na região Metropolitana de Manaus¹, que abrange áreas de três municípios do Estado do Amazonas: Manaus, Iranduba e Careiro da Várzea.

Manaus, a capital do estado que, segundo estimativa de 2006 do IBGE, possui 1.646.602 habitantes, é subdividida nas seguintes Zonas: Norte, Sul, Centro-Sul, Leste, Oeste e Centro-Oeste e na chamada Zona rural, onde as categorias *terra* e *água*, comumente usadas nos debates do Fórum Permanente das Comunidades Rurais de Manaus, definem se determinada comunidade rural está à margem de um rio ou de uma estrada ou seu principal acesso se dá por via terrestre ou fluvial. Em Manaus o Encontro das Águas banha três bairros da Zona Leste: Colônia Antônio Aleixo, Mauazinho e Puraquequara.

Iranduba, que está situado a 15 km da capital por via terrestre, e um dos trechos da via é a Ponte Rio Negro situada na Zona Oeste de Manaus que interliga a capital não somente ao município do Iranduba, mas ao município de Manacapuru cuja Rodovia Estadual Manuel Urbano é principal via de acesso ao mesmo. Chega-se ao Iranduba, também, por via fluvial percorrendo um trecho aproximado de 38 km tomando como partida um dos portos situados no Centro Histórico de Manaus, por essa via navega-se pela região do Encontro das Águas. As comunidades rurais situadas na Ilha de Xiborena, no município de Iranduba, estão situadas no entorno do Encontro das Águas.

Careiro da Várzea está a 10 km de Manaus por via terrestre sendo que parte desse percurso é feito por balsas que fazem a travessia do Encontro das Águas e interligam portos da BR- 319, em Manaus o chamado Porto CEASA (área do PIM e próximo ao bairro Mauazinho, na Zona Leste) e em Careiro da Várzea o porto

¹Criada em 2007 pela Lei Complementar Estadual nº. 52/07, a Região Metropolitana (RM) de Manaus é composta por oito municípios e possui área de 101.475 km². Em 2010, a RM de Manaus possuía um grau de urbanização de 94% e cerca de 60% da população estadual residia na RM. A população do município-núcleo da RM, Manaus, correspondia, em 2010, a 85% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da RM de Manaus, entre 2000 e 2010, foi de 2,5% ao ano. Fonte <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_manauas>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

popularmente conhecido com Porto da Gutierre, e a 29 km por via fluvial considerando como ponto de partida os portos do Centro Histórico de Manaus. As comunidades da localidade chamada Terra Nova, na ilha do Careiro, estão situadas no entorno do Encontro das Águas.

O Encontro das Águas tem sido constantemente atingido por planos de governos e empreendimentos empresariais na Amazônia. Essa paisagem, suas águas, margens e entorno², configura como lugar de interesses e de intervenções, muitas vezes autoritárias, que não levam em conta as dimensões sociais daqueles que habitam o lugar nem sua importância simbólica para a região.

Um trecho da polêmica BR-319, estrada federal que liga Manaus a Porto Velho, é feito sobre as águas do Encontro das Águas por meio de balsas que transportam veículos e passageiros, interligando os portos Ceasa (Manaus) ao porto do Careiro da Várzea. O Distrito Industrial e sua expansão chamada de Distrito II, que integram o Polo Industrial de Manaus, circundam grande parte do entorno da margem esquerda causando danos ambientais a nascentes, igarapés, lagos, restingas e praias, atingindo espaços de usos coletivos de moradores dos bairros Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara. *“Desde o peixe-boi a gente tinha, também, pirarucu, tracajá, tartaruga. Tudo tinha!”*, diz Dona Maria do Carmo ao descrever as espécies que havia no Lago do Aleixo, margem esquerda do Encontro das Águas cuja boca fica próxima ao *Pedral* (lugar também conhecido como Lajes - onde pretendem construir o porto das Lajes), antes da implantação e expansão do DI.

Esse nosso lago não secava, ficava o tempo todo aquele poço. Esses nossos poços ficavam cheios de peixe que não morria, agora eles secam que cria capim no leito e não secavam assim. Essa Zona Franca foi boa por uma parte que gerou emprego e melhorou muito a capital, mas eu comparo assim, tipo um câncer que vem matando tudo. Tínhamos oito nascentes daí dessas áreas que despejava para formar o lago, você entendeu? (Dona Maria do Carmo, junho de 2016).

Dona Maria do Carmo reside no que hoje se chama Bairro Colônia Antônio Aleixo desde 1948; o seu depoimento traz imagens de quem viu mudanças ambientais acontecerem com a implantação dos projetos da SUFRAMA naquele lugar. Ao

² Fonseca aponta que “A compreensão do que seja o entorno de um bem tombado tem se constituído em mais um ponto de atrito nos processos de tombamento” (FONSECA, 2009, p. 199).

caracterizar a Zona Franca como um “câncer” Dona Maria do Carmo nos oferece uma interpretação antagônica ao que diriam técnicos de governo ou políticos locais preocupados com o *desenvolvimento*.

Nas conversas que tenho com os agentes sociais residentes em Colônia Antônio Aleixo fica evidente que o lago é uma referência de memória e de usos cotidianos e que a preservação do Encontro das Águas é a garantia de vida do referido lago. Busquei proximidade com Dona Valdenora Rodrigues que é uma liderança do MORHAN no Amazonas e tem posição frente à degradação ambiental naquele lugar, é acessível enquanto pessoa, mas pelas várias frentes de luta e lugares de representatividade política que assume sua agenda não é algo muito fácil. Tive sempre facilidades para encontrá-la porque fui professor do filho e das sobrinhas dela no IFAM-CMZL, talvez seja esse o motivo pelo qual ela sempre me trate como “professor”. Perguntei a Dona Valdenora Rodrigues se o Porto degradaria o Lago. Sua resposta é mais uma das muitas que foram me mostrando que a luta para preservação do Encontro das Águas emerge daqueles moradores

Sim professor. Simplesmente para entrar para o lago, vem do Rio Amazonas pelo “furo”. E ali, a tendência era realmente fechar tudo aquilo (com a construção do Porto das Lajes - crivo meu), era isso o nosso desespero. Porque ele deságua perto da minha casa, mas a gente percebe que não é uma água saudável. Na década de 1969 quando cheguei aqui, o lago tinha uma cor límpida. Era nossa diversão e também a utilização de banhos para as crianças. A gente percebia que era um lago limpo e hoje a gente ver toda essa situação aí (Dona Valdenora Rodrigues, junho de 2016).

Dona Valdenora Rodrigues também fez referência a uma fábrica de papel denominada Sovel, situada na Rua Ernesto Costa (é a continuação da Estrada do Aleixo) na altura das ruas Getúlio Vargas, José Maria e São Benedito, em uma grande porção de terras altas que margeia o Lago do Aleixo e faz frente para o Bairro Colônia Antônio Aleixo, próximo à Boca do Lago. *Em frente da Sovel, que dá para o lago, criou uma enorme cratera onde jorra toda aquela impureza. É uma fábrica de papel. Então, criou aquele pasto, embaixo, tão duro. Aquela água ali ao redor está morta, com um odor horrível, entendeu?* Disse-me Dona Valdenora Rodrigues, quando perguntei a ela desde quando a fabrica estava lá? *Ah professor, instalada mesmo aí, Desde a década de 1990...1995 ou 1997. Então, ela é uma das grandes responsáveis. Na época, levamos para o Amazonino Mendes, teve todo aquele grupo ligado, mas não conseguiram.*

Refinaria de Manaus, Base da Marinha do Brasil, portos de diversas empresas de transporte, PROAMA, EMBRATEL, Unidade Prisional de Puraquequara, são exemplos outros de intervenções na paisagem, acionados por meio de planos e projetos dos governos federal e estadual e de investimentos empresariais. Desde a implantação da primeira refinaria de petróleo no Amazonas³ ao atual projeto de construção do chamado TPL, o Encontro das Águas é um dos lugares da Amazônia onde os discursos desenvolvimentistas se materializam.

O projeto denominado “Porto das lajes” é um empreendimento de capital privado que planeja construir no bairro Colônia Antônio Aleixo, margem esquerda do Encontro das Águas, um terminal portuário prevendo um perímetro de 3.384,92 m e área total de 596.464,64 m² e área construída de 157.000 m². Pelos documentos consultados é possível perceber que o referido projeto já estava com as devidas licenças ambientais aprovadas nos órgãos ambientais do estado e município (SILVA, 2013, p.139, 140).

Os contextos de intervenções de grandes obras na Amazônia produzem conflitos e os grupos sociais afetados se mobilizam acionando diversas estratégias de defesa. No caso do Encontro das Águas, embora CESELA, tendo que a essa organização da sociedade civil é fundada com preocupações de preservação do lago, em anos anteriores a 2008 tenha colocada em sua pauta a proteção do Lago do Aleixo e produzido debates sobre a degradação do mesmo por meio de outras obras como o PROAMA e a Unidade Prisional do Puraquequara ou apontando o problema da ausência de saneamento básico, a mobilização social ganha dimensões maiores e visibilidades a partir do momento em que tomam conhecimento do projeto TPL.

O porto aporta o conflito e nesse sentido os agentes sociais envolvidos na mobilização para a preservação do Encontro das Águas fazem um percurso pouco convencional quando se trata de instrumentos jurídicos para garantir a preservação ambiental e o direito de uso social de recursos naturais. Refiro-me ao uso do Decreto-

³A Refinaria Isaac Sabbá, localizada às margens do Rio Negro, em Manaus, iniciou suas operações em 6 de setembro de 1956 com a denominação de Companhia de Petróleo da Amazônia (Copam). Fundada pelo empresário Isaac Sabbá, a refinaria foi inaugurada oficialmente em 3 de janeiro de 1957, com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek. Em 31 de maio de 1974, foi incorporada ao Sistema Petrobras como Refinaria de Manaus (Reman) e, em 1996, em homenagem ao pioneirismo de seu fundador, rebatizamos como Refinaria Isaac Sabbá. Desde 1995, a refinaria vem realizando investimentos em todas as suas áreas. Em 2000, com a entrada da nova Unidade de Destilação foi ampliada a capacidade de produção para 46 mil barris de petróleo por dia. Hoje, sintonizada com as novas tecnologias e com as exigências do mercado, executa um arrojado planejamento em várias frentes de trabalho, buscando assegurar sua permanente modernização e elevação do diferencial competitivo. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/>>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que institui processos de Tombamento para proteção de bens de valor cultural no Brasil.

Portanto, esta tese é uma análise sobre o *conflito* que aporta, a partir do momento em que moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo tomam conhecimento do projeto de construção de um porto e o processo de *patrimonialização* do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões que se dá como estratégia de defesa de espaços de usos coletivos dos moradores do referido bairro e de outros usos sociais e simbólicos da paisagem, processo esse que está em curso.

Simmel (2011) conceitua conflito como uma forma de socialização e, considerando que todas as formas de interação entre os homens é uma socialização, diz que é uma das mais vivas interações. Portanto, toma o conflito como algo positivo, pois é destinado a resolver dualismos divergentes, uma maneira de conseguir unidade. Os dados empiricamente observados no conflito do processo de tombamento do Encontro das Águas mostram que, mesmo que a visibilidade se dê pelo anúncio do Projeto do Porto das Lajes, há outras manifestações e incômodos que antecedem e que mobilizam os moradores de Colônia Antônio Aleixo e adjacências, e o fato de permanecer o impasse mostra que é preciso trazer outras formas de pensar a categoria conflito. Portanto, há a necessidade de ver conflito em outras conceituações que permitam aproximações e comparações para compreender os dados da pesquisa de campo.

Ao prefaciar *A Ambientalização dos Conflitos Sociais*, livro organizado por José Sérgio Leite Lopes (2004), a primeira indagação feita por Shelton Davis⁴ é de *Como percebem as comunidades locais e grupos de cidadãos os riscos da poluição industrial e as questões acarretadas pelo seu controle?* Davis diz que uma das mais importantes contribuições do livro é o de mostrar que a correlação entre proximidade da fonte de poluição e a percepção e a reação dos cidadãos afetados e das comunidades era relevante, mas não imediata (2004, p.05). Permite pensar como os moradores do entorno do Encontro das Águas já vinham sendo afetados por empreendimentos diversos, mas que a reação mais contundente ou com mais visibilidade ainda estava por acontecer. A questão ambiental, para Lopes (2004), é um processo pelo qual antigos sentimentos de incômodo, dor, perda, se transformam em reivindicações legitimadas,

⁴Universidade de Georgetown, Washington D.C.

passando da percepção individual e de pequenos grupos para tornar-se uma questão coletiva e pública (LOPES, 2004, p. 35).

Então, *porque não recorreram a legislações específicas do Meio Ambiente? Porque recorrer à legislação da cultura?* Perguntas que formulei com intenção de deter a atenção do público formado por estudantes do ensino médio e professores que em sua maioria eram das ciências biológicas ou agrárias no evento Semana de Meio Ambiente 2013, por conta da apresentação de um trabalho acadêmico cujo título é *Encontro das Águas: um patrimônio em questão*⁵ no IFAM-CMZL. Uma forma de responder a essas questões reside na fala do Senhor Advaldo onde se percebe que a cooptação estava em curso por coerção via dinheiro e pequenos bens materiais a agentes sociais do bairro, e fica evidente que dispunham dos pré-requisitos ambientais como os EIA-RIMA e demais licença, ou seja, as condições formais para iniciar as obras do empreendimento:

A princípio, eles convidaram alguns líderes para uma conversa. E mostraram projetos e disseram que seria viável, que a comunidade tinha muito a ganhar com isso. Pedimos para que pudéssemos ter acesso a esse projeto. Começam a construir escritório aqui dentro. Um dos grupos da Coca-Cola, o grupo Simões, tem uma área bastante grande ali, a primeira empresa deles aqui, foi a Olaria Taquara e, aí, começaram a oferecer vantagens, ajudando time de futebol e tentando convencer a comunidade, mas nos reunimos e no momento, o rapaz que era presidente da Associação de Moradores, passou para o lado deles e começou uma briga interna nossa, porque nós dizíamos que o cidadão, apesar de ser presidente da associação, não tinha o direito de falar por todos, que nós precisávamos de uma assembleia. Nessa assembleia, eles conseguiram pagar pessoas para participarem, mesmo assim, conseguimos um apoio da maior parte da comunidade, mas ficou um grupo contra o outro, dentro do próprio espaço. E aí, eles vieram novamente (*pode-se ouvir o ruído de um porco sendo preso no quintal da casa*) com um projeto reformulado e se adequando a algumas situações. Apresentaram EIA/RIMA, né?! Reunimos as associações, como CESELA, que foi a primeira que deu entrada para que fosse barrada essa imoralidade. (Edvaldo, junho de 2016).

Quando diz: “CESELA, que foi a primeira a dar entrada”, Edvaldo está se referindo ao documento encaminhado ao IPHAN em 2008. As percepções de pessoas como Dona Valdenora Rodrigues, Senhor Edvaldo, Dona Maria do Carmo, Padre Orlando e de Israel Dourado transformando os sentimentos de incomodo, dor e perda relativos à paisagem do Encontro das Águas e seu entorno mobilizou pessoas, coletivizando as questões ambientais e transformando a preservação do lugar em uma

⁵Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil. Publicado como capítulo no livro Patrimônio Cultural na Amazônia: inventários e intervenções / Luciana Gonçalves Carvalho (Org.). – Santarém: UFOPA, 2013.

questão pública, trazendo para a discussão pessoas como Mena Barreto e Ademir Ramos, ambos da UFAM. Além de Valter Calheiros, Elisa da Embrapa, Tenório Telles e Thiago de Mello da Academia de Letras. Os discursos de defesa ambiental marcados por categorias como “ecossistema”, “qualidade da água”, “saneamento básico”, “preservação da natureza e do meio ambiente” vão juntar-se ao acionamento de histórias de vidas e memórias sociais dos agentes sociais do Bairro costurando a noção de patrimônio cultural.

Nunca deixei de ocupar espaços e informar as perdas diante de um bairro histórico, de onde fomos privilegiados por fazer parte de uma área que abriga um fenômeno natural, que é o Encontro das Águas. E hoje são várias ameaças de perdas a respeito desse ambiente saudável que nós temos direito. A história do antigo Hospital Colônia significa muito. Infelizmente o estado do Amazonas não preservou essa história (Dona Valdenora Rodrigues, junho de 2016).

Quando eu cheguei aqui, em junho de 1948, as urnas, os pães que os índios faziam. Você está vendo aquele alguidar? (Dona Maria do Carmo aponta para uma fotografia de uma urna funerária encontrada no Bairro). Um dentro do outro, ali eles colocavam as oferendas. Acho que eles faziam que nem os faraós. Deixavam todos os pertences, que para quando ressuscitassem tivessem tudinho. Aqui é o maior sítio arqueológico que tem em Manaus. Ali onde fizeram adutora da água (refere-se ao PROAMA). Ali, encontraram muitos objetos, nas lajes. Isso é um patrimônio da humanidade (Dona Maria do Carmo, junho de 2016).

E aí, a gente tem trabalhado e vamos continuar na luta para preservar o nosso patrimônio da humanidade que é o Encontro das Águas (Edvaldo, junho de 2016).

Percebe-se que a noção de *patrimônio* vai se consolidando nas falas e adquirindo força e segue ao encontro da categoria jurídica prescrita na legislação brasileira a se tornar arma para preservação da paisagem. *Pari e passu* agentes sociais não residentes no entorno do Encontro das Águas colocaram as dimensões simbólicas, históricas, míticas, artísticas e literárias referidas à paisagem em espaços onde expandem suas falas: sites, jornais, seminários, atos públicos.

Embora os conceitos relacionados à natureza tenham sido aproximados aos conceitos de cultura desde 1972 com a convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, as práticas operacionais nas estruturas burocráticas (WEBER, 1982) do Estado com suas departamentalizações e especializações dotadas de profissionais com conhecimentos específicos aos fazeres destes departamentos situam as categorias natureza e cultura em órgãos distintos. Os órgãos de cultura e os órgãos de meio ambiente somente quando envolvem licenciamento de grandes obras, é que é possível ver esforços conjuntos como no caso da condução de EIA/RIMAS que

demandam ações relacionadas à natureza e à cultura, notadamente em questões arqueológicas. Portanto, quando questões relativas a impactos de grandes obras podem incidir sobre sítios arqueológicos ou afetar povos e comunidades tradicionais os ordenamentos jurídicos de direitos difusos e coletivos que conjugam natureza e cultura pela noção de meio ambiente agem em proximidade relativa.

A noção de ambientalização dos conflitos sociais em Lopes (2004) está relacionada à construção de uma nova questão pública frente aos novos riscos e perigos sobre a “natureza”, o “meio ambiente”, a paisagem “natural” e ao que pode ser considerado como “patrimônio histórico e cultural” em suas acepções mais amplas (LOPES, 2004, p. 18).

Acepções mais ampliadas de “patrimônio histórico e cultural” podem ser pensadas na perspectiva dos usos centenários que fazem os povos e comunidades da Amazônia, dos recursos naturais, utilizando a floresta e as águas para sua reprodução física e cultural, sem destruir e devastar a cobertura vegetal e as águas dos rios, lagos, várzeas, igapós, terras firmes, paranás e igarapés (ALMEIDA, 2009). Refletindo sobre o Complexo do Madeira, Almeida diz que o rio pode ser navegado com memória histórica que conserva lembrança e, aponta que:

As suas corredeiras podem ser consideradas como parte deste conjunto de bens da natureza que são portadores de referência à identidade coletiva, bem como à memória e a vida social dos povos e comunidades tradicionais. Integram, deste modo, o patrimônio cultural amazônico tanto como valor histórico, quanto como condição do futuro. Transcendendo, pois, à dimensão meramente econômica das narrativas históricas está-se diante de um patrimônio cultural, nos termos do Art.216 da Constituição Federal de 1988, que deve ser mantida e protegida pelo poder público (ALMEIDA, 2009, p. 17).

Boltanski e Esquerre (2014), ao analisar as transformações do capitalismo nos últimos trinta anos, apontam que uma das formas de mobilidade do capitalismo é o interesse por coisas excepcionais e cita como exemplo a patrimonialização de mansões na França, muitas vezes por um discurso de um passado imaginário a motivar a conservação do bem, mas, que traz consigo a inflação da terra e o acionamento do mercado imobiliário. No caso do entorno do Encontro das Águas a inflação da terra e o acionamento do mercado imobiliário e o jogo da iniciativa privada com setores do Estado para receberem terras públicas para implantação de seus empreendimentos está em pleno curso e o processo de patrimonialização aparece como arma de defesa dos interesses dos antigos moradores e demais agentes sociais que consideram o Encontro

das Águas e seu entorno uma paisagem relevante para história e cultura da cidade, do estado, do país e da humanidade.

Portanto, um processo de patrimonialização que parte da necessidade de preservação dos espaços de usos e de memórias dos moradores do entorno e o ordenamento jurídico referido a patrimônios culturais é situado como *arma*. Tomo emprestado de Scott (2002) o sentido atribuído por ele à expressão “*arma dos fracos*”, implícitas nas formas de cotidianas de resistência camponesa em uma vila da Malásia frente à expansão da *plantation*, onde camponeses pobres desafiando o poder do Estado (governo colonial Malayo) sobre terras agiram para impedir que essas fossem totalmente dominadas por atividades de rizicultura em escala por meio das bases da chamada revolução verde via transferências de terras públicas para atividades empresariais em prejuízo aos usos coletivos das mesmas. Portanto, o sentido de desafiar a relação de propriedade instituída. “As formas de resistência obstinadas, persistentes e irredutíveis que temos examinado devem, então, representar as armas verdadeiramente duráveis dos fracos antes e depois da revolução” (SCOTT, 2002, p.31).

Apesar das possibilidades previstas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, os processos de patrimonialização do SPHAN e posteriormente IPHAN focaram para a preservação do chamado “cal e pedra”, ou seja, para a conservação de bens culturais de ascendência europeia e pertencente ou representativo das elites e em grande medida foi aplicado a elementos da arte e arquitetura barroca e católica. Somente a partir das décadas de 1960 e 1970 é que a concepção elitista que orientou os processos de patrimonialização no Brasil passou a expandir no sentido de incluir outros bens culturais do povo brasileiro. Um longo debate que, a meu ver, é uma das faces históricas dos processos de dominação, entre predominância dos bens culturais das elites e a invisibilidade de bens culturais de outros grupos sociais que integram a nação. Processos de patrimonialização podem ser tomados como processos de reconhecimento e legitimação de grupos sociais e, portanto, as décadas iniciais dessas ações serviram para legitimar as elites e omitir a existência daqueles que por essas foram subjugados, escravizados, espoliados. O Tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca no início dos anos de 1980, cujo relator fora Gilberto Velho, teve a cidade de Salvador como *locus* de um embate que envolveu interesse da indústria da construção civil na ocupação do terreno do Terreiro (VELHO, 2007), é a antítese dos demais processos por não se tratar de um bem das elites, não tem ascendência europeia.

Há certa simetria entre o Tombamento do terreiro da Casa Branca e Encontro das Águas no sentido de que subvertem a ordem dos processos ao usar a legislação para evidenciar outros seguimentos sociais. Portanto, a legislação criada no Estado Novo e acionada por intelectuais e pelas elites se torna uma arma em defesa de interesses coletivos de grupos sociais distantes dos espaços de poder. Subversão que faz do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 uma “arma dos fracos” contra ações de empresários e de setores do Estado, dando-lhe significado de direito difuso no afã de garantir interesses coletivos de um grupo social historicamente subalternizado, estigmatizado pela hanseníase, moradores de um bairro que surge no entorno de um hospital de tratamento para referida doença e que foram, portanto, isolados na primeira metade do século vinte até o final dos anos setenta tendo restrições diversas e que, como dizem: “a única coisa que nos deram foi esse lago, agora estão tirando ele de nós”, aspeado e sem identificação específica do agente da fala porque é uma síntese que faço de notas de campo de falas recorrentes dos agentes sociais e é alusiva aos diversos processos de poluição do lago e usurpação dos espaços do entorno do Encontro das Águas que antes eram de uso comum e lugar de sustento pela pesca e caça, coleta de frutos e roças, memória social e de histórias de vida dos moradores e das possibilidades de lazer e de renda pelo turismo.

Percebe-se que as intervenções por obras públicas ou empreendimentos privados na região do Encontro das Águas se dão com anuência da grande parte dos políticos locais com cargos no legislativo e no executivo e conseqüentemente essa aquiescência parece agilizar as emissões das devidas licenças ambientais dadas por órgão da prefeitura de Manaus e do governo do estado do Amazonas. Isso coloca os órgãos ambientais por meio dos executivos que ocupam cargos políticos estratégicos dentro dos mesmos (secretários, subsecretários, gerentes, coordenadores, presidentes institutos e fundações vinculadas às secretarias ambientais) mais na condição de emissores de “alvarás de funcionamento” que propriamente lugar para defesa do meio ambiente, ficando evidenciado na declaração de Israel Dourado ao narrar que o próprio governador à época anunciou o início das obras do Porto: Esse *“processo todo começou em 2008, com então governador naquela época, hoje senador, Eduardo Braga juntamente com empresários anunciaram a construção desse terminal portuário naquela região, que é a região do Encontro das Águas. Ali na ponta das lajes, bem na Boca do Lago do Aleixo”* (Israel Dourado, 2014).

Israel Dourado conta que em 2008 receberam um comunicado de audiência sobre o Porto somente com duas semanas de antecedência, que seria pouco para uma discussão prévia nas comunidades do bairro. Israel Dourado considerou um desrespeito uma reunião sobre uma intervenção tão grande no bairro ser feita em um lugar fora do bairro. *“O desrespeito começou por aí, mandaram um comunicado para a gente lá na comunidade de uma audiência pública que seria na Escola Agrotécnica Federal de Manaus quando deveria ser na comunidade. É de interesse da comunidade? Então deveria ser na comunidade”*, disse Israel Dourado.

A audiência pública à qual Israel Dourado se refere foi convocada pelo IPAAN em novembro de 2008 para tratar sobre os Impactos Ambientais do projeto. Uma das queixas de Israel Dourado é pela distância de 8 km tomando como referência a Escola Estadual Gilberto Mestrinho (que fica no centro do bairro Colônia Antônio Aleixo) para a antiga EAFM, hoje IFAM-CMZL e a dificuldade de transporte público cuja duração do percurso é de aproximadamente 1 h 5 min e o deslocamento dos moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo tendo em vista que há pessoas com dificuldade de locomoção em função das sequelas da hanseníase. Israel Dourado se expressa no sentido de que implícito havia a intenção da desmobilização pelo curto prazo e pela acessibilidade dos moradores ao local da reunião.

Mesmo com o curto tempo para articular as onze associações comunitárias existentes no bairro e demais organizações sociais existentes, conseguiram situar o problema e recorrer a órgãos públicos pedindo maiores esclarecimentos sobre o projeto. Disse Israel Dourado, *seguimos correndo contra o tempo, foi quando as comunidades se reuniram com lideranças, MORHAN, Clube de Mães, associação de moradores, outras entidades lá na Colônia Antônio Aleixo se reuniram juntamente com a Paróquia de lá também, a igreja católica, procuramos os pesquisadores, os intelectuais.*

Essa narrativa de Israel Dourado é referida ao início do processo, embora tenha relatado no primeiro semestre de 2016 em uma conversa que tivemos na ALE, trata de acontecimentos do segundo semestre de 2008, momento no qual exercia o cargo de assessor parlamentar de um deputado governista ligado ao setor de pesca no Amazonas de forma que sua resistência ao projeto de construção do Porto fez com que o parlamentar exonerasse Israel Dourado.

Embora Israel Dourado conseguisse emprego no gabinete de outro deputado cujas pautas são ligadas a questões ambientais, aliás, um dos poucos parlamentares que se posicionou a favor da luta dos moradores do entorno do Encontro das Águas, sua exoneração marca posição política de quem governa e é uma modalidade de retaliação e coerção dentre tantas que vão surgir atingindo outros agentes sociais no bairro. *Eu perderia meu emprego sem problema, mas jamais me colocaria contra minha comunidade e contra o meio ambiente*, disse-me Israel Dourado. O próprio Israel Dourado, que já havia sofrido a represália de ter que optar pelo cargo em gabinete governista ou por uma posição de luta sobre a questão que tocava diretamente na vida de seus vizinhos, foi vítima de outras investidas dos agentes sociais a serviço da empresa que pretendia e que pretende construir o Porto.

Embora a Log-In Logística tenha assinado acordo de investimentos com Jumas Participações (empresa que integra o Grupo Simões, associados a The Coca-Cola Company) em fevereiro de 2008, moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo tomaram conhecimento do projeto somente em novembro de 2008. *“Quando nos procuraram o pessoal da empresa Log-in intermodal, que era o nome, já estavam com todo o projeto pronto para construir o porto. Participamos de algumas audiências e nelas fomos descobrindo o que realmente iria acontecer. Participamos de algumas audiências e nelas fomos descobrindo o que realmente iria acontecer”*(Edvaldo, junho de 2016).

As agressões simbólicas vão surgindo e ganham espaço em um campo onde as organizações sociais articulam mobilização contra o Porto e em defesa do Encontro das Águas e seu entrono. Subornos e captações por diversas formas, *inclusive eles subornaram algumas lideranças da comunidade*, disse Edivaldo ao se referir aos momentos de maior tensão vividos no processo. A eleição para presidência da Associação comunitária naquele momento teve acirramento polarizado pelos que defendiam a edificação do Porto e os que lutavam pela preservação do ambiente. Os jornais noticiaram as ameaças sofridas pelo Padre Orlando, Issac e outras lideranças comunitárias. A Arquidiocese do Amazonas providenciou a transferência de Padre Orlando daquela paróquia. E, Issac se retirou da comunidade.

Para saber de Seu Edivaldo mais sobre o conturbado período entre o final de 2008 e o decorrer de 2009 falei sobre uma camisa com a frase no peito dizendo: *“TERMINAL PORTUÁRIO DAS LAJES verde como a Amazônia”* e uma estampa em

forma de carimbo escrita “*Eu visto essa camisa*”, detrás da camisa repetia a mesma frase, mas em fonte menor. Tenho guardada essa camisa por ser uma referência sobre a campanha de convencimento para construção do Porto. Esclareci que em 2013 um estudante do IFAM-CMZL vestido com a mesma e perguntei o que sabia a respeito do porto referido em sua blusa, ele respondeu que nada sabia. Disse a ele que ela era parte do problema que venho estudando. O estudante respondeu que não conhecia a origem do problema e da questão que ali se escondia. Por vezes os alunos internos daquele campus do IFAM recebem doações de roupas e muitas delas já usadas. “*Professor eu peguei lá aleatoriamente e uso para jogar bola com vocês*” (Jota, nome fictício do estudante). Então, ofereci uma blusa de time de futebol em troca da blusa e Jota disse: *que é isso professor, eu até já ia jogar fora essa blusa*. E, lembrei a Edvaldo que Israel Dourado havia me falado sobre a disputa eleitoral na Associação Comunitária que fora a mais aguçada que as outras que, segundo Israel Dourado: *uma das chapas recebeu um apoio de condições materiais e financeiras*.

Transcreverei uma das conversas com Seu Edvaldo para situar sua própria descrição sobre o momento considerado tenso.

Alvatir Carolino: Isso está tudo dentro do que o senhor está contando, não é?

Edivaldo Barreto: *É quando te falo, foi por isso que tiramos o rapaz que estava na presidência da associação.*

Alvatir Carolino : Foi por um processo eleitoral?

Edivaldo Barreto: *Foi sim, para a nossa sorte, graças a Deus, quando isso aconteceu estava próximo à eleição. Então, o que eles achavam? Eles achavam que como a questão financeira e material, tanto é, que tinha até camisa... Naquele momento, se tornou uma eleição partidária.*

Alvatir Carolino : Ela ficou parecida com essas eleições de hoje... já nem permitem, né? Com camisa, com tudo. Dinheiro para a cerveja do pessoal?

Edivaldo Barreto: *Justamente, com tudo! Carro (refere-se a veículo automotor provido de equipamento de som para propagando que circulava nas ruas do bairro -, crivo meu)! Conseguimos, graças a Deus, com os apoios que buscamos, fizemos a comunidade entender que a nossa luta não era uma luta pessoal, individual e sim uma luta coletiva. Eles conseguiram comprar algumas pessoas, alguns líderes e, esses líderes começaram a oferecer vantagens, como camisa de futebol, patrocinar corridas, festas e tudo mais. Nós trabalhamos com a forma de passar para as pessoas que poderíamos ser fortes, se tivéssemos unidos. E graças a Deus, conseguimos montar o SOS Encontro das Águas, que reuniu todas as entidades. Naquele momento, apresentamos uma chapa, que primeiro foi o Isaac, a candidato a presidente, depois ele foi embora por causa de ameaças, inclusive, entraram até na casa do padre.*

Alvatir Carolino : O padre morava aqui na igreja grande ou aqui na São João⁶?

Edivaldo Barreto: *Não tem aqui o escritório do CESELA? Atrás, era a casa do padre. E, ele tinha saído daqui, deu sorte, tinha ido para Petrópolis⁷, já fugindo das ameaças. Quando entraram na casa, não conseguiram fazer o que eles queriam. O padre teve que ser afastado, teve que ficar um tempo fora do estado, por decisão da igreja e por orientação da polícia também. A arquidiocese interveio numa coisa lá em favor do padre.*

Contudo, *Padre Orlando, com o Isaque, que estavam à frente, eles entraram com o documento no Ministério Público (Edvaldo). Ameaças à integridade física de lideranças são registradas e pedidos de proteção ao Estado são requeridos ao pároco e a outros agentes sociais. A eleição para presidência da Associação Comunitária “virou uma guerra” tendo em vista que a polaridade se deu entre os que defendiam a construção do Porto e os que lutam pela preservação ambiental e foi marcada por cooptação com dinheiro, brindes, festas, assistencialismos diversos. Souberam da minha dificuldade de pagar minha faculdade e, levantaram toda nossa vida e foram lá em casa com pacote de dinheiro para arrumar nossas dívidas e eu os coloquei pra fora e eles tentaram me agredir e disseram que eu era burro e que ia me dar muito mal. Também passei um tempo sob proteção policial, disse-me Israel Dourado ao referir-se a esse momento.*

O clima de tensão estava estabelecido no âmbito do bairro. Em outros ambientes sociais de Manaus a questão era tratada como uma disputa entre dois grupos econômicos com interesse e investimentos no setor portuário, cada um desses grupos tendo na linha de frente política um político de grande influência e que, portanto, configurava também uma disputa entre lideranças políticas do estado. Essas falas, portanto, apenas apontavam de forma simplista lados da disputa entre grupos empresariais e políticos disputando o mercado de serviços portuários em Manaus. Embora não se possa negar a existência dessa disputa, essas falas não consideram o ponto de vista dos moradores do bairro Colônia que há mais de uma década antes do anúncio do Projeto Porto das Lajes já estavam lutando contra empresas que degradam o meio ambiente e descaracterizam a paisagem e reivindicando junto a governos providencias.

⁶São João é uma comunidade do Bairro Colônia Antônio Aleixo.

⁷Bairro de Petrópolis, Zona Sul de Manaus, há uma distancia aproximada a 18 km do Bairro Colônia Antônio Aleixo, Zona Leste.

Dona Valdenora Rodrigues, que exerce liderança no MORHAN e viaja a vários lugares do Brasil e também fora do país em atividades políticas discutindo questões da luta dos hansenianos por leis e políticas reparatórias dos equívocos que o estado nacional cometeu com relação aos portadores de hanseníase e seus familiares, disse-me que *nunca deixa de ocupar esses espaços para falar da questão ambiental*. Assim como nas palavras de Dona Maria do Carmo, que é uma das mais antigas moradoras: *tiram tudo da gente quando nos mandaram pra cá. Depois até as crianças que iam nascendo eles iam tirando, era uma tristeza. A única coisa que tínhamos era essa paisagem, essa natureza, que nos dava alegria. Agora estão acabando com tudo* (Dona Maria do Carmo, 2016). Dona Valdenora Rodrigues fala na perda do ambiente que lhes foi dado quando compulsoriamente foram levados ao antigo Hospital Colônia: *a única coisa que eles nos deram foi esse lago, essa paisagem. Aqui é onde fica o Encontro das Águas, agora querem nos tirar tudo isso* (Dona Valdenora Rodrigues, junho de 2016), e que por isso seja qual for o espaço ela aproveita para tocar na questão ambiental.

Professor, em 24 de maio de 2007, época da lei 11.520, onde ele assinou a medida provisória. Na minha fala coloquei isso, li no Palácio do Planalto[...] Então, fui fazendo o histórico que eu estava representando a nível nacional o movimento. Enfatizei a questão da preservação que para nós é muito importante isso, preservar esse ambiente histórico, que vem desde a estrutura como já lhe relatei, ao meio ambiente, no caso o lago. Falei do nosso lago, que na época já estava totalmente poluído. Falei: faço parte da história presidente Lula, nós os remanescentes dos antigos hospitais colônia e nós queremos que o país e o estado brasileiro permaneçam com o ambiente saudável, onde um dia nos condicionaram a ficar e foi lá que construímos a nossa família. (Dona Valdenora Rodrigues, junho de 2016).

A cerimônia no Palácio do Planalto a qual se refere Dona Valdenora Rodrigues foi o ato simbólico da assinatura da Medida Provisória nº 373, de 2007, de autoria do Presidente da República que dispõe sobre a *concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios*, do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, transformada em norma jurídica pelo Congresso Nacional Lei nº 11.529, em 18 de setembro de 2007. Aproveitando que o rito tinha espaço de fala para lideranças, mesmo em se tratando de assunto de Previdência Social, Dona Valdenora Rodrigues articula a questão ambiental como uma das dimensões das lutas encampadas por eles.

Percebe-se que o incômodo com a degradação ambiental e a posição de agentes sociais do Bairro Colônia Antônio Aleixo já estavam postos antes mesmo das empresas

firmarem sociedade para construir o Porto das Lajes e propriamente do conhecimento dos moradores que se dá somente no final de 2008. Portanto, em conflito com outros empreendimentos no entorno do encontro das Águas a comunidade já estava, o que traz o anúncio do Porto das Lajes é acionamento de dimensões maiores e, como já foi dito, estabelece um clima de tensão e medo.

Por meio de e-mail e facebook tratei sobre o assunto com um técnico do IPHAN, perguntei-lhe sobre o processo de tombamento do Encontro das Águas e, inicialmente ele fez a seguinte consideração: *É importante, em se tratando de uma tese de doutorado, que a primeira hipótese que surgirá é que fizemos o tombamento por causa do porto das Lajes. Não há engano maior.* A narrativa do técnico do IPHAN dá importância menor às mobilizações dos movimentos sociais (CESELA, SOS Encontro das Águas e IACI) e fica claro que em sua concepção o processo inicia no âmbito da instituição IPHAN e sendo ele próprio o responsável pelo início do processo. Em e-mail, situou da seguinte maneira:

Lá pelo final de 2008 começou a circular um boato sobre obras que o governo amazonense faria na região do Encontro. Não tínhamos nada a ver com isso, mas verificamos que a região não contava com nenhum tipo de proteção. Isso nos pareceu absurdo, já por toda a importância que o Encontro tinha para o Amazonas. Começamos a pesquisar e fomos nos aprofundando, lendo relatos de viajantes, estudando a arquitetura do Teatro Amazonas, conversando com arqueólogos, paleontólogos, com o Museu da Amazônia (quando falei do assunto do tombamento com o Ennio Candotti do MUSA levei quase um fora. "Até que enfim", disse. Na ocasião estava acontecendo uma exposição "Encontro das Águas, encontro de povos" no MUSA). Ficou claro para mim que havia razões para o tombamento. Abrimos então o processo, com apenas um memorando (E-mail enviado a meu pedido, mas o informante não quer ter seu nome divulgado).

Para esse informante que compunha o quadro técnico do IPHAN, o processo de tombamento tem início pelas vias formais do órgão, aqui faça a distinção entre processo administrativo e processo de mobilização social, considerando que foi por meio de mobilização que foi acionado o processo administrativo. Percebe-se que na fala do técnico do IPHAN que é ao final do ano de 2008 que o órgão foca preocupações com o lugar, mas, sabemos que foi em outubro do referido ano que os agentes sociais do bairro Colônia Antônio Aleixo acionaram o IPHAN. Problematizo essa informação para fazer a distinção entre o que o órgão ou técnicos do seu corpo considera o início do processo e o momento em que considero o início, ou seja, a mobilização social.

Ao se referir às *unidades de mobilização*, Almeida (1993) diz que o móvel da mobilização mostra-se condicionado, em certa medida, à frequência e à temporalidade dos confrontos, o que faz dessas unidades instrumentos ágeis de luta política, em conjuntura de violências sucessivas.

Embora, oficialmente, conforme a página 01 da Ficha de Acompanhamento do Processo de nº 01490.000015/2009-11, cujo assunto é Tombamento do Monumento Natural Encontro das Águas tenha como data de abertura do processo o dia 13 de agosto de 2009 e cujo documento que inicia o mesmo seja o Memorando nº 13/2009 Gabinete da 1ª SR datado em 17/02/2009, de André Bazzanella, então Superintendente Regional da 1ª SR/Iphan/AM/RR, encaminhado a Senhora Heloísa Helena Martins Araújo, chefe da Divisão Administrativa da 1ª SR/Iphan/AM/RR, tendo em vista que conflitos já existiam, considero o início do processo de patrimonialização do Encontro das Águas o momento no qual o CESELA, em 28 de outubro de 2008, por meio de ofício encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) 1ª SR, solicitou informações arqueológicas sobre o local (entorno do Encontro das Águas) e comunica ao IPHAN 1ª S/R sobre a audiência pública da qual foram convidados moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo, onde se pretendia apresentar o projeto Porto das Lajes. No mesmo ofício, pediram, também, que fosse cancelada a audiência convocada pela empresa responsável pelo projeto.

Para melhor organizar a comunidade e analisar com profundidade [...] para isso precisamos da presença deste instituto (IPHAN) para juntos esclarecer e defender o patrimônio histórico e arqueológico diante de um projeto que apresenta impacto ambiental, social e falta clareza desta realidade. (Edivaldo Barreto dos Santos – Presidente da CESELA).

Tomo conhecimento da questão ainda no início de novembro de 2008 por meio de Israel Dourado no evento Festa do Egresso⁸. Israel Dourado fez uso do sistema de som da festa para comunicar sobre a forma pela qual foram surpreendidos pelo convite de representantes da empresa para audiência que tinha como objetivo comunicar sobre a construção do porto. Além do microfone, em muitas das rodas de conversas da festa Israel Dourado tratou detalhadamente sobre o assunto e de como já estavam sofrendo

⁸Evento de confraternização de egressos da antiga Escola Agrotécnica Federal do Manaus, atual Campus Manaus Zona Leste do Instituto Federal do Amazonas, realizado no primeiro sábado de novembro referido ao Dia do Técnico em Agropecuária.

retaliações de políticos locais pelo fato de embargarem a audiência convocada pela empresa.

Conheci Israel Dourado ainda nos anos noventa em virtude de ele ter feito o ensino na antiga Escola Agrotécnica, hoje IFAM-CMZL, onde também estudei e, encontrá-lo nos eventos do calendário de festividades daquela instituição é coisa fácil, faz-se presente na de aniversário no mês de abril, na festa junina, na FEPAGRO e na Festa do Egresso. Esse retorno àquela casa de ensino é comum em muitos egressos, auto definimo-nos *agricolinos(as)* termo que designa pessoas que são ex-alunos (a) da Agrotécnica.

Embora formalmente o processo de tombamento do Encontro das Águas inicia no primeiro semestre de 2009, é somente no segundo semestre do referido ano, quase um ano após ser acionado pela CESELA, que o IPHAN, pela modalidade Carta Convite, abre concorrência para contratação de Serviços Técnicos Especializados visando à produção de material documental para instrução do processo de tombamento. É a partir daí que, tendo em vista que ganhei a concorrência para prestação de serviço para instrução do processo⁹, contrato assinado em 23 de outubro de 2009, que a patrimonialização do Encontro das Águas passa a ser objeto de minha atenção enquanto pesquisador.

Lima Filho e Abreu (2007), mesmo considerando que a antropologia tenha nascido nos museus e que a ideia de preservação esteja presente desde o início, e que antropólogos tenham atuado de forma esporádica nas instituições de patrimônio desde suas fundações posto que no campo predominavam arquitetos e historiadores, apontam que nos últimos anos tem crescimento da quantidade de antropólogos no Brasil que tem se dedicado ao tema do patrimônio, seja em atividades acadêmicas ou em atividades de gestão. Essa análise contempla o contexto no qual passo a me dedicar ao tema tanto como agente formulador e implementador de políticas culturais com foco em patrimônio, quanto como professor pesquisador.

O interesse por estudos sobre patrimônio aguça quando tenho aproximação com reflexões no âmbito do mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura

⁹Edital da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Amazonas (IPHAN) para prestação de serviço de pesquisa para instrução do processo de tombamento do encontro das águas dos rios Negro e Solimões, Manaus/AM, como Paisagem Cultural e Natural (Contrato n°. 07/2009 – IPHAN).

na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). No mestrado tive como tema festas populares, com orientação do professor doutor Sérgio Ivan Gil Braga, aprovei trabalhos em encontros da ABANNE 2006 e ABA 2008 em grupos de trabalho na linha de Patrimônio. O ano de 2005 também marca o início de atividades em gestão pública, de 2005 a 2008, na administração de Serafim Correa na Prefeitura de Manaus onde atuei na coordenação de Patrimônio Cultural na extinta Secretaria Municipal de Cultura de Manaus (SEMC), hoje Manauscult.

Revisão dos bens edificados de interesse arquitetônico e histórico da cidade de Manaus, Inventário dos Grupos Folclóricos de Manaus, Registro das festas de passagem de ano na praia da Ponta Negra, Projeto Mestres dos Bois de Manaus, Projeto Manaus Indígena, Projeto Rotas de Mina: quando o imaterial indica outros bens edificados de interesse histórico e cultural, foram algumas das atividades no âmbito da SEMC cuja abordagem era de patrimônio cultural (BRAGA, 2012). Colaboramos, também, com pesquisas em Manaus para o inventário das referências culturais do tacacá atendendo pedido da antropóloga Luciana Carvalho. Ocorre que esses trabalhos não tinham grandes conflitos e que colocassem em risco a integridade dos agentes sociais e dos pesquisadores e gestores em ação. Nesse sentido, diferem bastante da questão do Encontro das Águas que do final de 2008 a diante foi marcado por mobilizações sociais por atos de protesto, atos de violência e denúncias onde agentes sociais recorrem a órgãos como UFAM, IPHAN, MPF e polícias para denunciar as ameaças sofridas. É nesse contexto que se dá a fase inicial do processo de tombamento e onde eu entro na história fazendo pesquisa para instrução do processo.

Se, de um lado, temos um movimento crescente nas universidades, novos debates nacionais e internacionais vêm colocando o tema do patrimônio na ordem do dia das políticas públicas no Brasil e no exterior. Particularmente os antropólogos vêm sendo convocados diante de mudanças significativas nas formulações de políticas culturais, afirmativas e do próprio, notadamente a partir da constituição de 1988 e particularmente com o fomento do chamado Patrimônio Intangível, de 2001. Desta maneira, um campo de atuação profissional se abre rapidamente, clamando por profissionais com capacidade tanto de atuar na reflexão conceitual do tema do patrimônio cultural como de agir como gestor – ou aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira chamou de “Antropologia da Ação”. Mas uma questão se apresentava como fundamental nesse jogo de atuação: o antropólogo se via diante do desafio de se sustentar como profissional, norteado pelas regras do mercado, e, ao mesmo tempo, ser fiel aos princípios metodológicos, conceituais e éticos da disciplina (LIMA FILHO e ABREU, 2007,p.30)

O contrato que assino integrava o chamado Programa: Brasil Patrimônio Cultural 2009, portanto, outras pesquisas no Amazonas foram contratadas naquele momento. Uma das pesquisas foi sobre as referências culturais do Gambá¹⁰ de Maués cujo contratado foi o antropólogo Cristian Pio¹¹, inclusive contratos assinados na mesma semana. Cristian Pio respondia pelo Departamento de Patrimônio Imaterial da SEC e eu havia passado os quatro anos da gestão de Serafim Correa (2005 a 2008) como assessor atuando nas políticas culturais e os últimos dois anos daquela gestão, 2007 a 2008, tratando questões mais específicas de Patrimônio Cultural e, além das atividades do grupo de pesquisa “Cultura popular, identidades e meio ambiente na Amazônia” coordenado por Sérgio Ivan Gil Braga. Portanto, essa correlação fazia com que estivéssemos em constantes diálogos sobre políticas culturais. E, foi em uma das conversas, ao comparar aspectos das pesquisas (Gambá e Encontro das Águas) que tomei algumas decisões sobre procedimentos metodológicos e teóricos para realizar a pesquisa do Tombamento do Encontro das Águas. Disse ao colega que Israel Dourado, Issac e o pároco do bairro Colônia Antônio Aleixo haviam sido ameaçados e pediram proteção policial em virtude dos conflitos, que eu, então estava entrando numa pesquisa difícil e que ele faria uma pesquisa tranquila, pois a sua não implicava em divergências entre grupos sociais e grandes empresas.

Ciente do que vinha ocorrendo, considerei que a pesquisa sobre Encontro das Águas colocava em choque dois setores do Estado, o Ministério da Cultura e as pastas que tratavam de economia, infraestrutura e desenvolvimento. A reflexão se colocava em contradição no âmbito do próprio Estado, e permite-me pensar, neste caso, o Ministério da Cultura como “*mão esquerda do Estado*” e os ministérios ligados à economia, infraestrutura e desenvolvimento a “*mão direita do Estado*” na acepção de Bourdieu (1998) que define mão esquerda do Estado o conjunto dos ministérios ditos “gastadores”, que são vestígios, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais (BOURDIEU, 1998, p. 10).

As preocupações estavam postas e as reflexões prévias a respeito dos princípios metodológicos, conceituais e éticos da antropologia para a pesquisa que se iniciava

¹⁰A categoria Gambá combina um conjunto de expressões populares que aparecem com designações distintas em trabalhos recentes de antropologia realizados no Amazonas. Ver Magela Ranciaro; Cristian Pio Ávila; Carolina Bertolin.

¹¹Cristian Pio é Antropólogo e assessor da SEC.

foram feitas ali. Durou uma cuia de tacacá aquele diálogo na Rua Huascar de Figueiredo, Centro de Manaus, em frente aos prédios das faculdades de arquitetura e de Comunicação social da Uninorte¹². Na verdade quase um monólogo meu a refletir, entre um trago e outro (no tucupi com pimenta, jambu e camarão), sobre a postura que tomaria naquela pesquisa de instrução do Tombamento do Encontro das Águas.

A cuia foi ampulheta a marcar o tempo de tomar algumas decisões: pedir certa reserva e sigilo do IPHAN ao que diz respeito à divulgação pela imprensa de quem era o pesquisador de forma que entrevistas sobre o processo de tombamento não me expusessem; decidi que entrevistaria pessoas que fazem usos diversos do Encontro das Águas (Catraieiros, feirantes, pescadores, usuários do sistema de balsas que interligam a BR-319, turistas domésticos e de outros lugares, taxistas, guias de turismo); que entrevistaria pessoas nos bairros Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara, mas tomando cuidado para não tomar depoimentos dos agentes sociais membros do Movimento SOS Encontro das Águas, que aquela altura já detinha a delegação dos atos em defesa do Encontro das Águas. Essa foi a mais difícil por que fui cobrado por não falar com essas pessoas.

Ocorre que pensei nas consequências imediatas e futuras para o processo de tombamento pautando que o conflito estava posto e que as empresas envolvidas buscariam pretextos em relatórios de pesquisa, no texto do relator ou em qualquer outro elemento do processo para buscar desqualificar o possível tombamento.

Tratava-se um uma pesquisa a instruir o processo de tombamento, embora estivesse implícito que seu marco inicial era a luta de uma comunidade frente a um grande projeto portuário. A pesquisa de instrução para o tombamento de um bem cultural não é exatamente um laudo antropológico para reconhecimento de terra indígena ou para certificação de quilombo onde a voz dos agentes sociais é basilar para fundamentar o documento, pois, para além de serem interessados diretos, estão em jogo processos de etnicidades e de reconhecimentos e afirmações etnoraciais e territorialidades, embora a pesquisa para a instrução de um bem cultural deva ser balizado por procedimentos metodológicos, teóricos e éticos da antropologia ou que dialoguem com a antropologia, a depender do bem em questão. Portanto, laudos,

¹²Ministrei disciplinas de sociologia e antropologia na Uninorte no ano de 2009.

pareceres e perícias embora distintos em objetos e também podendo ser marcadas por legislações distintas¹³ seguem princípios metodológicos, teóricos e éticos da antropologia. Em todos os casos, diz Fernandes (2005), os laudos se configuram como um desafio para o trabalho antropológico. (Ricardo Cid Fernandes, 191 ABA). *Laudos antropológicos não são todos iguais e suas diferenças não se limitam ao caráter etnográfico da pesquisa antropológica. A natureza da demanda por laudos impõe especificidades e, portanto, exigem que estratégias específicas de atuação sejam adotadas* (FERNANDES, 2005, p.191).

A demanda era a preservação de uma paisagem e a ferramenta jurídica foi a lei do Tombamento de 1937. Lembrando a conversa quase monológica onde refleti sobre aspectos teóricos e metodológicos, decidi que meu relatório de pesquisa seria pautado por entrevistas fora dos agentes sociais que se mobilizaram contra a construção do Porto, os mesmos que acionaram o IPHAN para o processo de Patrimonialização do Encontro das Águas. Nesse sentido, preferi o distanciamento na perspectiva de apreender por meio de outros agentes sociais que residem no entorno do Encontro das Águas e ou que trabalham no local e até mesmo os que visitavam como turistas de fora da cidade e ou de pessoas de Manaus que se deslocavam para área em busca de lazer e, também para fazer comprar no mercado de peixes no Porto CEASA, o sentido daquela paisagem para suas vidas e para a identidade da cidade e do Estado do Amazonas e sua importância para o país.

Pensei, então, que o conflito iria acirrar e que a presença de falas de agentes sociais militantes da mobilização contra o Porto e defensores do tombamento daria argumentos para desqualificar o processo de pesquisa e assim os interessados na construção do Porto usariam as falas para fundamentar peças judiciais contra o possível tombamento. Desta feita, as entrevistas que fiz para instrução do processo foram junto a pessoas que frequentam o Porto CEASA, bairro Mauzinho (pescadores), Bairro Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara. A pauta das conversas foi sobre sentimentos das pessoas pela paisagem, da importância da mesma para suas vidas, de como ela está relacionada a aspectos relevantes para as comunidades, dimensões simbólicas que

¹³O decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Decreto N. 1.775, de 8 de janeiro de 1996 dispõe sobre demarcação de terras indígenas e dá providências.

marcam suas vivências no lugar. No decorrer da pesquisa tive uma conversa com um membro da SOS EA, mas não o entrevistei, somente disse que estava conduzindo pesquisa e que privaria agentes sociais do movimento social para que não houvesse contestação posterior e que, da mesma forma não pegaria entrevistas de agentes sociais vinculados a empresa ou cooptados pela campanha de marketing em curso. Em jogo não estava a ideia de neutralidade de Durkheim, mas sim, uma forma sutil de relação do pesquisador com o objeto.

As contestações judiciais ao processo de patrimonialização do Encontro das Águas ratificaram minha linha de pensamento. Do final de 2008 em diante os agentes sociais mobilizados na defesa da paisagem acionam diversas frentes de luta que incluem o IPHAN e o MPF. Entretanto, na primeira metade de 2010 tem início a judicialização do tombamento, de um lado a Justiça Federal acata Ação movida pelo MPF do Estado do Amazonas e determina que o IPHAN produza ato administrativo declarando o tombamento provisório cuja consequência é o impedimento do início da obra do chamado Porto das Lajes. No mês seguinte a liminar que suspendia a licença ambiental e o tombamento provisório são tornados nulos pelo juiz federal Marcos de Souza, e o MPF recorre dessa decisão.

Em outubro de 2010 a licença ambiental da obra é novamente suspensa por decisão do juiz federal Dimis da Costa Braga. No mesmo mês é publicado no Diário Oficial nº 195, de 11/10/2010, o Tombamento Provisório e, em reunião do Conselho Consultivo, de 04/11/2010, por decisão unânime o Encontro das Águas foi inscrito definitivamente no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

No decorrer do processo de tombamento, quando posto em votação aos Conselheiros o Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões e a sua área envoltória, em 04 de novembro de 2010 a empresa LAJES LOGÍSTICA conjuntamente com JUMA PARTICIPAÇÕES, alegando não ter obtido vista ou cópia do processo solicitaram impugnação do processo, mas não é acolhido pelo Conselho que aprova por unanimidade o Tombamento, mas permanecesse em caráter provisório (SILVA, 2013, p. 135).

Supramencionado somente um breve panorama da judicialização em seu início em 2010 tendo em vista que o bem tombado por unanimidade pelo Conselho Consultivo do Ministério da Cultura permanece em caráter provisório, pois, até o momento não foi homologado pelo Ministério da Cultura e a não homologação é uma face do processo de patrimonialização que se dá nos bastidores da vida em Brasília e é uma dimensão da

judicialização onde acertos são feitos em lugares onde dificilmente antropologia tem acesso.

Um breve panorama que será ampliado e analisado mais em outro capítulo, mas, que corroborara com a decisão metodológica e de abordagens teóricas adotadas nas pesquisas para instrução do processo que teve por outra frente de pesquisa a geógrafa Tatiana Barbosa, adotamos conduta semelhante ao nos distanciar das falas dos agentes sociais que estavam em plena ação de mobilização de defesa da paisagem. Implícitos em ambos os relatórios de pesquisa para instrução do tombamento está uma estratégia acertada para que a documentação que serviu de base para o texto do relator do processo de tombamento, o arqueólogo Eduardo Góes Neves, não fosse contestada.

O processo movido pela PGE se detém na ausência de “audiências públicas” para o tombamento, que é uma fragilidade jurídica, pois, a lei fala da “possibilidade” de ser fazer audiência, isso não é uma determinação e, em momento algum o Procurador autor da peça menciona ou põe em dúvida algo sobre procedimentos metodológicos, teóricos e de análises descrita no texto aprovado pelo Conselho, somente, repetidas vezes sugere que o tombamento impedirá o desenvolvimento da região.

Em meu relatório cito a existência de mobilização social e suas demandas, mas o foco é de como pessoas de vários lugares da cidade, além das que habitam os bairros as margens do Encontro das Águas concebem a paisagem. Esse distanciamento causou alguns constrangimentos. No aniversário do IFAM-CMZL, antiga Escola Agrotécnica, em abril de 2010, Israel Dourado tomou conhecimento que eu estava fazendo pesquisa para o IPHAN e, questionou-me do porquê de fazer uma pesquisa e não dialogar com pessoas do movimento social? Respondi que era a adoção de procedimento que decidi tendo em vista que não se tratava de reconhecimento de território e sim do tombamento de um bem cujas referências estão para além dos bairros do entorno e que passavam por outras dimensões sobre o bem em questão onde estudos de arqueologia, etnografia, história social e de história natural da paisagem estão em jogo e, portanto os caminhos da pesquisa não estavam focados no Movimento SOS EA.

Israel Dourado, de forma exaltada e com dedo em riste, apontado em minha direção, persistiu em saber por que estava fazendo um trabalho como esse e eles não tinham sido entrevistados. Expliquei que a metodologia da escolha dos agentes sociais da pesquisa era uma decisão do pesquisador e a delimitação eram os aspectos

simbólicos do bem cultural estudado e que, portanto, entrevistas estavam sendo realizadas não somente no Bairro Colônia Antônio Aleixo.

Então, cobrou-me com veemência que meu relatório tinha que ser isento e não podia ser influenciado por gente poderosa, que estava em minhas mãos uma decisão muito importante e dela dependia a vida de centenas de famílias, a preservação ambiental e da história do Amazonas. Elevei também o tom de voz para dizer a Israel Dourado que nem empresas, nem políticos e nem ele (Israel Dourado) iriam me coagir e determinar minhas conclusões e que não era aquela cobrança que definiria meu relatório e sim o conjunto de dados documentais, entrevista com agentes sociais diversos e as referências teóricas relacionadas.

Israel Dourado, já menos enfurecido, disse que ele sofrera assédio para receber um bom dinheiro e abandonar a militância, falou da perda de cargo na assessoria do deputado e de como foi abrigado pelo deputado Luiz Castro, falou de ameaças. Senti nessa fala de Israel Dourado que ele sugeria que eu seria procurado e tentado por gente de dinheiro com interesse que o tombamento não saísse. Então, respondi de forma direta a ele: se você está sugerindo que eu possa pegar dinheiro para fazer um relatório favorável ao Porto fique despreocupado, da mesma forma que não será o seu pedido aqui nessa (reunião de amigos, essa conversa se deu na sala da direção da IFAM-CMZL em decorrência do aniversário daquele campus), assim como não será o dinheiro de ninguém que vai segurar minha caneta.

Israel Dourado vivia as tensões do conflito e, somente quando retomei pesquisas e o entrevistei anos depois, é que entendi a gravidade de riscos em que estavam lideranças da mobilização social.

No mesmo evento, algumas horas depois da discussão com Israel Dourado, quando já me retirava, indo em direção ao meu veículo no estacionamento (sou professor naquele campus), fui abordado por Elisa, pesquisadora da EMBRAPA e militante no SOS Encontro das Águas. Elisa, de forma mais branda, fez algumas considerações sobre a questão e disse que as delimitações propostas ao tombamento são equivocadas e não atendem as condições para preservação da paisagem. Respondi que o meu trabalho não tratava especificamente em delimitar área a ser tombada. Somente alguns anos depois que fui saber o que estava implícito na abordagem de Elisa. Ocorre que um dos movimentos sociais que estavam encampando a luta havia enviado

documento técnico científico ao IPHAN sugerindo marcos delimitando área a ser tombada e que era divergente das discussões que também eram travadas com representantes da empresa que pretende construir o porto.

Desde o início o cenário se mostrava, a meu ver, como um conflito estabelecido e que a contestação do tombamento aconteceria. Minha posição de distanciamento foi no sentido de não prejudicar o grupo social que acionou IPHAN para o tombamento. Não foi somente um distanciamento estratégico de posição em relação a demandas de um grupo social, foi por uma questão de recorte epistemológico, pois arqueologia, história social, antropologia, geologia, biologia eram conhecimentos em jogo naquela etapa da patrimonialização. O mês seguinte da entrega do meu relatório ao IPHAN o Encontro das Águas é tombado provisoriamente, dois meses depois o texto do relator do processo, Eduardo Góes Neves, é aprovado, consolidando o tombamento em seus aspectos de mérito, mas não conclusivo o processo, pois a homologação não se deu.

Conforme Boltanski e Esquerre (2014), processos de patrimonialização são, atualmente, objeto de grande atenção de antropólogos, mas, também de interesse de sociólogos, de geógrafos e de economistas e a literatura sobre o assunto cresce a cada dia. Ao concluir o serviço prestado ao IPHAN redefino estudos sobre o Encontro das Águas, não mais um relatório para instruir tombamento, mas sim como pesquisa acadêmica com objetivo de analisar a dinâmica social do processo e, abrem-se duas atividades que se complementam. Uma são orientações de projetos de iniciação científica, outra foram estudos para elaboração de projeto de pesquisa ambicionando o ingresso em curso de doutoramento.

A permanência com interesse de pesquisa no referido tema, mas, com nova perspectiva, coloca como sujeitos da pesquisa os agentes que se mobilizam em defesa da preservação da paisagem e estão na luta pelo tombamento do bem cultural. Aprovado na seleção do PPGAS em 2010, mas classificado em décimo primeiro onde somente oito aprovados entraram, segui com os estudos sobre Encontro das Águas. No IFAM, desde 2010, mais especificamente no CMZL, venho desenvolvendo pesquisas sobre o processo de tombamento e orientando trabalhos de iniciação científica que tiveram temas relacionados ao objeto.

Projetos de iniciação científica de estudantes do ensino médio do IFAM-CMLZ com minha orientação foram aprovados em 2011, recebendo bolsa de auxílio à pesquisa

da FAPEAM foram realizados estudos de conflitos ambientais relacionados ao Encontro das Águas. Uma das bolsistas residia no Bairro Colônia Antônio Aleixo e, por coincidência era sobrinha de Dona Valdenora Rodrigues. Nessas pesquisas fui construindo uma relativa proximidade a agentes sociais que viriam a se tornar os informantes mais importantes dessa etnografia. Adriana que é sobrinha de Val foi uma das pesquisadoras e Walter, filho de Dona Valdenora Rodrigues, que na época também era estudante no Campus, prestou muitas informações às duas pesquisas de PIBIC Jr. Outras três estudantes que são sobrinhas do senhor Edvaldo Barreto também estavam constantemente situando fatos.

Em duas oportunidades estive em campo com os estudantes bolsistas. Na primeira delas tivemos um encontro com o Pároco após reunião que faziam para tratar sobre algum evento do calendário litúrgico da paróquia. Após os estudantes concluírem suas abordagens tive uma conversa com o Pároco e era perceptível a reticência dele em tratar sobre o conflito e marcar uma posição sua frente aos fatos. Perguntei sobre o padre que ele acabara de substituir e ele disse que foi necessário que o mesmo saísse da comunidade. Então fui abrindo mais conversa para saber como se deram as ameaças. Mas o novo padre somente disse algo como “o meio ambiente deve ser preservado” ou algo assim um tanto genérico em se tratando de um assunto latente. Pedi o contato do Padre Orlando e recebi como resposta que não sabia para onde ele foi deslocado.

Compreensível a forma pela qual o novo pároco se postou frente as minhas perguntas, pois fora substituir alguém que estava sob ameaça e teve o carro perseguido, a casa arrombada e nada furtado, o que levantou a suspeita da intenção de cometerem atentado contra a vida do padre e a partir daí passou a andar com proteção policial e, em seguida é retirado da área por determinação da Arquidiocese para preservar a integridade física.

Algumas visitas ao bairro Colônia permitiram aproximações e tomo conhecimento dos desdobramentos e percepções de alguns moradores do bairro sobre o processo de patrimonialização. Os jornais pouco falam da questão. A fonte de informação maior passa a ser o site do Núcleo de Ciência Política do Amazonas onde ações do SOS Encontro das Águas são divulgadas e as falas de professores e intelectuais são expostas em artigos e, também, as poucas matérias jornalísticas na imprensa escrita são repercutidas. Vou acompanhando a questão da não homologação.

Outra tentativa de ingressar no PPGAS em 2011 foi frustrada. Nessa seleção fui reprovado na etapa Entrevista/Projeto/Currículo, oito vagas oferecidas, somente cinco pessoas aprovadas, fiquei em sexto lugar, mas havia reprovado na terceira etapa.

Por meio do Projeto Fórum Permanente de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM-CMZL, coordenei, em 2012, o Seminário Encontro das Águas que integrou a agenda da Semana de Meio Ambiente da referida instituição. Naquela ocasião reunimos agentes sociais do bairro Colônia Antônio Aleixo e agentes sociais residentes em outros lugares da cidade, mas, que atuavam em defesa do bem cultural por meio do Movimento SOS Encontro das Águas, bem como o Deputado Estadual Luiz Castro, representante da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Amazonas e o Subsecretário da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do estado do Amazonas.

*Encontros e Desencontros: memória social, ambientalismo e conflito no complexo Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões*¹⁴ é o título do trabalho que apresentei no II Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Pernambuco no primeiro semestre de 2012. No mesmo ano apresentei trabalho na vigésima oitava Reunião Brasileira de Antropologia cujo título é *Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões: um patrimônio em questão*¹⁵.

Após duas tentativas não exitosas, 2010 e 2011, de cursar doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), tão somente no certame de 2012 do referido Programa tive êxito e inicio *formalmente* em março de 2013 os trabalhos para construção desta tese.

A formalidade acadêmica pede um recorte temporal que é imaginado como algo que dentro da delimitação de duração do curso, no caso desta tese o mês março de 2013 é o início e março de 2017 o período previsto para conclusão e defesa, contudo somente no segundo semestre de 2008 que marcamos data para defesa.

No entanto, ao situar as formas pelas quais vou estabelecendo relação com o objeto de pesquisa e com os agentes sociais relacionados é, também, uma forma de mostrar de como o objeto de estudo desloca-se frente às realidades que vão se

¹⁴Trabalho publicado em livro digital com ISBN: 978-85-415-0038-8 pela UFPE.

¹⁵Publicado como capítulo no livro: Patrimônio Cultural na Amazônia: inventários e intervenções / Luciana Gonçalves Carvalho(Org.). Santarém: UFOPA, 2013.

construindo. Em 2010, na minha primeira tentativa de ingressar no PPGAS, o bem cultural Encontro das Águas havia sido tombado provisoriamente. Minha perspectiva era de que o projeto de pesquisa, em seu curso, passaria pelas mobilizações pelo Tombamento frente à construção do porto, mas, que teria foco nas relações sociais que se dariam entre agentes sociais dos bairros Colônia Antônio Aleixo, Puraquequara e Mauzinho e as políticas e ações de patrimônio, pois, já se discutia a possibilidade de gestão comunitária e participativa para projetos na área que articulassem preservação, turismo, lazer e renda. Expectativa era da conclusão do processo de tombamento com a homologação e daí, então, as ações de programas e políticas sobre o bem tombado.

Além de situar o interesse atual do capitalismo por bens que são objetos de patrimonialização, Boltanski e Esquerre apontam que esse fenômeno pode provocar a implantação de novos estabelecimentos nesses lugares, tais como: museus ou centros culturais, a organização de eventos como festivais e comemorações. Lugares esses que, conforme Boltanski e Esquerre (2014), eram desprovidos de quaisquer interesses e condenados ao acaso, tem sua revitalização reorientada por meio de atividades artísticas e culturais são reabilitados.

Nesse sentido, os possíveis processos de gentrificação também permeavam minhas perspectivas frente aos desdobramentos do Tombamento enquanto coisas a serem descritas e analisadas, pois, há muitos casos de processos de patrimonialização em que moradores do lugar sofrem pressões imobiliárias tendo em vista que o significado adquirido e atribuído aciona empreendimentos hoteleiros, bares e restaurantes, assim como operadoras de turismo e lazer passam a se interessar por esses espaços que antes eram renegados e muitas vezes distantes da presença dos serviços do Estado e da própria iniciativa privada.

Decerto que se tivéssemos a homologação do Tombamento esses processos estariam presentes com intensidade, coisas como inflação da terra, especulação imobiliária que já ocorre sobre alguns terrenos e casas de antigos moradores, preferencialmente as que ficam próximas à margem do lago ou situados em lugares elevados de onde se tem vista privilegiada para o lago e para o Encontro das Águas. Quanto à promoção de eventos artísticos e culturais, em 2013 fora anunciado que estavam previstos para a programação da Copa do Mundo 2014 atividades festivas da FIFA no chamado Mirante da Embratel. Estas atividades não foram realizadas. O

mirante da Embratel é o ponto mais elevado do entorno do Encontro das Águas e em 2006 a prefeitura de Manaus contratou de Oscar Niemeyer projeto arquitetônico para edificação de um mirante naquele local que antes comportava torres de transmissão da Embratel. É o único projeto de Niemeyer no Amazonas, mas que permanece no papel.

Portanto, a não homologação do bem e a judicialização do Tombamento constitui um contexto que desloca, em certa medida, dos agentes sociais do bairro e outros moradores do entorno do Encontro das Águas e demais agentes sociais que militam no SOS Encontro das Águas as ações da luta pela preservação daquela paisagem. Os atos e manifestos não tem ocorrido com a frequência dos primeiros anos do processo de patrimonialização e, agora o jogo está muito mais situado nas esferas do Estado.

Memória social e a construção da paisagem pelos agentes sociais *de dentro*

A paisagem pode ser construída por várias perspectivas, no caso do Encontro das Águas, as vozes que se tornaram evidentes nos atos de mobilização tendo com a bandeira do Movimento SOS Encontro das Águas onde tomaram frente intelectuais como Ademir Ramos, Mena Barreto, Tenório Telles, Thiago de Mello, Márcio Souza. Esses a constroem a partir de referências próprias de seus respectivos campos de formação ou de predileção literária, ou mesmo por experiência de pesquisas e atividades de extensão acadêmica. Outros podem partir de embasamento teórico da geologia, biologia, arqueologia, história, etnologia e demais campos do conhecimento.

Sem descartar esses conhecimentos, mas, situando o fazer antropológico como “empreendimentos dialógicos” (Clifford, 1998, p.215), busco nas falas dos agentes sociais que não foram tão evidentes nos momentos dos atos de mobilização, mas que são moradores do bairro onde emerge a luta em defesa da paisagem as referências nativas que constroem a paisagem por memória social acionando a noção de pertencimento e guarda no sentido do compromisso de preservação dos espaços de usos coletivos e de memórias.

Para Halbwachs (1990) “cada memória é um ponto de vista sobre a memória coletiva” e esse ponto de vista depende do lugar ocupado pelo indivíduo junto ao grupo. Nesse sentido, ouvir os agentes sociais de dentro do próprio bairro é mais apropriado que ouvir os de fora, pois são eles quem vivenciam os processos históricos do lugar e os

primeiros a sofrerem com as consequências das ações de políticas de desenvolvimento e implantação de grandes projetos e, por mais que alguém de fora possa narrar traços da vida de outro que sofreu as consequências físicas, mentais e sociais relacionadas a hanseníase, será sempre um fala distante, de segunda ordem (GEERTZ, 1979).

Ficar no SOS Encontro das Águas seria evidenciar o evidente, tomar como agentes sociais os acadêmicos e intelectuais que atuaram nas mobilizações e atos em defesa da paisagem, pessoas que têm espaços institucionais de fala e que por motivos diversos volta e meia estão em espaços midiáticos empreendendo outras frentes de luta em questões sociais ou emprestando suas falas especializadas a matérias jornalísticas ou mesmo em ocorrências de citações de obras suas. Não seria de todo um erro tomar agentes com esse perfil para fundamentar uma tese sobre o conflito e patrimonialização, ocorre que a judicialização, principalmente quando a questão é passada para esfera federal e ao Supremo os atos de manifestos em defesa do Encontro das Águas arrefecem. Professor Mena Barreto (UFAM), professor Ademir Ramos (UFAM), Pesquisadora Elisa (EMBRAPA), Tenório Telles (Academia Amazonense de Letras), Thiago de Mello, principalmente o nome de Mena Barreto e de Ademir Ramos, exatamente nessa ordem, aparecem nas falas de Dona Valdenora Rodrigues e Dona Maria do Carmo por presenças que tem uma história de relações com agentes sociais do bairro e, notadamente o professor Mena Barreto que por muitos anos fez atividades de extensão universitária com estudantes do curso de medicina da UFAM no bairro. Contudo, há de se considerar, por meio das vozes de outros agentes sociais no SOS Encontro das Águas que não eram evidenciados, que as questões ambientais precediam à questão do Porto das Lajes e que, se tomarmos a fundação da CESELA em 1972, as preocupações com o ambiente já estavam a permear aqueles habitantes do entorno do Encontro das Águas. Dona Valdenora Rodrigues nos fala sobre a qualidade da água e das possibilidades de pesca e de como isso foi sendo degradado, marcando as indústrias instaladas nas proximidades da boca do Lago. Dona Maria do Carmo marca o estabelecimento de indústrias na estrada do Puraquequara, que é a expansão do Distrito Industrial, o chamado DI II, dando início à morte de várias nascentes e pequenos cursos d'água que corriam para o lago, alimentando o lago pelo fundo e fazendo com que ele nunca secasse totalmente e garantido estoques de peixes.

Se a judicialização da questão do tombamento arrefece atos e manifestos, os problemas permanecem. O campo fez evidenciar que os problemas antecedem a

emergência do SOS Encontro das Águas e a luta contra o Porto e o processo de patrimonialização e a luta cotidiana permanecem. Portanto, a escolha de agentes sociais do Bairro Colônia Antônio Aleixo passa pela antecedência e permanência das lutas pela preservação do meio ambiente, não se trata de uma opção pelos que não foram tão evidentes nas matérias de jornais televisivos, rádios e jornais impressos, mas sim pela trajetória de luta desses que habitam aquela margem do Encontro das Águas que primeiro acionaram órgãos públicos e foram em busca de aliados na luta e, nessa busca chegam *os de fora*, mas que são próximos por vínculos de amizades construídas em outros contextos para encorpar a luta e abrir visibilidade ao problema. Buscam, também, outros *de dentro* e essa parece ter sido árdua busca no convencimento de contrapor as formas de convencimento impetradas pela empresa interessada na área para edificar o TPL. *Os de fora* são os intelectuais, acadêmicos, professores e pesquisadores e militantes sociais que se dispõem em lutas por direitos sociais e em defesa do meio ambiente. *Os de dentro* são os moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo, principalmente porque foram os moradores acionados pela empresa para audiência sobre o Porto, mas, também, Puraquequara, Mauazinho, no âmbito urbano de Manaus, bem como das comunidades rurais das outras margens e rio abaixo.

Portanto, a escolha de Dona Valdenora Rodrigues, Dona Maria do Carmo, Seu Edvaldo e Israel se dão no *contexto* de percepção de que problemas antecederiam e esses moradores do Bairro Colônia são atuantes, não somente esses, pois há outras pessoas, mas, com esses fui tendo acesso pelas proximidades que o IFAM proporcionou. Israel egresso da antiga agrotécnica, que hoje é o IFAM-CMZL, onde sou professor e onde o filho de Dona Valdenora Rodrigues e duas de suas sobrinhas foram alunas nossas. Também de Seu Edvaldo que três sobrinhas foram alunas nossas. Eles foram indicando seus parentes como referência das coisas que eu explanava em atividades acadêmicas do IFAM e fizeram com que conhecesse pessoas mobilizadas na defesa do Encontro das Águas que não eram os que estavam em evidência. Por eles cheguei a Dona Maria do Carmo que é referência tanto para Edvaldo quanto para Dona Valdenora Rodrigues no que diz respeito a posicionamentos e lutas por direitos, atos de solidariedade e de memória social do Bairro Colônia. Interlocutores que não somente dizem de como as degradações foram se dando e de como foram subitamente surpreendidos pela comunicação da construção de um porto nas Lajes, lugar singular do Encontro das Águas, junto à boca do Lago do Aleixo, mas que ajudaram, por suas narrativas, a

delimitar abordagem que em um primeiro momento era pensada em entrevistas com agentes sociais diversos e ater somente ao processo de tombamento.

Não apenas evidenciar essas pessoas no sentido de revelar que problemas ambientais e enfrentamentos já estavam postos e não cessam com o tombamento, mas, analisar, refletir e compreender como pessoas cujas vidas são marcadas por outras questões trágicas se constroem como militantes sociais em defesa de seus direitos coletivos.

Como ensina Cardoso de Oliveira, *talvez o que torne o texto etnográfico mais singular, quando o comparamos com outros devotados à teoria social, seja a articulação que busca entre o trabalho de campo e a construção do texto* (Oliveira, 2000, p.28). Uma singularidade neste trabalho é advinda do campo, ou seja, a evidência de que havia outros protagonistas no processo de luta e que processo é antecedido e tem permanência posto que as agressões àquela paisagem continuem.

Ouvi-los é situá-los numa posição de protagonistas da mobilização. Poder-se-ia, então, analisar a questão da evidência nos atos de mobilização, ao menos no sentido das falas na imprensa, que ocorreu algo com a usurpação no sentido de Bourdieu (2004) em “A Delegação e Fetichismo Político”, em que ao instituir uma organização social, neste caso o SOS Encontro das Águas, surgem os plenipotenciários que aqui chamo de os *de fora* no sentido de que não habitam o bairro. Mas, é possível pensar que os *de dentro* foram usurpados simplesmente em se tratando de pessoas com significativa história social em mobilizações políticas? Uma hipótese para essa questão parte da busca de dados sobre a instituição do SOS Encontro das Águas quando assume o protagonismo de fala no início de 2009 e permanece ativo até meados de 2012, quando a judicialização retira dos espaços públicos o tramite dos manifestos. Pelo jargão jurídico, os manifestos se dão nos altos, sendo assim o palco, o palanque, desfocado no sentido da exposição social ampla sofre amisquidade. Uma hipótese para essa questão seria a estratégia dos *de dentro* em chamar os *de fora* e permitir que protagonizassem as cenas dos atos políticos em espaços públicos e de foco midiático por terem mais acessos às pessoas da imprensa e por tramitarem por órgãos públicos como escolas e universidades possibilitando a visibilidade mais ampla para o problema.

Há a presença da arqueóloga Helena Pinto fazendo pesquisa naquele lugar que tinha na época compreendida entre 2008 a 2010. Os caminhos que levaram a CESELA,

presidida por Edvaldo, a ingressar não somente na PGR, mas, também no IPHAN podem ter passado por discussões em que arqueólogos do PAC fizeram parte influenciando na opção pelo viés de uma lei da cultura para a preservação do espaço ao invés de uma legislação mais às ciências da natureza. Portanto, o caminho da construção de uma paisagem cultural.

Para além de ser uma paisagem natural de beleza singular que é, conforme os agentes de turismo, o ponto turístico mais visitado do Amazonas, o Encontro das Águas tem profunda importância em múltiplos processos socioculturais na Amazônia. Ao longo dos anos, a referida paisagem aparece na produção de escritores em diversos gêneros literários e está presente na memória de grupos sociais por meio de narrativas míticas de povos indígenas, crônicas de viajantes, imaginários locais, textos científicos e produções de expressões de artísticas. Há de se considerar, portanto, sua importância enquanto referência simbólica nos contínuos processos de construções identitárias. Nesse sentido, a paisagem natural em tela não é somente o Encontro das Águas de dois dos maiores rios do mundo, trecho onde o rio Solimões passa a ser chamado de rio Amazonas, é também o cenário de outros encontros: de povos que habitavam a região antes da conquista europeia; de “Mundos”; de lutas e de sentimentos. Portanto, é, também, uma paisagem cultural.

Para além dessas referências, importa saber o significado daquela paisagem para moradores do entorno do Encontro das Águas, para muitos que vivem no entorno o lugar possui outros significados, pois a pesca, a agricultura e o turismo formam elementos essenciais para a subsistência daquelas pessoas. Nos bairros Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara, Zona Leste de Manaus, margem esquerda do Encontro das Águas, há famílias que desenvolvem trabalhos integrados a paisagem.

Moro aqui na Vila da Felicidade, trabalho com turismo. Levo os turistas para ver de perto o encontro. Eles podem ir a vinte passeios na Amazônia, mas dizem que esse é o melhor. Eu vivo aqui, trabalho aqui, e admiro demais essa beleza. O encontro das águas na minha vida é tudo, é a natureza. É importante pela possibilidade de apreciar a natureza, sobreviver e ganhar a vida. Agora, todo ano morre gente, morre gente, eu mesmo já tirei – é misterioso. Na cheia faz um buraco ali naquela parte da praia e as pessoas morrem. Na seca – é o mistério -, não tem buraco. Tem que respeitar, tem que respeitar (**Senhor** barqueiro, 2010).

O encontro das águas é tudo. É o lazer do pobre, ali na praia, no pedral né, que vocês chamam de lajes, é lazer, é pega de comida – peixe. A natureza é imprescindível e qualquer coisa feita aqui vai destruir, vai contra o que a natureza nos deu, será um absurdo contra a natureza (**Pardal**, 2010).

Há vinte anos moro aqui, desde que começou o bairro. Acordo e olha a mesma paisagem, agradeço a Deus por ter essa paisagem. Todo dia é um novo encanto. Isso é sobrenatural, o homem não consegue fazer algo assim só Deus. E o que Deus faz nós não temos o direito de destruir, temos cuidar das coisas que Deus nos deu. Toda manhã abro os braços e digo meu Deus, agradeço. Eu digo lá no trabalho, não tenho a melhor casa, mas moro no lugar mais bonito do mundo (**Senhor Contempla, 2010**).

É o Pedral que fica de frente. É o melhor lugar pra tudo, pescar – na desova, na cheia, na seca, na força da lua. Dá muita sardinha, pescada, jaraqui demais, matrinchã, peixe de couro, todo tipo de peixe. Também para curtir, levar o turista (Maçarico, 2010).

Moradores dos três bairros de Manaus que ficam na margem esquerda do Encontro das Águas e, como muitos, trabalham como pescadores, canoieiros, guias de turismo, peixeiros, agricultores, ou possuem estabelecimentos comerciais que atendem turistas, sobretudo turistas locais, em finais de semana quando procuram lazer em vários pontos de banho e contemplação da paisagem. No entanto, o bairro que defino como *locus* da pesquisa é Colônia Antônio Aleixo porque ali emergiu o conflito e dali partiram as estratégias de luta, e a mobilização social e de onde a memória social tem sido uma das formas de fundamentos dos discursos que fortalece a mobilização dos agentes sociais do Bairro Colônia, que sempre foi lugar de exclusão, reclusão, isolamento e seus habitantes alvos de preconceitos.

Sobre memória, enquanto categoria analítica, como nos ensina Walter Benjamin (1994), a mesma não pode ser compreendida como recuperação do que foi vivido, pois, o tecer da rememoração, ao abrir o acontecimento vivido para tudo que veio antes e depois, compõe possibilidades infinitas de agenciamentos de sentidos e significados para o passado, tanto para o próprio autor quanto para o leitor.

Para Gaston Bachelard (1996), a ideia de que a imagem poética “não ecoa o passado. É antes o inverso: com explosão de uma imagem, o passado longínquo ressoa de ecos e já não vemos em que profundezas esses ecos vão morrer” (BACHELARD, 1996, p. 2). Dito de outra forma, a construção do passado pela memória é operação do presente e está envolvida na produção do futuro. Nesse sentido, poderemos considerar que as imagens poéticas do Encontro das Águas, ao operar a memória e os sentimentos, produzem o futuro ou apontam para o que se pretende para o futuro.

Nas relações que se tecem entre o tempo e o espaço, as lembranças se associam à configuração material do Encontro das Águas, evocam vivências do passado. Nesse sentido,

Maurice Halbwachs (1990), ao estudar os “espaços da memória”, afirma que a estabilidade do espaço pode constituir-se em âncora da memória:

O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca (HALBWACHS, 1990, p. 143).

A descrição que Dona Maria do Carmo faz de sua história marca a própria trajetória das formas pelas quais se davam os tratamentos da hanseníase no Brasil, os deslocamentos compulsórios, o desligamento do doente com a família, o lugar de tratamento que se isolava do restante da sociedade, a vida marcada por preconceitos e estigmas, mas, também, as superações, a construção de identidades a partir de vidas partidas. Sentimento de pertencimento ao lugar que foram levados e de lutas individuais de superações de dores e de mobilizações sociais em lutas de interesses coletivos. História de vida de Dona Maria do Carmo em evidência não somente por ser na atualidade a moradora mais antiga, bem mais que isso, por pessoa solidária e atuante na vida social e política do bairro e por contar sua história como um reflexo da história social de muitos de seus vizinhos.

A primeira conversa que tive com Dona Maria do Carmo foi por telefone, havia conseguido seu contato na secretaria da paróquia. Marcamos em um sábado pela manhã em sua casa. No decorrer de nossa conversa, notei que Dona Maria do Carmo entremeava narrativas explicativas com perguntas a mim, fez isso em vários momentos, mas, muito sutilmente como quer saber mais da pessoa que está ali a lhe entrevistar.

Entre a mureta da casa de Dona Maria do Carmo e a rua há uma frondosa mangueira e logo que se adentra há um jardim frontal com uma boa diversidade de bromélias, orquídeas, tajás que circundam um pátio com uma cobertura de telhas de onde pendem samambaias plantadas em artefato artesanal de reciclagem feito com telas de proteção de aparelhos ventiladores, contei doze desses artefatos pendentes sobre nossas cabeças. Enquanto Dona Maria do Carmo atendia alguém (é que o primeiro compartimento de sua casa funciona uma pequena mercearia no que seria a sala da casa) fiquei admirando aquele jardim. E observando outros elementos daquela residência. O piso desse espaço em que ela me recebeu é de ladrilho hidráulico, daqueles comuns em construções da passagem século XIX e início do século XX em Manaus. Somente em

outro encontro com Dona Maria do Carmo que soube que eram das demolições de pavilhões de Paricatuba, e ela me explicou que seu marido integrava equipes de trabalho que eram contratados pelo governo para demolições prediais naquele antigo Hospital Colônia e trazer em barcos matérias para edificar prédios na nova colônia que se formava nas margens daquele lago ladeado pelo Encontro das Águas. Na parede frontal da casa e nas paredes internas da sala com prateleiras com mercadorias havia cartazes com fotografias impressas e matérias de jornais sobre achados arqueológicos no bairro.

Então decide que aquela exposição de cartazes daria mote para iniciar a conversa com Dona Maria do Carmo. Entraria pela questão arqueológica evidenciada nas paredes da residência. Não tive tempo, muito falante, Dona Maria do Carmo foi logo abrindo a conversa dizendo: *Graças a Deus que o polo naval, você sabe do polo naval que ia ser construído, né? No Jutuarana.*

Dona Maria do Carmo me aguardava e não esperou que eu me apresentasse, havíamos conversado algumas vezes por telefone e veio logo fazendo uma assertiva sobre a questão do polo naval e estabelecendo uma pergunta. Apenas respondi com uma pequena pergunta: mais a baixo, não é? Essa questão inicial mostra como Dona Maria do Carmo não dissocia as pretensões de grandes projetos naquela área. O comum e é como os tecnocratas querem fazer entender é de que são coisas distintas e que muitas vezes acontecem em períodos distintos. Na conversa que tive por telefone com Dona Maria do Carmo havia esclarecido que o tema da minha tese é o Encontro das Águas.

Dona Maria do Carmo: Sim, iam desativar parece que 13 comunidades para fazer. Quando eles vem já chegam tudo planejado. Conhece o Valter, né? Um que é fotógrafo, ele nos ajudou muito na questão do porto.

Alvatir Carolino: Que mora lá no zumbi, né?

Dona Maria do Carmo: É.

Alvatir Carolino: Acho que o conheci em 2012.

Dona Maria do Carmo: Disse para ele: Valter, a gente tem que pedir a Deus. Porque esse porto também, só Deus é todo poderoso. Você acredita, né? Que existe Deus (rsrs). A gente acredita e tem que ter fé e confiar. Eu disse: olha Valter...(Dona Maria do Carmo faz uma pausa e aponta para um dos cartazes feitos em cartolina que recebem fotos impressas em folha formato A4 de fotografia e matérias de jornais) isso aqui foram tiradas nas nossas comunidades, essas urnas. Está assim porque a menina molhou e escorreu no papel.

Alvatir Carolino: São urnas arqueológicas?

Dona Maria do Carmo: Sim, dos nossos antepassados. Ela pesava 450 quilos, oito homens não conseguiram, teve que vir um caminhão com um guincho para poder suspender e tirar.

Alvatir Carolino: Essas fotos foi o Valter quem tirou?

Dona Maria do Carmo: Sim.

Alvatir Carolino: Essas urnas estavam na beira do rio ou na parte da cidade (usei cidade para me referir a área urbanizada do bairro)?

Dona Maria do Carmo: Lá na 11 de maio, sabe onde é?

Alvatir Carolino: Passando ali a CESELA?

Dona Maria do Carmo: Na CESELA, conhece o escritório deles.

Alvatir Carolino: Passei por lá no sábado.

Dona Maria do Carmo: Não tem o posto médico? Aquela área toda tem urnas.

Alvatir Carolino: É mesmo, é?

Dona Maria do Carmo: Aqui era habitável, quando cheguei era cheio de urnas, depois que meteram o asfalto, cobriu tudo. Tinham as urnas quando cavavam, encontravam os pães, sabe que o índio faz pão de macaxeira. Aí, encontravam de buriti, porque tinha bastante buriti aqui.

Alvatir Carolino: Buriti dentro das urnas?

Dona Maria do Carmo: Não, nos pães. Ainda novinho, eles embrulhavam numa palha.

Alvatir Carolino: Ah, entendi.

Dona Maria do Carmo: Tem a palha do cauçu, tem outras palmeiras que eles aproveitavam e faziam pão. Encontravam muito de buriti e de macaxeira. Você está vendo aquele alguidar? Um dentro do outro, ali eles colocavam as oferendas (aponta para fotografias nos cartazes da parede). Acho que eles faziam que nem os faraós, que deixavam dentro das pirâmides. Deixavam todos os pertences, que para quando ressuscitassem tivessem tudinho. Desde comida deixavam. Tenho conversado, ah, mas o índio. Digo, o índio é gente como a gente. Só que o homem foi sempre aventureiro, vinham em expedição e para cá se perdiam, né? Que aí você ver que tem índio branco, o americano é branco, né? Os incas passaram por aqui pelo Amazonas também, tem vestígios deles. Eles se alojaram no Peru, né? Pois é, aqui é o maior sítio arqueológico que tem em Manaus. Ali onde fizeram a adutora da água. Ali, encontraram muitos objetos, nas lajes, conhece as lajes?

Alvatir Carolino: Conheço, já joguei muita tarrafa muito por ali.

Dona Maria do Carmo: É, quer ver? Peri lá, que vou pegar ali. Você já está gravando? Vamos ver logo o que o senhor quer.

Alvatir Carolino: Não, Dona Maria do Carmo, está gravando, mas não se preocupe não, vamos deixar assim mesmo! Vamos conversar assim, sem preocupação. Até porque, Dona Maria do Carmo, ainda vou perturbar muito vocês aqui até terminar esse doutorado.

Dona Maria do Carmo: Se você combinar até combino com o Valter para ele vir aqui, até porque muita coisa eu esqueço.

Alvatir Carolino: Bacana, eu agradeço. Tem muita coisa que quero saber de vocês aqui, que são moradores daqui, né? Tudo isso aqui é um sítio arqueológico muito importante.

Dona Maria do Carmo: Muito importante, ali eles isolaram lá na 11 de maio, pra lá do CESELA, do escritório, onde tem uma garagem, né? Lá tinha desde urna de criança. O IPHAN tinha interesse de fazer um museu, né! Só que tinha que fechar o posto para isolar aquela área toda, você sabe como é, a população precisa do posto de saúde, mas só foi isolada a área. Esses alguidares estavam com as beiras de fora. Têm vários ali quebrados. Essa urna está ali no IPHAN. Outro dia, nós da terceira idade fomos ver, eles estão tirando a terra, está cheio de terra, ainda não encontraram nada. O rapaz explicou lá para nós. Porque eles vão tirando devagar, molhando porque está bastante duro. Ela tem mais de 2 mil anos, já pensou? Como eles trabalhavam com o barro. Você já ouviu falar na terra preta do índio?

Alvatir Carolino: Já.

Dona Maria do Carmo: Lá na 11 de maio (umas comunidades do bairro) tem uma veia da terra preta do índio. Eles que faziam. Encontraram muito cálcio nessa terra.

Considerar que a fala de Dona Maria do Carmo é mera reprodução das falas de técnicos e arqueólogos que pesquisavam a área não é razoável. Há de se considerar que a perspectiva de paisagem arqueológica presente na fala de Dona Maria do Carmo articula a dimensão política de luta pela preservação do lugar. Quando Dona Maria do Carmo fala dos usos e preservações que fizeram os habitarem o lugar, ela está articulando a noção de preservação e uso de recursos naturais que podem ser feitos sem destruição. Há uma consciência de luta por preservação ambiental e de garantia de uso do ambiente pela comunidade que se formou entorno do hospital cujas vidas de grande parte dos moradores são vinculadas.

Cheguei dia 13 de março de 1948, dia de quarta-feira, às 14 horas. Isso ficou gravado! (risos). Era muito farto de tudo, principalmente de caça, de tatu, anta, paca, cutia, porco do mato, aqui era tão farto que até eu matei um veado aqui no quintal de casa. Eles sempre apareciam e vinha pelas capoeiras e atravessam. Nesse dia ele veio pelo quintal e passou pelo quintal do vizinho, os cachorros vieram com ele e ele veio para cá, meu esposo tinha feito o piso de azulejo, né? O vizinho já tinha com o machado atrás, quando ele escorregou pegou nos pés dele, porque bicho escorrega no azulejo. Ele disse: Dona Maria do Carmo, pegue o machado e cassetete ele. Isso é um sábado de aleluia, lembro benzinho! E o bicho assim com um zolhão dele. Eu disse: Aí, não tenho coragem, até que cassetetei ele. Aí nos fomos distribuir com os vizinhos, a carne estava muito boa. Você já comeu? (Dona Maria do Carmo, junho de 2016).

É! Carne de veado é muito boa, gosto muito de caça, respondi. A pergunta de Maria parece ser mais um teste para verificar se estava falando com mais um ambientalista fundamentalista que poderia a condenar por comer animais silvestres e,

minha resposta também poderia ser interpretada como uma canalhice, um subterfúgio apenas para não demonstrar estranheza e adquirir proximidade, mas, gosto mesmo de carnes silvestres. Dona Maria do Carmo balançou a cabeça em sinal como quem quer dizer “muito bem”, disse que o lugar foi rico em caça.

Dona Maria do Carmo: Nessa fábrica que tem aí na estrada que joga uma fumaça preta que polui tudo, você passou por ela.

Alvatir Carolino: Ali é a fábrica de papel é?

Dona Maria do Carmo: Não, a de papel é mais embaixo, logo na entrada. É uma fábrica que tem uma chaminé, quando é a noite tem uma fumaça preta e de manhã também. Porque você não reparou. É reciclagem que eles fazem, né? Por trás dela passava um igarapé, aqui era rico porque Deus faz tudo perfeito, se tinha o igarapé que era para o animal beber a água. Nós é que não sabemos agradecer. Deixou tudo pronto, porque deixou o peixe em fartura e as frutas com todos os sabores.

Um lugar bonito e farto de peixes, caças e frutas. Um lugar que era destino de pessoas como Dona Maria do Carmo após a separação da família e que não sabiam se sobreviveriam. Um lugar onde edificaram a vida, uma nova vida. Um lugar pelo qual têm apreço. Dona Maria do Carmo é extrovertida e sua vitalidade não reflete a idade que tem e nem os traumas e dramas que se passaram com ela e com os vários colegas de internação.

A doença é assim: eu contraí do meu pai e do meu irmão. Meu pai foi levado para Belém. Eu ainda não apresentava a doença. Depois apareceu. Quando ele foi levado para o hospital em Belém, eu e meu irmão ficamos com a hanseníase. Ele não resistiu. Eu porque tive a sorte de chegar aqui. Saí do Paraná de Dona Rosa. Vinha de sete em sete anos um navio todo equipado, aonde tinha alguém doente levavam. Foi numa leva dessas que meu pai foi. Quando apareceu em mim, o que eles fizeram? Meu tio, com esse pessoal, que eram parentes dessa menina (refere-se a uma menina que contraiu hanseníase na mesma época e morava nas proximidades), como alternativa, comprou uma canoa e nós viemos a reboque. Ia muito motor comprar gado lá no Paraná de Dona Rosa, né!?! Daqui do Amazonas. O motor era de pouca força, pequeno. O boeira ia do lado. Sabe o que boeira? Onde coloca o gado. Hoje em dia o gado vem de balsa. O cabo tinha 6 metros de comprimento, assim do motor! Passei por um preconceito que não foi fácil. Eu era menina. Eu e a outra menina na canoa. Eu contando a história, alguém me perguntou aonde vocês fazia a precisão? Eu disse: acho que na beira da canoa. Não tinha outra opção e no interior a gente faz assim. Foram 8 dias de subida, porque o motor era de pouca força. E a boeira era de dois andares, vinha gado embaixo e em cima. Aí fico pensando como é que eles embarcavam o gado lá para cima? Acho que era no guincho, só poderia ser (Dona Maria do Carmo).

Porque meu tio tinha porto de lenha, você já ouviu falar?

Alvatir Carolino: Já ouvi falar, mas não sei o que é.

Dona Maria do Carmo: Antigamente, os navios eram virados por caldeiras e a caldeira tinha que ter lenha dentro. Um metro assim de comprimento que tiravam de madeira na mata. Fazia aquele monte de lenha na frente das casas, assim, na casa que tinha comércio. O navio passava o dia embarcando lenha, tinha um depósito e, desse, era jogado na caldeira. Quando a caldeira queimava, é fazia ligar a máquina.

Alvatir Carolino: Ah, era do tempo do barco a vapor, né?

Dona Maria do Carmo: Isso! Era virado a vapor.

Alvatir Carolino: Era aquele com aquelas rodas do lado?

Dona Maria do Carmo: Não, aquela era outra. Aquela andava com aquela roda. Conheci daquela, aqui no interior do Amazonas.

Alvatir Carolino: Aquele de duas rodas assim, virando água? Era na lenha também?

Dona Maria do Carmo: Não sei como ela virava. Só era uma roda atrás, bem grande, acho que tinha a palheta também, né? Porque eles controlavam na frente, chamavam de chata, né?

Alvatir Carolino: Acho que ouvi a minha avó falar.

Dona Maria do Carmo: A tua avó era do interior também?

Alvatir Carolino: A minha avó nasceu em Manaus, a minha bisavó veio do interior de Maués, naquela região do médio Amazonas.

Dona Maria do Carmo: Eu sei! Assim, foram 08 dias de viagem. Saímos de lá dia 04 de março e chegamos aqui, no dia 12.

Alvatir Carolino: E a comida de vocês era fornecida pelo barco?

Dona Maria do Carmo: O barco dava, veio um tio dela e um sobrinho, tomando conta de nós. Porque a minha família e do meu pai era bem pouquinho e não tinha condições deles virem. Quando era de manhã diminuía e macha do motor, puxavam a canoa e passava café, almoço e o jantar e, eram assim.

Alvatir Carolino: A senhora desembarcou aqui mesmo ou no centro da cidade?

Dona Maria do Carmo: Ali no São Raimundo, porque o matadouro de primeiro era no São Raimundo, amanhecemos em um igarapé, que eu acho que era o do São Raimundo. Vieram aquelas mulheres curiosas, trouxeram café e pão. O tio dela saiu para ir atrás do médico, naquele tempo a saúde, eu não sabia nem para aonde era. Uma das mulheres, disse assim: olham, vocês pedem para ir para a Colônia Antônio Aleixo, porque quem vai para Paricatuba. Conhece paricatuba? Já fostes lá?

Alvatir Carolino: Sim, conheço.

Dona Maria do Carmo: Aquilo era um prédio muito bonito, deveria ser reconstruído, né? É muito gasto, né?

Alvatir Carolino: É por falta de interesse também, né Dona Maria do Carmo? Porque se gasta dinheiro com tanta coisa.

Dona Maria do Carmo: Bem, aí ela disse: vocês podem ir para a Colônia Antônio Aleixo, porque quem vai para Paricatuba, só vai para morrer, porque lá não tem tratamento e na colônia tem. Só que naquele

tempo, a lancha Adolfo Lins, nos dias de segunda, quarta e sexta, vinha para a Colônia. Terça, quinta e sábado ia para Paricatuba com as visitas, o rancho e a comida, que traziam. Para cá, vinham os dentistas e o operador que passava o filme. Como era um dia de quarta feira, nós viemos para cá. Dia 13 de maio, uma quarta feira. Aí deu certo o que a mulher falou. (rsrs).

Alvatir Carolino: Por que lá desativou e eles vieram para cá, né?

Dona Maria do Carmo: Não, mas nesse tempo, ainda era leprosário. Desativou em 1976, no tempo da ditadura... A água, a gente tomava do lago, quando a gente tinha problema, porque que só tinha um motor, quando quebrava uma peça da bomba, a gente passava de 10 a 15 dias, tomando água do lago. Agora não podemos nem botar a ponta do dedo de tanto poluída que está. Só tem um jeito para esse lago voltar como era, que seria urbanizar aqui em cima, porque joga tudo para o lago. Aqui é um lugar sem lei, todo mundo faz casa aonde entende, liga o esgoto para o banheiro. O esgoto deveria só pegar água da chuva, né?

Alvatir Carolino: Deveria ser, né?

Dona Maria do Carmo: Deveria ser, mas não é. E o nosso lago está na UTI, só se a comunidade se organizasse e dissesse vamos lutar. Primeiro tiraria os flutuantes para arrumar aqui em cima. Até a água do hospital Geraldo da Rocha vai para o lago. O esgoto da penitenciária, sabe a penitenciária? Joga tudo no lago.

Alvatir Carolino: E na luta aqui também das associações, a senhora é presente?

Dona Maria do Carmo: É, como é que eles me chamam? Que sou entrosada em tudo, fico denunciando e fico cobrando, né? Tem que ser, né? A gente que luta pelo meio ambiente e contra coisas que não é justo.

Ao construir e narrar histórias que nós pesquisadores podemos ou não tratar como histórias de vida, os sujeitos que nos falam realizam escolhas por meio de estratégias narrativas, a fim de oferecer determinadas representações de si mesmo, mais do que simplesmente organizar suas vivências numa ordem temporal (CARVALHO, 2011, p. 314).

De fatos e artefatos de povos que habitaram e fizeram uso do espaço aos grupos sociais da atualidade e seus bens culturais relacionados, o Encontro das Águas e seu entorno se configura como espaço de memória, ou, encontro de memórias. A fala de Dona Maria do Carmo situa sua própria história de vida que é marcada por traumas e resistências, mas que é simétrica a histórias de tantas outras famílias naquele bairro. A questão ambiental e a luta para preservar a paisagem que habitam articulada com referências arqueológicas e histórica social e natureza. A noção de preservação de patrimônio aflora em seu discurso com ciência de que está direcionando-o para alguém que pode reverberar as angústias, os anseios e as lutas que encampam para preservação do lugar que fora “a única coisa lhes deram”. De um lugar de negações, mas cheio de

significados para os que foram deslocados compulsoriamente por terem contraído hanseníase, passa a ser alvo de especulação e implantação de grandes projetos.

Dois obras literárias do início do século vinte permitem perceber que a região do Encontro das Águas e seu entorno carrega a noção do lugar da fronteira imaginada entre civilização e barbárie, certamente pela literatura de cronistas e viagens que leram e por coisas que ouviram, Mário de Andrade e Euclides da Cunha situa a Ilha de Marapatá como marco dessa fronteira.

À entrada de Manaus existe a belíssima Ilha de Marapatá — e essa ilha tem uma função alarmante. É o mais original dos lazaretos — um lazareto de almas! Ali, dizem, o recém-vindo deixa a consciência... Meça-se o alcance deste prodígio da fantasia popular. A ilha que existe fronteira à boca do Purus perdeu o antigo nome geográfico e chama-se “Ilha da Consciência”; e o mesmo acontece a uma outra, semelhante, na foz do Juruá. É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica às melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável (CUNHA, http://www.euclidesdacunha.org.br/abl_minisites/media/AMARGE_MDAHISTORIA.pdf).

Já no início de *À margem da história*, Euclides da Cunha fala do seu desapontamento, foge das interpretações entusiastas e idealizadas nas páginas singulares e líricas de tantos viajantes e sugere uma abordagem realista ao defrontar o Amazonas (CUNHA, p. 01). Quando diz sobre abdicar das melhores qualidades nativas, refere-se no ato psíquico de privar-se de preceitos morais e/ou racionais e isso tem haver com o que define como: *o incoercível da fatalidade física*. Cunha cita Buscalione, *que caracterizou as duas primeiras fases da influência climática — sobre o forasteiro —, a princípio sob a forma de uma superexcitação das funções psíquicas e sensuais, acompanhada, depois, de um lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres*. Mesmo considerando a natureza, enquanto força brutal e soberana, como *adversária do homem*, Cunha traz uma leitura das relações sociais perversas no ambiente de trabalho nos seringais que diz ser um paraíso diabólico tocado por criminosa organização do trabalho de desaçamado egoísmo: *O homem... abdica às melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável* (CUNHA, p. 07 e 08).

Mário de Andrade inverte a lógica do estrangeiro que deixa suas virtudes e princípios morais em Marapatá para se aventurar no Amazonas. Não é o forasteiro que

faz da ilha um depositário de sanidade para adentrar o insano, é Macunaíma quem deixa sua consciência nativa em Marapatá e segue para São Paulo. A cidade grande, signo de civilização, onde o herói vai assimilar e digerir outra cultura.

No outro dia Macunaíma pulou cedo na ubá e deu uma chegada até a foz do rio Negro pra deixar a consciência na ilha de Marapatá. Deixou-a bem na ponta dum mandacaru de dez metros, pra não ser comida pelas saúvas, voltou pro lugar onde os manos esperavam e no pino do dia os três rumaram pra margem esquerda do Sol(ANDRADE, p.37).

A literatura supramencionada mostra de como a referida ilha é marco a delimitar uma fronteira e, essas e outras tantas narrativas tem síntese nos versos musicais de Aníbal Beça e Armadinho de Paula cujo título é Marapatá:

Que doce mistério
Abriga teu dorso
De ilha afogada
No curso das mágoas?
O Velho Bahira
Se mira nas águas
Espelho da lua
Narciso nheengara
É Marapatá, porta de Manaus
É Marapatá, patati patatá
Que mana maninha
Que dança sozinha
Savana de seda
Pavana de cio
Capim canarana
Bubua banzando
Canção enrugada
Banzeiro de rio
Vá logo deixando
Senhor forasteiro
A sua vergonha
Em Marapatá
Vergonha se verga
Na cuia do ventre
No V da ilhargas
Vincando por lá
Cunhã se arretando
Tessão de mormaço
Abrindo as entranhas
A flor do tajá
E o macho fungando
Flechando, fiçando
Mordendo a leseira
Dizendo: "Ulha já!"

Portanto, *A porta de Manaus*, pela definição de Aníbal e Armadinho, é uma das percepções sobre a paisagem. Marapatá fica um pouco acima do encontro maior dos rios

Negro e Solimões, referindo-me a faixa mais extensa do encontro dos dois rios, porque um pouco acima de Marapatá, na margem direita do rio Negro há um “furo” do rio Solimões chamado Furo do Paracuíba que na cheia, principalmente, drena águas do Solimões no rio Negro. Muitos dizem que “*é onde realmente começa o Encontro das Águas*”. Também conhecida como ilha da Consciência, Marapatá fica antes da grande curva de quase noventa graus do rio Negro que antecede uma extensão rio acima que fronteira a cidade de Manaus.

A margem esquerda do Encontro das Águas, rio abaixo de Marapatá, foi durante grande parte da primeira metade do século vinte um lugar tido como distante da cidade. A representação poética de “porta de Manaus” atribuída a ilha pode ser estendida a conceber que, portanto, rio abaixo não é Manaus. Assim, o leprosário Bela Vista concluído em 1928, mas que não chegou a funcionar com tal propósito serviu posteriormente como reformatório e depois como escola agrícola. No lago, o exército depois os nordestinos e em seguida o leprosário.

Em seminário proferido em 2010 sobre a história da Escola Agrotécnica¹⁶, professor Otto Augusto Sarmiento disse que foi por força do decreto lei 2.255 de 30 de maio de 1940 transfere o Aprendizado Agrícola Rio Branco, do território do Acre, para o estado do Amazonas. Considerando que o estado do Amazonas cedeu a União a propriedade denominada paredão nas proximidades de Manaus onde funcionava o reformatório de Menores Melo Mattos¹⁷ após o não uso das instalações construídas em 1928.

E a nossa escola ali ficaria no paredão [...] Lá tem um talude muito grande quem passa ali no rio Negro verifica aquele talude de argila, aquele barranco muito grande. E aí era chamado de paredão. Os barcos às vezes marcavam as passagens e àqueles navios que chegavam a Manaus tinham que avisar que estavam chegando e nós através do telefone 1415 do Paredão, da escola, do Aprendizado, a gente telefonava para a alfândega pra dizer que o navio já tinha dado três apitos de aviso e tava passando no paredão. Olha lá mil novecentos e tal, né (OTTO, 2010).

¹⁶ Seminário realizado em duas seções no primeiro semestre de 2010 que integrou atividades do Projeto de Extensão Fórum Permanente de Educação, Ciência e Tecnologia no IFAM-CMZL sob coordenação de Alvatir Carolino.

¹⁷ O projeto de autoria de Mello Mattos, o decreto número 16.272 de 20 de dezembro de 1923, autorizou o governo a organizar o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinvente estabelecendo, também, a criação do Juízo de Direito Privativo de Menores, do Abrigo para recolhimento dos “menores” e de outros dispositivos complementares.

Há de considerar que o relato de Otto marca não somente a distância que para a época representava algo fora da cidade e que o espaço antes funcionava o Instituto para recuperação de menores “infratores” e na década de quarenta passou a ser o Aprendizado Agrícola. Mesmo os estudantes do aprendizado agrícola eram considerados ou pessoas em vulnerabilidade social e que ser interno naquele lugar representava isolamento com relação à cidade. Primeiro um lugar para menores pobres e infratores e, depois um lugar para filhos de pobres adquirem profissão técnica para ingressar no mundo do trabalho em ocupação subalterna. Esse lugar que antes era de difícil acesso, desde meados da década de setenta funciona uma base da Marinha do Brasil.

Alguns quilômetros rio abaixo fica o Bairro Colônia Antônio Aleixo. Diz-se que nas primeiras décadas do século XX, o Estado ocupou como base do exército, posteriormente com os acordos da segunda guerra mundial serviu de quarentena aos chamados soldados da borracha. O Estado ordenou a construção de dezesseis pavilhões em madeira para abrigar nordestinos que chegavam para a revitalização da economia seringalista e, ali ficavam como numa quarentena a espera de serem transferidos aos seringais no interior do estado.

Após a partida dos nordestinos, o local ficou abandonado até ser ocupado novamente, desta vez por portadores de hanseníase, uma vez que, a região era isolada e o trajeto até a cidade, feito margeando o rio Negro.

No início da década de 1940, o doutor Menandro Tapajós, numa viagem a Minas Gerais, convidou o médico mineiro Antonio Aleixo para iniciar um trabalho pioneiro num leprosário, que funcionaria nos pavilhões abandonados pelos arigós. Assim, o tratamento dos portadores de hanseníase começou com apenas seis pacientes, e por volta de 1942, os doentes que eram tratados no antigo leprosário de Paricatuba foram trazidos, em grande parte pelo ex-foguista Raimundo Mendes para a nova colônia, que ganhou o nome do seu fundador e patrono, Antonio Aleixo (Jornal do Comércio <http://colonia-antonio-aleixo.webnode.com.br/historico-do-bairro/>)

Como a narrativa do professor Otto constrói a paisagem da primeira instalação da “escola agrícola” sucedendo o “reformatório”, os moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo por suas histórias de vida constroem e reconstrói o “único lugar” que lhes deram e essa memória acionada formata e impulsiona a mobilização pela preservação do Encontro das Águas e seu entrono.

Em mitos cosmogônicos de algumas etnias do alto rio Negro há uma cobra que transporta a humanidade. Chamada de cobra canoa ou cobra barco, em suas paradas surgem grupos humanos, formam-se paisagens. Dizem os Tukano que viagem da cobra-canoa dos ancestrais partiu do Lago de Leite – identificado atualmente pelos índios como a Baía da Guanabara no Rio de Janeiro –, percorreu a costa brasileira e subiu os Rios Amazonas, Negro e Uaupés, trazendo em seu ventre os ancestrais da gente de transformação até a Cachoeira de Ipanoré, localizada no médio curso do Uaupés. Foi em Ipanoré que seus ancestrais Tukano haveriam saído à terra através de um buraco existente em uma de suas lajes. Nos relatos míticos dos Tukano, Dessana e outros povos do rio Negro, a cobra-canoa fez mais de cem paradas nas chamadas casas de transformação.

Gabriel Maia¹⁸ da etnia Tukano, após uma aula de etnologia no PPGAS UFAM onde eu falei um pouco do meu projeto de pesquisa no doutorado dando enfoque aos conflitos ambientais e o caminho para patrimonialização, contou-me o motivos pelos quais ali no Encontro das Águas a adutora quebra e ninguém explica, os portos desabam e não tem que precise em laudo os motivos. Disse-me, Gabriel:

Manaus, segundo os velhos, tem três casas de transformação: uma é ali naquele porto, o Chibatão, aquele que caiu. Outro é no porto, o do centro. O outro é ali na Ponta Negra. Por isso que nesses lugares sempre some gente, desaparece. São os seres invisíveis que vivem ali. E estão sendo perturbados. É assim, no tempo da transformação teve gente que passou, subiu e virou gente e, tem seres que não passaram, ficaram em baixo e só quem pode tratar com eles são os sakaka. Nós estamos no meio, e tem os nossos que já morreram, esses estão em cima. Então, onde tem casa de transformação, tem os seres invisíveis que não gostam de ser perturbados (Gabriel Maia, entrevista em 06/01/2015).

Para os Dessana, cuja narrativa também tem a cobra como veículo de transformação, onde está Manaus é o lugar da décima terceira maloca de transformação, chamada de “Maloca da Cobra”.

O Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões e até mesmo a coloração das águas e demais paisagens do rio Negro são explicadas por meio de narrativas míticas de povos do Alto Rio Negro. Ilhas, rios, montanhas e serras. Tomando como referencia as

¹⁸Gabriel Maia é pedagogo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural da Universidade Federal do Amazonas e pertencente ao povo Tukano.

falas de um informante Dessana, Mario Ypiranga Monteiro, em *Cobra Grande – lenda-mito* (1995), apresenta os processos de surgimento do universo, das pessoas e paisagens naturais:

Uma cobra aquática de sete-cabeças se enamorou de uma moça reclusa, ela chegou com as outras feras subindo o rio com a canoa-cobra nos dias da criação. O pajé conseguiu mata-la, queimada produziu um grande barulho e uma fumaça negra que subiu para a Via-Láctea, desde então ela ali existe. Outra variante conta a origem das cachoeiras, apresenta a cobra aquática gigantesca como um inimigo. Todos querem matá-la e levantam obstáculos à sua penetração. Estes obstáculos são as cachoeiras, igarapés, lagos, paranás, ilhas e pedras que hoje existem. Finalmente a cobra é morta por Jurupari que realiza uma cerimônia de purificação após ter esmagado a cabeça da cobra, fazendo sua alma subir ao céu. Há uma versão que identifica a ilha de Marapatá como sendo a parte onde foi cortada a cabeça da cobra: “Parece que o sangue referido se trata das águas do rio Amazonas, sendo ali, no encontro das águas a última luta da cobra-grande. Quanto ao fato de haver sido estraçalhada a barriga da cobra em mil pedaços, parece tratar-se do arquipélago de Anavilhanas” (MONTEIRO, 1995, p. 91).

A ideia de luta e resistência permeia tanto as narrativas míticas, quanto as falas dos agentes sociais que moram e usam a paisagem. Dentre as muitas histórias que tomam o Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões como cenário, as narrativas orais da resistência indígena contra o processo de posse e conquista europeia sobre o Amazonas em que a figura central é Aiuricaua (ou Ajuricaba, líder Manau que liderou tribos rionegrinas na guerra contra a colonização), sem dúvida é a de maior relevância, tendo em vista que o líder Manau é sempre lembrado como herói que resistiu até a morte contra a opressão invasora.

Nessas narrativas orais sobre Aiuricaua, a paisagem natural do encontro dos rios Negro e Solimões é o lugar do acontecimento maior – onde o homem Aiuricaua torna-se mito -, assassinado por soldados e jogado no encontro dos rios, nas proximidades de Manaus, e renasce no imaginário do povo como herói da resistência amazônica.

Na construção mitológica de Ajuricaba, fala-se de assassinato cometido pelos soldados portugueses, onde renasce como mito. Mas na versão oficial, segundo documento do governador do Grão-Pará, tem-se a versão do suicídio,

Quando Ajuricaba estava vindo como prisioneiro para a cidade de Belém, e ainda estava navegando no rio, ele e outros homens levantaram-se na canoa onde estavam sendo conduzidos agrilhoados e tentaram matar soldados. Estes sacaram de suas armas e feriram alguns deles e mataram outros. Então, Ajuricaba soltou da canoa para a água com um outro chefe e jamais reapareceu vivo ou morto. Deixando de lado o sentimento o sentimento pela perda de sua alma, ele nos fez grande gentileza libertando-nos dos temores de sermos obrigados a guardá-lo (Relatório do governador do

Grão-Pará, João da Maia da Gama, ao rei de Portugal, datada de 1727.
Apud: SOUZA, M.(1979), p. 16).

Entre verdades sobre Ajuricaba, tem-se, ao longo da história da formação da cidade de Manaus e do próprio processo de colonização da Amazônia, a construção simbólica do mito, que morre no encontro dos rios Negro e Solimões para emergir no imaginário local como “Herói Ajuricaba”. Nele, constrói-se a ideia da resistência indígena e guarda a memória de muitos “ajuricabas” que resistiram à invasão europeia e serve para lembrar que essa cidade (Manaus), em sua gênese, é indígena e tem disposição para resistir, mesmo diante da força dos opressores.

Assim como em Artur da Bretanha, levado para as profundezas do lago de Avalon, também o herói amazônico sumiu sob as águas, como se pode ler em didascália (SOUZA, M. 1997, p. 45): “Os soldados jogam Ajuricaba no rio e o herói é recebido nos braços de três entidades que o levam para a eternidade”. E ainda como o lendário rei celta e à semelhança de D. Sebastião, que desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir, os quais, durante anos, foram esperados como redentores, Ajuricaba ainda hoje é lembrado pelos amazonenses, herdeiros do povo que dirigiu, como símbolo de uma luta permanentemente renovada (Krüger, p. 262, 2005).

A ideia de símbolo de *luta permanente e renovada*, colocada por Krüger (2005), ao analisar o mito teatralizado de Ajuricaba, pela obra *A Paixão de Ajuricaba*, de Márcio Souza, renova-se em outras formas de produção artística e na oralidade dos amazonenses, sempre com essa ideia de luta permanente e renovada. Como exemplo, a toada *Ajuricaba*, de autoria de Tony Medeiros e Inaldo Medeiros, do Boi-Bumbá Garantido (Parintins-AM), apresentada e encenada no Festival Folclórico de 1996. Na letra desta toada, a expressão encontro das águas dos rios Negro e Solimões é grafado *Encontro dos rios Negro e rio Mar*.

Nos relatos dos viajantes que passaram por esta região do “Novo Mundo”, chamada Amazônia, temos referências descritivas do encontro das águas dos rios Negro e Solimões. Esses relatos se encontram dentro do contexto das viagens e excursões europeias, cujos objetivos eram a posse e a conquista das novas terras.

O Velho e Novo Mundo encontram-se em 1492 (descoberta do Continente Americano). Antes mesmo de ser explorado, o Novo Mundo sofre a sua primeira intervenção histórica, formalmente expressa pelo Tratado de Tordesilhas (1494). A América espanhola e América portuguesa assinalam

uma divisão do ainda desconhecido território. O que não impediu de dividir povos, culturas, agora espaços anexados à geografia econômica da Europa. Lusitânia (parte oriental portuguesa) e Nova Andaluzia (parte ocidental espanhola) são as primeiras denominações da Amazônia, e características de uma posse que precedeu a conquista. (SILVA, p. 21, 2004).

Nesse sentido, Amazônia figura-se nos momentos e movimentos da exploração estrangeira (espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses) com vistas a novos mercados. Com o processo de posse e reconhecimento da região, tem-se as condições iniciais para a ocupação e integração do território aos reinos ibéricos. Conforme Silva (2004), *“A palavra loteamento diz muito do clima da disputa mercantil e da corrida colonial na conquista e colonização da Amazônia”* (SILVA, 2004, p. 26). A esse respeito, Freire (1987) diz que,

O simples fato de navegar pelo rio Amazonas fazia que o rei do qual o descobridor fosse súdito lhes desse a posse da região. O rei Carlos V doou ao espanhol Orellana as terras descobertas, batizadas de “Nova Andaluzia”, Maria de Médici, regente de Luís XIII da França, doou parte das terras da Amazônia ao francês Daniel de La Touche. O rei James I fez o mesmo em relação aos súditos ingleses Thomas Roe e Robert Harcourt. É, finalmente, após chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco, que a Amazônia é rebatizada de Feliz Luzitânia e loteada em capitânicas hereditárias. Neste período, Portugal se encontrava unificado com a Espanha pelo mesmo governo: a dinastia filipina (FREIRE, p. 18-19, 1987).

Silva (2004) analisa esse contexto como parte constitutiva das contradições de interesses dos invasores europeus, *é delineamento de forças econômicas e políticas novas, no espaço do Antigo Regime. Cada lote é um retalho de complexidade desse conjunto, que inclui projetos diferentes de Amazônia Estrangeira* (SILVA, 2004, p.27).

É nesse contexto que se constrói a primeira referência escrita sobre o fenômeno natural chamado encontro das águas dos rios Negro e Solimões. O primeiro documento que se conhece sobre a penetração do europeu no maior rio da Amazônia, data de 1541-42 e foi redigido pelo dominicano Frei Gaspar de Carvajal, expedicionário às ordens de Francisco Orellana, governador da cidade de Santiago de Guayaquil. Carvajal inicia seu Descobrimento do Rio de Orellana assegurando que: *tudo que eu vou contar daqui por diante será como testemunho de vista e homem a quem Deus quis dar parte de um tão novo e nunca visto descobrimento, como é este que adiante direi* (CARVAJAL, 1941, p. 13).

Sabe-se que na crônica de Carvajal, são muitos os momentos em que o imaginário dos antigos viajantes ganha força explicativa para o que os expedicionários estavam vendo e vivenciando,

Os expedicionários reencontram e seqüenciam o imaginário dos antigos viajantes, cujas histórias sobre fortunas incríveis – Lá Preste João, Grão Khan ou as áreas contíguas ao Éden, aqui o Eldorado, lugar fabuloso e a cidade Manoa das lendárias mulheres guerreiras – estão sempre presentes na invenção da Amazônia. Ao longo da narrativa, o cronista vai utilizar as expressões de Marco Pólo sobre os reinos que pagavam vassalagem a Gengis Khan (GONDIM, 1994, p. 79).

Contudo, há aspectos da crônica de Carvajal que não podem ser tomados como delírio ou como reencontro e seqüência do imaginário dos antigos viajantes. O fenômeno natural do encontro dos rios Negro e Solimões é um caso em que Carvajal (1941) descreve a realidade vista com precisão, desprovido reencontro de imaginário ou delírio. Carvajal descreve o encontro da seguinte maneira:

A boca de um grande rio que entrava pelo que navegávamos, pela margem esquerda, cuja água era negra como tinta e, por isso, denominamos rio Negro. Suas águas corriam tanto e com tanta ferocidade que, por mais de vinte léguas faziam uma faixa na outra água, sem com ela se misturar. (Carvajal, 1941, p. 13).

Depois da viagem de Orellana (1540-1542), o período é marcado por outras viagens e excursões. Os franceses, a serviço da coroa francesa, na expedição de Alfonso Xaintogeois. Pedro de Ursua e Lopo de Aguirre, entre 1560-1561, que percorrem todo o rio Amazonas, pela segunda vez. O que está em jogo neste momento, *é a delimitação física das fronteiras da região como extensão do território espanhol* (SILVA, 2004, p.28).Conforme Souza (1978),

Na segunda fase da conquista colonial de 1750 a 1823, os portugueses procuraram sedimentar a empresa. Pedro da Costa Favela e Frei Teodoro já haviam reunido em aldeamento na boca do Rio Negro os índios Tarumã. Desde 1669 estava levantada a fortaleza da Barra de São José, de cujo aldeamento surgiria Manaus. Sendo o rio Negro uma das áreas mais densamente povoadas naquela época, a população indígena tornar-se-ia logo uma das maiores fontes de mão-de-obra do colonialismo” (SOUZA, p. 44, 1978).

Dentro do contexto histórico de posse e conquista do Velho Mundo sobre o Novo Mundo, quando o Velho Mundo produz um documento sobre a primeira penetração européia no rio Amazonas, o Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões

passa a ser conhecido e, ao longo da história, citado por viajantes em excursões e viagens com os mais diversos fins. Assim, o referido espaço natural assumiu um forte papel na construção identitária de Manaus, do Amazonas e do Brasil, sendo citado em diversos textos escritos e em histórias orais da população.

A noção de loteamento da Amazônia, dito por SILVA (2004), ao analisar o processo de colonização e disputas por esse pedaço do Novo Mundo tem continuidades e se faz presente na atualidade. Loteamento que é feito a revelia dos povos e comunidades tradicionais que em muitas das vezes só tomam conhecimento de uma grande obra ou de concessão de terras para explorações de grandes empresas quando as coisas já estão acertadas entre os donos do poder.

A ocupação da Amazônia e o uso equilibrado de seus recursos, assim como, a densidade populacional antes da colonização hoje está bem documentada em pesquisas arqueológicas. Nesse contexto, o Encontro das Águas é uma paisagem que tem grande relevância. Dona Maria do Carmo nos mostra em fotografia e narrativas de seus mais de setenta anos vivendo no bairro Colônia sobre os vários fatos e artefatos arqueológicos no lugar. Conforme Neves (2005), início da ocupação humana na Amazônia se dá há mais de 11.000 anos.

Diferentes partes da Amazônia já eram ocupadas ao redor de 6.000 AC. As evidências vêm de locais tão diversos como a serra dos Carajás, no Pará; a bacia do rio Jamari, em Rondônia; a região do rio Caquetá (Japurá), na Colômbia; baixo rio Negro, próximo a Manaus e o alto Orinoco, na Venezuela. Embora os dados sejam ainda escassos, é provável que essas antigas populações tivessem seu modo de vida organizado ao redor da caça, pesca e coleta, mas que também tivessem domesticados algumas plantas, conforme dados obtidos, por exemplo, na Amazônia, equatorial” (NEVES, 2005, p.07).

Na margem esquerda do rio Negro, no município de Manaus, existem vários vestígios arqueológicos, normalmente nos topos das elevações localizadas no alto das falésias e elevações próximas ao curso do rio. Conforme Costa e Lima (2006, p. 14) a região de Manaus e área da confluência dos rios Negro e Solimões são encontradas cerâmicas da Fase Paredão (século VIII e XI d.c.), pertencente à *tradição Borda Incisa*. As formas mais comuns dessas cerâmicas são vasos com alça (fruteira), cuias grandes e urnas funerárias.

A denominação Paredão, Segundo Neves (2005), se deu “*Por causa de um sítio localizado na estrada do Paredão, em Manaus, pelo arqueólogo alemão Peter Hilbert*” (Neves, p. 12, 2005). A referida estrada localiza-se próximo ao Encontro das Águas e abrigou, no início da década de 20 do século passado.

No III Encontro do Patrimônio Cultural, realizado pela Secretaria Municipal de Cultura de Manaus em 2008, no decorrer de sua palestra sobre patrimônios arqueológicos em Manaus, Eduardo Góes Neves anunciou que naquela manhã sua equipe havia identificado um sítio arqueológico na ilha de Marapatá. Ao mesmo tempo em que o arqueólogo aponta a existência de vários sítios em Manaus, alerta que os mesmos se encontram em risco de destruição: “*Sítios Paredão são muito comuns na área de Manaus, sendo que muitos sítios têm sido destruídos pelo rápido crescimento da cidade*” (NEVES, 2005, p. 12).

No município de Iranduba, a grande quantidade de sítios arqueológicos comprova que todo região em volta do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões foi densamente povoada desde milhares de anos, ocorrendo neste município, inclusive, o sítio arqueológico mais antigo do estado do Amazonas, o sítio dona Stella, datado de 8.000 a 9.000 anos antes da data presente. O que mostra a importância da área de influência do Encontro das Águas para a arqueologia, tendo em vista que o lugar há mais 8.000 anos, é também encontro de antigas populações humanas.

O poeta José Quintino da Cunha, o Quintino Cunha (1875/1943), um dos vultos mais importantes da literatura cearense, registrou em versos sua admiração sobre o fenômeno natural em poema de título Encontro das Águas, onde articula aspectos da natureza da paisagem e seus sentimentos por Maria, no poema **Encontro das Águas**

Vê bem, Maria aqui se cruzam: este
É o Rio Negro, aquele é o Solimões.
Vê bem como este contra aquele investe,
como as saudades com as recordações.

Vê como se separam duas águas,
Que se querem reunir, mas visualmente;
É um coração que quer reunir as mágoas
De um passado, às venturas de um presente.

É um simulacro só, que as águas donas
D'esta região não seguem o curso adverso,
Todas convergem para o Amazonas,
O real rei dos rios do Universo;

Para o velho Amazonas, Soberano
Que, no solo brasílio, tem o Paço;
Para o Amazonas, que nasceu humano,
Porque afinal é filho de um abraço!

Olha esta água, que é negra como tinta.
Posta nas mãos, é alva que faz gosto;
Dá por visto o nanquim com que se pinta,
Nos olhos, a paisagem de um desgosto.

Aquela outra parece amarelaça,
Muito, no entanto é também limpa, engana:
É direito a virtude quando passa
Pela flexível porta da choupana.

Que profundeza extraordinária, imensa,
Que profundeza, mais que desconforme!
Este navio é uma estrela, suspensa
N'este céu d'água, brutalmente enorme.

Se estes dois rios fôssemos, Maria,
Todas as vezes que nos encontramos,
Que Amazonas de amor não sairia
De mim, de ti, de nós que nos amamos!...
(CUNHA, 2006, p. 65 e 66.)

Em publicação motivada pela mobilização social em defesa do Encontro das Águas, o escritor Tenório Teles comenta o poema de Cunha, situando suas próprias impressões e vivências no interior do Amazonas a partir de alguns versos de Encontro das Águas,

Pus-me a pensar no teu poema na estrofe que descreves os dois rios (fiquei emocionado com a tua sensibilidade): *Vê bem, Maria, aqui se cruzam: este/ É o Rio Negro, aquele é o Solimões./Vê bem como este contra aquele investe./ Como as saudades como as recordações.* Gosto muito da descrição que fazes do negro, captando-lhe a própria alma. Contigo aprendi que os rios têm alma. Antes de ler o teu texto já pressentia essa melancolia na face do velho Negro e em seu caminhar silencioso, com se uma dor indescritível contamina-se-lhe o ser: *Olha esta água, que é negra como tinta,/ Posta nas mãos, é alva que faz gosto;/ Dá por visto o nanquim com que se pinta,/Nos olhos a paisagem de* *de* *um* *desgosto.* Sabe, Quintino, a estrofe em que falas do Solimões é a que mais gosto, por razões afetivas. Passei a minha infância na beira desse rio. Tomava banho em suas águas, mergulhando como um peixe, até o fundo. Estou entranhado até a alma pelo Solimões: saciávamos a sede com sua água. No pote ficava friazinha. Esperávamos sentar no fundo para, então bebê-la. Ainda hoje sinto o seu sabor e aquele gosto de terra. Esse rio está em mim. Por isso sinto a sua falta e o tanto amo tanto. Há dias em que sinto seu cheiro, ouço o silêncio de suas águas, sua irritação nos dias de temporal. Sinto em seu rosto a brisa que sopra ao amanhecer. Esse rio é uma metáfora da vida. Cumpre com bravura e desapego a missão de dar de beber e alimentar a terra, as plantas, os bichos e os seres humanos. Meu Solimões é, como dizes, um rio virtuoso: *Aquela outra parece amarelaça,/ Muito, no entanto, é também limpa, engana:/ É direito a virtude*

quando passa/ Pela inflexível porta da choupana (Disponível: <http://www.ncpam.com.br/2009/03/carta-quintino-cunha.html?q=pus-me+a+pensar+no+teu+poema> acessado em 20/12/2018).

A escrita da memória não pode ser compreendida como recuperação do que foi vivido, pois, como nos ensina Walter Benjamin (1994), o tecer da rememoração, ao abrir o acontecimento vivido para tudo que veio antes e depois, compõe possibilidades infinitas de agenciamentos de sentidos e significados para o passado, tanto para o próprio autor quanto para o leitor.

Telles, ao expor seus sentimentos, sobretudo ao comentar os versos de Cunha sobre o Solimões, tecendo rememorações de sua infância (como as brincadeiras no rio), fala por si, mas, também abre possibilidades de agenciamentos de sentidos e significados a milhares de amazônidas que tiveram vivências semelhantes nas margens dos rios. Desta forma, temos o Encontro das Águas como fonte de inspiração para gerações distintas de autores que externam sentimentos, imortalizam-se e, dão significado cultural à paisagem natural que os inspira. E essas produções literárias instrumentalizam as mobilizações em defesa da paisagem.

O poeta amazonense Thiago de Mello, autor de Estatutos do Homem, em um dos atos em defesa do Encontro das Águas declamou o seguinte manifesto: *Querido Encontro das Águas/ Tua beleza é sagrada/ Pela tua vida eterna te prometemos trabalhar/ Com toda perseverança/ Pela necessária mudança/ De tudo que é preciso mudar/ Cada um na sua vez e cada qual no seu lugar.* No final da década de 70 e início da década de 80 do século passado, a rádios de Manaus tocavam uma música de autoria do Maestro Adelson Santos com a temática da preservação ambiental da Amazônia. Na letra da música, Santos constrói uma imagem poética do Encontro das Águas para adentrar na questão ambiental, em seus versos diz: *em questão de Solimões o fundamental é saber que o Negro não se mistura com o Amarelo/ Não mate a mata, não mate a mata/ a virgem verde bem que merece consideração.*

Fernando Sabino escreveu em 1977 a obra *Encontro das Águas – Crônica irreverente de uma cidade tropical* que denuncia a barbárie como expressão do capitalismo neocolonial na Amazônia. A questão do desenvolvimento regional é abordada, chamando atenção para a “*exploração predatória*”, que busca transformar as florestas e rios da Amazônia em “*centro produtor de valores, integrados na economia nacional*”, mas adverte que: “*talvez amanhã a riqueza de um povo seja medida pelos*

seus esforços a favor da conservação da Natureza, do seu ambiente natural, ou seja, pela capacidade de conseguir preservar a sua própria alma” (SABINO, 1977).

Podemos entender que em Sabino, o Encontro das Águas dos rios Negro (*escuro como mate*) e Solimões (*cor de café-com-leite*) é mais que uma paisagem natural, o lugar ganha dimensão simbólica que em suas palavras, “*seria apenas uma curiosidade a mais, se de súbito não assumisse aos meus olhos as proporções de um símbolo*”. Para o autor, a integração da Amazônia tem que ser pensado como um *encontro* - tal qual o Encontro das Águas -, onde a integração signifique uma harmonia de valores distintos, uma relação da coexistência sem predomínios, que não afete a integridade de sua natureza e suas tradições.

Para Gaston Bachelard (1996, p. 2), a ideia de que a imagem poética “*não ecoa o passado. É antes o inverso: com explosão de uma imagem, o passado longínquo ressoa de ecos e já não vemos em que profundezas esses ecos vão morrer*”. Dito de outra forma, a construção do passado pela memória é operação do presente e está envolvida na produção do futuro. Nesse sentido, pode-se considerar que as *imagens poéticas* do Encontro das Águas, ao operar a memória e os sentimentos, produzem o futuro – ou apontam para o que se pretende para o futuro.

Nas relações que se tecem entre o tempo e o espaço, as lembranças se associam à configuração material daquela paisagem, evocam vivências do passado. Nesse sentido, Maurice Halbwachs (1990), ao estudar os “*espaços da memória*”, afirma que a estabilidade do espaço pode constituir-se em âncora da memória:

O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca (HALBWACHS, 1990, p.143).

Portanto, as representações do Encontro das Águas impressas em diversas formas e lugares, pode ser interpretada como tradição inventada no sentido imprimido por Hobsbawm (2006) que inclui tanto as tradições inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas de natureza

ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás tenta-se, sempre que possível, estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2006, p. 9).

A paisagem que sofre sucessivas agressões e sentem de forma imediata os moradores do seu entorno vive o dilema de ser tomada como símbolo em representações no brasão do Estado do Amazonas, na bandeira do Município de Manaus, no selo da Universidade Federal do Amazonas e expressa em artes plásticas como no pano de boca do Teatro Amazonas, em projetos urbanísticos hoje tombados como a calçada do Largo de São Sebastião, ou cantada e declamado nas artes ditas e eruditas e populares, peças publicitárias de ações de governos e de produtos e empresas do setor privado, então um símbolo presente em vários lugares, ao mesmo passo que é alvo de loteamentos para grandes obras públicas e privadas.

CAPÍTULO II - DEFINIÇÕES E REDEFINIÇÕES DO ESTADO SOBRE REGIÃO DO ENCONTRO DAS ÁGUAS: ENTRE NEGAÇÕES E COBIÇAS, DESCONTINUIDADES CONTÍNUAS INTERPOSTAS

A única coisa que eles nos deram foi esse lago, essa paisagem, esse Encontro das Águas. Agora estão nos tirando! (Maria do Carmo, 2016).

Dona Maria do Carmo teoriza o processo de expropriação da região de Manaus que o Estado destinou aos hansenianos do Amazonas (mas que também recebeu pacientes de estados vizinhos) a partir dos anos de 1940 pelo fato da não continuidade de gerações, ou seja, pela política de retirada dos filhos dos casais hansenianos do seio da família biológica e levá-los para orfanatos e adoções e, também, pelo fato de serem pessoas pobres. Segundo Dona Maria do Carmo, não se reproduziu o sentimento de pertencimento em gerações seguintes e assim faltou contingente e força para lutar pelas terras quando a expansão da especulação começa a partir dos anos de 1970 com a efetivação do Distrito Industrial, hoje chamado de Polo Industrial de Manaus, projeto da SUFRAMA.

Foram colocados ali porque eram pobres e, perdemos as terras porque somos pobres, não temos poder na luta, disse Dona Maria do Carmo certa vez referindo-se a expansão de apropriações de terras e recursos naturais que antes eram fontes de recursos para os hansenianos e familiares seus.

Aqui, segundo capítulo, segue uma análise sobre os sucessivos planos de governos que atribuíram propriedades objetivas à região do Encontro das Águas como lugar dos *lazarentos* (Leprosário Paredão Manaus e Leprosário Colônia Antônio Aleixo), infratores e filhos de desvalidos (o chamado reformatório de menores infratores e posteriormente o Colégio Agrícola) e, também, retirantes (albergue/quarentena para os Soldados da Borracha) e, em um segundo momento priorizando naquela região de implantação de grandes projetos com sucessivas execuções de obras de infraestrutura que terão na SUFRAMA a grande força do Estado nessa linha de frente e, mesmo que atividades como a refinaria de petróleo a anteceda, a partir daí surgem as narrativas de degradação ambiental e de expropriação de terras e de cercamentos de lugares de água, várzeas e terra firme que antes eram de usos coletivo. Pontuando com reflexões de

dados empíricos observados no campo, sobretudo pelas informações e considerações de Dona Maria do Carmo que apontam que a região do Encontro das Águas somente na última década tem sido palco de mobilizações contra projetos portuários, unidades prisionais, encampação do exercito brasileiro sobre terras tradicionalmente ocupadas, obras do PAC, planos de criação do Polo Naval.

Na atualidade temos o Estado de um lado com as demandas desenvolvimentistas que atendem interesses empresariais e de outro interesses preservacionistas de demandas de moradores do entorno do Encontro das Águas e de militantes ambientalistas.

A forma pela qual Dona Maria do Carmo interpreta a história social na qual ela está inserida é um dado empírico de como atos do Estado definem e redefinem usos de determinados espaços com determinados fins e que esses atos se dão à revelia dos sujeitos que são sujeitados aos atos, mas que em determinados momento reagem contra a arbitrariedade dos atos e redefinem o estigma que os atos reforçam. Mas, as falas de Dona Maria do Carmo são, também, permeadas de senso crítico e análises que nos aproxima teoricamente às reflexões sobre *região* de Bourdieu (2007).

Quando Bourdieu (2007) propõe submeter à análise os próprios instrumentos de construção do objeto nos convida a desnaturalizar categorias de análise e, no caso da categoria *região*, observando a forma pelas quais determinados seguimentos de *homus academicos* estruturam conceitos, delimitam campo de poder e de como esses conceitos passam a soar como coisa dada e, portanto, sem necessidade de análise de si, servindo imediatamente a aplicação direta sem analisá-los enquanto construto social acadêmico e político. Nesse caso, o conceito de *região* em jogo como objeto de luta entre cientistas sociais, geógrafos, economistas, historiadores, e etnólogos (BOURDIEU, 2007). “*Se o geógrafo considera a localização das actividades numa região como fenómeno espontâneo e comandado pelo meio natural, o economista introduz nos seus estudos um instrumento de análise particular - o custo*” (BOURDIEU, 2007, p.109).

Bourdieu (2007) situa que a luta pela autoridade científica do conceito de região é menos autônoma que seus partícipes imaginam, basta verificar que a concorrência dessas disciplinas que não são somente geografia e economia dá-se em contratos de pesquisa demandados por momentos específicos de políticas governamentais em matéria de “ordenamento territorial” ou “regionalismo”, portanto, com balizas a

produzir política oficial que cerceiam a suposta autonomia da disciplina acadêmica liberta a ampla reflexão. Nesse sentido, as autoridades científicas são, também, participes na construção de ordenamentos jurídicos e planos de governos que produzem descontinuidades em continuidades naturais.

A etimologia da palavra região (*regio*), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.) (BOURDIEU, 2007, p.113).

Permite asseverar que as ditas autoridades científicas da medicina, economia, engenharias, assistência social, direito e outros profissionais atuaram, e atuam, corroborando com atos do Estado nas diversas medidas que circunscreveram e circunscrevem a região do Encontro das Águas atributos específicos e mutáveis, impondo definições e redefinições, gerando ou ampliando estigmas de acordo com as demandas dos contextos sucessivos, ou seja, são autoridades que produzem “*o princípio de di-visão legítima do mundo social*” (BOURDIEU, 2007, p.114).

Considerações de Dona Maria do Carmo

As falas de Dona Maria do Carmo não são somente descrições de acontecimentos de sua vida e da vida social do bairro, não são alheias aos processos políticos que estão interpostos nos contextos, são considerações pontuadas de reflexões pertinentes e de indagações sobre os motivos pelos quais o Estado define e redefine atos e ações naquela região de Manaus que é marcadamente um lugar de negações e de cobiças. Negações no sentido de que ali estabeleceram instituições totais para os sujeitos que apresentam riscos à sociedade, cobiças no sentido de ter adquirido atributos de ponto estratégico para atividades de econômicas ditas estratégicas para o desenvolvimento.

Quando fala sobre quantidade e diversidades de frutos, peixes e caças na região, Dona Maria do Carmo não desvincula a escassez desses recursos na atualidade a processos impostos pelo Estado sobre aqueles moradores. A política de saúde que em determinado tempo retirava as crianças que nasciam na Colônia e a expansão das ações da SUDAM e SUFRAMA e a condição de pobreza daquelas pessoas íntegra, nas

análises de Dona Maria do Carmo, conjunto de fatores que levou à escassez de recursos naturais, impedimentos de usos de rios e terras, degradação ambiental e especulação imobiliária e grilagem de terras provocam formas de expropriações aos antigos moradores, que se deram tanto por pessoas físicas quanto por empresas alinhadas com setores do Estado.

“A gente come Tucumã bom, hoje? Não, não se come mais que eles tiram aqueles verdes e fica travoso, não é um gosto bom”, disse Dona Maria do Carmo quando se referia à quantidade de tucumãs que havia nas margens do Lago. Uma memória de paladar expressa pelas frutíferas que deixaram de existir ou diminuíram em quantidade e diversidade ou que foram cercadas em decorrência da ocupação desordenada tanto nas áreas urbana da antiga Colônia quanto nas margens não urbanas, mas, sobretudo por especulação imobiliária alinhada por atividades empresariais e de moradias de veraneio.

Faço uso do termo veraneio para classificar residências às margens do lago que são usadas em finais de semana e feriados, são dotadas de varandas de frente para o lago e o rio, áreas de lazer, amplos estacionamentos e algumas com estruturas para ancoragem de barcos de lazer ou trilhos nas encostas de barrancos que servem para içar as lanchas. Distinções necessárias sobre casas de veraneio para contrapor outras ocupações daquelas margens que são unidades habitacionais de famílias de baixa renda que são palafitas em madeira nas áreas sujeitas a inundações, casas flutuantes sobre a lâmina d’água do lago (não vi casas flutuantes no rio) ou em alvenaria nos barranco. As vezes que naveguei pelo lago, em chamados dias úteis da semana, não vi nenhuma dessas casas que chamo de veraneio abertas ou com sinais que havia pessoas. Diferente as casas das pessoas de baixa renda que sempre há movimentos de pessoas indo ou vindo da escola e outras em afazeres domésticos que são visíveis a partir da rua ou mesmo do lago.

Embora distintas essas formas de ocupação produzem redução de recursos naturais e degradação ambiental e, nesse sentido, contribuem para a escassez de frutas, peixes e caças que pessoas como Dona Maria do Carmo reclamam. Quando Dona Maria do Carmo fala que se come tucumã¹⁹ bom não é somente o aspecto do processo de colheita de tucumã que são tirados todos verdes para emadurecerem de forma artificial,

¹⁹Astrocaryum aculatum (KINUPP, 2014).

podemos entender que implícita em sua fala está o acesso às terras altas, aos morros no entorno do lago para colher frutas que são mais comuns em terra firme como o tucumã. Mas, também ao que não existe mais nas beiras frutíferas como o camu camu²⁰. Trata-se da realidade que terras cercadas tiram possibilidades de parar em um barranco daqueles, subir e fazer uma colheita de tucumãs que tenham caído ou de cachos que estejam maduros.

Dona Maria do Carmo havia dito certo dia sobre as viagens que fazia ao Puraquequara onde havia adquirido um terreno junto com seu esposo e que essas viagens tinham como percursos canais fluviais que interligavam o lago do Aleixo ao lago do Puraquequara. Quando percorremos o lago ela apontou o igarapé que fazia essa ligação, mas que agora foi aterrado ficando o curso d'água em manilhas de concreto soterradas, inavegável.

Você sabe, a gente ia a remo visitar os amigos, sai de manhã. Era um lazer! A gente tinha um terreno lá. Ia passando por aqui e colhia as frutas que queria (DONA MARIA DO CARMO, 2017), declaração feita quando estávamos em uma embarcação e completou dizendo que nessas excursões pescavam e caçavam de acordo com as oportunidades que se apresentavam. Tem uma intensidade na fala quando se refere à quantidade de peixes que havia no lago do Aleixo e um ressentimento pela ausência de bons pescados.

Hoje ainda tem gente que pesca para comer em alguns trechos do lago, mas que são impróprios para o consumo. Quem conheceu o que tinha de peixe nesse lago da colônia, aqui se abastecia para todos famílias, comparando é como o que tem no Puraquequara que tem até mercado de peixe e a grande maioria é pescada no lago mesmo (DONA MARIA DO CARMO, 2016).

Navegar por *furos*, ou seja, por canais que ligam um lago ao outro é, certamente, uma navegação mais segura que navegar nas margens do encontro dos rios Negro e Solimões onde a correnteza é bem mais forte e incidência de ventos são maiores. Sabe-se que essas excursões de pessoas da Colônia Antônio Aleixo ao lago Puraquequara tinham, além de pesca e coleta de frutos, caráter de visitas às pessoas amigas. Quando a especulação imobiliária se fez, fizeram-se os aterros e cercamentos provocando dificuldades de intercomunicação desses antigos moradores daquela região por via fluvial por furos.

²⁰Myrciaria dúbia (KINUPP, 2014).

Por estrada a distância entre os dois núcleos urbanos (Colônia Antônio Aleixo e Vila do Puraquequara) é de aproximadamente 18 km que, segundo Google Maps o percurso feito em transporte coletivo pode levar em torno de 2:45min, isso porque é necessário fazer integração no terminal municipal de transporte urbano chamado T5 que fica no Bairro de São José Operário a 12 km do Bairro Colônia Antônio Aleixo, então, perfaz 30 km em trânsito muita das vezes congestionado nos dois sentidos da Alameda Cosme Ferreira onde fica T5 e, acrescentando o tempo de espera de cada ônibus que chega a 45 min de espera no bairro sem contar com a espera no T5. Outro acesso é navegando pelo encontro dos rios Negro e Solimões, entretanto em pequenas embarcações essa navegação requer muitos cuidados considerando que os antigos moradores do Bairro Colônia são idosos e estamos falando de pessoas que adquiriram deficiências físicas em função da hanseníase.

Portanto, a pressão sobre as terras do entorno do Encontro das Águas não é recente, não se dá com o advento do Projeto Terminal Portuário das Lajes. Tal pressão tem início com as ações da SUFRAMA. Os furos ou canais antes navegáveis por canoas que Dona Maria do Carmo descreve foram soterrados por indústrias, empresas de transporte e por um espaço onde funcionaria um hotel em uma praia chamada Remanso do Boto, esses lugares tem acesso via Estrada do Puraquequara e fazem fundo ao Encontro das Águas. Aterrar restingas, igapós, lagos e soterrar igarapés foram uma forma encontrada de ampliar suas áreas úteis e ao mesmo tempo eliminar o trânsito de antigos moradores daquela região em terras que se tornaram privadas incorporadas ao patrimônio de grandes empresas.

Em uma de nossas conversas sobre as ocupações dessas áreas e os soterramentos desses canais que interligam lagos disse a Dona Maria do Carmo de quando se deram minhas primeiras visitas àquela região da cidade, foram no início dos anos de 1990 por algumas atividades enquanto aluno do colégio agrícola e depois em atividades de lazer em finais de semana. A praia de Remanso do Boto em finais de tarde, os flutuantes festivos do Bairro Colônia Antônio Aleixo, pescarias no lago do Puraquequara, Aleixo e no Pedral do Encontro das Águas faziam parte de um roteiro que fazia com grupo de amigos. *“Naquele tempo até que ainda tinha peixe bom aqui”*, falou Dona Maria do Carmo ao me ouvir.

Progresso como categoria positivista inscrita na bandeira nacional e que perpassa os planos de desenvolvimento é ressignificado por Dona Maria do Carmo ao analisar as perdas de sua gente quando se estabelecem os projetos da SUFRAMA na região do Encontro das Águas.

Dona Maria do Carmo: *o progresso é assim, essa Zona Franca é o progresso. É assim um câncer que vem acabando com tudo. Eles deveriam colocar pontes sobre os igarapés não vir aterrando tudo. É sim Essa Zona Franca é um câncer, ela vem acabando tudo. Isso tudo pertencia a Colônia eles deveriam colocar pontes sobre os igarapés e não vir aterrando tudo* refletiu Dona Maria do Carmo em uma excursão a um dos cursos d'água do Lago Aleixo.

Perguntei, apontando para as margens onde há indústrias, casas de veraneio, penitenciária, retiros de igrejas neopentecostais, hangares flutuantes para hidroaviões, *pier* para lanchas, e essas áreas? Respondeu-me, Dona Maria do Carmo, que: *tudo isso pertencia a Colônia, era viveiros naturais de peixes, muitas frutas, alguns faziam roça.*

Quando Dona Maria do Carmo faz uso do termo *Zona Franca* é para designar não somente a questão indústria e comercial via SUFRAMA, designa, também, vários projetos da SUDAM que provocaram e provocam impactos no cotidiano dos antigos moradores da região do Encontro das Águas, aborda como uma ilusão que fez as pessoas se desfazerem do que tinham para buscar trabalho nas indústrias ou irem para a cidade (refere-se às áreas centrais da cidade de Manaus) para trabalhar no comércio. *Uma ilusão é o que essa Zona franca é, os pobres foram vendendo tudo muito barato, venderam por quase nada com a ilusão de uma cidade e hoje tem que comprar tudo muito caro. Venderam acreditando na ilusão de que dava para viver da Zona Franca de Manaus e hoje é a situação é essa aí que vocês estão vendo* (Dona Maria do Carmo, 2017).

A percepção de Maria do Carmo sobre os impactos das ações da SUFRAMA como *câncer* são críticas ao modelo de desenvolvimento que marca com advento da Zona Franca e do Distrito Industrial, o início da expropriação de suas áreas de usos coletivos e degradação do meio ambiente, além do êxodo rural que ela cita referindo-se que o caboclo vem para a capital com a *ilusão* de uma nova vida, mas depois se dá conta que será somente explorado difere dos discursos oficiais sobre esses projetos. O ano de 1984, contexto redemocratização do país, a Escola de Samba Mocidade

Independente de Padre Miguel fez um samba enredo cujo título é Mãe, eu quero Manaus dos compositores Romildo e Edson Show. Esse samba reforça o discurso oficial do governo sobre benesses desses projetos, no samba a ideia de que Manaus é um bom lugar para obter lucros pelos produtos que aqui eram produzidos ou que circulavam no comércio da Zona Franca com muambas.

Mocidade Independente de Padre Miguel 1984

Título: Mãe, eu quero Manaus

Compositores: Romildo e Edson Show

Me leva, mamãe, nessa viagem tão legal
Eu quero, mamãe eu quero, mamãe eu quero Manaus
Muamba, Zona Franca e Carnaval
Viajando país afora caminhei (caminhei)
Num mar negro de astúcia, eu naveguei
Caí num mundo de aventuras
Meu Dom de muambeiro despertei

Tem muamba, cordão de ouro,
Chapéu, anel de bamba
Bagulho bom é no terreiro do meu samba

Meu bisavô é quem fazia
A cabeça do freguês
Coisas que vovó gostava
Tapete persa e azulejo português
E na banca do meu tio
Havia o puro uísque escocês
E o cheirinho da titia era francês

Paga um, leva dois, alô quem vai
Tô baseado na idéia do papai

Sou muambeiro
Meu tabuleiro tem tabaco e tem bebida

E no carnaval sou batuqueiro
Com a Mocidade na avenida

Os sambas das escolas de samba do Rio de Janeiro, tais como a Mocidade Independente de Padre Miguel, circulam pelo Brasil por serem distribuídos por grandes gravadoras em possuem espaços em emissoras de rádios e televisões, além de seus desfiles serem transmitidos ao vivo. Portanto, essa noção de Manaus e das possibilidades que uma pessoa astuta pode ter em Manaus circularam no país em um momento em que a cidade era ponto de turismo de compras para muitas pessoas no país. Ocorre que no mesmo ano a Escola de Samba Barelândia do bairro Parque Dez de Novembro em Manaus fez samba com o mesmo tema sendo que com abordagem muito distinta a da escola de samba do Rio de Janeiro. O samba *Com Amor, Humor e Pandeiro*, de Clóvis e Carlão fez muito sucesso junto aos sambistas de Manaus e traz uma abordagem que vai mais ao encontro da percepção de Dona Maria do Carmo que aos discursos oficiais dos governos daquele período. Diferente da Padre Miguel do Rio de Janeiro, a Barelândia teve seu samba difundido somente em Manaus.

G.R.E.S. Barelândia 1984

Título: Com Amor, Humor e Pandeiro

Compositores: Clóvis e Carlão

A zona ficou franca desde o dia que o presidente assinou

Tudo foi um sonho de euforia
Quinquilharia na calçada se espalhou
Boneca que fala ursinho, amestrado, brinquedo de corda e carrinho importado

Quem vai querer, quem vai levar
Rádio de pilha que vem lá do Panamá

A coisa ficou preta de amargar
Não a quem possa suportar a inflação

Tia Laura foi à feira e não comprou
Subiu a carne o arroz e o feijão

É madrugada quando acordo e vou à luta
Sonolento eu espero a condução, pois se chego atrasado pego a conta do patrão

A condução é um sufoco
E a roleta vai ficando com o meu troco

E a roleta vai ficando com o meu troco.

Tentei a sorte fiz à milha
Dei na cabeça, mas na banca dei azar

Nossa floresta andam cortando para aumentar a exportação
Nosso ouro lá da Serra, o garimpeiro leva vida de ilusão

E o petróleo, êta nêgo catimbeiro falando idioma que não é do brasileiro

Lá no Distrito sou padrão, sou operário
Só aumenta meu serviço e nunca sobe meu salário

Com muito amor, humor e pandeiro
Vou suportando porque sou brasileiro

Eu vi munguba chorando na terra firme! Disse Dona Maria do Carmo em um monólogo reflexivo, mas que ouvi a distancia sem poder fazer registro com o gravador digital que usei em muitos momentos de pesquisa de campo. Isso foi dito em um retorno de um final de manhã em que navegamos pelo lago do Aleixo e Encontro das Águas. A imagem contida na expressão refere-se à mungubeira²¹ que ocorre em áreas próximas a cursos d'água e que Dona Maria visualizou do barco em que estávamos em um trecho que lhe produziu uma grande decepção, pois queria me mostrar onde colhia as belas samambaias, bromélias e orquídeas das quais professor Eulálio tinha predileção. Tratava-se de um igapó que deixou de existir com o assoreamento causado pelas fábricas instaladas na Estrada do Puraquequara, no chamado DI II, e sumiço de nascentes fazendo com que o igapó tenha desaparecido e, com ele as espécies que ornamentam a residência de Dona Maria do Carmo.

A distância da mungubeira que se encontrava em terra para o ponto navegável no barco de baixo calado, considerando que era período de cheia, em que estávamos fez com que Dona Maria tomasse conhecimento que seu igapó havia morrido, ou seja, não era mais uma floresta densa e inundada, restavam poucas espécies que resistiram às ações das indústrias.

²¹Pachira aquática (KINUPP, 2014).

Do trecho do lago em que estávamos avista-se as indústrias e as trilhas que fazem seus dejetos, carreando pelos sulcos dos antigos córregos de águas límpidas, para dentro do lago. Na estrada do Puraquequara quando se está em frente a essas indústrias é possível avistar o trecho do lago onde estávamos, portanto, a degradação vista por outro ângulo.

O homem vai mexendo com a natureza vai destruindo a terra vai caindo e vai ficando desse jeito que tá aí. Porque o que não concordo é que os donos da terra fiquem sem nada. Vêm os ricos vão comprando. Vão indenizando e vai ficando isso aí. É que eu não concordo. Os antigos foram perdendo tudo, é tipo nos seringais, os gringos vão chegando, vão indenizando, vão comprando e aí vão vendendo com a ilusão da Zona Franca que gera emprego e quando chega aqui, essa coisa a gente já sabe como é. Dizem que a Zona Franca gera emprego, mas no Amazonas pode dar de tudo, mas vendem as coisas lá vem para cá e chega aqui não é nada disso (Dona Maria do Carmo, 2017).

Dona Maria do Carmo analisa aspectos do êxodo de pessoas do interior da Amazônia para a cidade de Manaus, motivados pelas difusões da ideia de empregabilidade pela implantação de grandes projetos da SUFRAMA e do quanto esse deslocamento afeta aquele ambiente na medida em que o mais desvalidos buscaram residência no Bairro Colônia que após a desativação de sua função de Hospital Colônia e sua transformação em bairro teve sequências de vendas irregulares de terras e grilagens.

A presença de congregações religiosas sediadas nos EUA é visível em naquelas margens do Encontro das Águas. Sobre os norte-americanos as considerações de Dona Maria do Carmo apontam, para além da ocupação das terras, a hipótese de mineração sem devidas licenças legal em propriedades ditas devocionais e vincula os interesses minerais às propostas do projeto de estabelecer o chamado Polo Naval naquela região.

Eles dizem que vem amansar índio. Mas, tudo foi praticamente dado para eles, os americanos, vinham conversando com os moradores comprar daquelas terras bem barato se apropriando disso tudo. Aí, isso é só fachada, eles vêm dizendo que vamos sair. Quem tem que provar ao governo do Brasil quem são os donos da terra são americanos. Isso tudo aí é só fachada porque o que a gente sabe é que por outras coisas que eles querem essas terras. Ali, você está vendo? Tem flutuante e guarda dois aviões. Na verdade eles estão visando minérios porque toda essa região é rica em minérios e o Polo Naval seria um pretexto para exploração desses minérios que só existem ali (Dona Maria do Carmo, 2017).

Refere-se a congregações que há décadas estão na região e, mais especificamente, quando fala de minerais e polo naval, a uma missão religiosa norte-americana estabelecida abaixo da Boca do Lago Puraquequara, que segundo Dona Maria do Carmo ouviu por amigos que trabalharam lá, dali saíram várias caixas com terras. *“Quem trabalhou lá dava conta de que essas terras aparentemente eram coisas sem grande importância, mas que muitos outros moradores diziam é que era ouro. Quem seria tolo em estar encaixotando terras e mandando para o estrangeiro? Certamente ali tem minérios preciosos”* (Dona Maria do Carmo, 2017). Conforme Dona Maria do Carmo, a chamada Vila dos Americanos se estabeleceu no início dos anos de 1960, informam pessoas que trabalharam naquele lugar que seus trabalhos eram somente de carregar as caixas de terra que mandavam para os Estados Unidos, mas ninguém sabia o que realmente continha naquelas caixas, somente recebiam a informação de que era terra.

Especula Dona Maria do Carmo que ali tem selênio.

Então por que eles levariam terra? Porque naquela terra tem selênio que é o mineral que leva nos nossos celulares, nos chips, em tudo eletrônico leva selênio. Desconfio que o minério ia ali dentro, selênio ia dentro da terra e tudo. Assim, leva minério os nossos celulares, o chip e eu desconfio que o minério ia dentro. Por que todo mundo usa e eles são feitos de componentes minerais e que são mais caros que existem e é nessa região que se pretende construir Polo Naval de Manaus existe esse minério. Vão fabricar barcos, mas vão levar minérios (Dona Maria do Carmo, 2017).

Naqueles trechos da região do Encontro das Águas tem-se um cenário de comunidades tradicionais estabelecidas desde o final do século dezenove²², encampação de grandes áreas do exército na segunda metade do século passado com objetivo explícito de treinamentos militares, missões religiosas norte-americanas desde o início dos anos de 1960 com ocupação de grandes áreas e, na atualidade, o projeto de estabelecimento do Polo Naval que está em debate entre Estado e sociedade.

Considerando as suposições de Dona Maria do Carmo sobre minérios de grande valor naquele local, temos um quadro com similaridades a outros lugares do Brasil onde

22 Ver fascículo nº 37 Nova Cartografia Social da Amazônia: Pescadores e Pescadoras, Agricultores e Agricultoras do Lago do Puraquequara e Jatuarana – Luta e guerra contra a opressão do exército. A vitória das comunidades ribeirinhas, área rural de Manaus – Manaus AM.

o Estado estabelece bases ditas estratégicas de segurança nacional e/ou de desenvolvimento econômico para posteriormente abrir negociações para passar a exploração das estruturas e riquezas naturais aos interesses de países desenvolvidos e a empresas multinacionais. Portanto, caso essas suposições possuam uma concretude escondida pelas autoridades, negociações em curso com comunidades tradicionais que podem ser atingidas pelo Projeto Polo Naval estariam em tratativas sem amplo conhecimento sobre os recursos naturais do lugar onde aquelas pessoas vivem.

A respeito das considerações que Dona Maria do Carmo faz sobre a retirada dos filhos de casais hansenianos que nasciam no antigo Hospital-Colônia²³, para além do drama familiar da separação, observa-se a questão em um plano social e político no sentido de que a ausência de uma geração posterior aos internos das primeiras décadas criou a ausência de pessoas com vigor juvenil naquele lugar para brigar contra a expansão das obras e assentamentos de indústrias pela SUFRAMA e da especulação, inflação e usurpação da terra a partir dos anos de 1970 que vai dar início aos problemas de degradação ambiental e restrições de acesso a recursos naturais aos antigos moradores. Classifico essa reflexão como teoria da ausência de gerações.

Havia ouvido Dona Maria do Carmo teorizar sobre a ausência de um contingente maior de pessoas mais jovens que ela na luta em defesa da região do Encontro das Águas, mas de forma mais pontuada tive acesso a sua reflexão a partir de uma pergunta que fiz a um garoto que estava próximo a nós sobre determinadas localidades do lago e o mesmo não soube responder e me disse que era do município de Codajás e que havia chegado há pouco tempo ali e não conhecia as coisas. Então, Dona Maria do Carmo aproveitou a resposta e disse: *a comunidade aqui é desse jeito, é um lugar que as gerações tinham saído pela separação dos filhos com relação aos pais, então ficaram a geração de velhos e também de muitos imigrantes que chegavam ali, mas chegava e também saiu. É, foi sempre assim a vida na comunidade depois que virou um bairro, depois que deixou de ser o hospital. Certa vez o professor Mena Barreto perguntou: “a*

²³Os hospitais-colônia tinham a instituição denominada preventório, que fazia parte da política de isolamento do hanseniano. O preventório recebia os filhos dos hansenianos tirados dos pais logo após o nascimento... A política que justificava o afastamento dos filhos dos seus pais doentes estava amparada na noção médica do contágio de pessoa a pessoa. A separação dos menores do foco contagiante foi considerada uma medida eficiente, porém, nesse período, não se contabilizava os prejuízos psicológicos e sociais para as pessoas e famílias. Como não havia muitas perspectivas de cura, a separação das famílias era entendida como salvação das crianças do risco da contaminação. O decreto de 29 de maio de 1976, do Ministro da Saúde, aboliu a prática de afastar as crianças dos pais enfermos, buscando preservar a unidade familiar (SCHWEICKARDT, 2017, p. 88 e 89).

comunidade não faz nada?”. Mas é isso mesmo, Barreto perguntou por que os filhos da comunidade não fazem nada falando das grilagens e compras de terras. Eu falei: os filhos não ficaram Barreto, a política era separação dos filhos que nasciam no leprosário, eram desligados da mãe ainda na primeira semana e levados para orfanato onde ficavam aguardando adoção. Não se produziu uma Geração posterior as gerações dos primeiros internos que pudesse tomar frente e lutar (Dona Maria do Carmo, 2017).

A ausência de gerações desarticula a possibilidade de construção identitária, separaram elos familiares e romperam a possibilidade de produção de sentimento de pertencimento ao lugar. No Seminário sobre o Encontro das Águas que realizamos em 2013, dentro das programações da Semana de Maio Ambiente do IFAM-CMZL, dos agentes sociais do Bairro Colônia Antônio Aleixo presentes Israel Dourado e Edivaldo Barreto eram algumas das exceções de pessoas na faixa de 35 a 40 anos, as demais eram mulheres na faixa dos 70 anos de idade.

Nessa teoria da ausência de uma geração que, portanto, deixou um campo aberto para que a região fosse ocupada de forma irregular e os espaços coletivos de uso de florestas, rios e lagos fossem reduzidos, limitado e até mesmo anulado tem a ver com o próprio Estado porque foram políticas de saúde pública que deram o lago e aquele trecho de rio os doentes de hanseníase, levados de forma compulsória, mas que adquiriram sentimentos de pertencimento e construíram suas vidas e, foram, também, políticas do Estado que separavam as gerações que poderiam ter nascido e vivido naquele lugar. Da mesma forma que foram por políticas do Estado que os espaços daquelas pessoas começaram a ser cerceados, reduzidos e degradados. Segundo Dona Maria do Carmo, ao retirarem os filhos, tiraram a força de luta.

O *câncer* no sentido de coisa que chega com poder destruidor e a *ilusão* no sentido de produzir um entendimento da possibilidade de uma vida melhor constitui a noção de progresso de Dona Maria do Carmo, reverso aos discursos oficiais, percebe-se em suas falas que expropriações e degradações são sinônimos de progresso. Portanto, progressivo processo de expropriação e degradação fez-se com pouca resistência pela ausência de gerações.

“Outro dia eu conversando com Walter eu disse: isso tudo era nosso, foi entregue de mão beijada. Nada era habitado, não tinha ninguém. Foram se apropriando e a gente não pensava que ia ficar desse jeito” (Dona Maria do Carmo,

2017). Dona Maria do Carmo me mostrou um lugar que era de reprodução de muitas espécies de peixes e com os despejos de afluentes de uma fábrica de papel chamada SOVEL que descem por um igarapé e chegam ao lago em um trecho a poucos metros da Boca que dá acesso ao Encontro das Águas, comentou que os peixes que ainda resistem ali nascem com muitas deformações. Nesse momento Dona Maria do Carmo se referiu à cobra grande em uma explicação ambiental que alinhou às suas explicações materiais sobre degradação a uma explicação mítica: *a cobra grande já saiu do Lago faz tempo, porque o lago passou a secar todo o ano. Lago que não seca que fica com poço é lago que tem a cobra. A cobra preserva. O lago passou a secar é porque a cobra saiu.*

Considerações sobre Dona Maria do Carmo

Com oitenta e quatro anos de idade dos quais quase setenta anos são vividos na Colônia, esta senhora é referência frequente na fala de outros agentes sociais do bairro quando se fala sobre a história do hospital, a história do bairro e as lutas engendradas na existência social daquele lugar. Ainda garota veio rebocada da região do Médio Amazonas em uma canoa distanciada do barco que a rebocava por uma corda de seis metros, tinha como companhia outra garota também diagnosticada com hanseníase, assim, em 1948, Dona Maria do Carmo foi internada no Hospital Colônia Antônio Aleixo, a recém-criada instituição que havia sido inaugurada em 1942 na região do Encontro das Águas.

Infância marcada não somente pela doença em si, mas a dor da segregação e do estigma que socialmente dela deriva, Dona Maria do Carmo havia falado um tanto sobre sua trajetória, mas foi numa conversa em um dia em que ela levou-me para conhecer a Comunidade Onze de Maio, onde funciona a sede administrativa da CESELA que fica ao lado de uma Unidade Básica de Saúde da SEMSA, que Dona Maria do Carmo falou um pouco mais sobre sua infância a partir de uma conversa dela como o seu amigo Josias, ali ela detalhou aspectos anteriores à viagem em uma canoa rebocada.

Da residência de Dona Maria do Carmo, que fica próxima a igreja católica do bairro, onde primeiro peguei informações sobre do Maria, até a sede da CESELA, seguindo pela chamada *Estrada Velha da Colônia*, passamos por ladeiras muito íngremes subindo e descendo morros, fomos de automóvel ouvindo descrições do lugar.

Antes de estacionar o veículo ela disse: *bem, estacione com cuidado que aqui é um sítio arqueológico, foi daqui que tiraram as urnas que hoje estão em exposição no IPHAN e que eu lhe mostrei daquela vez lá em casa. Vou lhe apresentar uns amigos!* Estacionei o veículo ao lado do prédio do posto de saúde. Vacilei, pois, aquela é uma área isolada a pedido do IPHAN e não se pode mais estacionar ali por ser o lugar onde encontraram as urnas mortuárias referidas por Dona Maria do Carmo. Ocorreu que a corda que isola o local por algum motivo havia sido removida o que me rendeu uma repreensão branda do secretário da CESELA.

No caminho até as instalações da UBS Dona Maria do Carmo conta que aquele prédio pertencia à comunidade e foi construído com dinheiro das mobilizações que tinham a frente um pároco da igreja católica, mas cederam à prefeitura de Manaus para a implantação de serviços de saúde. Percebi que Dona Maria do Carmo não concordava tanto com a cessão ou doação de prédios que as comunidades do bairro Colônia edificaram para o poder público.

Havia uma fila que se fazia a partir da porta do consultório onde uma médica dermatologista atendia até a varanda, passando pela recepção. Mais de trinta pessoas entre acompanhantes e pessoas que seriam atendidas aguardavam. Um corredor muito estreito que não havia sido projetado para ser unidade de saúde fazia com que a passagem de acesso às dependências da UBS fosse apertada. Cumprimentando as pessoas que conhecia, chamando-as pelo nome, Dona Maria do Carmo seguia lentamente pelo corredor estreito e congestionado. Junto às pessoas que ela tinha alguma dúvida se conhecia perguntava coisas do tipo: *você é a fulana, filha da Dona fulana?* A pessoa sorria, *sou sim Dona Maria*. Havia muita gente por ser dia de atendimento dermatológico, disseram-nos.

Dona Maria do Carmo pergunta por um médico que é seu amigo que segundo ela: *ele é muito presente nas atividades sociais da comunidade*. Ao saber que naquele dia não era expediente dele ela lamenta: *é uma pena, ele também é sabedor das lutas*. Pergunta a uma servidora da UBS por Josias e a pessoa aponta a sala onde ele se encontra.

Oi Josias, como você está? Este aqui é o professor Alvatir Carolino, ele é professor do colégio agrícola e está com a gente aí na luta contra esse porto. Está fazendo uma pesquisa sobre o Encontro das Águas e nós temos que ajudá-lo. Eu falei

para ele: *você tem que conhecer a Colônia, onde começou a luta! Então, eu estou apresentando ele aos amigos. Josias me cumprimentou, sorriu e disse: então você está em boas mãos, Dona Maria do Carmo é gente fina, é nosso dicionário ambulante, é nossa decana. É ela quem sabe das coisas, quando a gente precisa saber de algo sobre a história é a ela que recorremos. Dona Maria do Carmo retribuiu dizendo: Josias para nós é um médico, um médico para os hansenianos, quando aparece uma mancha, alguma coisa é com ele que as pessoas vêm se diagnosticar. Há mais de 20 anos Josias é servidor da SEMSA, agente de saúde, morador do Bairro e atua na área da saúde há 27 anos, conforme ele nos disse.*

Por ser agente de saúde com habilitações técnicas para diagnosticar casos de hanseníase atende em um dos consultórios daquela Unidade e, também, faz viagens para as comunidades ribeirinhas e rurais do entorno do Encontro das Águas: *mesmo àquelas que não pertencem ao município de Manaus são atendidas por essa unidade, explicou Josias. Por ser o agente de saúde responsável por questões de hanseníase Dona Maria do Carmo fez a ele uma pergunta que acabou por sensibilizá-la e foi a partir dessa conversa com Josias que ela detalhou dramas da sua infância.*

Dona Maria do Carmo perguntou sobre a incidência da doença. Josias respondeu que aparecem mais casos em bairros vizinhos e somente um caso na Colônia. *Não é somente na Colônia que existe hanseníase, mas acaba que aqui tem o programa, não que em outros lugares não tenham, mas, as pessoas procuram diagnosticar e fazer tratamentos aqui. É uma escolha, respondeu Josias. Dona Maria do Carmo quis saber da quantidade de casos da doença no bairro, Josias respondeu: uns cinco ou seis casos, sendo que esta comunidade (referindo-se ao Bairro Colônia Antônio Aleixo) só uns três ou quatro, os demais são de fora e vão fazer tratamento no Colônia Antônio Aleixo. Josias prossegue esclarecendo que o hospital Alfredo da Matta pede que alguns casos sejam tratados ou acompanhados pela equipe dessa unidade de saúde no Colônia Antônio Aleixo. É que todas as Unidades, todo Posto de Saúde, Casinha da Família e Unidade Básica de Saúde devem ter, em tese, devem ter uma equipe preparada para a questão da hanseníase. Entretanto a da colônia parece ser a que funciona de uma forma mais efetiva nessa questão. Perguntei a Josias, pensando na distância do bairro Colônia com relação a outros bairros da cidade, se esses portadores de hanseníase vão fazer o tratamento no bairro Colônia ficam residindo no bairro como fora no passado. Disse ele que não e, explicou: hoje o tratamento é por consultas e medicamentos que*

são tomados em casa sem a necessidade de uma internação de uma permanência em isolamento. A questão é que as pessoas acabam gostando daqui e preferem fazer tratamento aqui. Segundo Josias, a grande quantidade de casos de hanseníase é de bairros adjacentes como: Grande Vitória, Zumbi dos Palmares, Jorge Teixeira, Nova Vitória. Todos esses bairros citados por Josias são da Zona Leste da cidade de Manaus. Josias prossegue: Também, tenho os casos de municípios do outro lado do rio como Carreiro da Várzea, comunidade de Terra Nova e outras comunidades que acabam por fazer o tratamento aqui mesmo já que os municípios deveriam ser dotados para tal, mas lá não há dermatologista, como eles vêm vender produtos acabam por fazer o tratamento ali mesmo. E não há problema algum de nossa parte em pessoas de outros municípios vizinhos virem fazer tratamento aqui conosco, é uma questão de atravessar o rio, disse Josias finalizando com a seguinte deferência: não é Dona Maria do Carmo! O que separa o bairro Colônia Antônio Aleixo aos municípios de Careiro da Várzea e Iranduba são os rios que ali se encontram, esses municípios estão no entorno do Encontro das Águas.

Dona Maria do Carmo, no decorrer dessa conversa, falou do tratamento em seu tempo quando eram cobaias em vários testes laboratoriais em busca da cura da hanseníase, portanto, a Colônia foi também laboratório e os doentes sujeitos a testes. Ali fez críticas às peças publicitárias de combate à hanseníase e, também, a fez lembrar um diagnóstico que ela própria fez em uma menina vizinha sua que se acidentou brincando de bicicleta nas ruas do bairro, diagnóstico de quem tem vivência e participou de vários treinamentos. Ao narrar de como diagnosticou a menina da bicicleta foi perceptível que ficou sensibilizada e remeteu à sua própria infância.

O tratamento hoje em dia quando a mancha é detectada e tratada imediatamente, inclusive a sensibilidade retorna, diferente do tempo em que eu fui tratada, nós fomos cobaias. Não havia tratamento, éramos cobaias apenas para testar medicamentos. Eu não tenho sensibilidade, no meu tempo a gente era a cobaia. Vinha um medicamento novo, separavam aquela turma e a gente era cobaia. Eu não sei por que eu estou viva por que a grande maioria morreu, do meu tempo só somos quatro vivas. A Olazira, Isabela Meira, a outra não lembro o nome. Quatro mulheres, os homens morriam mais, e sempre morriam. Você sabe disso? As propagandas que o governos faz, o ministério da saúde, de prevenção e combate a hanseníase falam de manchas e de ausência de sensibilidade como uma forma de detectar e diagnosticar o surgimento da doença, o que não está errado, mas, a mancha nunca sai no lugar de fácil visibilidade, saindo geralmente escondidos no corpo, nas virilhas em outros lugares que dificilmente se consegue visualizar. Saem no bumbum, por trás. Nunca é visível, quando sai no rosto é porque a doença já está bastante avançada. Uma vez, essa história o Josias sabe, eu precisei fazer

um curativo em uma garota que se machucou andando de bicicleta e ao passar merthiolate no ferimento ela não sentiu. O ferimento estava entre os dedos do pé que ela machucou caindo da bicicleta. Eu, com experiência, disse: você não está sentindo. Depois doutor César disse que ela já estava com mais de dois anos e seis meses com hanseníase. Se não fosse a queda da bicicleta e eu tivesse observado já ia descobrir muito difícil de curar. Então, bendita queda de bicicleta senão não ia tomar conhecimento (Dona Maria do Carmo, 2017).

Observei que ao falar da menina Dona Maria do Carmo embargou um tanto a voz, fez alguns gestos em movimento com a cabeça como quem quer dizer algo a mais, mas não consegue. Como a conversa seguia entre Josias e Dona Maria do Carmo, segui observando quando Josias, também percebendo a comoção, fala sobre os homens e os motivos que atribui para que morram mais cedo, disse: *os homens morriam mais cedo porque eram quem contraíam mais cedo*. Mas, Dona Maria do Carmo acrescenta que as formas de trabalho que eram designadas aos homens na colônia fazia com que ficassem expostos ao sol e chuva e submetidos a ferimentos por serem trabalhos braçais e isso os levava a ficarem mais debilitados e, portanto morrerem antes das mulheres. No entanto, o ponto que Josias colocou a conversa, com aparente intenção de retirar Dona Maria do Carmo do estado sensível não surtiu efeito, porque ela retomou a palavra em descrição às suas memórias de infância a partir da hanseníase, narrando a separação do pai, a infecção sua e de seu irmão e os árduos momentos que viveu a partir de então.

Quando meu pai se separou da gente, em 1939, nós já ficamos com a doença, eu e meu irmão. Então não adiantou nada a gente se separar porque a doença já estava na gente. Mas ela só foi aparecer em 1944, eu estava em Maués quando deu uma epidemia de varíola. Nós éramos oito naquela casa, fomos vacinados e só em mim deu febre, deu empolgação dolorosas. Ela se aproveitou para aparecer (a hanseníase, crivo meu). A varíola se chamava bexiga. Aqui (Colônia Antônio Aleixo, crivo meu) quando teve uma epidemia de catapora e veio a vacina da catapora aqueles que estavam com hanseníase ficaram acamados porque fica muito debilitado, fica acamado mesmo. Eu sentia muitas dores que até atrapalhava de brincar com as outras crianças: E na casa onde eu (a tia onde foi morar após a separação do pai, crivo meu) estava não conheciam a doença, eu fiquei toda dolorida e eu não aguentava brincar. A gente brincava muito de roda, “puxa lagarta na tua orelha” e aí puxava e eu não aguentava e acabava chorando. Ficava toda dolorida. Não podia pegar na mão para brincar, não podia pular macaca e caracol que era brincadeira naquele tempo, agora tem televisão e celular. Quanto a minha tia chegou, lembro bem a data, de quando acabaram as aulas. Naquele tempo demorava a chegar carta não é? Nós morávamos no Paraná do Ramos, ela, olhou minha mão estava tudo inchado, minha pele do meu rosto todo empolado. Ela me colocou na rede e passou a noite chorando e chorava, chorava. Ela já tinha cisma porque não me dava café nem pirarucu. Tinha uma palavra que ela falava que eu não gostava e chorava muito: “o teu pai foi quem manchou a nossa família, por que na nossa família não tinha leproso”, isso doía eu ficava revoltado com ela, porque naquele tempo eu já tinha sentimento. Quando chegamos em casa a primeira coisa que fez foi separar as

minhas vasilhas. Era muito preconceito, eu vim para Manaus porque não deu para ir para Belém (Dona Maria do Carmo, 2017).

Apesar de Josias ser amigo de longa data de Dona Maria do Carmo e certamente terem participado de muitas atividades juntos e ter ouvido várias narrativas ditas por ela, essa parte de sua história pareceu surpreendê-lo. A mim havia falado anteriormente sobre a doença do pai, do diagnóstico e da viagem. Ao ouvir essa história pensei que a senhora fosse de Maués, disse Josias. Dona Maria do Carmo explicou que foi para Itacoatiara onde passou dois anos, depois para Maués, por ser mais perto do município onde nasceu que é Óbidos em lugar chamado Paraná de Dona Rosa, onde estudou somente um ano porque em 1944 a doença se manifestou.

Eu nunca te contei eu vou te contar: saímos do Paraná do Ramos até a Oriximiná e em Óbidos, o médico foi me diagnosticar e constatou que era lepra. Naquele tempo não havia o apelido hanseníase, era lepra (risos dela e do Josias) Aí a tia foi a remo na casa do irmão do meu pai. A família era bem pouca, era meu pai esse irmão e outro. Um dia desses eu estava falando para uma amiga: que é a porque a família do pobre não abandona, a família de classe média abandona e a pessoa perde tudo os bens a herança e nunca mais encontra. A família obriga, foi assim na minha família. A gente tinha herança que minha mãe deixou, tinha o gado, meu pai deixou três terrenos e eu perdi tudo. Antigamente quando aparecia doença a família celebrava até a missa de sétimo dia, a pessoa estava morta. Uma morte social. A gente perdeu tudo, como eu não estou no século 21, mas perdi tudo. A minha tia queria que eu fosse para o hospital do Prata em Belém. Em 1994 eu passei 15 dias em Belém e me levaram ao Hospital do Prata, eu tinha um sonho de ao menos encontrar sepultura do meu pai que morreu em 1948 ano em que eu fui internada aqui. Naquele tempo veio um navio de Belém recolhendo no beiradão, ao lado dele vinha outro navio chamado “Leva” que era para recolher os doentes (a conversa de Dona Maria do Carmo e Josias é interrompida por uma senhora que vai solicitar marcação de retorno de paciente, a conversa é retomada após Josias fazer a marcação do retorno). Pois é, aí meu tio disse que não tinha condição de me levar para Belém porque nesse tempo se descobrissem que havia um cliente a Bordo eles paravam e deixavam na beira do rio o paciente e o acompanhante do paciente. Minha tia disse que já estava toda enrolada, então não tinha condição mesmo de ir e foi embora. Eu fiquei chorando tipo um cachorro assim que abandona, ela gostava muito de mim, mas na hora da doença me deixou como se deixa um cachorro. Era assim, e eu tive sorte de vir para cá. Meu irmão, ele ficou com a irmã da minha mãe de família de classe média eu também fiquei com uma outra tia de classe média. Aonde meu irmão foi a tia colocou ele para morar no chiqueiro das Cabras. Aí levaram ele, o meu avô pai do meu pai ainda era vivo, eu já estava aqui no Amazonas. Meu irmão com 12 anos, foram lá levar para meu avô para ele cuidar, aí meu avô morreu e ele ficou morando sozinho, meu irmão morreu só e foi enterrado no cacóal (Dona Maria do Carmo, 2017).

Talvez Dona Maria do Carmo já tivesse detalhado essa parte da infância que antecede a viagem para Manaus, mas a mim e a Josias foi primeira vez. Sensibilidade pairava naquela sala com a porta entreaberta para o corredor onde os pacientes

aguardavam atendimento permitiu que um gaiato adentrasse e nos retirasse daquele estado sensível. *Aqui é uma policlínica?* Perguntou o gaiato ao abrir totalmente a porta. Josias respondeu é uma UBS. *Vixe maria, que diabo é o b s? Eu pensei que fosse o shopping,* devolveu o bem humorado senhor. *Tu tá de graça é Zezinho?* Falou Dona Maria do Carmo. *Estou aqui conversando com o professor e Dona Maria do Carmo que é nossa decana!* Disse Josias tentando situá-lo. Mas, Zezinho não perdeu tempo, sacou um pedaço de papel e uma caneta do bolso e disse: *que palavra bonita Josias, decana, vou anotar aqui para nunca mais esquecer.* Daí em diante, após Zezinho atribuir muitas paternidades a Josias e vice versa, os três iniciaram uma conversa sobre amigos em comum que são pacientes e precisam de cuidados especiais devido a envolvimento com drogas que permeia o bairro.

Dona Maria do Carmo: mais que “Informante privilegiada”

Dona Maria do Carmo poderia ser definida como “informante privilegiada”, conforme expressão corrente na chamada antropologia colonial. O debate antropológico sobre a escolha do informante dito privilegiado passa por construção de afinidades entre antropólogo e sujeitos da pesquisa, nesse contexto de relações sociais, tem-se que determinado sujeito pode vir a se constituir como o informante mais importante por abrir possibilidades de transito junto a outras pessoas, abrir portas no sentido revelar coisas que outros indivíduos não se permitiram, ensinar etiquetas sociais do seu grupo e tantas outras trocas no jogo de relações do fazer antropológico.

Contudo, a expressão “informante privilegiado”, recorrente em etnografias e textos metodológicos de antropologia, deriva de um contexto em que muitos grupos sociais pesquisados estavam subjugados em processos colonizadores onde a própria figura do pesquisador era, em certa medida, uma representação das forças coloniais. Nessa perspectiva, “informantes privilegiados”, embora, pessoas com poder dentro de seus grupos sociais, figuravam na relação pesquisador e sujeito da pesquisa como sujeitos passivos na medida em que subjetividades e objetividades suas e de seus grupos pouco perpassavam as etnografias.

Quanto aos sujeitos dessa pesquisa, são agentes sociais com experiências adquiridas em outras frentes de lutas sociais, cientes de seus direitos e mobilizados em

uma luta específica contra setores do Estado e grupos empresariais. Portanto, são bem mais que “informantes privilegiados”, conforme aceção da antropologia colonial. São agentes sociais em um meio social onde fluem múltiplas agências privadas, públicas, organizações da sociedade civil e seus respectivos agentes. Não que as antropologias em contextos de colonização não tenham se dado em meio social complexo, muito pelo contrário, mas aqui se trata de contexto em que os agentes estão em condições de exercício de cidadania, estão jogando o jogo das relações Estado, sociedade, empresas privadas, organizações da sociedade civil, mobilizações sociais. Agem como sujeitos de direito cientes dos direitos sociais, coletivos e difusos.

São pessoas que moram na mesma cidade que eu e residem em um bairro a poucos quilômetros de onde trabalho e, como já foi dito no capítulo anterior, Israel é colega de profissão de ensino médio, egresso da “Agrotécnica”, Senhor Edivaldo Barreto é tio de três ex-alunas minhas no IFAM, Dona Valdenora Rodrigues mãe de um ex-aluno, a única pessoa que não tinha referência antes de adentrar o campo era Dona Maria do Carmo.

Portanto, não cruzei mares e em seguida vi o barco que me levava se afastar até desaparecer de vista deixando-me somente com equipamentos de pesquisa em uma ilha distante nos mares do sul como fora com Malinowski (1978). Não empreendi em uma grande viagem ao continente africano para fazer pesquisa de campo junto a povos subjugados pelo processo colonial britânico como fizera Evans-Pritchard em seus estudos sobre religião nos Azande (2005) feito em acampamento de povos deslocados por imposições coloniais, seguindo o caminho das obras das linhas ferroviárias em expansão nas extensões da África ou sobre sobrevivência, política, tempo e espaço com os Nuer (1978). Ou em contexto antropológico de guerra e pós-guerra ou da chamada guerra fria que levava antropólogos a pesquisas de campo em países que se alinharam com o bloco capitalista, destacando em estudos sobre guerra em Ruth Benedict (2002), outro exemplo é Charles Wagley (1957) no Brasil. Não percorri linhas férreas ou telegráficas e nem cruzei longas distâncias a cavalo ou cruzei mares para encontrar os sujeitos da pesquisa. Precisava somente seguir 10 km na Alameda Cosme Ferreira partindo do IFAM-CMZL.

Quanto a Dona Maria do Carmo, trata-se de alguém que vivencia e vivenciou processos sociais diversos naquele lugar, sua memória e capacidade de narrativa

oferecem descrição com riquezas de detalhes e, pontuadas por análises críticas dos fatos. Para além dessas características, em momentos de trabalho de campo no Bairro Colônia Antônio Aleixo, ela apresenta outros agentes sociais em órgãos públicos e organizações da sociedade civil com abordagem que me permitia adquirir mais informações junto a aquelas pessoas.

Dona Maria do Carmo tem importância nessa tese na mesma medida de *Doc* para Foote Whyte, que foi o informante e colaborador envolto numa relação de *reciprocidade interpessoal* (WHYTE, 2005), de *Betinho* para Luciana Carvalho que desde o primeiro encontro abriu uma pista para compreensão dos elementos cômicos do Bumba-Meu-Boi do Maranhã (CARVALHO, 2011), ou *Mestre Zé preto* em relação a outras pesquisas que realizo quando quero saber sobre fatos de culturas populares de décadas do século vinte em Manaus (CAROLINO, 2012).

Entretanto, quando fazemos antropologia sobre grupos sociais que temos aproximações a dimensões diretas do universo da vida social nos deparamos com possibilidades de afinidades preexistentes que podem estar no campo religioso, moral, político, de preferências de estéticas musicais, laços de proximidades por descobertas de amigos em comum.

Afinidades são construídas, mas são também preexistentes. As afinidades preexistentes não estão relacionadas necessariamente ao afeto e comoção do antropólogo ou de qualquer outro pesquisador social frente às realidades do campo e das histórias de vida dos sujeitos da pesquisa. Os sofrimentos que marcaram ou marcam as vidas dos sujeitos e a forma pela qual esses sofrimentos afetam o pesquisador não são por si só determinantes na aproximação e produção de relação de confiança que permita constituir a pessoa do grupo social pesquisado com mais disposição às questões da pesquisa e que vai se prestar a caminhar no sentido de levar o pesquisador ao encontro de dados empíricos que subsidiem possíveis respostas a seus problemas, ou ensejar outras dimensões a serem problematizadas na pesquisa, isso ocorre quando o campo aponta outras perspectivas de reflexão que não foram vislumbradas no projeto de pesquisa.

Contudo, isso que estou chamando de afinidades preexistentes que podem estar no campo religioso, moral, político, de preferências de estéticas musicais, laços proximidades descobertas por amigos em comum não constitui necessariamente

condicionantes para que um sujeito social da pesquisa se torne um *Doc, Betinho ou Mestre Zé Preto*, na mesma medida que simular afinidades em busca da aproximação pode levar o pesquisador a ter efeito contrário do desejado, portanto, produzir mais distanciamento que possibilidades de aproximação e relação de confiança. Não podemos perder de vista que grupos sociais que se encontram em conflitos socioambientais estão diante de singularidades de interesse de estudos das ciências sociais e são frequentemente visitados por pesquisadores e, portanto, os pesquisadores podem escolher os sujeitos da pesquisa, mas ele próprio é também escolhido pelo grupo, ou aceito. Nesse sentido, dentre muitos agentes sociais no meio social pesquisado, o agente que mais estará presente na pesquisa é também alguém que escolhe a quem irá prestar informações, dedicar atenção e desprender tempo do seu cotidiano à pesquisa.

As pessoas sempre diziam: *sobre isso, procure Dona Maria do Carmo; você já falou com Dona Maria do Carmo; Dona Maria do Carmo é gente fina, sabe a história, é da luta e é muito lúcida*. Tudo isso ficou muito evidente logo nas nossas primeiras conversas onde muitas coisas chamaram minha atenção, uma delas é o fato de Dona Maria do Carmo falar sempre estabelecendo perguntas. Uma pessoa que se expressa muito bem e a todo o momento faz especulações junto ao pesquisador sobre posições frente a várias dimensões da vida, sejam questões políticas, ambientais, religiosas. Sua forma de conduzir os diálogos, ao menos nos primeiros, fez-me imaginar que ela estava procedendo a uma especulação sobre posturas do pesquisador, uma forma de fazer uma leitura do interlocutor (no caso, eu). Como as conversas seguintes foram muito mais expositivas da sua vida e das questões coletivas do lugar, isso me faz pensar que ela primeiro fez uma leitura sobre minha pessoa e daí, então, sentiu confiança e, à medida que a aproximação se estabelecia, maior foi a sua disposição em partilhar suas vivências, influências e reflexões para a pesquisa.

Pelo que havia ouvido de outros sujeitos da pesquisa, estava certo que Dona Maria do Carmo deveria ser uma pessoa importante para esta tese. Mas não estava tão certo se Dona Maria do Carmo estava certa de que deveria colaborar com pesquisa. Nossas primeiras conversas diretas, tendo em vista que antes meus diálogos eram com outros membros do Movimento SOS Encontro das Águas, ocorreu no contexto de tramitação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Dona Maria do Carmo foi, com muita habilidade discursiva, situando a importância dos governos do PT, pontuando conquistas e programas de governo e chamando atenção para o que ela definiu como *covardia que estavam fazendo com Dilma*, e sempre saíam expressões como: “*Você não acha?*”; “*O que você me diz, não é uma covardia?*”; “*Desde Juscelino que não se fazia tanto pelos pobres, você conhece a história de Juscelino que foi presidente?*” E assim ela foi me experimentando no sentido de verificar quais minhas posições frente ao mundo social e as questões latentes da atualidade no país e no estado do Amazonas. Percebi que ela especificava determinados assuntos a fim de verificar minha postura política e intelectual na questão objeto de nossas conversas, o Porto das Lajes e ao processo de Tombamento do Encontro das Águas.

Você esteve na luta contra o Porto, não é? Disse-me Dona Maria do Carmo no dia em que me apresentei pessoalmente a ela e antes mesmo que eu terminasse de falar sobre a pesquisa que pretendia empreender. Respondi que fiz pesquisa para o Tombamento do Encontro das Águas e em meu relatório para o IPHAN conclui que se tratava de um bem a ser Tombado e preservado por vários aspectos relevantes para a cultura do Brasil. *Então você esteve na luta!* Exclamou. Disse eu: não na linha de frente como vocês estiveram e estão. Minha luta foi pesquisar as referências arqueológicas, históricas e etnografias do Encontro das Águas, relatá-las e entregar para o IPHAN, mas o poder de decisão passava por uma Comissão e tinha um relator arqueólogo, o Eduardo Góes Neves. *E isso não é luta? Aqui nós tivemos outras pessoas da UFAM na luta conosco, você não sabe? Você conhece o Ademir Ramos, o Mena Barreto, a Elisa? Até o Thiago de Mello veio para a luta.* Dona Maria do Carmo me fez entender que eu estava sim em uma das frentes de luta pela preservação do Encontro das Águas e que há várias formas de lutar.

Ao perceber que eu, embora tentando situar certo distanciamento, era solidário à luta de seu coletivo e que tinha posição simétrica a dela, nossas conversas tiveram fluidez maior e, além disso, começou a abrir possibilidades sugerindo pessoas para que eu pudesse ter mais informações referentes ao conflito contra o TPL e o processo de tombamento do Encontro das Águas. As relações de comunicação são relações de poder que dependem do poder material e simbólico acumulado pelos agentes (BOURDIEU, 2007).

O agente social mais presente em uma pesquisa, para além de uma pessoa que porta conhecimento sobre as questões diversas, é alguém que tem trânsito no grupo social, e, como já foi dito, desenvolve afinidade e relação de confiança com o pesquisador e, mais que isso, é necessário que tenha, para além da disposição de receber e transitar com o pesquisador, disponibilidade de tempo. Diferente de Israel Dourado que é estudante de pós-graduação e assessor parlamentar, diferente de Dona Valdenora Rodrigues que tem agenda cheia em função das atividades no MORHAN no âmbito local, nacional e internacional, bem como Edivaldo Barreto em suas atividades de presidente da CESELA e suas candidaturas e outras atividades políticas no PC do B, Dona Maria do Carmo, com seus 84 anos, é aposentada e não tem cargo executivo nas associações e demais organizações sociais onde milita. Israel, Dona Valdenora Rodrigues e Edvaldo sempre apresentaram disposição quando expus os objetivos da tese, entretanto, não dispunham da disponibilidade de tempo que Dona Maria do Carmo dispunha.

Dona Maria do Carmo construiu amizade com professores do IFAM-CMLZ, antigo Escola Agrotécnica, e, isso pode ser entendido como afinidade preexistente entre mim e ela porque os professores que ela se refere foram meus professores quando aluno e depois colegas de trabalho. Refiro-me ao professor Edson e ao Eulálio. Esses amigos de Dona Maria do Carmo em determinado momento foram muito presentes no bairro por força de atividades da instituição de ensino e produziram vínculo com Dona Maria do Carmo. Ela quis saber se eles estavam bem e, perguntou-me se eu tinha notícia do Eulálio, pois havia sido informada que ele estava muito mal e talvez tenha morrido. Outra afinidade preexistente é a filiação dela ao PT e, em um dia de eleições internas no partido a mim pediram o favor de buscar algumas senhoras para o comparecimento às urnas pelo motivo da distancia de suas residências ao local de votação e de suas dificuldades de locomoção. Quando me perguntaram se eu poderia ir ao bairro Colônia Antônio Aleixo imaginei logo quem seriam essas senhoras, uma era Dona Maria do Carmo, a outra era Dona Valdenora Rodrigues que acabou não indo votar porque havia ido a uma reunião em uma comunidade ribeirinha e não tinha retornado a tempo, a outra que não conhecia chama-se Dona Raimunda. Cheguei à casa de Dona Maria do Carmo em torno das 13h e ela lá aguardando, era um domingo de muito sol. Ela ficou surpresa com minha presença.

Dona Maria do Carmo: *Você por aqui? Estou aguardando um amigo que hoje tem eleição no PT e se tem coisa que não deixo de fazer é votar.*

Alvatir Carolino: pois é, Dona Maria do Carmo, o amigo que vem lhe buscar sou eu.

Dona Maria do Carmo: Então você é do PT?

Alvatir Carolino : Não, mas tenho amigos no PT.

Dona Maria do Carmo: *Pois bem, então vamos. A gente tem que ir buscar as outras companheiras, você não sabe?*

Alvatir Carolino : *Sei sim, estou aqui na missão e quando disseram que era para buscar umas senhoras no bairro Colônia eu imaginei, porque a senhora já havia me dito que é filiada há décadas no PT e Dona Valdenora Rodrigues também.*

Chegamos à casa de Dona Valdenora Rodrigues recebemos a notícia de que ela não se encontrava, o que deixou Dona Maria do Carmo um tanto chateada.

Dona Maria do Carmo: *Poxa vida, a Val não poderia ter ido, ou já deveria ter voltado, essa eleição vai ser difícil, assim é que a gente perde as coisas.*

Dona Raimunda aproveitou o espaço deixado por Dona Valdenora Rodrigues e levou uma filha e uma neta para passear. Já a caminho do bairro Jorge Teixeira onde estavam estabelecidas as urnas das eleições internas do PT, em torno de 15 km distantes do bairro Colônia Antônio Aleixo, Dona Maria do Carmo falou das divergências internas no PT e das posições de nomes do partido que possuem mandato frente às questões do projeto TPL e o tombamento do Encontro das Águas e do projeto de implantação do Polo Naval. Aquele processo eleitoral polarizava entre um grupo mais próximo ao deputado estadual José Ricardo em disputa com o grupo do deputado estadual Sinésio Campos. Dona Maria do Carmo se posicionou e perguntou qual o meu lado.

Dona Maria do Carmo: *Você é que lado? Você veio nos buscar você tem lado?*

Alvatir Carolino : Se fosse filiado votaria nos candidatos mais próximos ao José Ricardo.

Dona Maria do Carmo: *Pois muito bem, é com eles que eu vou votar. Você sabe que esse Sinésio quando foi eleito pela primeira vez teve muito voto do povo aqui da Colônia? Elegemos ele. Mas ele está sempre do lado contrário, foi assim quando começou a mobilização contra o porto, foi assim contra o Polo Naval, ele é do PT, mas é vinculado aos mineradores, aos poderosos, temos que tirar eles da frente do partido.*

Nota-se que Dona Maria do Carmo não dissocia as lutas contra o Porto das Lajes e defesa do Tombamento de outras lutas socioambientais dos moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo às lutas das comunidades de Puraquequara e Jatuarana pela

terra frente ao Exército brasileiro e o projeto Polo Naval. Essas questões permeiam sua história de vida e suas trajetórias nas organizações da sociedade civil em que ela atua, sejam nas organizações da sociedade civil do bairro ou no âmbito do partido político.

Em determinados momentos de nossas primeiras conversas quis fugir de longas descrições com riquezas de detalhes que Dona Maria do Carmo fazia de sua história de vida fazendo perguntas diretas às questões de mobilizações contra o TPL e o tombamento do Encontro das Águas, mas, ela repreendia-me com indagações do tipo: *you sabe e conhece a história da Colônia? You sabe como foi a vida de dor e preconceito dos hansenianos?* Fazendo-me perceber que a luta contra o Porto é ápice de outros conflitos socioambientais invisibilizados naquela região e, mais que isso, é a luta pela sobrevivência de pessoas que passaram décadas por processos de negações contínuas do próprio Estado Nacional e que é necessária a participação nas organizações sociais estabelecidas, assim como nas que se formaram para questões específicas mesmo que não tenham caráter formal, é o caso do Movimento SOS encontro das Águas cuja participação dela tem sido constante.

Penitenciária e leprosários: para pensar as definições e redefinições do Estado sobre lugares e pessoas e as descontinuidades contínuas amparadas em *verdades*

O primeiro rascunho deste capítulo havia uma abordagem que restringia pensar a região do Encontro das Águas estritamente em dois momentos distintos, o primeiro de *negações* que seria de meados da década de 1920 até meados da década de 1960 e compreenderia a implantação de instituições totais (GOFFMAN, 1974) e, o segundo seria a de *cobiça* com implantação de planos de desenvolvimento e seus grandes projetos a partir da SUFRAMA até os dias atuais com TPL, PROAMA, Polo Naval. Porém, leituras de documentos oficiais e conversas com pessoas que vivenciaram ou que vivem naquela região da cidade de Manaus mostram que essa dicotomia daria uma leitura simplificada das sucessivas definições e redefinições podendo ainda, mesmo que analisando criticamente os atos do Estado, configurar uma leitura evolutiva no sentido de se aproximar das noções de desenvolvimento e progresso pelas indústrias que se sobrepujam aos moradores daquelas margens de rio e lagos.

A atribuição de lugar *cobiçado* por meio dos planos de desenvolvimento dos governos em parceria com capital privado suplantando um lugar de *negações*, asilo e exílio dos sujeitos indesejados, signos de atraso social, soariam implicitamente como passagem para modernidade, teria o sentido de chegada do progresso cujos signos seriam estradas, indústrias e portos, estaríamos próximos ao esquema interpretativo retilíneo e ascendente de Tylor, Morgan e Frazer (CASTRO, 2009).

Mesmo resguardando a importância dos antropólogos evolucionistas na formação da chamada antropologia moderna e sabendo que esses autores são revigorados, mesmo que não sejam explicitamente citados, em muitos documentos contemporâneos, ao confrontarmos esse esquema a dados empíricos percebemos a insustentabilidade que há nessas formas interpretativas. Na região do Encontro das Águas, mesmo que o atributo maior designado pelo Estado a partir dos anos de 1960 seja de implantação de grandes projetos de desenvolvimentistas, o início do século XXI a região recebeu a edificação de uma unidade prisional. Assim como, antes da SUFRAMA ali se estabeleceu uma refinaria de petróleo em 1952.

Portanto, definições e redefinições se interpõem de acordo com interesses em jogo em um mesmo contexto a região pode ser boa para signos do progresso e ao mesmo tempo boa para reclusões dos indesejáveis da sociedade. Cabe pensar, também, que os estabelecimentos de instituições de reclusão são expressões de modernidade erigidas por verdades das ciências modernas. Nesse sentido, a Unidade Prisional do Puraquequara, inaugurada em 2002, e o TPL são nuances das discontinuidades aparentes que na realidade são contínuas ao sabor dos interesses do Estado em simetria com interesses econômicos corroborados por verdades científicas.

Marcados como sujeitos sem poder de decisão dos destinos de suas vidas e de autonomia sobre os recursos naturais que em um primeiro momento foi dado e em outro retirado. O que está posto na história social daqueles moradores que se colocaram em luta contra o TPL estabelecendo o conflito socioambiental e processo de Tombamento é a dimensão de sujeitos sociais em luta constante contra arbitrariedades do Estado e do grande capital. Então, o que há é sobreposição do Estado e de classes médias e altas sobre aquelas pessoas subalternizadas e estigmatizadas historicamente por vários processos. Os processos que se desenrolam na região de Encontro das Águas a partir

dos anos de 1920 ao momento atual repetem semelhanças que marcaram a história de outros lugares da cidade de Manaus.

Bela Vista, o lugar apropriado.

A Unidade Prisional de Puraquequara, que fica em uma das margens do Lago do Aleixo, portanto, região do Encontro das Águas, cuja única via de acesso às suas dependências é terrestre pela estrada do Puraquequara e está situado em uma comunidade Chamada Bela Vista, que integra o Bairro do Puraquequara. Esta unidade prisional foi inaugurada em dezembro de 2002.

Quando o Estado começou a discussão do projeto de edificação de uma nova penitenciária, o primeiro lugar indicado foram áreas de reserva florestal dos conjuntos habitacionais Tiradentes e Villar Câmara, ambos de classe média.

As discussões e articulações daqueles moradores impediu que a penitenciária fosse estabelecida ali. Havia professores da UFAM, pesquisadores do INPA, profissionais liberais, empresários e políticos no bojo de moradores daqueles conjuntos habitacionais que em suas falas evocaram a questão da segurança de suas famílias, a desvalorização dos imóveis e o impacto ambiental pela remoção das florestas primária e secundárias daquele lugar. *“É melhor o estado pegar e colocar um bandido ou dois dentro de cada uma de nossas casas e está tudo resolvido”*, disse um morador muito indignado em uma das reuniões²⁴ realizada na Igreja de Santa Bárbara na Avenida das Flores, conjunto Tiradentes, com presença de moradores e representantes do governo -, e foi muito aplaudido.

Questões sobre segurança pública e sensação de insegurança e as possibilidades concretas de atos de violência em decorrência do estabelecimento de uma Unidade Prisional nas proximidades de uma área residencial e, decorrente disso, a desvalorização dos imóveis e o prejuízo patrimonial daquelas famílias encontrou suporte nas arguições especializadas de economistas, advogados, contabilistas. Sobre os impactos ambientais pela remoção de espécies nativas em floresta de mata primária e capoeiras que são

²⁴Estive em algumas dessas reuniões, pois meus pais residiam no Conjunto Villar Câmara e pediram que os representasse nas convocações mobilizadas por uma comissão de moradores.

abrigo de muitas espécies animais como o saimã Manaus e araras, além das implicações como assoreamento de igarapés e desaparecimento de nascentes foi muito bem fundamentado por biólogos e engenheiros das chamadas ciências agrárias que residiam na circunvizinhança de onde se pretendia edificar a Unidade Prisional que integrava um plano de governo para melhoria das condições carcerárias no Amazonas.

Portanto, discursos especializados pautados em verdades científicas colocados em jogo e em articulação com suas possibilidades de diálogos diretos, muitas vezes sem precisar marcar agenda em gabinetes, junto a agentes políticos de influência. Àquela altura residiam ali dois deputados estaduais de base governista e muitas outras pessoas de relações com sujeitos portadores de certa influência em órgãos do poder executivo e judiciário que pudessem intervir para que a obra não se concretizasse.

A verdade não existe fora do poder ou sem poder, nos ensina Foucault (1979). Ao referir-se à categoria verdade como coisa deste mundo, implícito nesta afirmação de Foucault está a desnaturalização ou divinização das verdades postas nas teias de relações sociais em disputas no âmbito das sociedades, aponta para as relações de poder que legitimam as verdades e as formas pelas quais as verdades produzem efeitos nas relações de poder: “Ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem o seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro” (FOUCAULT, 1979, p. 12).

O que está em questão não são as possibilidades de verdades ou do que é falso ou verdadeiro, tomando o caso dos debates sobre a possibilidade de edificação da Unidade Prisional em florestas em torno de residências de classe média como exemplo, mas sim aquilo que tem força suficiente para se distinguir de outras forças explicativas e reivindicatórias e se firmar como verdade e produzir seus efeitos específicos de poder.

Nesse sentido, após muitas discussões e articulações a penitenciária foi construída em outro lugar e aquelas áreas de reserva florestal dos conjuntos Tiradentes e Villar Câmara se tornaram áreas de proteção e placas da Prefeitura de Manaus foram instaladas em suas margens algum tempo depois com expressas proibições de acordo com o código ambiental.

Considerando como ponto de partida o chamado Centro Histórico de Manaus, os conjuntos habitacionais Tiradentes e Villar Câmara estão situados no início da Zona Leste de Manaus, após o Bairro do Coroado que é o primeiro bairro daquela Zona da cidade. Esses conjuntos habitacionais foram criados no final da década de setenta e início dos anos oitenta do século passado. O Tiradentes destinado aos oficiais da Polícia Militar do Amazonas e o Villar Câmara para os engenheiros servidores do Departamento de Estradas e Rodagens do Amazonas.

Quando o governo mandou representante para tratar sobre a escolha do local para penitenciária algumas poucas pessoas especularam que a indicação daquelas florestas como lugar a ser construída uma penitenciária em Manaus fora tão somente uma “jogada política” para, primeiro produzir indignação e uma mobilização de recusa daqueles moradores e, posteriormente, um aceite do então governador ao pleito dos moradores de forma que produziria uma conciliação. Àquele momento se aproximava um processo eleitoral e essa seria uma estratégia para uma aproximação ou reaproximação de um perfil de eleitores que não davam grande votação ao então governador do estado do Amazonas e ao seu grupo político.

No entanto, quando o governo decide que a penitenciária seria construída em outro local, no Bairro Puraquequara às margens do Lago do Aleixo na região do Encontro das Águas, cessam por parte dos moradores de Tiradentes e Villar Câmara as preocupações ambientais e de segurança com relação às pessoas que passariam a residir ao lado de uma unidade prisional.

A Unidade é estabelecida em um lugar residencial onde predominam pessoas de baixa renda. A obra removeu mata ciliar e não atende requisitos ambientais necessários para uma obra próxima a recursos hídricos, que, segundo Dona Valdenora Rodrigues, *o esgoto da Penitenciária é despejado no lago sem nenhum tratamento*. A posição dos moradores de classe média e suas possibilidades de mediação junto a políticos produziram, ou melhor, reproduziram as mesmas formas de usos impostas pelo Estado na primeira metade do século vinte ao entorno do Encontro das Águas, no sentido de usar suas *verdades* para pressionar o poder público a destinar região como espaço para os indesejáveis.

O processo de definição do local onde foi edificada a referida Unidade Prisional tem suas simetrias aos processos políticos da primeira metade do século vinte para o

entorno do Encontro das Águas com a noção de lugar distante, supostamente isolado e daí uma das razões que definiram projetos como Leprosário Paredão do Rio Negro, o Abrigo para Menores Abandonados e Infratores, lugar de Quarentena para Imigrantes Nordestinos, a Escola Agrícola para filhos dos desvalidos e o Leprosário Colônia Antônio Aleixo. Estava em jogo a noção do isolamento daqueles indesejáveis sujeitos da sociedade por meio de internações em *instituições totais* sob o controle do Estado, garantindo a distancia daquelas *vidas estigmatizadas* perante a sociedade mais ampla.

Goffman define instituição total em oposição às instituições ordinárias que por sua classificação podem ser locais de estudos, trabalho, lazer ou de outras atividades de determinado tipo, mas que consomem parte do tempo dos indivíduos que nelas estão e estes, por terem liberdade, transitam em diferentes lugares de instituições ordinárias. Já as instituições totais, cuja barreira é uma característica que faz com que os indivíduos embarceirados tenham seus tempos integralmente tomados, são locais de residências e trabalhos onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada e, conforme Goffman (1974) podem ser enumeradas em cinco grupos, a saber:

Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre os exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (GOFFMAN, 1974, p. 16 e 17).

Dependendo da natureza jurídica das instituições ou de questões sociais e étnicas, ou biológicas no sentido de acometimentos de doença ou perda de membros do corpo, os indivíduos podem ter graus diferentes de estigmas e sofrerem implicações diversas junto às dimensões de relações na sociedade mais ampla.

O estigma, que são marcas corporais que podem decorrer de doenças, trabalhos braçais exaustivos (rostos castigados por exposição solar, mãos calejadas), cicatrizes de castigos e de outras vivências de violências, bem como em suas formas não visíveis na “pele” ou que o corpo não mostra, mas que estão em prontuários, históricos escolares, fichas policiais e registros de cumprimento de penas em unidades prisionais, para Goffman (1975) é uma forma de atualizar as negações e distanciamento de pessoas que a sociedade considera como indesejáveis e que, portanto, procura evitá-las. Segundo Goffman (1975), estigmas podem ser de três tipos: *doenças ou deformidades físicas, condições morais condenadas e pertencimento há grupos étnicos estigmatizados*.

Encontro das Águas, região adequada às instituições totais.

Da porta para fora, ou seja, rio abaixo da Ilha de Marapatá, predominaram projetos de implantação de *Instituições totais* por parte do Estado no decorrer da primeira metade do século XX. Ali as barreiras naturais favoreciam a instalação desses tipos de instituição. A distancia e o rio como obstáculos, rio abaixo em relação à cidade e a barreira natural das matas dava condição ideal para estabelecer distancia e o colocar sob controle os “lazarentos” (aspeado porque essa designação está presente em relatórios técnicos e científicos e nos debates que determinaram o local chamado Paredão, na região do Encontro das Águas, para edificar o primeiro leprosário) que incomodavam e ameaçavam a saúde coletiva da cidade que ainda vivia seus últimos suspiros do fausto²⁵ da economia gomífera.

Em um primeiro momento, meados da década de vinte do século passado, era o rio o único meio para se chegar àquele lugar e ao menos uns 15 km de floresta densa separando por terra em linha reta aquela região, considerando como ponto de referência o Paredão, em relação à cidade, ou do núcleo urbano que hoje se chama Centro Histórico de Manaus e, 25 km quando o ponto de referencia é o Lago do Aleixo. Ali a natureza aparece como aporte aos planos de governo e vão funcionar como barreiras úteis para as instituições totais que serão estabelecidas. Distinto do momento que em os planos para aquela região passam a ser desenvolvimentistas, pois, as florestas e recursos hídricos e os usos coletivos que os residentes daquele lugar fazem dos recursos naturais

²⁵ Ver A Ilusão do Fausto: Manaus 1890 a 1920, de Edneia Mascarenhas Dias, publicado pela VALER em 1999.

se tornaram barreiras a serem vencidas para as implantações que se sucederam a partir da segunda metade do século vinte e, no caso do projeto TPL e o plano do Polo Naval de Manaus agora no século XXI e, ao mesmo tempo a natureza aparece como arguições de moradores da região para barrar as implantações desses projetos em virtude dos impactos socioambientais.

Uma das características físicas da região do Encontro das Águas, em sua margem esquerda, é a presença de falésias que, por categoria nativa de Manaus é chamada de “paredão” e que em outros pontos do médio Amazonas são, também, conhecidas como “pancadas”. Quando Goffman (1974) define as instituições totais, uma das características apresentadas são as barreiras. Nesse sentido, a escolha do terreno parece adequada e alinha-se a definição uma vez que as escadarias com quase duzentos degraus ou uma descida em eventual fuga teria nesses paredões um embarreiramento considerando, inclusive, as sequelas físicas que àquela altura a Hanseníase deixava nas pessoas impediriam de saírem facilmente daquele lugar.

O rio como único acesso viável, um paredão em sua linha frontal à beira dos rios Negro e Solimões, circundado pelas laterais e fundos por florestas recortadas por igarapés e aningás e uma distância significativa por terra à cidade de Manaus, a região do Encontro das Águas, mais especificamente naquelas terras altas aparece como lugar adequado para responder aos debates que desde as últimas décadas do século dezenove e nas primeiras do século vinte que acionam políticos, médicos e a sociedade. Debates em torno da educação para as camadas pobres, lugares correccionais para menores abandonados e delinquentes e, aquilo que era mais latente, as doenças infectocontagiosas tendo a lepra como a mais temida.

Sabe-se que as primeiras duas décadas do século vinte o movimento sanitário e o Estado não tinham colocado a lepra como um problema nacional e, é a partir dos anos de 1920 que a doença passa a acionar políticas públicas, contudo, a noção de isolamento por meio de construção dos chamados leprosários para retirar as pessoas acometidas do convívio social já permeava os debates seguindo a mesma trilha das demais doenças infectocontagiosas.

A lepra não é só no Amazonas, mas em todo o norte do país, importa em *calamidade social*, cujos efeitos futuros, na ausência atual de qualquer medida sanitária, bem devemos lastimar”... “o leproso é, naquelas terras, um

indivíduo em pleno gozo do convívio colectivo, inconsciente do proprio mal e dos malefícios que de si pódem irradiar (SOUZA-ARAÚJO, 1933)

A noção de calamidade social aciona medidas sanitárias que coloca a questão da liberdade dos infectados como condição de tratamento ou o deslocamento compulsório dos indivíduos sujeitos a doenças infectocontagiosas para lugares menos insalubres, pois a insalubridade e negligencia com práticas de higiene corporais era associada à pobreza, portanto, atribuídos às camadas mais baixas da sociedade segundo a percepção positivista dos sanitaristas.

Em geral, a incidência da lepra vai ser interpretada a partir do final do século dezenove, como um barômetro da civilização de um povo. No Brasil, é possível perceber o esforço, na década de 1920 de médicos, sanitaristas e políticos, para o extermínio de um mau visto como uma marca de atraso e de inferioridade de um povo (RIBEIRO, 2011, p.27).

Posto o debate, havia duas tendências em relação ao isolamento até a década de 1930 para a questão da hanseníase. Uma era humanista, ou liberal, que pensava o isolamento seletivo somente para aqueles casos que apresentassem lesões mais avançadas, defendia o tratamento em pequenas colônias e nas residências, portanto, contra a internação compulsória. A outra, que se tornou hegemônica no país, defendia o isolamento amplo, fechamento dos doentes e colônias e a internação compulsória (SCHWEICKARDT & XEREZ, 2015). Assim, a concepção adotada como política para evitar a propagação e irradiação da hanseníase foram os mecanismos de deslocamentos dessas pessoas para lugares distantes. Desse modo, a identificação da doença condicionaria a retirada do indivíduo com convívio familiar e de outras coletividades suas. Essas são noções que permeavam a medidas sanitaristas em curso no Brasil e seus efeitos materializam praticas e edificam estruturas prediais em Manaus.

Embora o Leprosário Paredão Manaus, que foi o primeiro projeto de estabelecimento de uma instituição total na região do Encontro das Águas em Manaus, não tenha chegado a funcionar, a topografia onde foi edificado atendeu os debates dos políticos, médicos e clamores de seguimentos da sociedade e definiram aquela região como lugar ideal para albergar, internar e recluser por meio das instituições que daí em diante foram destinadas a funcionarem naquela região. Paralelo à construção do Leprosário Paredão o governo conduzia reformas em Paricatuba para os mesmo fins (SCHWEICKARDT, 2015).

Nos relatos de Souza-Araújo (1933) temos acesso a dados sobre hanseníase em Manaus e no Amazonas com foco ao momento em que a doença passa a ser uma preocupação perante autoridades, ou seja, do final do século dezenove e as primeiras três décadas do século vinte e de como os debates e as medidas decorrentes foram tomadas até a definição do lugar e edificação do Leprosário Paredão Manaus.

Anterior ao Encontro das Águas, processos semelhantes em outras regiões da cidade.

Antes da definição da região do Encontro das Águas como ideal para estabelecer instituições que distanciarium os indesejáveis do seio da sociedade o município de Manaus teve outros espaços definidos como adequados nos arredores da cidade que em determinados momentos receberam instituições totais. O decurso das discussões sobre esse outros lugares anteriores que vai, ao longo das décadas, partindo do final do século XIX, chegando à região estabelecimentos de instituições totais.

Nos relatos de Souza-Araújo (1933) aparece uma região nas proximidades da cidade de Manaus, situada para além do Bairro de São Raimundo, provavelmente onde hoje está o Bairro de Santo Antônio e as imediações do Bairro da Compensa²⁶, Zona Oeste da cidade. Essa região era chamada de Umirisal, ali, no início da segunda metade do século dezenove foi construído o *Lazarento de Variolosos de Umirisal*. A varíola era um problema de saúde pública àquela altura ao passo que casos de lepra não. Passado algum tempo foram identificados alguns casos de lepra no Amazonas dentre eles alguns poucos indivíduos circulando pela cidade de Manaus e as providências tomadas foram de isolamento em Umirisal numa casa que fora construída para separá-los dos demais doentes com varíola.

De forma que em 1872 o médico Aprígio de Menezes informa ao presidente da província que a lepra existe no Amazonas, *mas se manifesta isoladamente sendo três ou quatro leprosos que existem na cidade de Manaus e foram recolhidos a uma pequena casa* (J. L. Magalhães - A Morféa no Brazil, Rio, 1882, p. 18, apud SOUZA-ARAÚJO

²⁶“Segundo um morador antigo havia um cemitério que era destinado aos jazigos dos portadores de hanseníase”... “Atualmente neste lugar funciona uma fábrica de laminados de madeira, em virtude dessa empresa o bairro ganhou o nome de Compensa” (FIGUEIREDO, 2010, P, 16).

1933). Diagnóstico semelhante faz o médico Alfredo da Matta ao chegar a Manaus em 1889, afirmando que os casos de lepra eram relativamente raros. Contudo, foram se intensificando ocorrências nos dez anos seguintes, já em 1902, Alfredo da Matta aponta que a lepra pode se tornar uma ameaça para a população em geral.

Então, Alfredo da Matta vai atuar no convencimento das autoridades no sentido de criar estrutura física e administrativa para profilaxia da lepra. Reclama junto ao governo a necessidade de isolamento de uma vintena de doentes completamente desamparados e, em 1908, por ordem do governador do Estado, Affonso de Carvalho, é determinado que na região de Umirisal, próximo ao Hospital de variolosos, fosse criado o isolamento para pessoas acometidas de lepra.

Mesmo que as precariedades desse estabelecimento tenham sido criticadas por Alfredo da Matta que reivindica melhores condições para uma doença que estava se tornando um problema de saúde pública, deixando de ter casos em quantidades pequenas para adquirir uma proporção com possibilidade de uma possível epidemia, as notícias da criação de um abrigo para leprosos na região de Umirisal provoca demanda de doentes vindo de vários lugares da Amazônia e não dá conta da demanda. *“E as portas estão fechadas para as dezenas, centenas direi, os que accorrem no interior do estado e paizes limítrophes, por saber de sua existência, supondo ser estabelecimento modelo e em condições de comportar numerosos doentes”* (Alfredo da Matta, *Geographia Médica de Manaós*, 1916).

Alfredo da Matta, ocupando o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, sugere ao deputado Adriano Jorge que apresente um projeto para o governo criar um leprosário que atendesse a crescente demanda. Mesmo aprovado e transformado em lei, o projeto não foi executado. Então, Alfredo da Matta, em 1919, conseguiu junto a Superintendência de Manaós que fossem albergados em um espaço chamado Linha de Tiro no Bairro da Cachoeirinha²⁷, trinta e seis leprosos que esmolavam moravam em Manaus. Então, Linha de Tiro, que era o local de treinamento de uso de armas de fogo da Polícia Militar do Amazonas, passa a receber o nome de

²⁷Segundo Mestre Zé Preto, 86 anos, “sou de 1930, mas o que ouvi falar é que onde hoje é o Colégio Getúlio Vargas, ali era um barranco que dava para o igarapé da Bica, tinha funcionado como Stand de tiros da Polícia Militar”. A Escola Estadual Getúlio Vargas está situada na Rua Marciano Armond, no final da Avenida Castelo Branco. AlvaDir Assunção, 78 anos, diverge da informação de Mestre Zé Preto ao dizer que a Linha de Tira funcionou onde hoje está situada a Escola Estadual Márcio Nery e que nas instalações dessa escola há uma edificação remanescente da antiga estrutura da Polícia Militar. Ocorre que as duas escolas citadas pelos informantes são vizinhas, separadas somente por uma estreita rua.

Isolamento Linha de Tiro. O Estado ficou responsável pelos internos do Umirisal e o município com os internos da Cachoeirinha.

A lógica de distanciar essas pessoas estava em atuação, mas, até então o lugar adequadamente longe e com barreiras ainda não tinha sido definido, embora, cabe observar que tanto a região de Umirisal quanto o Bairro de Cachoeirinha não estavam situados nas delimitações do que na atualidade se chama Centro Histórico de Manaus. Eram áreas periféricas cuja distância é, também, social em relação ao lugar chamado “cidade”.

A categoria “cidade” que aparece nas falas de moradores de bairros periféricos da Manaus da passagem do século dezanove para o século vinte, com permanência nas falas de pessoas com mais idade na atualidade, não somente como marcador de distância física, mas, também, a distância social. Lembro que a categoria cidade aparece com o mesmo sentido em falas de pessoas de bairros da região do Encontro das Águas, Dona Maria do Carmo certo dia disse: *faz tempo que eu não vou à cidade.*

O igarapé de São Raimundo separa o Bairro de Aparecida (bairro vizinho ao Centro Histórico de Manaus, separados por uma avenida) ao Bairro de São Raimundo. O Bairro de São Raimundo, que era caminho para Umirisal, tem uma distância em relação ao Centro da cidade de algo aproximado a três quilômetros (considerando a Praça da Matriz como ponto de partida), conta na atualidade com uma ponte, inaugurada em 1987, para travessia de veículos automotores e pedestres com aproximadamente trezentos metros de comprimento. Mas, no período em que as políticas definiram a região de Umirisal, que fica além de São Raimundo, como lugar de internação de doenças infectocontagiosas a travessia era somente por barcos. Antes chamado de Colina, passou recebeu o nome de São Raimundo a partir de 1848 quando foi levada por um padre uma imagem de São Raimundo Nonato e, inicialmente deu nome ao cemitério local e mais tarde ao bairro. No referido cemitério havia identificações em lápides de vítimas de varíolas desde 1884, *“nesse cemitério foram enterradas muitas vítimas de grandes epidemias. As famílias ricas da “cidade” vinham enterrar seus familiares no lugar e faziam mausoléus luxuosos”* (SOUZA, 2008, p.18).

O Bairro de Cachoeirinha, planejado e criado no final do século dezanove, embora sendo ligada pela Ponte da Cachoeirinha cujo nome oficial é Ponte Benjamin Constant, erguida ainda na década de 1890, somente ganhou status de bairro com o

projeto urbanístico de 1892 no governo de Eduardo Ribeiro e uma das concepções era de ser um lugar de fornecimento de frutas, hortaliças e viveres e animais de pequeno porte para abastecer a “cidade”. Antes da urbanização o lugar já era ponto de lavadeiras e se chamava Cachoeirinha de Manaus e era isolado da cidade por matas e igarapés. Portanto, não era um lugar de interesse das pessoas abastadas daquela sociedade. Em conversas motivadas por outras pesquisas ouvi de moradores antigos de Cachoeirinha falas que estabelecem distâncias e a distinção pela categoria “cidade”: *“Em 1945 Seu Capitulino mandou fazer cinquenta agogôs e, quando a gente começa a batucar no Curral²⁸, ali na Rua Ipixuna com a Urucará, aqui na Cachoeirinha, lá na cidade já ouviam e sabia: é o Corre Campo”*, disse-me Mestre Zé Preto em 2014.

Outras falas²⁹, como: *“Hoje irei à cidade!”*... *“Isso fica lá para as bandas da cidade”*... *“Isso é metida, só porque mora na cidade”*, expressões que estabelecem não somente uma distancia física em relação ao que hoje se chama Centro, mas marca um distancia pela distinção social em relação aos antigos moradores do bairro aos moradores do Centro em décadas passadas e revela, é o que interessa nesse capítulo, que lugares como Umirisal que ficava para além do bairro São Raimundo no final do século dezenove, Bairro de Cachoeirinha (embora este bairro fosse integrado à cidade por uma linha de bonde) nas primeiras décadas do século vinte, eram distantes, física e socialmente suficientes para manter a “cidade” livre de indesejados, tempo que foram adequados a receber instituições totais. Também, das semelhanças que a categoria cidade carrega para moradores da região do Encontro das Águas na atualidade em relação a moradores antigos dos referidos bairros.

Cabe aqui considerarmos que a Cadeia Pública³⁰ construída em Manaus nesse período, inaugurada em 1907, fica no início da ponte que leva ao Bairro de Cachoeirinha. Além da cadeia, outra instituição total teve aquele lugar como destino,

²⁸Chama de Curral o local onde bois-bumbás fazem seus ensaios e se concentram antes de sair para apresentações pela cidade.

²⁹Falas que ouvia quando criança, pois sou a quarta geração de minha família a nascer no Bairro de Cachoeirinha.

³⁰Com o nome Casa de Detenção de Manaus, a Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa foi inaugurada em 19 de março de 1907, no governo de Antônio Constantino Nery. Ela funcionou como Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa até 1999, quando foi inaugurado o Regime Fechado do Complexo Penitenciário Anísio Jobim, e depois disso passou a funcionar como centro de detenção provisória. Fonte disponível em: <http://www.acritica.com/channels/manaus/news/apos-109-anos-cadeia-publica-ramundo-vidal-pessoa-e-desativada>. Acesso em: janeiro de 2017.

trata-se da Escola de Artífices, criando por lei em 1909 em uma rede em todo território nacional, inaugurada em 1910, para os "*desfavorecidos da fortuna*", *público alvo das Escolas de Aprendizizes Artífices. Instalada na Chácara Afonso de Carvalho, no bairro da Cachoeirinha* (NUNES DE MELO, 2009). Até 1942, quando passou a funcionar em definitivo na esquina oposta a Cadeia Pública, a Escola de Aprendizizes e Artífices ficou mudando entre um lado e outro da Ponte da Cachoeirinha, "*sendo em 1917 transferida para o prédio da Penitenciária do estado e, em meados de 1927 para o "Mercadinho da Cachoeirinha"*" (MINGOS, 2008, p.18).

O final da década de 1910 a quantidade de doentes de hanseníase aumenta, antes já se constatava uma quantidade grande de falecimentos e muitas fugas em Umirisal. Em 1919 a providência em transferir os que permaneciam em Umirisal para Linha de Tiro em Cachoeirinha fora uma medida paliativa. Com a criação do Serviço de Prophylaxia Rural e a nomeação de Alfredo da Matta como inspetor sanitário encarregado dos serviços de profilaxia da lepra e doenças venéreas do Estado do Amazonas, levantamentos mais detalhados se deram com a realização do *Censo de Leprosos do Estado* e a constatação da quantidade significativa de portadores de hanseníase no Estado do Amazonas e nos países de fronteira se torna uma preocupação que vai motivar o projeto de construção de um leprosário que atendesse o Amazonas e socorrer doentes do Acre e repúblicas limítrofes.

Cabe considerar que a cidade havia se expandido e o distante Umirisal se tornara expansão do Bairro de São Raimundo e a linha de Tiros no final de Cachoeirinha já tornara um lugar com muitas unidades habitacionais, portanto, já não era mais tão distante e isolado o suficiente para um leprosário e, é nesse contexto que a região do Encontro das Águas ganha importância no sentido de receber as diversas instituições totais nesse período.

Leprosário Paredão de Manaus, o primeiro projeto de instituição total no entorno do Encontro das Águas.

É no contexto do avanço da lepra no Amazonas que a região do Encontro das Águas começa a figurar como espaço físico interessante para estabelecimentos de instituições totais. Os relatórios e sensos sobre a hanseníase constam o crescimento da

doença na capital e no interior do estado. Relatórios médicos falam, também, da inadequação dos lugares que serviam como isolamento e albergue para os doentes e da expansão da cidade e, assim, é sugerida a criação de *leprosário modelo em Manaós* que, “*servirá também para socorrer os doentes do Acre e, mais tarde talvez, mediante modico auxilio financeiro, os precederem das Republicas limítrofes*”, diz Souza-Araujo citando o documento Um anno de Campanha, 1922, p.78.

Oficialmente a decisão vem pela sugestão em criar um leprosário modelo em 1922, porém as obra iniciam em 1926 quando o governador Ephigênio Salles mandou construir “*Um leprosário no lugar Paredão, que confronta com a porção extrema e inferior da ilha de Marapatá, á margem esquerda do Rio Negro*” (Souza-Araújo, 1933). A obra é concluída no final de 1929, embora inaugurada não chegasse a funcionar em função da alegação do médico contratado para dirigir o estabelecimento, pois considerou as instalações inadequadas para um *leprosário* e o serviço de captação de água não estava concluído. Para Souza-Araujo, as alegações que condenaram o Leprosário Paredão Manaus são insubsistentes.

O pressuposto do distanciamento e isolamento vigorava como norma médica para o tratamento da hanseníase, bem como, um regime severo com aplicação de medidas punitivas a doentes e funcionários que cometessem infrações às normas regimentais dessas instituições. Paralelo à construção do Leprosário Paredão Manaus o governo do estado em parceria com o governo federal inicia reforma e adequação das ruínas de Paricatuba³¹, situada na margem direita do Rio Negro, rio acima de Manaus, também para receber doentes dos isolamentos de Cachoeirinha e Umirizal, pois, estes lugares não eram mais adequados para tal fim de acordo com as verdades médicas e saúde pública da época.

Quando Souza-Araujo faz seu relatório sobre a *lepra* no Norte, 1933 havia uma estrada que levava ao Paredão e é por ela que ele chega às instalações do que seria o leprosário modelo no Amazonas.

³¹As estruturas prediais em Paricatuba foram concebidas no final do século XIX para servir como hospedaria de imigrantes, mas que não chegou a funcionar com esse proposto e, em 1907 passou a funcionar como Instituto Agrícola-Industrial até o ano de 1912, a partir de 1915 tornou-se Casa de Detenção. Meados dos anos de 1920 o governo inicio obras de reforma e adequação no sentido de estabelecer ali o Leprosário Vila Belisário Penna, seu funcionamento tem inicio no final de 1929 (CABRAL, 2010).

Situado á margem esquerda do Rio Negro, defronte a fóz do rio Solimões e a ¾ de hora em lancha, de Manaós, ou 20 mi nutos em automóvel, pela estrada de Cachoeirinha. Está situado em local elevado, salubre e de bella vista (SOUJA- ARAUJO, p.182, 1933).

A descrição faz perceber a escolha de um lugar distante dos núcleos urbanos da cidade, reproduzindo procedimentos anteriores, mas, dessa vez vai definir a região do Encontro das Águas e daí em diante outras instituições totais vão se estabelecer naquela lugar.

Defronte à foz do rio Solimões, à margem esquerda do rio Negro, próximo à ilha de Marapatá, em um lugar de bela vista chamado Paredão, antes do lago do Aleixo, em frente onde o Negro encontra o Solimões. Mas, não foi por sua *bella vista* que o lugar foi escolhido para nele edificar um *leprosário modelo*. Nesse sentido, Souza-Araújo ao considerar as instalações como de aspectos elegantes e construídas com capricho, lamentando o não uso e a depredação e sugere, em seu relatório, que a mesma deva servir como leprosário para abastados e outros fins com a mesma natureza, ou seja, lugar de isolamento e reclusão.

Outras instituições totais foram se estabelecer naquele mesmo local utilizando aquelas estruturas prediais, temos que a linha telefônica que já descrito por Souza-Araújo foi usada para comunicar a Manaus a entrada de navios tanta no momento em que serviu como Albergue para Menores Abandonados e Delinquentes, quanto serviu de instalações da Escola Agrícola e depois como base da Marinha do Brasil. Portanto, essa estrutura nas proximidades da Ilha de Marapatá, por meio do serviço de telefonia, tem similaridades com uma guarita de condomínio residencial que por meio de interfone comunica aos condôminos a entrada de algum visitante. Os vigilantes de portarias de condomínios tem acesso restrito às dependências condominiais. Da mesma forma, do alto do paredão distante da cidade, aquelas pessoas que ali eram internas, tinham acesso limitadíssimo às dependências do “condomínio” Manaus, os lugares de seus destinos era da porta para fora, ou seja, de Ilha de Marapatá rio a baixo.

Abrigo de Menores *Abandonados e Delinquentes*: o reformatório

As instalações prediais do leprosário que não chegou a funcionar como tal serviram como Abrigo para Menores que foi chamado Aprendizado Paredão, mas,

também, ficou conhecido como reformatório ou apenas Melo Mattos por remeter ao principal articulador da legislação de Assistência e Proteção ao Menor, consolidada pelo Decreto nº 17.934-A de 12 de outubro de 1927.

O Código de Menores ou Código de Melo Mattos, como fora chamado, foi considerado um avanço para época por trazer em seu bojo muito dos debates que há anos estavam na pauta dos defensores da assistência social, dentre essas pessoas, lideranças do campo jurídico de doutrina salvacionista (RIZZINI e PILOTTI, 2009).

Contudo, as contradições sociais balizam a legislação que vai legitimar a internação de menores em *abrigos* e *instituições disciplinares*. Duas noções marcam discriminação social na referida legislação que, por força e consequência dos processos históricos de subordinação e subalternização de negros e indígenas, são, também, étnica e racial. Não ter *habitação certa* e os *meios de subsistência* constituíram bases pensadas pelos legisladores ao conceituar abandono e, em função da condição de abandono as possibilidades de delinquências. Conforme essa lei, infortúnios como falecimento, desaparecimento, desconhecimento, enfermidades, indulgência ou prisão dos pais ou de tutor ou encarregados das vidas dos menores construía a condição do abandono. Portanto, os contextos de uma sociedade que estava há menos de quatro décadas da abolição da escravatura e desprovida de políticas de inclusões sociais não representava marcos de análise da produção da pobreza, uma visão parcial e conservadora da infância e adolescência.

Em meio a todas essas estratégias de controle à infância e adolescência pobres, a família aparece como aquela que não está apta a cuidar da sua prole. O mito criado em torno da incompetência das famílias das classes empobrecidas para criarem seus filhos faz emergir uma violenta intervenção do Estado, levando os juristas a delegarem para si próprios “o poder de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder, sempre que julgassem uma família inadequada para uma criança”. (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p.25).

Com efeito, a legislação se coloca a combater a *mendicidade*, *gatunice*, *libertinagem* e *vadiagem* dos filhos das camadas pobres da sociedade. A internação seria forma de retirar dos olhares da sociedade os indesejáveis das ruas.

Dois romances de Jorge Amado da década de trinta são categóricos em expor as formas de violências que estavam presentes nas instituições totais chamadas de Abrigos

com caráter de reformar os internos ou nas famílias que se encarregavam da guarda do menor. Em Jubiabá (1935), a casa dos brancos onde Baldo vai morar após a morte de sua tia é uma forma de instituição total. Em Capitães de Areia (1937)³² o reformatório é lugar não somente do cerceamento da liberdade, é, também, lugar de torturas físicas e mentais.

Em Proteção à Infância (ARAÚJO, 1940, p. 81) é citado um ato administrativo que *proíbe castigos e prisões de menores no Aprendizado do Paredão* por meio da portaria Nº 123 de 25 de setembro de 1937, portanto, dez anos após a consolidação da legislação de Assistência e Proteção ao Menor.

Depoimentos de pessoas que estudaram no Colégio Agrícola no período em que o mesmo funcionou nas instalações do Leprosário Paredão, após a mudança do reformatório para outro ponto da cidade, dão conta da existência de uma pequena cela que atribuíam aos castigos de reclusão solitária no tempo em que foi abrigo de menores abandonados e delinquentes, o reformatório. O personagem Pedro Bala, líder dos capitães da areia, passou por uma dessas no romance de Jorge Amado. Então, se infortúnios dos pais produziam desajustados e indesejados sujeitos, em Manaus, a região do Encontro das Águas foi, por um tempo, um bom lugar para isolá-los.

Aprendizado Agrícola Rio Branco, o *Colégio Agrícola*

A respeito da instituição que foi fundada no Acre e recebeu vários nomes e mudou de endereços e que no início da década de 1940 foi transferida para Manaus sendo instalada na região do Encontro das Águas, permanecendo ali até o início dos anos de 1970 e até hoje é chamada por muitos de *Colégio Agrícola*, diferente das demais instituições já referenciadas neste capítulo, há, aqui, a possibilidade de descrevê-la no tempo em que ficou instalada no Paredão por vozes de alguns egressos que foram alunos internos. Entretanto, a intenção aqui não é fazer uma descrição longa, somente fazer algumas caracterizações da instituição com o intuito de perceber as definições que Estado atribuiu àquela região (Encontro das Águas) em determinado tempo. Nesse sentido, narrativas que trazem memórias sociais de pessoas que estudaram ali

³²Em 1937, após a instalação do Estado Novo, Jorge Amado é preso e seus livros são queimados em praça pública.

evidenciam não somente os aspectos naturais, mas, também, as estruturas físicas das instalações e as relações balizadas por normas da instituição.

Em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, em 26 e 27 de março de 2010, Estevam Ferreira da Costa³³ traduz suas memórias e nos dá a possibilidade de perceber que, mesmo na condição de lugar regido por rigorosas normas afetos ao tempo vivido marcam as histórias dos que por ali passaram. O artigo tem o sugestivo título de *Paredão Paradise* e pode ser partilhado em quatro possibilidades de descrição que interessam para compreender o lugar.

O primeiro, sobre a distância em relação à cidade e a estrutura predial: *“Imagine um lugar, a 12 km de Manaus, com: salas de aula para cada turma; lugar para prática de futebol de campo e de salão; Centro Social; igreja estilo Capela; escadaria com cerca de 200 degraus”* (COSTA, 2010).

O segundo, sobre os aspectos da paisagem natural,

O rio Negro como piscina; praia extensa de areia alva e solta; as Lajes, no encontro das águas dos rios Negro e Solimões, onde a diversão era pegar peixes presos nos “lagos” que ficavam entre um bloco de pedra ou outro [...] Cercado por tucumanzeiros, jatobázeiros, ingazeiras xixica e cipó, beribázeiros, mangueiras, araçázeiros, gravioleiras, goiabeiras, passáros, cobras, lagartos e muito morcego. (COSTA, 2010).

O terceiro sobre as normas e formas de imposições das mesmas sobre os alunos. Apesar de terem atividades em sala de aula e de esporte e lazer, as atividades de labor e as regras rígidas eram penosas, alguns egressos desse tempo no Paredão dizem que para manter segurança a um professor andava com um trinta e oito na cintura e quando havia necessidade e ele passava a mão para que as coisas não fugissem do controle:

Todos eram conhecidos por um número e a maioria tinha apelido... O dia começava com a “chamada”, que tinha a função de conferência, educação física, banho no rio, café e a ida a capatazia - lugar onde ficavam o terçado, machado, boca de lobo, pá, ancinho, vassoura, avião, tesoura de poda, cordas e outros instrumentos para a “aula prática” mas que parecia “castigo”. Após o almoço, intervalo para o relax, estudo, prática do esporte preferido, janta e no restante da noite atividades no Centro Social como ping pong, dominó, dama, xadrez, firo e música com uns se encarregando de

³³Estavam Ferreira da Costa é Técnico agrícola (egresso do *Colégio Agrícola* do tempo do Paredão) e administrador, articulista no *Jornal do Commercio*.

ensinar outros a dançar... Entre uma turma e outra sempre aparecia quem não se “adaptasse” a este estilo de vida. O tempo se encarregava de ajudar a resolver a questão. As regras eram muito rígidas no início, mas foram mudando, ao final, os castigos e punições era do tipo “aula prática” na horta, estábulo ou aviário (COSTA, 2010).

Além dessas regras e trabalhos o autor relata que as “aulas práticas” pareciam ser “castigos”, em outra parte do artigo fala sobre uma estrutura para tortura, mas que não era usado para castigos aos do *Agrícola*, fora usada quando ali funcionou reformatório (abrigo para menores abandonados e delinquentes), antes da escola, diz Costa: *Existe um lugar chamado cafua. Local alto estreito, onde cabia uma pessoa em pé e que, ao ser fechado, ficava completamente no escuro.*

A quarta possibilidade de refletir o lugar, nos anos em que abrigou a escola, é a partir do sentimento de pertencimento que se produziu naqueles egressos do *Paredão*. Em 2010, por força do planejamento das comemorações dos septuagésimo aniversário da instituição em Manaus, hoje situada na Alameda Cosme Ferreira (via conhecida como estrada do Aleixo, pois leva ao Bairro Colônia Antônio Aleixo), os egressos do *Agrícola*, atual Campus Manaus Zona Leste do Instituto Federal de Manaus, passaram a organizar encontros e a definição *paredonista* aparece como autodefinição em alguns desses ex-alunos. As memórias de brincadeiras e atividades consideradas de lazer marcam as falas saudosas quando esses egressos se reúnem: *nadar no rio Negro; pescar nas lajes do Encontro das Águas; abater no ar os morcegos que habitavam as ruínas e prédios inacabados; jogos de futebol*. Da paisagem natural, do tempo vivido com sacrifícios e das brincadeiras as caracterizações de Costa (2010) aferem que se tratava de um paraíso, *Hotel Paraíso* cujo sentimento de proximidade tem permanência:

Aquele foi o lugar onde muito se prepararam para enfrentar o mundo. A Marinha reassumiu lugar físico, mas não o Imaginário dos que conviveram por 3, 4, 5 e até oito anos letivos consecutivos [...] O sentimento é de que a separação é apenas física, mas mentalmente a proximidade se mantém, dura todo o tempo. Frequentadores deste Hotel Paraíso estão se encontrando, sob a coordenação de Babás, Bodinhos, Carlinhos e Parafusos, e em ação que inclui, obviamente, a geração pós paredão (COSTA, 2010).

Carlos Alberto dos Santos³⁴, mais conhecido como *Mestre Tapioca*, que estudou no *Paredão* de 1959 a 1961, fala de um lugar muito rígido. Perguntei qual o sentimento

³⁴Técnico Agrícola, aposentado do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. O apelido Tapioca vem de infância, conforme relatou. O pronome de tratamento *mestre* vem de suas atividades nas batucadas de

de ter estudado ali e sua resposta referiu-se aos recursos naturais, disse: *Era uma beleza estar ali de frente para o Encontro das Águas. Um pouco mais abaixo, nas Lajes, não existia o porto do CEASA, tinha muito peixe e os pescadores chegavam lá para pescar e quando pescavam de bomba subiam aqueles peixes meio abatidos e os colegas que sabiam nadar bem, eu não ia por não sabia nadar bem, iam com aqueles paneiros pegando os peixes e levávamos para cima para tratar e fazer aquele almoço. Mas eu sempre achei que aquilo não era certo, pescar de bomba-, dava raiva. Às vezes os pescadores paravam num flutuante que tinha próximo para tratar aquelas piraíbas grandes, elas eram grandes que até cabelo tinha, cabelos lisos, cheias de cabelo, piraíba grande.*

Saber um pouco mais sobre a Cafua que integrava as estruturas prediais interessa por ser um lugar reclusão, uma prisão solitária e, portanto, de tortura física e psicológica. Perguntei de Mestre Tapioca sobre a existência de uma cafua e se era usada para castigo dos alunos do *Agrícola*, respondeu que não, *existia a cafua lá, sim, mas não era usa para castigar os meninos peraltas, foi usada quando era reformatório*. Pedi para ele descrever a estrutura e ele apontou para o bar que estava próximo e disse: *era desse tamanho aí, agora era tudo dividido em compartimentos, cubículos que mal cabia um dentro, e quando trancava fica aquela escuridão. Já no nosso tempo não era usado, estava abandonado e como era uma escuridão virou casa de morcegos. E aquilo era usado mesmo, quem era responsável* (Mestre Tapioca faz um intervalo de fala, falha sua memória ao querer lembrar o nome da pessoa que trabalhou ali quando fora reformatório). Contudo, outros castigos eram praticados como as proibições de saídas nos finais de semana para os estudantes que não “*andavam na linha, uns passavam de dois meses sem ver a família*”.

Quando tomo conhecimento das edificações do Leprosário Paredão de Manaus, por meio de relatório da Instituto Osvaldo Cruz (1933), com fotografias de boas definições e ângulos que captaram as estruturas prediais em detalhes, procurei os professores Elival Martins dos Reis (*Abda* é seu apelido dos tempos do Paredão) e Jair

Boi (foi diretor de batucada do Boi-Bumbá Corre Campo) e das rodas de samba e escolas de samba (é ex-presidente da Escola de Samba Vitória Régia). Portanto, o título de mestre de culturas populares é construído do cotidiano ao longo dos anos e acaba por incorporar ao nome próprio ou ao apelido, um atributo que vem pela espontaneidade do meio relacional onde o indivíduo está inserido, não pelo título acadêmico. Percebe-se que se tornar mestre de culturas populares requer mais empenho, tempo e dedicações que ser mestre por título acadêmico.

Crisóstomo (*Nego Sete*, como é conhecido pelos seus contemporâneos do Paredão) que foram alunos na escola no tempo do Paredão, ambos são professores do IFAM-CNZL. Até então, a informação de que ali fora construído para ser um leprosário não aparecia em nenhuma referencia a respeito da *Escola Agrícola* (em trabalhos de conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado que pesquisei) e nem em falas de ex-alunos, professores e diretores e muito menos em documentos em arquivos. O que aparecia nas falas é que lá, antes funcionou o *reformatório*. Até então, registro fotográficos do lugar nesse tempo eram raríssimos, sendo algumas poucas que estão em exposição permanente em um corredor do IFAM-CMZL, comemorativas aos setenta anos.

Fui ao encontro dos colegas, ao encontrá-los disse apenas que tinha umas coisas para mostrar-lhes, abri as fotografias (feitas em 1932 na viagem de Souza-Araújo em meu aparelho de telefone celular) e, fui passando uma a uma para os colegas, ampliando as imagens de forma a mostrar detalhes. Após um breve silêncio: “Olha, mestre, velho Paredão!”, disse Jair; “Pode escrever, era aqui mesmo, está aí, aí mesmo que a gente morava!”, disse Elival e, daí em diante emendou histórias lembrando feitos dos *tempos idos, jamais esquecidos* (Angenor de Oliveira, 1958), saudosos recordaram algumas de suas vivencias no Paredão que fica de frente para o Encontro das Águas, um pouco abaixo da porta de Manaus, ilha de Marapatá. No mesmo dia professor Jair compartilhou em grupo de uma rede social dos egressos do Paredão as fotografias.

Sobre o Aprendizado Agrícola Rio Branco, sabemos por meio do decreto Decreto-Lei Nº 2.225, de 30 de maio de 1940 que foi transferido do antigo território do Acre para o Amazonas e conformo o referido decreto a transferência se deu pelas condições precárias e que já não atendia as finalidade e que seria oneroso reformá-lo e ampliá-lo e, considerando, cessão de uso das instalações do reformatório de Menores do paredão como condições basilares para tal transferência.

DECRETO-LEI N. 2.255 – DE 30 DE MAIO DE 1940

Transfere o Aprendizado Agrícola Rio Branco, no Território do Acre, para o Estado do Amazonas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição, e

Considerando que a atual séde do Aprendizado Agrícola “Rio Branco”, no Território do Acre, dadas as condições locais, já não atende sua finalidade;

Considerando que a reconstrução do referido Aprendizado ficaria altamente onerosa para os cofres públicos.

Considerando que o Estado do Amazonas cedeu a União a propriedade onde funcionava o “Reformatório de Menores de Paredão” para instalação de um Aprendizado Agrícola, propriedade essa avaliada em 1.188:920\$000;

Considerando, finalmente, que, com a mudança de sede do Aprendizado Rio Branco, serão atendidas simultaneamente, as necessidades do Estado do Amazonas e do principal município agrícola de Território do Acre – Cruzeiro do Sul – ficando assim melhor servida a região Amazônica:

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido o Aprendizado Agrícola Rio Branco no Território do Acre, para o Estado do Amazonas, onde será instalado na propriedade denominada Paredão, nas proximidades de Manaus, já cedida pelo Governo do Estado à União.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Fernando Costa.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

(<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=36322>).

No entanto, o Aprendizado Rio Branco tem antecedências no Patronato Agrícola Rio Branco que foi criado juridicamente por decreto presidencial em 1923, após articulações políticas de agentes do governo do Acre junto ao governo federal: *seu regulamento determinava o ensino primário e profissional. Fazia parte das pretensões políticas do Governador Cunha Vasconcelos, fato determinante “para o progresso do setor primário da região”. Seria a tentativa de superação das “técnicas rudimentares, feitas de terçado e enxada”* (CAROLINO e GAMA, 2010). Em **Referenciais Pedagógicos da Educação Profissional do Estado do Acre** (2005), é possível perceber as pretensões e articulações para a implantação da instituição:

Depois de um trabalho incessante, (diz Cunha Vasconcelos) que empreendi desde essa Capital, vi cercada de melhor êxito, com o decidido apoio do eminente Sr. Presidente da República e seu digno Ministro da Agricultura, a idéia da criação de um patronato agrícola no Território do Acre, que foi instalado pelo decreto nº 16.082 de 26 de junho de 1923”[...] “Antevejo o magnífico resultado para o Território do Acre, a instalação do Patronato, de onde sairão de futuro agricultores e artistas formados em seu próprio berço para restituírem ao seu rincão natal em serviço inteligentes, quanto dele receberam em amparo e educação (G. Ginelli, pág.191 *apud* Gerência de Educação Profissional, 2005).

O êxito ao qual se refere o então governador é consolidado pelo decreto que segue abaixo:

DECRETO N. 16.082 – DE 26 DE JUNHO DE 1923

Crea um patronato agrícola, com a denominação de «Rio Branco», na cidade do mesmo nome, Território do Acre

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto no art. 79, verba 3ª, n. V, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923,

DECRETA:

Art. 1º Fica creado um patronato agrícola, sob a denominação de «Rio Branco», na cidade do mesmo nome, no Território do Acre, o qual se regerá pelo regulamento que baixou com o decreto n. 13.706, de 25 de julho de 1919.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

(<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=47046&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>)

Ao que parece seu funcionamento se deu efetivamente em 1926, pois, tomando como referência a publicação no jornal O Acre, de sete de setembro de 1936, que traz nota sobre o décimo aniversário do Patronato Agrícola Rio Branco.

Entre o reformatório e a escola agrícola, mesmo que tenha funcionado em tempos distintos, produziu-se um senso comum na sociedade quanto ao caráter das instituições. Ambas funcionaram no mesmo espaço, mas, em tempos diferentes, e não exatamente a isso que se confunde o reformatório à escola. O que ficou foi noção de que ali foi lugar de internação sem fazer distinção à natureza das instituições, portanto foi comum confundir a escola com reformatório cujas características de prisão para menores abandonados, delinquentes, vagabundo em fim, foram propaladas.

O campo de construção desse senso comum encontra razão na perspectiva de que estas instituições foram pensadas no sentido de um ajuste social para os filhos das camadas pobres da sociedade. Portanto, quando Estevão fala que “aula prática” era trabalho árduo, um “castigo”, quando Mestre Tapioca diz que era lugar rigoroso e alguns passavam semanas sem poder visitar parentes e familiares, faz notar que lugar

Paredão foi concebido com propósito de internação de doentes que a sociedade não queria nas suas proximidades, mas que acabou servindo pra isolar jovens pobres.

Portanto, as grandes falésias da foz do rio Negro, em frente do Encontro das Águas, são mais que paisagem natural. Por definição de políticas públicas em vigência na época o Estado estabeleceu àquela região atributos de distanciamento social, reclusão e castigos aos “filhos dos desvalidos da sorte”. Filhos das famílias abastadas estavam em outras estruturas educacionais que lhes possibilitariam profissões distintas aos trabalhos técnicos de nível fundamental e médio. Contudo, esta análise não destitui o sentimento de pertencimento por parte dos alunos do chamado *colégio agrícola*.

A Marinha adquiriu mais uma base em área privilegiada na margem do rio, ao passo que o ensino técnico e profissionalizante se distanciou fisicamente da relação várzea e terra firme com a transferência, no ano de 1973, da instituição *colégio agrícola* para o local onde se encontra hoje, sito a Avenida Cosme Ferreira, bairro São José Operário, Zona Leste de Manaus e, na redefinição do ensino profissionalizante de 2008 passou a ser IFAM-CMZL.

Base do Exército e o “Alojamento” de Soldados da Borracha

Dona Maria do Carmo, mostrando a casa que morou por muitos anos e onde hoje reside uma de suas filhas adotivas, fala de um tempo em que o exército ocupou o lugar e de quando serviu de passagem de nordestinos, disse-me: *Isso aqui foi feito pelo exército, depois eles saíram e vieram os soldados da borracha, depois nós viemos.*

Então, a ocupação do exército e o estabelecimento de um lugar de contingenciar migrantes nordestinos de modo que fossem enviados aos seringais sem adentrarem Manaus não são atos espontâneos, integram atos do Estado. Verificar essas informações em dissertações e teses que abordam questões relativas ao Bairro Colônia Antônio Aleixo percebesse que a ocupação do Exército e posteriormente dos “soldados da borracha” são conflitantes quanto a datas e contextos. Entretanto, registra o lago cujas bocas ficam de frente para o Encontro das Águas tendo a ilha da Restinga como divisor, assim como o Paredão, como lugar designado para estabelecer instituições totais.

Araújo (2011), tomando como referência relatório do Plano de Gestão para o Distrito de Saúde Leste da Cidade de Manaus, 2005, situa a década de 1920 como o

início da ocupação da Zona Leste quando o exército brasileiro ocupou a área banhada pelo lago do Aleixo, onde foram construídos algumas casas e dezoito pavilhões para abrigar militares. Diz, também, que: *Sua finalidade estava em criar um entreposto militar do exército devido às condições geográficas favoráveis, como a de situação e localização. Porém, a malária se apresentava como um dos últimos fortes fatores de resistência da floresta, que impedia o avanço e a fixação do homem, nas proximidades e no interior da mata* (ARAÚJO, 2011, p.95). Faz referência a um decreto (Decreto nº 60, de 18 de março de 1938) que desapropria terras, onde hoje se encontra o Bairro Colônia Antônio Aleixo, por utilidade pública para construção de um leprosário e, que: *Quatro anos depois o governo local efetivou o propósito, sendo que, a partir de 1942, o Governo do Estado destinou a área para a instalação de uma Colônia para os portadores de hanseníase, provocando a saída dos soldados da borracha do local.* Essas menções feitas ao exército e aos soldados da borracha aparecem em um capítulo de sua dissertação intitulado *A Ocupação do Lago*.

Ribeiro (2011), apoiada em trabalho de Galvan (2003) sobre Hanseníase/Lepra, situa a década de 1930 como período no qual foram erguidos 16 pavilhões para servirem de abrigos para os nordestinos que viriam reativar os seringais.

A localidade onde foi implantada a nova Colônia se forma ou na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, que ordenou a construção de 16 pavilhões, que serviriam para abrigar os nordestinos trazidos para reativar os seringais da Amazônia, os chamados “soldados da borracha”, sob a liderança do comandante Antônio Guedes Brandão, que ficavam alojados no local aguardando sua transferência até os seringais, no interior do estado. Após a partida dos nordestinos, o local ficou abandonado, uma vez que a região era isolada e o trajeto até a cidade era feito, exclusivamente, margeando o rio Negro (GALVAN, apud RIBEIRO, 2011, p. 73).

Essas informações conflitam datas do período de construção dos pavilhões, em Araújo (2011) seria a década de 1920 e, em Ribeiro (2011) a década seria a de 1930. Pode haver um erro de digitação na primeira versão ou mesmo de divergências de fontes. Mas, esse é um pormenor frente à questão da categoria *soldado da borracha* que está vinculada aos Acordos de Washington que resultam nas Mobilizações Econômicas do Brasil na II Guerra Mundial, que *visava, sobretudo, ativar a produção da borracha amazônica, matéria-prima estratégica e indispensável para a guerra* (BENCHIMOL, 1992, p.70).

Esses acordos foram firmados em março de 1942, portanto, distante dos períodos referidos nos textos dos parágrafos anteriores onde conflitam datas e contextos a respeito da edificação de pavilhões que serviram para abrigar os nordestinos que migraram revitalizar seringais na Amazônia. Benchimol (1992), ao tratar desse contexto migratório, fala que: *O movimento migranista da Batalha da Borracha, que se desenvolve no decorrer dos anos de 1941, 1942 e início de 1943, à moda tradicional, com os flagelados e retirantes nordestinos tangidos pela seca ou atraídos pela seringa* (BENCHIMOL, p. 227, 1992). Estruturas institucionais como o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) que mais tarde foi substituída pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia (CAETA), ambas com objetivos de recrutar, encaminhar e colocar trabalhadores, principalmente nordestinos, nos seringais, sob a supervisão do Departamento Nacional de Imigração (BENCHIMOL, 1992).

Atento a esse movimento migratório, Benchimol fez contato com os nordestinos que chegavam a Manaus nos anos de 1942 a 1944, entrevistando-os a bordo de embarcações (Gaiolas, chatas, vaticano, vapores), em armazéns do porto de Manaus, no alojamento Trapiche Teixeira, na hospedaria de flores e no leprosário do Aleixo, *“documentando em primeira mão as histórias de vidas no momento exato de suas cheganças”* (BENCHIMOL, 1992) que resulta no livro *Romanceiro da Batalha da Borracha*, onde descreve aspectos da reclusão desse nordestino, chamados soldados da borracha, nas margens do lago.

Por gentileza de Castro Mendonça, administrador do leprosário do Aleixo, onde estão alojados os nordestinos, fui no dia 16 de setembro visitar essa concentração de imigrantes. Deparamos com a configuração irregularíssima do terreno, o que estranhei bastante, Pois não há razão para tal. o governo federal investiu lá mais de 3 mil contos de réis na construção desse leprosário modelo, que já está pronto e provisoriamente cedido aos Imigrantes nordestinos. Em comparação com o velho Trapiche Teixeira, onde se localizavam as primeiras levas, aquilo deve ser um paraíso. Cada família tem seu quarto, com armadores. Existem 14 pavilhões, Pavilhão 14 quartos, com capacidade para 4 armadoras, o que dá uma Lotação de 784 pessoas bem agasalhadas. Mas acontece que as famílias são numerosas e se alojam muito mais do que isso. Essa concentração age de modo diverso sobre o espírito do imigrante do que a do Trapiche Teixeira. O Imigrante tem ali a própria natureza a oferecer-lhe convite para o primeiro contato com a terra e os costumes. O lago do Aleixo ele oferece magnífica oportunidade para se amansar na pesca regional e no manejo da montaria. As matas circunvizinhas, a caça dos nossos bichos. De vez em quando, ver se um passar com uma espingarda ou então com o anzol, em direção ao lago. O Trapiche lhe dava era oportunidade de arranjar uma colocação na cidade e abandonaram o objetivo de sua vinda, entortando o destino que havia tomado. Valia, no entanto, para o seu instinto aventureira de conhecer novas

terras, tanto é assim que não queriam ir para o Aleixo, havendo até se revoltando em viagem. No Aleixo a coisa muda de figura. Ele está preso e amarrado, por assim dizer. Se quiser conhecer a cidade terá que fazer um percurso de um de 25 quilômetros a pé, onde gastará umas quatro horas e meia, puxadas e bem feitas. Isso não os amedronta. Quando passava na ida, de caminhão, recolhi muitos deles pela estrada; tinha ido à cidade só para comprar banana... (BENCHIMOL, 1992, p. 133 e 134).

Para além da descrição dos pavilhões e do incomodo do relevo do lugar, a condição do isolamento, embora, alguns persistiam em ir à cidade, o texto de Benchimol escarna a condição de distanciamento que a sociedade impôs a esses migrantes que tinha a importância de suprir mão de obra necessária para reativar os seringais, mas, ao mesmo tempo eram incômodos aos cidadãos de Manaus. Diferente do trapiche que fica na orla da cidade, no lago estava *presos e amarrados* pela distancia que criava, por assim dizer, barreiras para que os mesmos não estabelecessem contatos e relações que os desviassem de seus destinos, que eram os seringais.

Se uma possibilidade de interpretar a Amazônia é, como diz Alfredo Wagner³⁵, pela *mobilização e imobilização de mão de obra*, podemos, então, interpretar que a região do Encontro das Águas, é também, região por onde essas mobilizações e imobilizações fazem caminhos. O lago que mais tarde receberia o nome de Lago do Aleixo configurar-se-á nesse momento como uma nova forma de senzala que imobiliza mão de obra mobilizada do nordeste para Amazônia, pois a cidade poderia abrir outras possibilidades e encontros que daria prejuízos aos coronéis de barranco que aguardavam as forças de trabalho para novamente serem imobilizados em suas “colocações”.

Leprosário Colônia Antônio Aleixo

Bem vindos ao Leprosário Colônia Antônio Aleixo, dizia uma placa informativa que a menina Maria do Carmo avistou quando o barco que a conduzia para o hospital-Colônia adentrou o lago, em 1948, seis anos após sua inauguração. *Ficava bem ali, numa grande árvore que tinha na ponta dessa ilha. Era por ela que os barcos que chegavam se orientavam. Chegavam de vários lugares desse Amazonas e aqui*

³⁵ Em uma das aulas da disciplina Antropologia dos Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia.

orientava porque se você vai aí fora pelo rio não dá pra saber que pra dentro tem o lago, apontou Dona Maria do Carmo para um barranco na ponta da ilha, margeando a boca do lago que permite entrada de barcos maiores, a boca principal. Essa ilha divide o lago, que passara a receber a denominação Lago do Aleixo, do Encontro das Águas.

Sabe-se que antes mesmo do início do funcionamento do leprosário em Paricatuba, no início dos anos de 1930, cujo *nome oficial da instituição era Hospital-Colônia Vila Belisário Penna, homenageando o grande divulgador do saneamento no país* (SCHWEICKARDT, 2017), debate sobre as possibilidades de contaminação generalizada em Manaus por transmissão da lepra através das águas é colocada por autoridades da saúde com repercussão em setores diversos da sociedade, tendo em vista que Paricatuba, embora situada na margem direita do rio Negro, fica rio acima de Manaus e há uma estação de captação de águas do rio Negro para distribuição na cidade em um local chamado Ponta do Ismael. A concepção de que a cidade poderia viver uma contaminação generaliza em função de ter um leprosário rio acima ganha força e assim a planificação de um leprosário em outro lugar já estava em jogo.

A década de 1930, com ascensão de Getúlio Vargas ao poder amplia-se a política de construção de leprosários em todo país e as formas autoritárias também, no sentido de que as internações passaram a ser compulsórias e coercitivas. E, no Amazonas a maioria dos médicos e gestores defendia o isolamento dos doentes como uma estratégia de tratamento e combate da doença, mesmo que essa prática não fosse um consenso em outros lugares do país (SCHWEICKARDT, 2017, P.85).

Portanto, a política federal de estabelecer novos hospitais-colônia alinhando à mentalidade difusa de que a cidade corria risco que contaminação em grande escala pela água, os casos de doentes vindos de vários lugares da Amazônia em busca de tratamento no Hospital de Paricatuba causa gradativo aumento de internos naquele hospital, constitui as condições para instituir um novo hospital-colônia.

Mesmo sem dinheiro para investir em obras para melhorar e ampliar a leprosaria, o governo do Estado explicita no conteúdo da mensagem de 1937 (pp. 105-106) que era intenção do Governo Federal instalar mais um leprosário onde seriam “[...] abrigados os doentes de possível cura. Esse novo estabelecimento terá os segredos da moderna engenharia e disporá de ótimas instalações”. O Governo do Estado novamente entrou em acordo com o Governo Federal solicitando a cessão de um terreno para a construção do Novo Leprosário. Esse foi o acordo para a construção do leprosário Antônio Aleixo que, diferentemente da leprosaria de Paricatuba “Vila Belisário Penna”, foi construído nos arrabaldes da cidade de Manaus. A distância do

isolamento foi reduzida. Uma estrada de terra faz a diferença, pois poderia se chegar de carro ao novo leprosário diferentemente de Paricatuba, onde somente se podia chegar por via fluvial. (CABRAL, 2010, p.138).

No início de 1942, portanto, entra em funcionamento um hospital-colônia na região do Encontro das Águas que pretendia oferecer melhores condições que o de Paricatuba aos internos.

Desta forma, paulatinamente, os pacientes do Paricatuba foram transferidos. Neste mesmo ano, entrou em funcionamento o Educandário Gustavo Capanema, destinado a filhos de hansenianos segregados. Galvan (2003) descreve que, no início da década de 1940, o médico Menandro Tapajós, numa viagem a Minas Gerais convidou Antônio Aleixo (fundador da Escola Dermatológica de Minas Gerais) para juntos iniciarem um trabalho com leprosos nos pavilhões abandonados nas margens do Rio Negro em Manaus. Com o aceite ao convite, o tratamento dos portadores de hanseníase começou, em 1942, com apenas seis pacientes. A ida destes hansenianos para a Colônia Antônio Aleixo foi acompanhada apenas de um cozinheiro e um enfermeiro. Em seguida, os doentes que eram tratados no antigo leprosário de Paricatuba foram levados pelo ex-foguista Raimundo Mendes para a nova Colônia, que ganhou o nome do seu fundador, Antônio Aleixo (RIBEIRO, 2011, p. 72 e 73).

Schweickardt (2017) fala que o Hospital-Colônia Antônio Aleixo inaugurado na gestão do governador Álvaro Botelho Maia recebeu esse nome em homenagem ao ministro da Educação daquele período e que sua estrutura seguiu o mesmo modelo arquitetônico e burocrático dos hospitais-colônia no Brasil.

Portanto, um tipo ideal de hospital-colônia é concebido e cresce, para além de pavilhões, alojamento e enfermarias com características de reclusão, a percepção da necessidade de unidades habitacionais, atividades produtivas e de entretenimento ganham campo. Nesse sentido, o acesso a lazer passa a ser um fundamento, por isso o estabelecimento de sala de cinema e local para festas. Concepção de vida produtiva em atividades de oficinas de fabricação de calçados ortopédicos, atividades hortifrutigranjeiras, caça e pesca em áreas de recursos naturais de uso coletivo, bem como a destinação de pequenos lotes de terra para desenvolvimento autônomo de atividades das famílias que ali se constituíam, assim como, as possibilidades de comercialização daquilo que produziam traz a possibilidade de um tratamento mais humanizado frente ao que era praticado no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Contudo, esse tipo ideal não retira a noção do isolamento em relação à cidade de Manaus e em relação aos familiares que acaba por ter uma dimensão de

reclusão sendo que em local mais aberto, portanto, uma liberdade relativa e circunscrita que por si só é potencializa o estigma e é permeada de restrições.

O hospital-colônia funciona até o final de 1978 quando por decreto foi desativada e em seguida passa a se tornar bairro. Nota-se que há uma distancia entre as datas de convenções e diretrizes médicas nacionais e internacionais com a data do decreto de desativação do Hospital-Colônia Antônio Aleixo (Decreto nº 4.464, de 18 de dezembro de 1978) e que essa distancia está relacionada a mentalidade local de permanência do distanciamento dos hansenianos e, posteriormente a medidas de atender pressões da expansão de especulação sobre aquelas terras em decorrência da implantação do Distrito Industrial. Pois, em 1958 o Congresso Internacional da Lepra de Tóquio considerou que a política de isolamento não era efetiva para o controle da hanseníase. E, no Brasil, desde o Decreto nº 968, de maio de 1962 que se apontava para a desinstitucionalização. Porém, foi somente com a Portaria Ministerial de 14 de maio de 1976 que se decretou o fim dos asilos-colônias, permanecendo os asilos para a assistência dos mutilados que não poderiam ser reintegrados à sociedade (SCHWEICKARDT, 2017, p.90 e 91).

A estrada de terra a qual Cabral (2010) faz referência como uma das possibilidades de acesso ao novo hospital-colônia, no período de sua inauguração e que aparece nas descrições de trabalho de campo realizado de julho de 1942 até março de 1943 por Benchimol (1992) que resultou em *Romanceiro da batalha da Borracha* (BENCHIMOL, 1992) é a via que dava acesso às terras da Companhia Brasileira de Plantações cujo proprietário era Cosme Ferreira Filho: naquelas terras, em 1930, Cosme Ferreira efetuou o plantio de dez mil mudas de castanheiras (*Bertholletia excelsa*) ocupando uma área de 250 mil hectares, os plantios chegaram à idade adulta, mas essa área foi ocupada com a expansão urbana de Manaus a partir da década de 1970 (HOMMA, 2014).

Ocupações urbanas referidas por HOMMA (2014) nessa região de Manaus a partir da década de 1970 são motivadas por intervenções autoritárias no regime militar, umas das ocupações urbanas nessas áreas de castanhais se deu com a transferência do antigo *Colégio Agrícola* do Paredão para este outro local e passou a ocupar parte do castanhal de Cosme Ferreira Filho, nesse mesmo contexto temos abertura de malha urbana para os estabelecimentos das empresas do Distrito Industrial conduzidas pela

SUFRAMA da qual Dona Maria do Carmo refere-se como o início da degradação ambiental e perda de espaços dos antigos moradores da Colônia. O final da década de 1970 coincide a expansão urbana autoritária naquela região com a extinção do hospital-colônia e vão resultar na pressão imobiliária tanto por parte de empresas privadas, órgãos do Estado e pessoas em busca de locais para construir suas habitações.

O Bairro Colônia Antônio Aleixo é instituído em consonância a extinção do hospital-colônia e é montada uma operação administrativa em cooperação com diversos órgãos do governo do estado do Amazonas e da prefeitura municipal de Manaus para acompanhar e a transição e estabelecer regras urbanas onde se incluem as regulamentações de terras. Como é comum, processos de regularização de terras em pequenos lotes para famílias em contextos como esse é, também, a liberação de grandes áreas para interesses exógenos à comunidade.

Iniciado o processo de desativação no dia 6 de janeiro de 1979, o jornal A Notícia publicou a seguinte nota ao lado de fotografias de mutilados: “600 leprosos ameaçam descer para mendigar. A Colônia Antônio Aleixo está à venda desde o dia 2 deste mês, quando teve início o processo de desativação e sua transformação em Bairro” (TALHARI et al, 1981, p.183, IN.: SCHWEICKARDT, 2017).

Uma de minhas caminhadas com Dona Maria do Carmo pelo Bairro Colônia Antônio Aleixo conheci o secretário do CESELA, antes havia conhecido e entrevistado Senhor Edivaldo Barreto que é o presidente desta organização social. Na conversa que tivemos na sede do CESELA pude apreender algumas informações sobre o processo de transição do hospital-colônia para a categoria de bairro na perspectiva da pressão sobre as terras e recursos naturais.

Tem coisa que você precisa saber e eu vou lhe levar ali a um amigo meu e ele poderá falar sobre (Dona Maria do Carmo, 2017), ouvi isso com a certeza de que se tratava de coisas que ela tinha conhecimento, mas que me levar ao encontro de outras pessoas é, também, uma sensibilidade de que na verdade as coisas devem ser ditas por outras vozes e assim ela cria os contextos para que esses seus amigos possam falar, inserindo-os como informantes da pesquisa. *O gravador já está ligado? Sim, então vamos conversando. O Raimundo é administrador do CESELA e pode falar da história das coisas do bairro. Raimundo este é meu amigo professor Alvatir Carolino, professor do colégio agrícola e está fazendo um trabalho sobre a luta do Encontro das Águas*

(Dona Maria do Carmo). Com essa abertura, tomei conhecimento da fundação da CESELA, da importância de padre Ludovico na passagem dos anos 1970 para 80 e de como as pressões com as ações da SUFRAMA e a extinção do hospital-colônia vão se configurar.

Transcrevo aqui um diálogo entre Dona Maria do Carmo e Raimundo onde o caminho da conversa leva à questão das grilagens de terras que se iniciam e de uma pessoa chamada *Matinha* que parece ter sido um agente de grilagem de terras naquele local. Perguntou Dona Maria do Carmo: *Esse terreno o nome dele é Porto Seguro, não é Onze de Maio. Você sabia disso Raimundo? Não, Dona Maria do Carmo,* respondeu Raimundo. *Você não sabia? Ele termina numa ilha, foi comprado pelo padre Mário. O dono do terreno estava com a esposa no hospital e ofereceu para ele, não tinha recurso. Padre Mário comprou por 80 Cruzado ou mil réis, não sei, não era real. Isso foi em, deixa eu ver* (Dona Maria do Carmo faz um intervalo de tempo na fala em busca da memória sobre a data dessa transação comercial, mas não consegue lembrar a data), *antes das irmãs chegarem. Isso aí era repleto de bacaba, tucumã... Ele comprou só a posse não é! Aí ele foi para São Paulo. Aqui no Onze de Maio, aí quando veio a Zona Franca e foi quando veio o Matinha, tu lembra do Matinha?* Raimundo respondeu que sim. Prossegue Dona Maria do Carmo: *Ele chegou aqui e perguntou: seu Zé o padre Mário tem os documentos aqui do Onze de Maio. Ele disse: tem. Por que a gente sabia fama do Matinha, não é?*

Compreendo que Dona Maria do Carmo estava mostrando aspectos da abertura de vendas de terras, perguntei: *Matinha era corretor de imóveis?* Raimundo riu e responde rindo: *ele era muitas coisas,* dando a entender de que se tratava de alguém com atividades ilícitas. Dona Maria do Carmo retoma a palavra e diz: *logo ele trabalhava com Petrônio. O Petrônio vocês sabem, é um grande industrial e se apossou de todas essas terras aqui.* Abstrai-se dessa conversa que se não fosse aquisição primeira do padre Mário aquelas terras onde se situa a comunidade Onze de Maio teria sido grilada. As terras foram doadas à comunidade por esse padre.

O Bairro Colônia Antônio Aleixo tem uma cartografia que se define por circunscrição de comunidades com estruturas de organizações sociais específicas, mas que se agrupam em uma organização social maior. Buscando compreender essa divisão perguntei a Dona Maria do Carmo o que difere quando ela se refere a Onze de Maio e Colônia? *Colônia, quando fala colônia se refere a uma comunidade que fica no*

entorno do lugar que originalmente era o hospital-colônia. Raimundo explica que chamam os moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo, e formalmente está instituído na associação, associação do complexo bairro Colônia Antônio Aleixo, por ser dividida em nove comunidades. Portanto, o bairro se chama Colônia Antônio Aleixo e por ser dividido em nove comunidades, há uma organização social que funciona como uma federação das associações e essa organização social é denominada Associação do Complexo Bairro Colônia Antônio Aleixo, conforme explicaram os informantes. As comunidades são: Onze de Maio, Nova Esperança, Favela, Maria da fé I, Maria da Fé II, Colônia Central, Buriti, Conjunto Guilherme Alexandre e, agora tem a nova chamada Assentamento Nova Jerusalém (RAIMUNDO, 2017).

Nas oportunidades de diálogos com Raimundo, administrador da CESELA, e Dona Maria do Carmo fica perceptível como a pressão sobre as terras das margens do lago do Aleixo e margens frontais ao Encontro das Águas foram objetos de posses, grilagens, invasões e, ocupadas irregularmente ou com autorizações ditas legais tanto por empresas privadas quanto por atividades e obras do setor público. O advento da SUFRAMA com as implantações do Distrito Industrial é um marcador de um tempo recorrente nas falas de Dona Maria do Carmo a dividir um momento em que havia liberdade de uso das terras e recursos do lago e do rio e o início das limitações de usos e degradações que serão potencializadas com a nova condição jurídica do lugar que antes era hospital-colônia com restrições de entradas e saídas passando a ser bairro.

Encontro das Águas, região adequada para ações desenvolvimentistas autoritárias pós-64

Base da Embratel, Marinha, CEASA, Porto CEASA, BR-319, Distrito Industrial de Manaus que na atualidade recebe a denominação de Polo Industrial de Manaus, foram algumas das ações do governo autoritário que se estabeleceu no Brasil a partir de 1964 na região do Encontro das Águas. Dentre essas ações é a expansão do Distrito Industrial de Manaus sobre os recursos naturais e terras de uso comum dos moradores do antigo hospital-colônia que vai fazer com que moradores que vivenciaram essa expansão compreendam a implantação das fábricas em Manaus como um mal que impactou vidas. Dona Valdenora Rodrigues nos diz que a chega das fábricas fez o

pescado desaparecer e poluem as águas, Dona Maria do Carmo faz a afirmação de que a “zona franca é um câncer”, essas percepções se contrapõem aos discursos de autoridades oficiais que pouco se importam com a degradação da região do Encontro das Águas e com o impacto nas vidas daquelas pessoas, mesmo porque as ações implantadas pela Ditadura de 1964 se deram à revelia dos grupos sociais que seriam de uma forma ou de outra, atingidos por obras e demais projetos.

Os avanços do capitalismo na “fronteira” Amazônia tanto tem destruído, pura e simplesmente, como tem criado ou recriado formas familiares e comunitárias de organização social e técnicas de produção. No conjunto, generaliza-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital (IANNI, 1986, p.249).

Com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, pelo decreto-lei nº. 288 de 26 de fevereiro de 1967, planos desenvolvimentistas estenderam urbanização com finalidades indústrias na região do Encontro das Águas, processo esse que está na esteira da política expansionista autoritária do capital na Amazônia que tem como marco o golpe de 1964. Essa expansão autoritária do capital e tem permanências na atualidade por meio de outros planos de desenvolvimento conduzidas por governos democráticos quando estabelecem concessões de terras públicas e subsídios financeiros a empresas privadas e públicas para explorarem recursos minerais e a expansão de atividades agropastoris e extrativas, bem como, a execuções de grandes obras de infraestrutura expropriando, com a permissão e conivência de setores do Estado, terras de pequenos produtores rurais, avançando sobre terras de povos e comunidades tradicionais, provocando devastação ambiental, limitando ou inviabilizando usos coletivos desses espaços e de seus recursos naturais, impondo sujeição às pessoas que vivem nesses lugares, sejam nas áreas urbanas e metropolitanas da Amazônia ou em assentamentos rurais, áreas ribeirinhas, reservas ambientais, quilombos, terras indígenas, aos ditames dos interesses dos interesses empresarias. Sutilezas dessa expansão autoritária muitas vezes se dão com bases em instrumentos legais da recente democracia brasileira e acionam contextos que resultam na emergência *conflitos* sociais na Amazônia.

Encontro das Águas, continuidades de ações desenvolvimentistas em lampejos de democracia.

Chamo de lampejo de democracia o curto espaço de tempo entre a promulgação da CRFB em 1988 e o golpe parlamentar de 2016, nesse recorte de tempo o país passa por experiências sucessivas de superação da crise aguda deixada como herança do regime ditatorial, o feito mais festejado no primeiro governo advindo do sufrágio universal é a estabilização da moeda após o impeachment de Fernando Collor em 1992 com a ascensão de Itamar Franco no chamado governo de coalizão onde foi engendrado o Plano Real. A passagem de faixa presidencial levou Fernando Henrique Cardoso ao governo onde a estabilidade da moeda sofreu crises sucessivas e a economia não apresentava resultados significativos, tomando como referência a empregabilidade no Distrito Industrial de Manaus, que estende sua estrutura portuária e viária à região do Encontro das Águas, percebe-se que não havia grande demanda de empresas e nem ações de governos que acentuassem as questões de pressão ambiental na região do Encontro das Águas.

O acionamento da economia na última década fez o PIM ampliar linhas de produção de fábricas existentes e fez surgir novos empreendimentos industriais com os auspícios da SUFRAMA contribuindo para direcionar olhares de investidores locais, nacionais e internacionais na indústria portuária na cidade de Manaus. É nesse contexto que as empresas LAJES LOGÍSTICA S/A e JUMA PARTICIPAÇÕES S/A apresentam em 2008 o Terminal Portuária Porto das Lajes (TPL) e tem o apoio do governo do estado para ter sua implantação em área próxima à malha viária do PIM, a poucos quilômetros da BR-319 em seu trecho na cidade de Manaus onde se situa o PIM com suas indústrias e armazéns de estocagens de materiais inacabados ou peças vindas de diversas regiões do mundo e de materiais acabados nas fábricas locais.

O projeto Terminal Portuária das Lajes prevê ocupação de uma área de 600 M², no ano de 2008 a previsão de investimento era de duzentos e sessenta milhões de reais, com expectativa de gerar 120 empregos. Em entrevista concedida a jornal Diário do Amazonas um executivo da empresa expressou que “A expectativa do empreendimento é desafogar a movimentação de contêineres do Polo Industrial de Manaus (PIM), que hoje são carregados e descarregados no Centro da cidade” (Diário do Amazonas, 19/11/2008).

O campo de justificativa do empreendimento situa a competitividade do modelo Zona Franca, a condição crescente da economia do Amazonas que naquele período situava-se na sexta colocação no ranking nacional (chegou a figurar como quarta), a demanda de mais de 400 empresas, o caráter arrojado de sustentabilidade do projeto e a proximidade ao Distrito Industrial. A elaboração de projetos dessa monta necessita, por força de legislações ambientais vigentes e por tramite de aprovação em órgão como SUFRAMA, expor arguições convincentes no plano econômico amplo de forma que tais arguições tenham caráter convincente ao Estado, no sentido da arrecadação tributos e atendimento a normas ambientais e suprimento de infraestrutura onde o Estado não alcança, à sociedade na perspectiva de atender normas ambientais e geração de empregos.

Tais arguições são *verdades* produzidas por um corpo técnico científico a serviço das empresas e tem sua credibilidade asseverada por outro corpo de profissionais em órgãos específicos do Estado. Foucault (1979), ao falar sobre “economia política” da *verdade* aponta cinco características históricas importantes em nossa sociedade sobre tais *verdades*:

A “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”) (FOUCAULT, 1979, p. 13).

O conhecimento do projeto chega aos moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo por edital do IPAAM que convoca a realização de audiência pública para apresentação de Estudo Prévia de Impacto Ambiental – EPIA e relatório de impacto ambiental referente à obra do chamado Porto das Lajes. Esses estudos foram recebidos pelo IPAAM em 22 de outubro de 2008 e a convocação estabeleceu o dia 04 de novembro de 2008. A partir desse ato de convocação que os moradores, surpreendidos com o fato, tomam conhecimento e partem em busca de maiores informações e tomam providencias.

Há outras ações de governo e investimentos privados na região do Encontro das Águas, o PROAMA implantado e em funcionamento e o projeto Polo Naval em discussão desde 2010 são exemplos, embora as questões socioambientais já tenham apresentado sentimentos nos moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo desde a década de setenta do século passado. Contudo, cito o projeto Terminal Portuária das Lajes por ter sido esse o acionador das mobilizações que adquiriu corpo com amplitude e acionou MPF e IPHAN.

O sentido de *di-visão* no conceito de região (BOURDIEU, 2007) situa não somente a descontinuidade de continuidades naturais impostas por processos políticos ratificados por especialistas, a *di-visão* situa aspectos humanos e sociais que não somente de sexo e idade, mas, no caso da Região do Encontro das Águas é de renegados sociais em uma medida e, em outra medida de atributos de desenvolvimento renegando novamente moradores daquela região. A tradução desses processos pela voz de Dona Maria do Carmo nos faz perceber que a *di-visão* tem caráter do estigma e da condição de classe e de como aquelas pessoas sofrem com a *ilusão* do *progresso* evocado pela *Zona Franca* que na imagem da *munguba chorando em terra firme* situa a degradação ambiental, tucumã sem gosto e peixes contaminados como restrição a alimentos daqueles recursos naturais, assim como a impossibilidade de ir e vir em canais naturais que interligavam lagos que foram aterrados e se tornaram propriedades privadas.

Se para as instituições totais implantadas na região do Encontro das Águas a natureza adquiriu fator positivo por constituir elemento de embarreiramento, na atualidade a mesma natureza adquire fator a ser trabalhado por tecnologias ambientais para que se possa implantar indústrias diversas e obras públicas. Contudo, a essa natureza é uma dimensão passiva de domínio por especialistas que ao fim conseguem apresentar soluções com as chamadas reduções de impactos ambientais descritas nos documentos de licença com previsões de reparos para possíveis acidentes e danos por meio das compensações ambientais. Portanto, a natureza aparentemente empecilho se torna elemento de agregação de valor a serviços e produtos por meio de selos e chancelas que aferem qualidade ambiental às empresas.

Nesse sentido, a natureza evocada por vozes de militantes ambientalistas na tentativa de barrar grandes obras públicas e indústrias recebe solução imediata de ambientalistas técnicos em consonância com tecnocratas de departamentos públicos do

campo ambiental e, assim, encaminham as obras balizadas por *verdades* definindo e redefinido *di-visões* na *região* do Encontro das Águas.

Na questão do projeto TPL o primeiro edital do IPAAM chama a comunidade para apresentar o projeto, seus benefícios e as reduções de impactos ambientais. Questionamentos são postos e em meses os aspectos *tecnoambientalistas* (LITTLE, 2004) são resolvidos nas reformulações. Nesse contexto a natureza deixa de ser um discurso eficiente para conter mais uma grande obra no Encontro das Águas, assim, a mobilização dos moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo vai ao encontro do conceito de cultura inscrito na legislação de 1937.

Capítulo III - A patrimonialização como caminho e os caminhos da patrimonialização

A categoria patrimônio tem usos em campos distintos das ciências humanas e sociais e no campo das políticas públicas e na estrutura do Estado. *Patrimônio Cultural do Brasil, Patrimônio da União, patrimonialismo e patrimonialização* são variações que derivam da categoria patrimônio e mesmo que tenha aplicações distintas, tanto na organização administrativa do estado nacional quanto em aplicações enquanto conceitos interpretativos de processos sociais, políticos, culturais e jurídicos, estão em certa medida correlacionados com a questão do Encontro das Águas.

Na estrutura administrativa burocrática do Estado há um departamento chamado Patrimônio da União, sua concepção e surgimento remonta ao tempo do Estado dinástico brasileiro. O contexto de sua criação tem relação com a emergência de conflitos por terras, na esteira desse contexto a Lei de Terras de 1850 quando o Estado cria a lei que visa modernizar o acesso a terra, regulamentando balizas para estabelecer quem serão os proprietários, os privilegiados que de posse da propriedade promoveriam o desenvolvimento. Essa lei traz consigo uma base mercadológica buscando simetrias ao contexto do capitalismo mundial de meados do século XIX e, posterior ao estabelecimento da Lei de Terras de 1850 e, posteriormente o império cria órgão para executar as questões de terras. Esse órgão que passou por reformulações no decorrer do tempo com mudanças de nomenclaturas e de vínculos ministeriais, na atualidade é o que se chama de Patrimônio da União cujo vínculo é o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mas que fora subordinada e vinculado no século XIX ao Ministério da Agricultura do Império.

Portanto, a criação do departamento de Estado chamado patrimônio da União está relacionado não somente a definir o que pertence à União, mas a quem a União irá conceder direitos de uso, ou seja, quais as pessoas que gozarão do privilégio de constituir patrimônio a partir do chamado Patrimônio da União. Em um primeiro momento o agrimensor oficial oficializa terras definindo-as como Patrimônio da União para em seguida a União privatizá-las para os privilegiados que tinham acesso às estruturas de poder junto ao Estado constituírem e ampliarem seus patrimônios privados.

No campo da cultura patrimônio está relacionado com a noção de identidade. O Movimento Modernista de 1922 tem como uma de suas bases a construção de identidade e propunha o chamado manifesto antropofágico a não reprodução de outros padrões estéticos, mas a apropriação e transformação com características que poderiam ser chamadas de brasileiras. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, em aliança com os setores oligárquicos que estavam à margem da chamada política café com leite traz a necessidade de construir base identitárias de nacionalidade que pudessem estabelecer signos de pertencimento a uma nova república que volta os olhos para outras regiões do país que não apenas São Paulo e Minas. Esse é um contexto político e artístico nacional que engendra o estabelecimento da legislação de patrimônio de 1937. Sabe-se que a missão francesa que traz nomes como Roger Bastide, Dina e Claude Lévi-Strauss que figuram no quadro de jovens docentes que estão na base da fundação da USP, que pode ser interpretada como uma resposta estratégica das oligarquias paulistas à relativa perda política que a ascensão de Getúlio Vargas. A intencionalidade subjacente à formação da USP é a de criar massa crítica e bases para retomar o poder político. Ironicamente e indiretamente membros da missão francesa, tendo como destaque a senhora Strauss vão fundamentar o modernista Mário de Andrade na feitura do anteprojeto básico que em um primeiro momento fora elaborado para o município de São Paulo, mas que motivos diversos acabara sendo incorporado a gama de novos ordenamentos jurídicos do chamado Estado Novo.

Patrimonialismo no pensamento de Faoro (2012) diz respeito à persistência da *estrutura patrimonial* que herdamos do Estado português fazendo com que o Brasil não se constituísse em uma nação no sentido de que há uma distância entre a nação e o Estado, por não ter se estabelecido uma relação entre as duas partes e esse patrimonialismo estamental tem permanências na república. Nesse sentido, permite-nos dizer que a noção de patrimonialismo de Faoro (2012) estabelece uma república sem plenitude, pois coisa pública é quase uma privacidade de determinados grupos sociais que usam o poder para constituir seus patrimônios privados, pessoais e familiares.

Mesmo considerando pertinentes as críticas aos pensadores da USP, particularmente ao que tem colocado Jessé de Souza sobre os usos políticos da interpretação de Faoro sobre o Estado brasileiro, que a seu ver mais produz afastamento das pessoas da vida política que motivá-las a participar e assim deixa-se o campo livre para o absoluto exercício dos “donos do poder”, situo a questão do patrimonialismo em

Faoro para refletir que a noção de patrimônio em seu sentido de políticas culturais de tombamento não está totalmente dissociada dos privilégios das elites detentoras de poder político, econômico e simbólico, pois os bens que foram patrimonializados pelo SPHAN que mais tarde se torna IPHAN são de referências históricas, artísticas e culturais daqueles grupos que também constituíram patrimônios pessoais e familiares por meio de usurpações nas entranhas do Estado e por meio de concessões de terras pelo chamado Patrimônio da União.

Por essa análise é possível dizer que patrimonialismo e patrimonialização são distintas em estruturas jurídicas, em departamentos do Estado, em profissionais que operam essas estruturas e em fins discursivos, mas são partes integradas de um Estado que se faz para satisfazer as elites. A negação de reconhecimento de bens culturais que representam grupos sociais que não são cristãos e europeus, ou seja, reconhecer somente o chamado *cal e pedra*, opera *pare e passu* às expropriações de territorialidades de povos originários, quilombolas. Com efeito, uma forma simbólica de negação que somente em meados da década 1970 a discussão sobre reconhecimento de bens culturais de outros seguimentos sociais se materializa no processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca no início dos anos de 1980. Portanto, a negação de reconhecimento cultural é conjugada com a negação de outros direitos como de territorialidades, acesso a recursos naturais de usos coletivos e a própria liberdade existencial, pois o que fica legitimado pelo Estado não é pertinente às diversas formas de existência cultural no país. Derivam desse processo de não reconhecimento de bens culturais dos que não estão em proximidade ao poder as perseguições diversas em meio urbano, coma às casas de religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras, ao samba, ao boi-bumbá. No meio não urbano os conflitos por terra e o apropriação da mão de obra daqueles que não foram reconhecidos e, portanto a União não lhes permitiu patrimônios e nem o SPHAN/IPHAN lhes reconheceu patrimônios culturais.

Mesmo que o estabelecimento da CRFB de 1988 e as legislações regulamentares que dela derivam e suas receptividades a ordenamentos internacionais calcem a passagem do século XX para o XXI, temos no bojo do conflito do Encontro das Águas um jogo que coloca as categorias derivantes de patrimônio em ação, ou seja, Patrimônio da União, patrimonialismo e patrimonialização. O projeto TPL é a centelha que incendeia pessoas do bairro Colônia Antônio Aleixo contra as concessões de terras da União que antes eram de usos coletivos, integradas à paisagem do Encontro das Águas,

reproduzindo as práticas patrimonialistas que privatizam bens antes públicos e o caminho tomado em defesa do lugar é a patrimonialização enquanto bem cultural articulando a noção de que paisagem é de interesse simbólico para a cidade de Manaus e para o Amazonas e, especificamente de interesse como lugar de produção de agricultura de várzea para famílias do bairro e base para pesca artesanal, portanto de usos coletivos como um bem difuso.

Eu vi mungumba chorando na terra firme (Dona Maria do Carmo, 2017), *Antes a gente descia de tardezinha e pegava a janta aqui pertinho de casa, peixe bom, até tambaqui* (Dona Valdenora Rodrigues, 2016). Essas duas falas citadas em capítulos anteriores são representativas de sentimentos de angústia que permeiam mobilizações em defesa do lago do Aleixo que passa a ter um movimento específico por meio do chamado SOS Lago do Aleixo que antecede o anúncio do projeto TPL, instrumentalizado, portanto, por noções acadêmicas e jurídicas do meio ambiente.

Os dados empíricos do processo de tombamento do Encontro das Águas é refletida como uma inversão da ordem pela qual a legislação de tombamento foi largamente usada. Agentes sociais mobilizados em defesa da referida paisagem agem apropriando a lei que evidenciou positivamente as elites dando-lhe significado de instrumento jurídico de direito difuso em defesa que usos de espaços coletivos.

O contexto do início dos anos dois mil o bairro tem a presença de atividades acadêmicas, dentre essas a de estudantes do curso de medicina da UFAM por meio do professor Mena Barreto e, a partir de 2006 atividades do Projeto Amazônia Central coordenado por Eduardo Góes Neves. Havia, também, pesquisa em curso nas áreas de geologia (FRANZINELLI e IGREJA, 2011).

Na segunda metade dos anos dois mil o bairro assiste a construção de uma grande adutora nas proximidades da primeira boca do lago em frente ao Encontro das Águas, adutora essa que é parte integrante da obra do Programa de Abastecimento de Manaus com objetivo de distribuir água potável para as Zonas Leste e Norte da cidade de Manaus. E, no final dos anos dois mil, exatamente em 2008, tomam conhecimento por jornais, em um primeiro momento, de que na boca do lago será construída estação portuária.

O que pretendo neste capítulo terceiro é descrever o contexto da *patrimonialização como caminho* onde a mobilização social vai conduzir as questões de

preservação da região, considerando as antecedências das mobilizações cujas abordagens estavam situadas nas perspectivas de meio ambiente, mas que vão juntar às memórias sociais dos moradores do bairro às fundamentações acadêmicas no sentido de usos de conceitos de cultura, visto que perceberam que por meio das questões de natureza seriam facilmente vencidos. Também, colocar em discussão os *caminhos da patrimonialização* no sentido de descrever de como a legislação que baliza processos de patrimonialização no Brasil serviram para fins que se distanciavam das realidades históricas de grupos que integram a sociedade, mas sempre estiveram em condição de subalternização e de como, ao final, o processo de patrimonialização do Encontro das Águas aponta caminhos de novos usos da mesma legislação de 1937.

SOS Lago do Aleixo, mobilização que antecede a questão do Encontro das Águas

Quando tive a primeira conversa com Edivaldo Barreto expondo os objetivos da pesquisa da tese de início ele situou um breve histórico do CESELA e da “*luta para salvar o Lago do Aleixo*”, portanto, mostrando-me que havia mobilização e lutas em curso antes da questão do TPL e do movimento SOS Encontro das Águas e da patrimonialização como caminho para defesa do Encontro das Águas.

Alvatir Carolino: *O senhor pode me dizer o que significa e sigla CESELA?*

Edivaldo Barreto: *Centro Social e Educacional do Lago do Aleixo foi fundando em 1972 por alguns moradores. O padre Ludovico que foi o primeiro pároco a vir para a comunidade conseguiu fazer com que o CESELA se transformasse em uma instituição e numa entidade que prestasse serviço social em todas as áreas. Depois, o padre faleceu, a gente veio tocando.*

A data de fundação dessa organização da sociedade civil, 1972, e a instituição a qual os articuladores de sua criação são vinculados, igreja católica, diz muito sobre o contexto social e político do momento de sua criação e o decorrer de sua trajetória. O contexto de criação da CESELA é concomitante às posições da igreja a partir do chamado *aggiornamento* que na Amazônia, logo no início dos 1970, por meio de orientação da CNBB faz aproximações aos *problemas localizados e concretos*, tendo o ano de 1971 o primeiro documento que situa a ação da igreja da Amazônia e latifúndio

com críticas às ações do SUDAM. Da mesma forma que as autoridades religiosas agiam por delegação para questões relativas a camponeses e indígenas, parece-nos que a criação da CESELA é, também, um ato de agir por delegação tendo em vista que os hansenianos tinham direitos cerceados pelo Estado e serão as autoridades religiosas que assumem papel de mediação de questões de educação, trabalho, renda com posições marcada pela defesa das terras quando a especulação imobiliária avança com consolidação dos grandes projetos na região do Encontro das Águas.

Quanto mais se reforça e se consolida a função de mediador, dispondo de conhecimentos localizados pormenorizados, mais as instituições religiosas são levadas a posições colidentes com aquelas dos novos grupos de investidores interessados nas terras da Amazônia e por extensão com os aparelhos de poder. E o que se consolida é o papel de interlocução sucessivamente reconfirmado pela hierarquia eclesiástica (ALMEIDA, 1993, p. 60).

No caso da CESELA a morte da autoridade eclesiástica faz emergir a liderança de um leigo, mas com vínculos à organização confessional.

Alvatir Carolino: *Seu Edivaldo, o senhor estava me dizendo sobre o processo que antecede a luta contra porto, né?*

Edivaldo Barreto: *Hoje estou no segundo mandato da presidência do CESELA tocando as obras para favorecer a vida da população e lutar contra essa degradação que existe na natureza e na nossa comunidade. Em 2001, mais ou menos, iniciamos uma luta para tentar salvar o lago do Aleixo. Para início de conversa, o pessoal da olaria do Petrônio fez uma estrada lá no início do terreno deles, na entrada das lajes, onde eles queriam construir o porto. Fizeram uma estrada para tirar barro e para fazer tijolo. Fomos contrários porque com o aterro que eles fizeram lá, começou a degradar o lago, porque ele foi subindo! O lugar que as pessoas antigamente pescavam para o seu sustento, já não dava mais, porque quando o rio secava ficava muito feio. Depois veio a empresa Sovel para completar a degradação do nosso lago do Aleixo. No final de 2008, soubemos que iriam construir o Porto das Lajes, nessa localidade, foi quando a comunidade resolveu se unir e lutar contra.*

Quis saber um pouco mais das mobilizações que antecederam o SOS Encontro das Águas e assim no ano seguinte perguntei ao seu Edivaldo Barreto se o SOS Lago do Aleixo antecedeu o SOS Encontro das Águas e ele respondeu que sim e que até hoje estão na luta pelo desassoreamento do lago e “*Se as fábricas tratassem seus resíduos adequadamente e tivesse tratamento de esgoto nas comunidades da Colônia e Bela Vista tudo mudaria*” (Edivaldo Barreto, 2018). Acresceu que luta em defesa do Lago permanece, mas quando tomaram conhecimento do projeto Terminal Portuário das Lajes “*aí outras pessoas vieram se juntar a nós*” (Edivaldo Barreto, 2018).

No primeiro semestre de 2016 tentei contatos com Senhor Edvaldo Barreto e por vários dias tentei encontrá-lo, mas sempre havia uma demanda que ele tinha que atender do bairro, seja em órgãos públicos ou em questões de doença e até situações de morte onde ele era procurado por familiares e amigos do morto para ajudar na providência de remoção do corpo, por exemplo. Ele dizia: *Professor volte outro dia, hoje não terei como lhe dar atenção*. Permanecia um pouco por ali puxando conversa com as pessoas que o aguardavam em frente a sua casa. “*Ele não para, é sempre assim*”, disse um senhor certa vez. Outros momentos seu Edvaldo Barreto ligava dizendo os motivos pelos quais teria que desmarcar. Seu Edvaldo Barreto ficou como primeiro suplente de vereador pelo PC do B nas eleições de 2012 em Manaus. Candidatou-se novamente em 2016 e daí, talvez, as intensificações das atividades no primeiro semestre de 2016 inviabilizavam nosso contato.

Depois, de forma circunstancial, encontrava o senhor Edvaldo Barreto em todos os atos que fui contra o processo político de gerou *impeachment* de Dilma Rousseff no Centro da cidade de Manaus onde conversávamos rapidamente sobre questões gerais da política e ele em plena ação enquanto pré-candidato a vereador. Quando o processo eleitoral de 2016 tem oficialmente início cessei minhas idas ao Bairro Colônia Antônio Aleixo³⁶. O senhor Edvaldo Barreto mais uma vez ficou como primeiro suplente de vereador do PC do B nas eleições de 2016.

Mena Barreto é nome constante nas falas de agentes sociais do Bairro Colônia Antônio Aleixo quando se referem a mobilizações sociais em curso, mas foi por meio de Dona Valdenora Rodrigues que tomei conhecimento mais detalhado da atuação no Bairro Colônia Antônio Aleixo do médico professor da UFAM e militante social que é, segundo Dona Maria do Carmo, *um amigo dos hansenianos*.

Dona Valdenora Rodrigues: *Em 2002, a gente tinha grande parceria com a UFAM, através da disciplina Saúde Coletiva, recebíamos muitos alunos acadêmicos de medicina. A sede de MORHAN aqui era referência. O*

³⁶Dois condicionantes me motivaram a cessar minhas idas ao Bairro Colônia naquele momento: primeiro que ações em defesa do Encontro das Águas já não estão produzindo mobilização em virtude da judicialização cujo processo se encontrara no STF em Brasília; segundo porque eu apoiava a candidatura a vereador do professor e antropólogo Denis da Silva Pereira que fora, assim como eu, professor das sobrinhas de seu Edivaldo e do filho de Dona Valdenora Rodrigues e de outros residentes daquele bairro e, como em meu automóvel havia adesivo de campanha fiz a opção de retornar somente após aquela eleição. Em uma conversa com Dona Maria do Carmo no primeiro semestre daquele ano ela havia dito que mesmo sendo do PT votaria no Edivaldo, como eu não havia dito nada a respeito da pré-candidatura que eu apoiaria, percebi que minha presença naquele momento seria inoportuna.

professor responsável era Mena Barreto Segadilha França. Então, recebíamos 20 acadêmicos, intercalando 10 na segunda e 10 na sexta, eles passavam três meses aqui. Muitos dos pais até processaram o professor Mena Barreto na época porque traziam seus filhos para vir fazer essa disciplina aqui na Colônia Antônio Aleixo, lugar de muito preconceito e discriminação. O professor Mena Barreto sofreu muita pressão, a gente acompanhou esse trabalho. Para nós como comunitários foi riquíssimo esse projeto e de grande aprendizado observar os relatórios dos alunos em se tratando do levantamento o trabalho de campo que eles faziam com as famílias. Todas as famílias cadastradas nos serviços recebiam visitas dos alunos. Cada aluno pegava 10 ou 20 para fazer visitas. Assim, no final quando apresentaram os relatórios a gente recebia todo o conhecimento da comunidade. Eu como defensora do Sistema Único de Saúde que é um fator que começa lá na porta do usuário passei conhecer desde a questão moradia, econômica e escolar. Tivemos todo o abastecimento de água tratado, desde o flúor ao cloro. Era uma água saudável como preconiza a lei do tratamento. Tinham aquelas crianças que eles faziam as pesquisas observando fatores como a questão dentária e a diarreia analisando, por exemplo, como ficaram essas crianças, observando desde quando começou a ser realizado o tratamento de água se teria acabado ou não o índice de diarreia (2016).

As atividades da disciplina ministrada por Mena Barreto na faculdade de medicina da UFAM instigava os estudantes a olhar questões ambientais e suas implicações na saúde dos moradores do bairro o que lhe valia críticas preconceituosas de alguns pais de estudantes por levar seus filhos ao antigo leprosário e, ao mesmo tempo tinha valor de fundamentar por dados empíricos coletados no decorrer da disciplina os agentes sociais do bairro engajados na preservação do meio ambiente e ampliavam questões para o campo da habitação, economia e educação quando reunião com os moradores.

Dona Valdenora Rodrigues: Em 2005, no término do trabalho ficamos com esse resultado sobre o tratamento da água. Diante de todas as pesquisas que os alunos realizam apareceram algumas questões, por exemplo, as estruturas antigas do hospital colônia e o fenômeno natural que já estava sendo prejudicado na época. Nós comunitários saíamos buscando pessoas das secretárias para acompanhar a nossa realidade, formamos parcerias com a SEDEMA. A gente trazia as pessoas para olharem a questão do nosso lago, era uma luta que a gente tinha que enfrentar para que não ocorresse tanta poluição. A própria comunidade sofria pela falta de tratamento, desde o hospital Chapot Prevost, Geraldo da Rocha ou os Pavilhões todos os dejetos desses locais iam para dentro do lago, sem tratamento. A gente trazia as pessoas de dentro das secretarias para ver essa realidade, para ter certeza de que o problema estava ocorrendo. A gente adentrava o Geraldo da Rocha e jogávamos uma tintura no vaso sanitário, uns ficavam lá e outros vinham aqui para essa rua central, onde os esgotos, esgotos não, os tubos que traziam toda aquela água, desde os dejetos mesmo, sendo que tudo estavam a céu aberto. E de lá víamos que do hospital passava pela rua central, passava por dentro do cemitério e o tubo jogava direto no lago (2016).

Sobre a participação efetiva de Mena Barreto no Movimento SOS Lago do Aleixo Dona Valdenora Rodrigues me disse que *ele “não estava no interior, mas*

apoiava quando vinha com os acadêmicos de Saúde Coletiva”, diferente do Movimento SOS Encontro das Águas cuja participação dele foi mais efetiva.

Dona Maria do Carmo sempre se refere a Valter Calheiros quando fala das questões recentes. *Conhece o Valter, né? Um que é fotógrafo, ele nos ajudou muito na questão do porto*, perguntou-me Dona Maria do Carmo no início da primeira conversa que tivemos, colocando-o como uma pessoa importante para minhas pretensões de compreender a mobilização de defesa do Encontro das Águas. Conheci Valter Calheiros no seminário que realizamos no IFAM-CMZL por ocasião da Semana de Meio Ambiente de 2012 onde tratamos sobre a questão do Encontro das Águas, na mesma ocasião conheci do Maria do Carmo e outras pessoas que integram o movimento. Contudo não construí aproximação com essas pessoas na ocasião daquele evento.

Valter Calheiros é militante com atuação na Pastoral do Menor e participação no Fórum Estadual e Municipal da Criança e nos últimos tempos no Fórum da Assistência. Suas parcerias de militância se dão com a Caritas³⁷ e demais Pastorais. Portanto, pessoa vinculada à igreja católica. Explica sua aproximação junto à questão ambiental por interfaces com a questão da criança e adolescente: *“Então, indo pelo beiradão tudo para mim era criança e adolescente mesmo porque nós somos militantes da questão do Estatuto da Criança e do Adolescente mesmo no processo de construção do estatuto. Então, tudo para nós eram criança e adolescente, mas começou a cruzar a questão criança e adolescente, família, comunidade e questão ambiental”* (Valter Calheiros, 2018). Quando fala da mobilização em defesa do Encontro das Águas, Valter faz sempre a contextualização do movimento que já havia em defesa do Lago do Aleixo.

Alvair Carolino: *Em que momento você se envolve nesse movimento SOS Encontro das Águas e se você já tinha envolvimento anterior com aquela comunidade Colônia Antônio Aleixo que é onde emerge essa luta ambiental que vai culminar com processo de tombamento.*

Valter Calheiros: *Chegamos na Colônia Antônio Aleixo um pouco antes entre 2005 e 2010 acompanhando meu pai que morava, tinha um terreno ali próximo na comunidade Bela vista e entre 2005 e 2010 juntamente com os padres que estavam na Colônia nós presenciamos a luta da comunidade em favor da preservação do Lago do Aleixo. Então eles tinham uma luta das*

³⁷A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. <http://caritas.org.br/> consultado em 20/05/2018.

várias forças da comunidade, especialmente da igreja católica voltada para preservação do Lago do Aleixo, porque naquele momento lá estava cheio de madeira, cheio de madeira e também tinha várias madeiras na área. Então, era essa a luta. E, também, aqui em Manaus existia uma outra luta que era Amigos de Manaus em que estavam envolvidos professores, jornalistas artistas do chamado Amigos de Manaus em que o Rogério Casado, Ademir Ramos e outros estavam envolvidos nessa luta. Os amigos de Manaus que lutavam também pela questão ambiental, aqui na área urbana movimento Amigo de Manaus a gente conhece as pessoas e, na Colônia Antônio Aleixo todos os finais de semana a gente vendo a comunidade viver uma luta em função de salvar aquele lago, que estava realmente morrendo com tantas madeiras, era um grande estacionamento de madeiras, temos registros fotográficos, a partir dali nos começamos em um dos igarapés, o igarapé da lenha, mais de duas mil toras de madeiras que durante o dia não tinha nada na madrugada atravessava o rio vindo do Solimões pra cá tantas toras de madeira assim. De repente não tinha nada e durante a semana aparecia. Então nos começamos a fazer esses registros entre 2007, 2008 até 2010. De 2009 para 2010 eu fiquei mais presente no Bela Vista e na Colônia Antônio Aleixo, mesmo porque eu tinha e tenho uma atuação direta na questão da Infância e adolescência ... Então, a Colônia Antônio Aleixo estava ali com sua luta, depois de algumas reuniões juntamente com os Amigos de Manaus esse grupo formado para o SOS Lago do Aleixo abriram mais, fizeram que nem na fotografia a gente faz, a gente abre mais, uns podem dizer nós fechamos mais. Mas na verdade a gente abriu mais para uma leitura mais ampla, não apenas para SOS Lago, mas, SOS Encontro das Águas. Por que juntar à luta do SOS Lago e SOS encontro das águas? Porque eles passaram a ter o mesmo foco que foi o tombamento do Encontro das Águas e, também, paralelo a isso surge a questão do empreendimento do Porto das Lajes. Um grande porto ser feito exatamente nesse trecho do Lago e do Encontro das Águas. Surgi ali a construção desse grande Porto das Lajes. Então juntando tudo isso, juntando processo de família, de amizade, de gostar da Colônia Antônio Aleixo eu vim do interior e pra mim seu eu estive dentro da canoa, dentro de um barco está ótimo. Eu vim de Parintins e gosto muito desse ambiente, nós achamos lá no processo educativo, a oportunidade de ajudar a comunidade a se organizar, o processo de tombamento não foi tão fácil porque envolver a comunidade discutindo e debatendo frente a frente com grandes grupos poderosos que estavam na construção do porto. Então esse enfrentamento nós perdemos os dois religiosos estava lá, padre Hudson e Padre Orlando que tiveram que ser retirados e outras lideranças da comunidade porque essa discussão levou a violência levou a ameaça de morte.

Percebe-se, portanto, que quando Valter Calheiros se aproxima da questão ambiental daquela região o mesmo já trazia experiências de contatos com outro movimento ambiental chamado Amigos de Manaus que tinha à frente professores universitários como o médico Rogério Casado e o cientista social Ademir Ramos e, toma conhecimento que em Colônia Antônio Aleixo já havia um movimento em curso conduzido por moradores do entorno do lago com apoio da igreja católica com objetivo de preservação do lago, uma luta ambiental que pelo contexto que vai se configurando adquirir amplitude.

Conforme Dona Maria Delzimar, moradora do bairro e que chegou em 1962 no período em que era Hospital Colônia: *SOS lago do Aleixo começa entre 2002, 2003 e tinha uma comissão grande: na frente tinha um assistente social chamado Isac, tinha um senhor chamado Raimundo Barreto do MORHAN, o Edivaldo Barreto e uma grande lutadora que esteve na frente de todo esse movimento, bem ativa mesmo, que foi a Marisa, a Dona Marisa, uma pessoa muito lutadora pelo nosso maio ambiente. Tem também a Dona Maria do Carmo que nas reuniões estava presente, a Dona Nelza também, teve várias pessoas. Todos nos sabemos da situação do lago do Aleixo que estava muito poluído, ninguém nem podia tomar mais banho lá* (Dona Maria Delzimar, 2018).

Ao falar sobre os motivos pelos quais essas pessoas se mobilizaram para defender o lago, Dona Maria Delzimar respondeu remetendo à noção de perda da qualidade do ambiente a partir da expansão do distrito industrial e construção de uma unidade prisional no entrono do lago: *O problema é que nós tínhamos aqui há anos atrás um lago com águas limpa, muito limpa, sem nenhuma contaminação, aí de repente entram as fábricas, o segundo distrito e começam a fazer os ramais que chegavam até o lago do Aleixo e começou a despejar impureza. E, depois que foi construída a penitenciária do Puraquequara que o esgoto joga no Lago do Aleixo, também das fábricas que tem aqui por perto joga tudo para o Lago do Aleixo, aí nos percebemos que o lago já estava contaminado não tinha mais solução. Tinha uma outra boca lá e foi uma fabrica e fechou para não ter mais passagem aí a água ficou preza, aí é que sujou mesmo o lago, a gente estava lutando quando de repente surgiu o movimento da construção do porto das lajes* (Dona Maria Delzimar, 2018).

Projeto Amazônia Central, a arqueologia no contexto

O Projeto Amazônia Central tem início em 1995. A partir de então pesquisadores e alunos têm investido tempo e recursos na identificação e mapeamento de sítios arqueológicos localizados em uma área de 900 km² localizada na confluência dos rios Negro e Solimões (NEVES, p. 59). Em artigo publicado no XV Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia Brasileira, realizada em 2009, Helena Pinto Lima apresenta um breve histórico das pesquisas arqueológicas na região dando foco no projeto que ficou conhecido pela sigla PAC.

O Projeto Amazônia Central - PAC é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar contando com pesquisadores e estudantes de diversas instituições nacionais e internacionais, veio colocar esta importante região amazônica, constantemente debatida desde a década de sessenta, entre as áreas da Amazônia brasileira melhor conhecida arqueologicamente, na atualidade. (LIMA, 2010, p. 09).

A PAC se constituiu através da parceria dos arqueólogos Eduardo Góes Neves (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP), Michael Heckenberger (University of Florida) e James Peterson (University of Vermont), no final da década de 1990 o grupo incorpora estudantes brasileiros em atividades de iniciação científica e mestrados e, em etapas subsequentes, a partir de 2001, foram agregados cada vez mais estudantes e pesquisadores provenientes de diversos lugares do Brasil e de outros países e, também, ingressam no PAC pessoas dos municípios de Iranduba e Manaus (LIMA, 2010).

O alcance de longo prazo desse projeto é atribuído por LIMA (2010) pela participação de agências que estabeleceram parcerias, tais como: FAPESP, Museu Amazônico da UFAM, 1º SR/IPHAN, Projeto PIATAM cujo vínculo é o CCA-UFAM. Essas parcerias deram estabilidade ao projeto possibilitando desdobramentos tais como: prestou serviço em arqueologia preventiva nas obras do Gasoduto Coari-Manaus da Petrobrás, no decorrer de 2004 a 2009 e; criação na UEA do curso superior em Tecnologia da Arqueologia no ano de 2009.

A permanência e expansão das atividades arqueológicas na região são atribuídas à questão do crescimento econômico que reconduz ao cenário grandes obras públicas e privadas demandando processos de licenciamento ambiental e arqueológico preventiva, concomitantemente a observância mais efetiva no Amazonas da Lei nº 3.924 de julho de 1961 que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos e que em seu Artigo 5º considera crime contra o Patrimônio Nacional qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos *monumentos arqueológicos ou pré-históricos* e estabelece em seu Artigo 16 que qualquer escavação *arqueológica ou pré-histórica* somente será realizada com a prévia comunicação à Diretoria do IPHAN para fins de cadastro e registro de jazidas arqueológicas. Portanto, contexto que aproxima a 1º SR/IPHAN às questões inerentes a região do Encontro das Águas.

Carlos Augusto da Silva foi uma das pessoas locais que integraram o PAC, o cientista social, servidor do quadro técnico administrativo da UFAM fez mestrado e doutorado em arqueologia no decorrer do PAC, hodiernamente, embora aposentado, permanece em atividades no campo da arqueologia com trabalhos vinculados ao CCA na UFAM. Quando conversei com Carlos sobre o PAC buscando saber mais sobre a relação dos estudantes e pesquisadores do referido projeto junto aos agentes sociais do Bairro Colônia Antônio Aleixo, disse-me que Helena Pinto Lima foi pessoa mais presente naquela região no momento em que as mobilizações têm início, porque havia atividade de campo decorrentes da implantação do PROAMA.

Sabe-se que “*Em julho de 2009 é aberto o processo referente à arqueologia do PROAMA, com providencias de ajustamento de conduta, museologia do sítio arqueológico e histórico*” (CAROLINO, 2013, p.140). As pesquisas arqueológicas realizadas em 2009 e 2010 em decorrência da destruição de sítios arqueológicos pela implantação do PROAMA foram realizadas pela equipe do Museu Amazônico vinculada ao PAC. A esse respeito, Carlos explica que: *foi exatamente em 2008 que foi feito um laudo que teve importância para reconhecer o impacto que o governo do estado tinha feito com a obra do PROAMA em um lugar que existem várias urnas funerárias e instiga o Ministério Público a entrar com ação contra o governo do estado para ele reparar os danos contra o patrimônio arqueológico. E, é daí que nasce o Projeto Zona Leste em 2014* (Carlos Augusto da Silva, 2018).

Sítios do Encontro: Arqueologia do entorno do Encontro das Águas é o título do artigo publicado em 2012 na SOMANLU, cujos autores são: Helena Pinto Lima, Carlos Augusto da Silva e Bruno Marcos Moraes reflete em certa medida a as atividades arqueológicas na região e as interações sociais com moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo. Cito de forma direta os autores do artigo pelo fato de serem agentes sociais de agências que integram o PAC e estão em ação no contexto da emergência das mobilizações sociais naquele lugar.

O Lajes, cadastrado no CNSA-Iphan sob a insígnia de AM-MA-01, foi o primeiro sítio arqueológico registrado no município de Manaus. O histórico de pesquisas do sítio arqueológico em questão se inicia com sua identificação e o cadastramento preliminar de suas informações, feitos pelo arqueólogo M. Simões, ainda na década de 70, em suas investigações ao longo dos rios Negro e Solimões (SIMÕES & ARAÚJO-COSTA, 1978). Após um período de ausência de pesquisas arqueológicas, pesquisadores ligados ao Projeto Amazônia Central (PAC) revisitaram o sítio em 2006 por ocasião do Levantamento Arqueológico do Município de Manaus – Lama (COSTA &

LIMA, 2006), quando então foram identificadas nove urnas que afloravam na superfície do local. Novas pesquisas arqueológicas se deram, em 2009-2010, pela equipe do Museu Amazônico, por ocasião da implantação do Programa de Ampliação do Abastecimento de Água de Manaus (PROAMA), quando a maior parte do sítio arqueológico foi destruída. (LIMA, SILVA, MORAES, 2012, p. 117).

O Projeto Zona Leste mencionado por Carlos Augusto da Silva deriva da destruição de parte do sítio arqueológico por ocasião da implantação do PROAMA, conforme as últimas linhas da citação acima, que resultou em processo de Ajuste de Conduta (TAC) junto com Consórcio Rio Amazonas, gestor do PROAMA, intermediado pelo IPHAN e MPF. Denominado *Projeto Zona Leste: Cultura e Arqueologia*, conduzido pelo Museu Amazônico da UFAM teve como objetivo:

Realizar um Programa de Educação Patrimonial envolvendo as comunidades localizadas na área de abrangência de sítios arqueológicos na região. A área de atuação do projeto compreende os bairros Puraquequara, Colônia Antônio Aleixo, Mauazinho, Distrito Industrial II, Armando Mendes, Zumbi, São José e Jorge Teixeira, situados na zona leste da cidade de Manaus, área reconhecidamente fértil para o campo da arqueologia, com uma população que demanda informações e atuação de projetos de divulgação científica e cultural (Moraes et al., 2015, p. 03).

Complexo das Lajes aparece como denominação que conjuga os sítios arqueológicos do Bairro Colônia Antônio Aleixo na cartilha produzida pelo Projeto Zona Leste: Cultura e Arqueologia, o termo complexo está relacionado não somente a quantidade de sítios, mas à diversidade e quantidade de material arqueológico e a hipótese de se tratar de um território (arqueológico) de dezenas de hectares.

O chamado Complexo das Lajes é um conjunto de três sítios arqueológicos localizado na Ponta das Lajes, no bairro Colônia Antônio Aleixo. Seus componentes incluem materiais cerâmicos, com conjuntos de artefatos cotidianos e até mesmo grandes urnas utilizadas com funções funerárias, um pacote de terra preta profundo e um grande número de gravuras rupestres em uma laje rochosa em contato com o rio Negro, em frente ao encontro das águas. Em verdade, é muito possível que todo o complexo seja composto com apenas um enorme sítio arqueológico que abarca um território de dezenas de hectares (Moraes... [et al.], 2015, p. 35)

A noção de patrimônio já se fazia presente

Percebe-se, como afirma Lima (2010), que “*O PAC leva o tema arqueológico à vida cotidiana das pessoas e ao mundo do discurso político e institucional local* (LIMA, 2010, p.13) e, nesse sentido, é inegável que a presença de arqueólogos vinculados ao PAC vai ajudar a alinhar aos atos de preservação ambiental em curso na questão do Lago do Aleixo ao viés da cultura material de povos que habitaram aquela região no período pré-colombiano. Portanto, o conceito cultura em sua linha jurídica nos ordenamentos nacionais e internacionais e as possibilidades de acionamento via MPF e em sua dimensão administrativa na estrutura do Estado Nacional situado no IPHAN permeia as relações entre pesquisadores e agentes sociais do bairro no contexto das grandes obras implantadas e anunciadas na região do Encontro das Águas e vai contribuir na redefinição da mobilização que amplia seu foco para defesa não somente do Lago do Aleixo.

No entanto, assim como o conhecimento sobre a ocupação daquela região por povos pretéritos já era um saber corrente dos moradores antes mesmo da presença de arqueólogos do PAC, a noção de patrimônio também já se fazia presente e integrava atos e discussões acerca da reintegração das pessoas atingidas por hanseníase no Amazonas, considerando que em Manaus a desativação do hospital colônia produz algo *sui generis* que é a transformação do antigo hospital em bairro (ALVES, 2011), (RIBEIRO, 2011). Dona Valdenora Rodrigues nos conta que o início dos anos dois mil foi de muito trabalho em defesa do *patrimônio*, referindo-se aos bens edificados do antigo hospital:

Em 2001 e 2002 foram os anos que mais trabalhamos no nosso patrimônio. Desde as antigas estruturas dentro do Bairro Antônio Aleixo, porque essa história do antigo hospital colônia significa muito para o nosso estado, assim como para todo o Brasil, né? Cada estado teve uma colônia, ao todo foram 33 hospitais colônias no Brasil. Então, a gente procurou resgatar essa história na preservação da estrutura que nos tínhamos. Infelizmente o estado do Amazonas não preservou essa história, tanto é que demoliu e destruiu todas as características dos pavilhões na época (Dona Valdenora Rodrigues, 2016).

A noção de patrimônio cultural está implícita em atos de Dona Maria do Carmo que guarda em sua sala algumas unidades de telhas de barro que cobriam prédios em Paricatuba, as tem porque seu marido, já falecido, foi uma das pessoas que trabalharam na remoção de material dos prédios de Paricatuba após seu fechamento quando os últimos hansenianos de lá foram transferidos para Hospital Colônia Antônio Aleixo e

em seguida o governo do estado determinou que materiais diversos fossem removidos para edificar outras construções na Colônia. Dos materiais reusados tiveram sobramos que Dona Maria não permitiu que virassem entulhos, dentre eles as telhas de barro e foi uma dessas que Dona Maria do Carmo me presenteou. A telha tem a dimensão de 0,24 x 0,42 nela está escrito, cravado pela forma de fabricação: COMPANHIA NACIONAL DE CERAMICA – LISBOA - FABRICA DE PALENÇA.

O dia em que recebi esse presente foi uma das vezes que Dona Maria do Carmo pediu que passasse pela Estrada Velha da Colônia onde ficam os prédios edificadas antes da chegada dos primeiros hansenianos e ela disse-me assim: “*Vou te dar um presente que só dei para pouquíssimas pessoas: para o Mena Barreto, Ademir Ramos*” entrou na sala de sua casa e retornou um a telha.

Sinuosa e com muitas ladeiras íngremes a Estrada Velha ou Estrada Velha da Colônia não é o melhor caminho para alguns pontos do bairro ou mesmo quando se pretende sair ou adentrar o bairro tendo como ponto de partida ou de chegada as proximidades da residência de Dona Maria do Carmo, mas ela (Dona Maria do Carmo) em todos os momentos que precisamos ir a algum lugar no bairro ou fora dele preferiu esse caminho mais longo, diga-se de passagem. Contudo, percorrer essa estrada tendo como guia Dona Maria do Carmo é adquirir conhecimento sobre histórias daqueles prédios edificadas nas primeiras décadas do século passado, é, além do conhecimento histórico, também, um passeio agradável por passar em curvas da estrada que descortinam vistas para trechos do lago do Aleixo e Encontro das Águas.

Casas de médicos e diretores, fábrica de sapatos ortopédicos especiais, cinema e pavilhões integram de forma dispersa ao longo do percurso da estrada velha da Colônia a arquitetura dos antigos prédios do hospital, muitas vezes chegam a ficar meio camufladas essas construções pela expansão da ocupação urbana desordenada que se deu a partir dos anos de 1970. Contudo essa “camuflagem” por novas construções podem escondê-las aos olhares um tanto desatentos, mas tendo as narrativas e apontamentos de Dona Maria do Carmo que funcionam como *passe-partout* e não há como notá-las, preocupada em passar o máximo de informações sobre a história do lugar faz com que aquelas construções ganhem maior visibilidade aos olhos do visitante e as atenções que a informante chama em vários instantes de sua fala sugere proteção aos bens edificadas.

Em um desses *tour* pela Estrada Velha paramos no antigo Cinema da Colônia, nos momentos em que estivemos com os religiosos da igreja neopentecostal que funciona no prédio do antigo cinema a noção de patrimônio cultural referida aos bens edificados apareceu em sutis repreensões de Dona Maria do Carmo às pessoas daquela igreja.

Algumas frondosas árvores separam a rua ao passeio que ladeia o conjunto arquitetônico que tem como centro o prédio do cinema, compondo esse conjunto há um prédio de menor porte onde funciona a Caixa Beneficente. Olhando aquele passeio que no momento em que estive por lá funcionava como estacionamento é possível imaginar seu uso social nas décadas iniciais do hospital colônia em dias de seção de filmes com pessoas circulando em interações e a natureza circundante.

“Esse aqui é o professor meu amigo e ele veio conhecer o antigo cinema, que é um patrimônio nosso!”, disse Dona Maria do Carmo aos jovens religiosos da Igreja Mundial do Reino de Deus. Cumprimentei aquelas pessoas e pedi licença para adentrar e fotografar, após alguns passos ao centro do salão ouvi: *“Vocês tem que cuidar direitinho disso aqui, sem descaracterizar, isso é uma relíquia nossa!”*, era Dona Maria do Carmo fazendo uma advertência branda aos religiosos. *“Estamos sim, tá tudo original”*, respondeu um deles. Ladrilho hidráulico comuns em prédios do final do século dezenove e início do século vinte compunham a estrutura do piso, janelas em madeira, espessas paredes e ao fundo um altar e naquela parede que antes servira para tela onde projetavam filmes, agora, alguns desenhos de inspiração religiosa cristã neopentecostal. Por uma escada circular em alvenaria subi à sala de projeção que, embora servindo como depósito de cadeiras avariadas, pareceu-me bem preservada, mas não havia os projetores assim como no salão não estão mais as cadeiras originais.

Nesse tão representativo conjunto arquitetônico do Bairro Colônia Antônio Aleixo funcionou entre 2009 e 2010 um escritório da empresa TPL, *“era por esse escritório que eles dialogavam com as pessoas da comunidade”* (Dona Maria do Carmo, 2016). A atual locatária do antigo cinema, Igreja Mundial do Reino de Deus, tem contrato de locação com a Caixa Beneficente. Quando fui apresentado a um dirigente da Caixa Beneficente quis saber um pouco mais sobre aquela organização e tive como resposta: *“Procure saber com Dona Maria”*. Como ela acabara de me

apresentar à pessoa e estava ao meu lado, próximo a uma janela da sede da organização, foi logo respondendo:

É uma organização que todos os leprosários tinham. Nela havia recursos que eram destinados para ajudar os doentes que chegavam sem nada e Caixa funcionava para auxiliar essas pessoas. Tudo que havia no hospital colônia era administrado pela Caixa, desde o comércio do que se produzia e aquilo que a gente queria comprar, até as festas e todos os gastos com a manutenção dos prédios. A Caixa Beneficente é um órgão de todos nós, é uma entidade que pertence a todos. A igreja hoje funcionando no cinema tem contrato, a empresa Lajes que alugou tudo aqui era contrato, também. Foi aqui que a empresa apresentou para os vereadores de Manaus a maquete do porto, era o escritório do Porto das Lajes e vieram todos parecendo urubus de paletó preto, somente o Zé Ricardo que não. Você sabe que determinado momento a comunidade esteve a favor do porto (Dona Maria do Carmo, 2016).

Nessa ocasião, antes de sairmos do passeio/estacionamento, ao nos despedirmos Dona Maria do Carmo repete suavemente a advertência proferida no início da visita ao cinema aos religiosos: *“Olha, muito obrigado por nos receber e, vocês cuidem bem, preservem porque isso é um bem histórico nosso”*.

Na rua da casa de Dona Maria do Carmo há algumas casas construídas nas primeiras décadas do século vinte, dentre elas a casa onde morou por muitos anos e concedeu a uma de suas filhas adotivas para morar com a família que compôs. No mesmo dia que conheci o cinema, fui convidado a adentrar a casa da filha de Dona Maria ouvindo descrições com viés que articulou as reservas de recursos naturais das margens do lago e da importância da preservação tanto dos bens edificadas quanto da natureza.

Essa rua ainda tem as antigas casas, mas muitos descaracterizaram. A gente preserva. Essas casas foram feitas com estrutura quase toda tira daqui mesmo. Saborana, itauba, cedro, louro, todas madeiras de qualidade tiradas daqui. Isso aí é itauba (falou apontando para estrutura que sustenta o telhado com telhas de barro), essas portas e janelas umas são de louro, outras de cedro, tudo daqui que eles tiravam. Quando os Soldados da Borracha passaram por aqui eles ficaram nos pavilhões por que a colônia ainda estava sendo construída, mas antes deles o exercito já estava. Essas casas foram construídas por trinta ou quarenta, eu não sei bem, mas elas têm mais de oitenta anos” (Dona Maria do Carmo, 2016).

O piso interno e externo da casa é no mesmo padrão do que havia visto no antigo cinema. Algumas recomendações ao texto etnográfico indicam que o antropólogo deve evitar intensidades sensíveis no corpo do texto, mas a visita à casa que aquela família reside e preserva me faz burlar recomendações, pois a casa é linda tanto vista de fora, que já havia visto em outras visitas à Dona Maria, quanto internamente. Em um café

Dona Maria do Carmo disse que seu sonho é o Museu da Colônia e quando novas unidades de saúde foram se estabelecendo no bairro ela pediu que as mobílias, equipamentos e utensílios não fossem jogados para que um dia pudessem ser expostos para todo mundo saber da história da colônia. Disse-me que muitas coisas foram guardadas por moradores como relíquias e outras foram jogadas como sucatas, *mas que tem muita coisa que dá para fazer um museu*, disse-me Dona Maria do Carmo.

No mesmo terreno, ao lado dessa casa histórica Dona Maria do Carmo edificou uma nova casa onde mora, perceptível que houve um cuidado, uma sensibilidade estética de que a nova casa não ofuscasse a casa original ao lado de forma que sua volumetria não se sobrepõe e as plantas que ajardinam sua frente e laterais harmonizam o ambiente de forma que a antiga casa seja detentora do olhar de quem passa pela rua, ou mesmo de quem adentra o terreno.

A noção de patrimônio no sentido de preservação dos bens edificados pelas vozes e atos de Dona Valdenora Rodrigues e Maria do Carmo nos faz perceber que antecedem a presença de pesquisadores de um campo específico cuja categoria patrimônio é um dos domínios, os arqueólogos. Mesmo no sentido arqueológico a noção de permeava, como disse Dona Maria Delzimar apontando para a Praça da Colônia: *“Desde quando a gente chegou aqui que a gente tem conhecimento, quando chovia afluía caco de cerâmica aí nessa praça”* (Dona Maria Delzimar, 2018).

Assim como os desenhos rupestres na caverna submersa das lajes que conforme relatou Valter Calheiros, foram os pescadores das lajes quem foram indicando o *achado arqueológico*. Embora discorra da importância do achado arqueológico e da dimensão tomada a nível internacional pela arqueologia e por documentário na National Geographic, Calheiros repõe a importância dos pescadores daquela região em dizer sobre as gravuras rupestres.

O ano de 2010 foi de muita intensidade, eles foram lá entrevistar a professora Helena e eu, também fui entrevistado para o documentário na National Geographic. Logico que eles tiveram contato com o Eduardo Góes Neves, com Ademir Ramos a respeito dos desenhos rupestres. Eles foram lá por causa do tombamento, por causa do Encontro das Águas, mas, sobretudo, por causa da questão arqueológica e dos desenhos rupestres. Em uma dessas revistas do grupo Globo saiu matéria, também”. (Valter Calheiros, 2016).

Dona Maria do Carmo já havia me falado das gravuras na caverna submersa nas lajes do Encontro das Águas e de como Valter Calheiros fez para registrá-las em fotografias e do medo que sentiu da cobra grande. Dizem que ali mora uma cobra grande. Conversando com Valter Calheiros, autor do primeiro registro fotográfico daquelas gravuras, fico sabendo das instruções que receberam dos pescadores da região e da oportunidade que a grande seca de 2010 proporcionou.

Na grande seca que fez a gente ficou na expectativa que o rio secasse o suficiente para alguém entrar na caverna. Agente foi monitorando a descida do rio e quando chegou um certo dia a expectativa era grande, sabíamos das gravuras, mas não havia oportunidade de registro. Aí teve um dia que amanhecemos esperando o rio secar mais um pouco. Então, conseguimos, fizemos as fotos. Mas não ficaram boas. Foi aí que os pescadores falaram: mas não é essa a hora boa de ver as caretas, a hora boa é à noite com lua que reflete lá dentro, aí sim vocês vão ver. Fui lá e fiz, é impressionam o brilho que reflete das faces humanas desenhadas nas pedras como se fossem cravejadas de pedras preciosas. Foi pelos pescadores que conseguimos (Valter Calheiros, 2016).

Assim como o conhecimento sobre a ocupação daquela região por povos pretéritos já era de conhecimento dos moradores e a noção de patrimônio já se fazia presente tanto no sentido dos bens edificados quanto na questão arqueológica pré-colombiana, percebe-se que a presença de especialistas auxilia o estabelecimento do discurso da preservação que estava mais pautada nas questões de natureza para alinhar ao discurso dos bens culturais no momento em que tomam conhecimento do projeto do TPL é conhecido.

Quando tomam conhecimento sobre o projeto do TPL

Seguimentos empresariais e determinados setores do Estado tomaram conhecimento antecipado por meio de reunião formal sobre o projeto TPL. A partir das repercussões dessa reunião formal que ambientalistas e militantes sociais, por meio conversas com pessoas de suas relações e algumas poucas informações em imprensa, tomaram conhecimento sobre o empreendimento. Entretanto, moradores do bairro onde seria construída a obra do TPL tomaram conhecimento semanas depois quando receberam o RIMA e o convite do IPAAM para audiência sobre o referido projeto.

ACA, CDLMA, FIEAM, MPF, MPE, Suframa, Receita Federal, Secretaria do Patrimônio Público da União, Capitania dos Portos, Fundação Djalma batista, Corpo de

Bombeiros, CPRM, CIEAM, SUNAMAM, PMM, SEPLAN, SEINF, IPAAM, IBAMA SEMMA e INPA e membros do conselho estadual do meio ambiente – CEMAAM estavam entre os seguimentos empresarias e órgãos públicos que foram convidados pela Secretaria de Estado do meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável, por meio do ofício/circular N.º 031/08, publicado em 09 de outubro de 2008, para tomarem conhecimentos sobre o TPL por meio da apresentação do EIA/RIMA feita por Carlos Edwar de Carvalho Freitas que é professor da UFAM e foi o coordenador geral da equipe técnica que participou da elaboração do referido estudo em evento realizado no Auditório da federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM no dia 13 de outubro de 2008.

No mesmo documento que convida *“A secretaria considera importante prestar esclarecimentos prévios às principais Instituições do Estado, antes da realização da Audiência pública, que será informada, oportunamente pelo IPAAM”* (ofício/circular N.º 031/08). Portanto, há uma hierarquia de grau de importância implícita no cronograma de divulgação que deixa em plano posterior à comunicação aos que residem na região onde se pretende implantar o TPL. Há três pontos interessantes no convite para esse evento: a coordenação geral da equipe técnica que elaborou o EIA/RIMA do TPL e sua respectiva apresentação realizada por um membro docente da UFAM; Patrimônio Público da União como convidado e, a ausência do IPHAN na lista de *principais Instituições do Estado* merecedoras do convite.

O EIA/RIMA da TPL que fora coordenado por um professor UFAM que é engenheiro de pesca e doutor em engenharia do meio ambiente foi contestado em audiência pública e em atos de mobilizações de movimento social que tinha como integrantes outros professores da mesma instituição da qual ele é servidor, a UFAM (Ademir Ramos departamento de ciências sociais e Mena Barreto departamento de medicina) e por profissionais de outras instituições de pesquisa como Elisa da Embrapa e Rogério Calada da UEA.

O convite ao órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão responsável pelo Patrimônio da União está em consonância com o Art. 20º da CRFB que define os bens da União, especificamente em seu inciso III, pois o projeto TPL prevê a construção de estrutura portuária na junção de dois rios provenientes de outros países e o uso de praia e terreno marginal. O inciso X do mesmo artigo se refere

aos sítios arqueológicos e pré-históricos e, em se tratando da apresentação de um EIA-RIMA de um processo de licenciamento ambiental em região com amplos indícios de presença de bens arqueológicos citadas desde 1930 por estudiosos desse campo e de conhecimento dos moradores e de outras pessoas que fazem uso de recursos naturais daquele lugar como pescadores e banhistas daquelas praias. É interessante notar que ausência do IPHAN no ofício/circular N.º 031/08 pode ser compreendida como equívoco de procedimento, pois há um conjunto de normas jurídicas em vigor que exigem a participação do IPHAN, tendo em vista que o ofício circular n.º 18/2008 de 02 de outubro de 2008 o IPAAN comunica envio do RIMA em questão ao IPHAN.

A reunião de apresentação do EIA/RIMA do TPL às *principais Instituições do Estado* foi realizada no dia 13 de outubro daquele ano e dali saíram pequenas notas em jornais e comentários em rodas de conversas por onde transitam pessoas como Ademir Ramos e Rogelio Casado que são professores universitários e integravam ou eram próximos outros movimentos de mobilizações no campo do meio ambiente, o Movimento Amigos de Manaus é referido como um desses movimentos onde atuavam esses professores militantes de causas socioambientais.

Ademir Ramos tem duas posições sociais bem demarcadas no sentido do lugar de sua fala, uma é a própria academia por ser professor do departamento de Ciências Sociais da UFAM e coordenador do núcleo de Cultura política que através de reuniões de debates acadêmicos e o uso de um site na rede mundial de computadores por onde expressões diversas foram se posicionando em defesa do tombamento do Encontro das Águas. A outra posição de fala, ou seu lugar de fala, é a Igreja Católica, como ele próprio diz: *“Tenho relação religiosa com a doutrina social da igreja católica para aquela região a partir de 2008”* (Ademir Ramos, 2008). Por se tratar de um agente social externo ao Bairro Colônia Antônio Aleixo, uma pessoa *de fora*, perguntei-o sobre quando e como tomou conhecimento sobre do projeto TPL.

Eles apresentaram aos empresários e foi até bom porque ficamos sabendo depois, mas o ideal seria o EIA-RIMA ser consultado a comunidade. Tomamos conhecimento através da imprensa. Isso teve repercussão junto à comunidade e aí tem o papel local que é muito importante. O papel do nosso pesquisador de Campo lá, que é professor também e que tem uma memória fotográfica maravilhosa que você poderia trabalhar em sua monografia que

é a questão da antropologia visual, é o Valter Calheiros (Ademir Ramos, 2018).

O IPAAN, órgão executor de políticas de controle ambiental vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, tornou público em edital publicado no Diário Oficial dia 23 de outubro de 2008 a realização de Audiência Pública referente à construção da obra Porto das Lajes (Processo n.º 1773/T/08-IPAAM). O local escolhido pelo órgão para realização da audiência foi a Escola Agrotécnica Federal de Manaus (atual IFAM CMZL), tendo o dia 04/11/2008 como data. Cabe observar que três dias antes da publicação em diário oficial da Audiência Pública, dia 20 de novembro do mesmo ano, a PGR é comunicada por meio do Ofício Circ. Nº 22/2008, sobre realização de audiência pública para apresentar EIA-RIMA referente ao Porto das Lajes no Bairro Colônia Antônio Aleixo.

No mesmo ofício circular do IPAAN que comunica ao IPHAN envio de RIMA, comunica, também, envio ao CESELA. Entretanto o envio do RIMA ao CESELA só concretizou no dia 24/10/2008 quando foi recebido por Isaque Dantas de Souza, coordenado da referida organização, deixando uma margem de tempo considerada curta entre o recebimento e o dia da audiência pública que seria em 04 de novembro de 2008 para análises e diálogos com os moradores e organizações sociais do bairro, daí a razão da queixa de Israel Dourado sobre o prazo tendo em vista que a audiência aconteceria em menos de duas semanas.

Passados alguns dias que as *principais Instituições do Estado* tomaram conhecimento sobre o projeto TPL é que, *oportunamente pelo IPAAM*, os moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo vão tomar conhecimento sobre o RIMA e o sobre a audiência pública que seria realizada no início do mês seguinte. *Desrespeito* foi expressão que apareceu na fala de moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo quando tomaram conhecimento e a percepção de que a reunião ser feita fora do bairro criava condição de dificuldade de locomoção e curto espaço de tempo com menos de dez dias para articular as comunidades do bairro foram colocadas quando tomaram ciência do Edital para realização da audiência pública.

Israel Dourado: *“O desrespeito começou por aí, mandaram um comunicado para a gente lá na comunidade de uma audiência pública que seria na Escola Agrotécnica*

federal de Manaus quando deveria ser na comunidade. É de interesse da comunidade? Então deveria ser na comunidade. seguimos correndo contra o tempo, foi quando as comunidades se reuniram com lideranças, MORHAN, Clube de Mães, associação de moradores, outras entidades lá no Colônia Antônio Aleixo se reuniram juntamente com a Paróquia de lá também, a igreja católica, procuramos os pesquisadores, os intelectuais” (Israel Dourado, 2015).

Percebe-se na fala de Israel Dourado que os agentes sociais do bairro iniciam articulações com organizações sociais em atuação no bairro como MORHAN e igreja católica e buscam pesquisadores e intelectuais para alinharem estratégias frente ao que estavam tomando conhecimento.

Ao perguntar a Dona Maria do Carmo sobre como tomou conhecimento a respeito da audiência convocada pelo IPAAN: *a primeira notícia foi o padre Orlando, a gente não sabia de nada. Ele que fez a primeira reunião e jogou o problema. Aí que nos fomos a luta para não construir o porto* (Dona Maria do Carmo, 2016). Foram à luta, reuniram diversas organizações sociais e lideranças representantes dos moradores do Lago do Aleixo. Essa reunião teve como pauta *organizar e esclarecer sobre o projeto Porto das Lajes*, realizada no Clube de Mães do Bairro Colônia Antônio Aleixo em 28 de outubro de 2008.

Sobre essa reunião havia tomado conhecimento por entrevistas, mas ao ler calhamaços dos processos judiciais sobre o Encontro das Águas tive acesso à ata da reunião e aqui transcreverei em recortes alguns trechos das falas de Padre Orlando dando ciência aos partícipes da reunião sobre o TPL e suas implicações.

Padre Orlando iniciou a reunião discorrendo sobre reuniões que participou para levantamento de informações sobre o andamento do projeto Porto das Lajes, relatou que encontrou um técnico responsável pelo levantamento do impacto ambiental da área e esse técnico lhe disse que o porto será muito grande, mas que havia colocado em seu relatório todos os pontos desfavoráveis, porém no documento que foi entregue ao CESELA não consta estes pontos descritos pelo técnico. Através de um mapa o pároco esclareceu aos presentes como será realizada a construção da plataforma e falou ainda que o ministério público está construindo dossiê contra a construção o porto e que: *nós temos que nos preparar para audiência pública, pensando sobre o quê desenvolvimento*

queremos? Palavras atribuídas a Padre Orlando segundo Ata de reunião de 28 de outubro de 2008.

Reunimos as associações como CESELA, que foi a primeira que deu entrada para que fosse barrada essa imoralidade, porque nos consideramos assim. Veio o Clube de Mães, veio o MORHAN, veio à própria Associação de Moradores porque nos conseguimos afastar o rapaz da presidência (Edivaldo Barreto, 2016)

Percebe-se que a partir do momento em que recebem cópia do RIMA Padre Orlando, Isaque e Edvaldo Barreto, agentes sociais do CESELA, iniciam levantamentos de informações e começam a agir e, a partir da reunião do dia 28 suas ações se intensificam com encaminhamentos por meio de ofícios da CESELA a órgãos públicos como: IPAAN, IPHAN, MPF e ITEAM pedindo esclarecimentos e providências.

Ao ITEAM, por ofício datado em 28 de outubro de 2008, CESELA solicita avaliação da posse de terras da área da margem do rio Amazonas e Lago do Aleixo. Conforme o ofício: *Esta terra está dentro da implantação do Projeto Porto das lajes... Queremos contestar a posse da terra para que não seja privada, mas um patrimônio da união do governo federal e bem comum de uso e circulação e sobrevivência comunitária... Nesta terra a centenas de anos povos indígenas que habitavam aqui plantavam e pescavam, hoje, os moradores continuam com este ritual de plantar na vazante em toda orla desta terra. A empresa que está implantando este projeto quer tomar posse dessa área (CESELA, 28 de outubro de 2008).*

Ao IPHAN, como já foi dito no primeiro capítulo, solicitaram informações sobre aspectos arqueológicos da região, comunicaram que sobre a audiência e pediram providências no sentido de cancelar a audiência para que conseguissem “*melhor organizar a comunidade e analisar com profundidade*” e pediram a presença do IPHAN para lhes dar esclarecimentos e ações para “*defender o patrimônio histórico e arqueológico diante de um projeto que apresenta impacto ambiental, social e falta clareza desta realidade*” (CESELA, 28 de outubro de 2008).

Ao IPAAN requerem principalmente que a audiência seja remarçada de forma que com nova data tenham mais tempo para tratar das questões inerentes ao RIMA e um

novo local que seja dentro do bairro e, justificam da seguinte forma: *Por se tratar de um projeto que terá um impacto ambiental gigantesco e mudará os hábitos e trabalhos dos moradores destes bairros, necessitamos de um tempo maior de um mês para esclarecer e discutir com o povo a viabilidade e propor condições para que este desenvolvimento possa estar inserido dentro do projeto humano, social e ambiental para população atingida* (CESELA, 28 de outubro de 2008).

Ofício encaminha pelo CESELA ao MPF seguiu a mesma linha dos demais, todos enviados no dia 28 de outubro de 2008:

Vimos através deste, pedir para que o Ministério Público Federal – AM, possa indeferir no cancelamento da data e local da Audiência Pública que está marcada para o dia 04 de outubro às 9:00h, na Escola Agrotécnica federal de Manaus... Fora do Bairro 5km, segundo o documento recebido para liberação do Projeto Porto das lajes a margem do rio Negro e Solimões frente ao Encontro das Águas.

As instituições que representam este povo do bairro que será atingido diretamente receberam no comunicado no dia 24 de outubro pelo Ofício Circ. Nº 18.2008-IPAAM-GAM. Por se tratar de um projeto que terá um impacto ambiental gigantesco e mudará os hábitos e trabalhos dos moradores deste bairro, necessitamos de um tempo maior de um mês para esclarecer e discutir com o povo a viabilidade e propor condições para que este desenvolvimento possa estar inserido dentro do projeto humano, social e ambiental para população atingida.

O local da Audiência sugerido conforme documento recebido à distância e horário exclui a participação das lideranças, do povo na discussão deste projeto. Por isso pedimos para que seja transferidos a Data e o Local... Esperamos uma posição para que possamos ter o direito de ser ouvidos e participar desse “desenvolvimento” (CESELA, 28 de outubro de 2008).

Os ofícios encaminhados pela CESELA fazem efeito imediato de forma que o Diário Oficial do dia 30 de outubro de 2008 publica o Extrato n.º 112/2008 – IPAAM, ratificando mudança do endereço e local da audiência de apresentação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto Ambiental–RIMA, referente à construção da obra do Porto das Lajes. A nova data passa a ser o dia 19.11.2008, marcado para iniciar às 15H na Quadra poliesportiva da Colônia Antônio Aleixo.

Analisando os documentos oficiais de convocação expedidos pela Secretaria de Meio Ambiente e IPAAM se percebe que há mudança sutil nas comunicações. O documento do dia 09 de outubro de 2008 fala de apresentação do EIA-RIMA por considerar *importante prestar esclarecimentos prévios às principais Instituições do Estado, antes da realização da Audiência pública*. O documento do dia 23 de outubro

fala de *realização de Audiência Pública referente à construção da obra Porto das Lajes* sem fazer menção aos estudos de impacto ambiental. No documento do dia 30 de outubro de 2008, posterior às primeiras mobilizações de agentes sociais do Bairro Colônia Antônio Aleixo, especificadas nos ofícios da CESELA, o termo usado passa a ser *apresentação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto Ambiental–RIMA, referente à construção da obra do Porto das Lajes*.

A semântica em jogo entre o primeiro documento destinado aos moradores do bairro e o segundo indica que no primeiro momento havia intenção de apresentar o projeto TPL no sentido de questão consumada dando somente ciência aos moradores. Com o acionamento do MPF e IPHAN a comunicação posterior do órgão ambiental não somente muda data e local de realização, pois os termos dos estudos de impacto ambiental e respectivo relatório não encerra processo de licenciamento.

Percebe-se, também, nos documentos encaminhados pelo CESELA com assinatura de seu presidente, o senhor Edivaldo Barreto, aos órgãos públicos mencionados nos parágrafos acima que os mesmos articulam noções de *desenvolvimento, populações atingidas, patrimônio histórico e arqueológico, patrimônio da União, bens de uso comum* apontando para um caminho de luta no campo dos direitos difusos e coletivos.

O contexto da audiência pública

A Audiência Pública de licenciamento Ambiental do empreendimento Porto das Lajes para apresentação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA da construção do TPL foi realizada no dia 19.11.2008 na Quadra poliesportiva da Colônia Antônio Aleixo, essa Audiência Pública aciona mobilizações internas entre organizações da sociedade civil do bairro por meio de agentes sociais *de dentro* e articulações desses com agentes sociais *de fora* vinculados a movimentos sociais e instituições públicas com UFAM, UEA, EMBRAPA com perspectivas de impedir uma obra que causaria grande impacto na região. Ao mesmo tempo no âmbito do bairro há início de conflitos de posições tendo em vista que outros

agentes sociais constroem aproximações junto aos representantes da empresa interessada na construção do TPL que começam a se instalar no bairro.

O esforço de reconstituir o contexto destas audiências tem limitações diversas, pois o farei por meio de entrevistas de agentes sociais que vivenciaram este momento, ou “*estiveram na luta*” como eles próprios dizem. É importante que se diga que o segundo semestre de 2008, quando essa audiência pública foi realizada pelo IPAAM, não era momento de atividade de campo deste pesquisador naquela região (nem pelo IPHAN, nem por projetos de pesquisa no IFAM e nem em atividade de pesquisa do cronograma da tese no âmbito do PPGAS/UFAM). Como já foi dito, somente no segundo semestre de 2009 que a questão do Encontro das Águas vira objeto de pesquisa em minhas atividades. Portanto, farei aqui um apanhado de falas de agentes sociais em entrevistas concedidas em 2016, 2017 e 2018 em momentos que estive em campo com fins de pesquisa para esta tese. Falas essas que são referidas a fatos ocorridos em 2008, portanto, pela distancia dos acontecimentos ao momento das entrevistas podem conter ausências por lapsos de memória ou narrativas que não correspondam com a exata cronologia do desenrolar dos acontecimentos. Contudo o que se pretende é dar alguma inteligibilidade ao leitor sobre o emaranhado de fatos desse momento que terá desdobramentos significativos ao processo de tombamento do Encontro das Águas.

A outra forma será e por meio de recortes de falas descritas na Ata da Audiência cujas limitações também existem considerando que aquilo que está escrito em uma Ata pode não expressar com exatidão aquilo que agente da fala quis dizer pelos possíveis cortes que a pessoa que fez ata pode fazer e por não trazer para o corpo dos textos outras formas de comunicação que são somente da emissão vozes da coisa dita, ou seja, a escrita de uma Ata não descreve gestos corporais, expressões faciais e nem as expressões múltiplas que o sujeito da fala pode fazer antes e depois do seu ato de fala e que são importantes para apreender sentidos que a linguagem vocal pode omitir.

Em atividades de campo no primeiro semestre de 2016 fiz algumas perguntas ao senhor Edivaldo Barreto sobre o contexto das audiências:

Alvatir Carolino: Gostaria de saber, seu Edvaldo, como foi o cotidiano na comunidade a partir do momento que o anunciam o projeto TPL? Porque o senhor tinha me dito que eles corromperam pessoas e, outras pessoas, talvez, não precisaram ser corrompidas, somente a ideia do emprego pode ter colocando-as a favor do projeto. Gostaria que o senhor contasse como isso

alterou o cotidiano das relações dentro da comunidade e como vocês construíram essa luta? E se foi uma luta também aqui dentro?

Edivaldo Barreto - *A princípio eles convidaram alguns líderes para uma conversa. E mostraram projetos e disseram que seria viável, que a comunidade tinha muito a ganhar com isso. Pedimos para que pudessemos ter acesso a esse projeto. Começam a construir escritório aqui dentro. Um dos grupos da Coca-Cola, o Grupo Simões, tem uma área bastante grade ali (refere-se a terreno na margem do Encontro das Águas), a primeira empresa deles aqui foi a Olaria Taquara e, aí começaram a oferecer vantagens ajudando time de futebol e tentando convencer a comunidade, mas nos reunimos e no momento o rapaz que era presidente da Associação de Moradores passou para o lado deles e começou uma briga interna nossa, porque nos dizíamos que o cidadão, apesar de ser presidente da associação, não tinha o direito de falar por todos, que nos precisávamos de uma assembleia. Nessa assembleia, eles conseguiram pagar pessoas para participarem, mesmo assim, conseguimos um apoio da maior da parte da comunidade, mas ficou um grupo contra o outro, dentro do próprio espaço.*

Alvatir Carolino da Silva: Nessa reunião a comunidade ainda ficou dividida?

Edivaldo Barreto - *Dividida, na primeira ainda ficou dividida. Aí, eles tinham pessoas aqui dentro da própria comunidade e contratavam outras pessoas para participarem. No caso deles, queriam que as pessoas entendessem e achassem que a comunidade estava apoiando. Aí, CESELA encabeçando a luta junto com a associação, foi buscar o apoio da comunidade e explicar. Começamos a reunir aqui na Colônia, Zumbi, Bela Vista, Puraquequara, que são áreas que também seriam afetadas pela situação, com isso nós demos uma brechada, né?*

A Ata da Audiência do dia 19 de novembro de 2008 é um documento longo, mas dele citarei alguns trechos de falas que são significativas para compreender posicionamentos dos agentes naquele campo de disputa, marcando elementos de memória social, preservação ambiental, patrimônio culturais, identidade e estigma acionados naquele contexto por moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara e as posições das autoridades do Estado. Opto por fazer uso desse documento no corpo deste texto etnográfico em duas formas mais contastes: citação

indireta pontuando minha leitura interpretativa e, por citação direta³⁸. Em ambas sempre mencionando o nome do agente da fala tendo em vista que se trata de um documento público que se pode acessá-lo tanto em arquivos da CESELA quanto em órgão como Procuradoria Geral da República que trata sobre a questão do Encontro das Águas, onde tive acesso à cópia digital.

Audiência tem início com pronunciamento diretor presidente do IPAAN - Professor Doutor Neliton Marques da Silva, seguido do promotor de justiça do Ministério Público Estadual – Dr. Mauro Roberto Veras Bezerra, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - professora Nádia D`Ávila Ferreira, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Dra. Luciana Valente; Deputado Sinésio Campos, Coordenador-Geral de Estudos Econômicos Empresariais da Suframa – Dr. José Alberto da Costa Machado, Presidente do Centro dos Direitos Humanos da arquidiocese de Manaus - Padre Guilherme Cardona e, diretor da empresa Lajes logística – senhor Lauritzs Hansem.

Após os respectivos pronunciamentos o Professor Doutor Carlos Edwar de Carvalho Freitas CCA-UFAM, coordenador técnico da equipe que elaborou o Eia-Rima do Porto das Lajes fez a apresentação geral do EIA-RIMA. As questões hidrológicas foram apresentadas por Professor Doutor Naziano Filizola filho. Professora doutora Terezinha de Jesus Pinto Fraxe apresentou aspectos socioeconômicas.

Interessa notar que não há na composição desta mesa a presença do IPHAN, embora tenham recebido cópia do RIMA e tenha sido acionado pelo CESELA e nem de representante de órgão de cultura do Estado do Amazonas e do Município de Manaus que pudessem fazer inferências relativas a patrimônio arqueológico tendo em vista que essa é uma questão muito bem definida no ordenamento jurídico Nacional vide a resolução do CONAMA, bem como a patrimônios edificadas e bens culturais imateriais. Cabe notar, também, que o professor Doutor Carlos Edwar de Carvalho Freitas, quem coordenou a elaboração do EIA-RIMA prestando serviço pela empresa de consultoria contratada pela empresa Lajes logística foi apresentado com duas virtudes nessa reunião: há de ser coordenador técnico contratado como profissional de esfera privada de empresa para empresa e ao mesmo tempo como representante do CCA- UFAM de

³⁸Todas as palavras ou frases ou mesmo parágrafos ou sequências de parágrafos que transcrevo da Ata da Audiência e os apresento em itálico são *ipsis litteris* com texto da referida ata.

onde é professor e ex-coordenador daquele programa de pós-graduação. Essa referência é importante porque no decorrer da Ata ficam bem definida as posições assumidas por agentes sociais da UFAM, posições essas que já tinha conhecimento por meio de entrevistas feitas com agente sociais de entidades da sociedade civil do Bairro Colônia Antônio Aleixo e de militantes que não são exatamente moradores do bairro, mas que foram engajados na luta junto aos moradores que estava lutando pela preservação daquela região e contra o porto.

Nota-se pela Ata que tanto Nílton Marques quanto Nádia D'Ávila Ferreira fizeram discurso semelhante ao referenciar a importância da *participação popular* em ritos e funções institucionais do IPAAN em audiências públicas. “*a consciência ambiental e a participação popular legítima com pertinência ao meio ambiente e consubstancia processos legítimos de participação popular*” disse Nádia D'Ávila Ferreira.

Capitão Tenente Heraldo Luiz Garcia, representante da Capitania dos Portos da Marinha do Brasil: *apresentou vídeo que registra a necessidade de infraestrutura portuária para o desenvolvimento econômico regional, buscando justificar o novo terminal face à proximidade do Polo Industrial de Manaus. O vídeo ressaltava as possibilidades de desenvolvimento Regional e investimento com melhorias sociais.*

Em sequência, Professor Doutor Carlos Edwar de Carvalho Freitas: *apresentou o estudo de impacto ambiental explicando tecnicamente como são feitos estudos para subsidiar as decisões do órgão ambiental e fez uma caracterização do empreendimento e do ambiente onde este empreendimento será construído, falou dos impactos decorrentes da construção e do que é possível fazer para compensar os impactos negativos, as chamadas medidas mitigadoras. Foram apresentados estudos diversos desde questões atmosféricas na região, estudo sobre solo, geologia e relevo, que, foram apresentadas fotos dos métodos de trabalho e análises efetuadas e valores estabelecidos por normas a respeito de metais pesa. Sobre a questão arqueológica Freitas mencionou que a área não apresenta vestígios aparentes.*

Professor Naziano Filizola: *apresentou estudo hidrológico com explicações técnicas.*

Professora Terezinha Fraxe: *apresentou o estudo socioeconômico efetuado pelo empreendimento explicando a abordagem metodológica utilizada na caracterização do meio socioeconômico com suas etapas e atividades e, em sua conclusão diz que o Bairro Colônia Antônio Aleixo será o mais afetado pelo empreendimento por estar localizado mais dentro da área de abrangência do mesmo.*

Carlos Edwards finalizou apresentação mostrando possíveis impactos do empreendimento e as medidas mitigadoras em todos os eventos e questões apresentadas (Ata da Audiência Pública Projeto TPL, 2008).

Por se tratar da apresentação do EIA-RIMA, são falas consoantes dos profissionais envolvidos em sua elaboração. Em seguida, ao pronunciarem-se os representantes do MPE e SEMMA começam a surgir dissonâncias.

Dr. Mauro Roberto Veras Bezerra: *referiu-se ao aniversário da Constituição Federal de 88 que em seu artigo 225 apresenta o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, também se referiu ao Artigo 170 que dispõe que toda atividade econômica deve respeitar o meio ambiente. Ao lembrar que todo empreendimento deve levar em conta a opinião da população, o procurador fez crítica à forma pela qual o projeto foi apresentado, segundo ele: linguagem difícil, sem tradução em linguagem acessível, pelo que já requer uma nova audiência pública em face da influência sobre tudo do município de Careiro da Várzea. Falou sobre o percentual de análise socioeconômica que teria sido feito somente em 150 pessoas. Seguiu sua crítica dizendo que o estudo tem pouca profundidade, sem preocupação com estudos pormenorizados e que pelo valor do empreendimento não poderia ter as seguintes falhas: o projeto não apresentou estudos alternativos; não descreveu ou indicou a localização das APP`s; classificou como insuficiente o estudo de fauna realizado pela equipe responsável pelo e a RIMA, não houve listagem de aves que habitam o local e não apresentou nada sobre impacto na reprodução de peixes e botos local. No que se refere ao patrimônio Arqueológico o estudo se limitou a transcrever dispositivos legais relacionados à matéria e a suposição de que no lugar do empreendimento a probabilidade de localização do sítio arqueológico. Em relação aos prognósticos e avaliações dos impactos ambientais e afirmações de que no caso de acidentes poderá haver impacto às populações ao redor do empreendimento de extrema seriedade com afetação do meio ambiente e da população, diz, relativo análises técnica*

do EIA-RIMA feito pelos técnicos do CCA UFAM não houve exigência de estudo dos impactos de vizinhança, devendo haver uma maior amostra da população a ser. Outro aspecto interessante da fala do Procurador é da ausência de estudos sobre o impacto da paisagem cênica do Encontro das Águas. Mencionou também que o EIA-RIMA é ausente no que se refere ao acesso viário ao empreendimento e há ausência de detalhes com relação à execução da obra e não há cronograma da obra. Que a ausência de manifestação de viabilidade técnica do empreendimento dos órgãos públicos e ausência de comprovação dominial da propriedade do empreendimento. Que a ausência de estudo de impacto de destinação de águas de lastro, não existe estudo temporal quanto aos impactos ambientais. Que as medidas mitigadoras apesar de louváveis são consideradas inexequíveis com relação aos botos e mamíferos. Em conclusão que as lacunas existentes no EIA-RIMA podem gerar equívocos induzindo a erro aos órgãos ambientais licenciadores e a sociedade, sugeriu que o empreendimento não deve ser aprovado nessa situação. Sugeriu ainda que o órgão ambiental reavalie e solicite estudos mais amplos e complexos da forma como deve ser. Não sendo um favor, mas uma obrigação do empreendedor para que isso ocorra, ouvindo se a população sobre todos os aspectos. Ao agradecer recomenda que os novos estudos se façam sem açodamento e com tranquilidade.

Luciana Valente, na época era secretária da SEMMA: Que não recebeu solicitação de licenciamento do empreendimento tanto ambiental quanto urbanístico... Que o empreendimento coloca em risco assoreamento do lago em função do seu posicionamento na entrada do lago que poderá influenciar em todo o ecossistema de forma negativa, fez referência às espécies raras e endêmicas da área que serve para a nidificação e reprodução de aves e que área serve para estação de aves migratórias e isso não foi observado pela equipe que elaborou o EIA-RIMA.

O representante da SUFRAMA nessa audiência, José Alberto Machado, posicionou sua fala na importância do Polo Industrial de Manaus para a preservação da floresta e que a questão do transporte e armazenamento é um gargalo para o desenvolvimento da Zona Franca.

Padre Guilherme Cardona restabeleceu senso crítico ao dizer que receberam somente o primeiro volume do EIA-RIMA e ao que se sabe são quatro volumes, disse

ele: *isso é um desrespeito à sociedade, a sociedade tem capacidade de entender e estudar um empreendimento. Sentenciou dizendo que a comunidade não quer um porto na região, mas que não é contra o porto. Padre Cardona mencionou o preconceito da cidade ao povo da colônia: fica claro no diálogo com a comunidade que há preconceito na cidade contra o povo da Colônia e que não acredita nos empregos e nos portos... O porto vai gerar empregos qualificados e não vai entregar às pessoas do bairro Colônia. Outras questões levantadas por Cardona foram: a proximidade do porto em relação à adutora do PROAMA que em sua visão vai gerar muitos problemas para a Zona Leste; questão antropológica há necessidade de estudo de um sítio arqueológico; a propriedade pública da terra e de que o empreendimento pretende ser construído na confluência de dois rios internacionais e que, portanto deve ter a participação do IBAMA, conforme resolução do CONAMA; que a comunidade tem uma história de construção com o lago e que o lago é uma riqueza da comunidade; o que o relatório avalia é muito geral e não tem referências sobre outros empreendimentos no mundo.*

Padre Cardona relacionou o projeto TPL à questão internacional e ao papel do Estado com a população: *“O empreendimento está dentro do projeto do porto internacional e é um perigo para a Amazônia, as ações não são mitigadoras, mas viabilizadoras para o empreendimento de longo prazo”... “Esse Porto não trará nenhum benefício à Colônia Antônio Aleixo por que é uma prática dos empreendimentos ganhar, mas não cuidar das populações. As políticas públicas não são características de empresas, mas do Estado e aqui já existe um abandono do Estado”* (Ata da Audiência Pública Projeto TPL, 2008). Finaliza afirmando que *a comunidade está mobilizada.*

Lendo a fala de Edvaldo Barreto na ata percebe-se que o mesmo aproveitou a circunstância e para tratar de um assunto correto aos moradores do bairro, que é o preconceito que se manifesta de várias formas inclusive na admissão de empregos de trabalhadores no PIM, *quero saber se o PIN apresenta algum programa social para comunidade, pois que sabe é que por conta do preconceito e discriminação não há como conseguir emprego?* Em entrevista, Barreto havia dito a mim que o PIM não emprega pessoas do bairro, embora sejam interligados por rio e por estrada e existam fábricas do PIM dentro do bairro, segundo o mesmo, isso ocorre por preconceito a um bairro que surge de um hospital colônia.

Edvaldo Barreto: *O empreendimento é de 220 milhões e geração de 120 empregos? A destruição não pode acontecer, a comunidade tem diversas atividades e que vão perder seu sustento se esse porto vier, queremos um desenvolvimento saudável para as comunidades.*

Nádia Ferreira: *levou o conhecimento dos partícipes da audiência a manifestação do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, que é a maior instância ambiental que congrega 54 instituições. A secretária leu na íntegra o documento formal sobre o EIA-RIMA (Parecer 01/08 - CEMAAM).*

A leitura desse documento por Nádia Ferreira nesse momento da audiência em que seguia uma sequência de falas críticas ao TPL pode ser interpretado como uma forma de demonstrar legitimidade ao EIA-RIMA tendo em vista que o Parecer 01/08 do CEMMAM dá aprovação unânime a construção do TPL, inclusive com um dos pareceres reproduzindo preconceito aos moradores da colônia ao dizer que *eles precisam ter educação para não jogar lixo no lago*, como se o único problema de degradação ambiental daquele Lago fossem os resíduos domésticos jogados por determinados moradores, ou pela pelas ações de turismo desordenado em finais de semana naquela região.

Professor Carlos Edwards, retoma a palavra para dizer que *a equipe é da maior competência, sendo um grupo de doutores especialistas com trabalhos de referência e que as falhas podem ser corrigidas* e a respeito da questão se sítios arqueológicos disse: *Não pode haver demanda arqueológica sem indicação preliminar.*

Padre Orlando Queiroz: *“gostaria de falar sobre respeito aos professores que realizaram. Não houve valorização de nenhuma pesquisa com relação à realidade social e econômica da Colônia, o pessoal da Colônia é excluído por conta de preconceito, a cidade não tem orgulho do seu povo... É um orgulho esse momento democrático que se vive. Mas, deve-se questionar a propriedade da terra atribuída ao Grupo Simões, sabe-se que aquela área foi doada ao Grupo Simões pelos governadores Gilberto Mestrinho e outros de forma não explicada e essa posse deve ser questionada.*

Consta inda que Padre Orlando fez Denúncia sobre a pressão que houve sobre as pessoas que faziam uso das terras onde se pretende construir o TPL por parte dos supostos donos da terra que em determinada ocasião essa pressão se deu por meio de armas. Percebe-se ao lermos a fala de Padre Orlando na ata que havia um conflito pela posse da terra e que naquele lugar em períodos de vazantes famílias faziam uso das terras para agricultura para criação e, também, para residir em função dessa agricultura dessa pequena pecuária e da pesca, pois é lugar piscoso o ano inteiro. Essas famílias começaram a ser expropriadas. Portanto, um conflito antecedente pela posse da terra existia antes do conflito que vai se estabelecer em ambientes de atos públicos de manifestação contra o porto e em defesa da Preservação do Lago. Sabe-se que pessoa que possui documento com registro cartorial daquelas terras é sócio de uma das empresas associadas ao projeto TPL.

A essa altura da audiência as posições dos agentes sociais parecem bem definidas entre os pró TPL e os que estavam na defesa do Encontro das Águas, como a questão já havia ganhado certa notoriedade em setores da sociedade e as posições foram sendo assumidas tanto em instituições como a UFAM colocando determinados docentes e departamentos específicos em posições antagônicas a de docentes de outros departamentos. Bailão nesse campo de disputas setores diversos da sociedade, um lugar de expressão e tomada de posição é já mencionado CEMAAM que possui representantes de diversas organizações da sociedade civil e instituições públicas. Mesmo aqueles que esboçaram discurso com ares de neutralidade, percebe-se posição.

Presente na audiência, a senhora Alda Passos do Movimento Mestiço Brasileiro que é conselheira de Meio Ambiente disse ser que *concorda com que havia dito o representante do ministério público estadual*, mas fez um ataque a condição de nacionalidade do Padre Cardona: *O Padre Guilherme voltou contra os caboclos, é necessário esclarecimento porque todos somos brasileiros e o Padre Guilherme é colombiano e tem visto provisório e não deve se meter em questões brasileiras*. Ao mesmo tempo em que fez endosso à fala da autoridade do Ministério Público Estadual há um ataque à pessoa do padre que acabara de fazer reflexões qualificadas sobre reordenamento do capitalismo mundial e a posição da Amazônia nessa conjuntura relacionando o projeto TPL.

Aquiles, pesquisador do núcleo de culturas políticas da Amazônia - UFAM: *Leu um documento denunciando um empreendimento e o estado do Amazonas e solicitou que fosse juntado ao processo.*

Edivaldo Barreto, em uma de suas falas, atribuiu ao CESELA a presença e participação do procurador Carlos Alberto, referindo-se a ofício enviado ao MPF requerendo providências. O referido procurador pontuou a questão da *propriedade do imóvel*.

A senhora Marisa Lima moradora do bairro Colônia Antônio Aleixo fez a seguinte declaração: *Sou apaixonada por esse local e não admito, não permito um patrimônio feito por Deus ser dado a uma empresa. Quero ver o documento de propriedade. O que sabemos é que aquela área é da União Federal e que aqui ninguém foi entrevistado, o que queremos é o parque Encontro das Águas.*

Isaac Campas, morador do bairro Colônia Antônio Aleixo: *Estou cansado de ver as coisas acontecendo do jeito que são... Vou continuar acompanhando para que qualquer tipo de empreendimento seja dentro das normas ambientais.*

Padro Hamilton, presidente do sindicato de pescadores de Manaus: *Peço ao Deputado para votar contra o porto das Lajes (suponha que tenha feito menção ao deputado Sinésio campos, crivo meu), porque os pescadores estão lutando para sobreviver, estamos unidos e não deixaremos ser esquecer um esgoto a céu aberto de Manaus.*

Senhora Marta da comissão Pastoral da terra fez críticas aos dados apresentados no EIA-RIMA no que diz respeito às questões socioeconômicas, utilizou a expressão “para inglês ver” ao classificar o documento apresentado, o EIA-RIMA: *Nele 70% dos dados mostram que as mulheres estão na prostituição. Que 42% das pessoas daqui são drogados. Isso é manipulação para justificar quando chegar os problemas decorrentes da implantação de um porto.*

Maria Deuzanira, moradora há 46 anos, ex-hanseniana, se referiu à questão turística: *O ponto turístico vai ser destruído, tudo vai ficar prejudicado por conta disso.* Ela integra o Grupo de Terceira Idade e disse que fazem passeios de barco em suas confraternizações e que *a comunidade vai ficar privada disso. E já é uma comunidade*

esquecida, não há políticas de profissionalização para os comunitários... Não sou contra a construção do Porto, mas que busquem em uma outra área para construir. A Colônia não deve ser a fossa do polo industrial. O senhor Hélio foi à mesma linha da senhora Deuzimara ao dizer: *A colônia é o lixo de Manaus* no sentido de que dejetos são jogados no lago e que carecem de políticas ambientais.

A senhora Porcina Almeida apresentou preocupações com os empresários e o empreendimento no seguinte sentido: *“que se preocupa em pegar os empresários como Cristo, que o empreendimento é necessário, que os prejuízos, mas não contra o progresso”*. Pela leitura da ata essa foi a voz de agente social de dentro da Colônia que se posicionou favorável ao empreendimento.

Senhora Noélia Vinente, gestora da escola Lili Benchimol disse que não é a favor do porto porque não foi colocada nenhuma proposta de atividades alternativas para a comunidade e de que é a favor de qualquer igreja ou político que venha a somar com a comunidade e que apresente alternativas sustentáveis. *Sou a favor da vida do meio ambiente*, disse Vinente que encerrou sua participação declamando um poema.

Ildo Soares que é comerciante e tem um empreendimento, falou em nome de lazer e turismo: *Somente pode trabalhar com o lago vivo se amanhã o lago morrer muitas pessoas vai ficar sem o trabalho.* Na mesma linha, Edilson Barroncas, também empreendedor: *A água do Lago é bastante impura, o lago precisa ser salvo.* Antônio Dias Lopes fez a seguinte declaração: *Há Muita complicação e se os moradores não abrirem o olho tudo vai se acabar. Uma estrutura desse valor vai pesar a comunidade que vai ser impedida de olhar o Rio Amazonas, O Encontro das Águas. Se não tomarem as providências a comunidade vai acabar vendo na lembrança. Não quero passar por dificuldades de novo.*

Israel Dourado questionou a ausência do envolvimento da comunidade junto ao RIMA e denunciou o que alguns empresários com algumas lideranças estão prometendo benefícios e querem comprar a comunidade, mas alertou: *A Colônia Antônio Aleixo pode ser humilde, mas não é burra. Peça que estudem com calma os documentos, pois aqui não é depósito de lixo da cidade de Manaus.*

Dona Maria do Carmo disse não saber das entrevistas junto aos moradores e questionou o quantitativo de pessoas entrevistadas, asseverou que: *Não é certo chegar*

com tudo pronto. O rico cada vez mais rico e, o pobre não é ouvido com dignidade. Sou contra o porto porque o caboclo vai perder os direitos porque não tem dinheiro. O progresso é desrespeitoso com a comunidade. A comunidade não é burra. A comunidade estadual e municipal tem que defender o meio ambiente.

Marcos Barbosa se disse emocionado com a comunidade: *Jesus que incitou a comunidade a ser unida para ter voz e vez, sou contra o porto por defender a vida.* Fernando Almeida usou a expressão “barril de pólvora” para caracterizar aquele momento e pediu respeito à comunidade.

O presidente do Complexo Antônio Aleixo, senhor José Maria, manifestou-se contra a construção do porto e falou da degradação atual, questionou a mesa sobre a retirada das fotos de degradação ambiental que segundo ele, *prova que as autoridades estão contra comunidade.* Em um trecho da fala do senhor José Maria transcrito à ata expressa a condição de estigma que permanece aos moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo quando buscam relações sociais fora das delimitações do bairro, no caso dele, relação de trabalho: *Fui trabalhador do distrito industrial e tive que mudar de endereço quando fui procurar emprego, onde está a democracia desse país? Onde está a autoridade que não olha para o povo?* Aproveitou ocasião, uma mesa composta por autoridade da área ambiental, fez cobranças pela ausência de fiscalização ambiental naquela região: *As autoridades tem que fiscalizar o lago e as empresas tem que despoluir o meio ambiente. A Colônia está viva e tem representante, tem força e poder.*

Senhor Ernani Plasman, estudante de engenharia ambiental e direito: *“O rima tem furos com queijo suíço. Ali há boto cor-de-rosa e boto cinza. É impossível a implantação do Porto”.*

A senhora Norma Rodrigues, moradora, falou sobre as drogas e a prostituição e atribuiu a origem desses problemas à mídia e ao poder que em suas palavras: *Para poucos tudo e para outros nada.* Manifestou-se contra o fim do Lago e a favor da vida, *porque Cristo é água viva e eu não quero ser escravo de branco, dos estrangeiros.*

Ao final da Ata as considerações do professor Carlos Edwards são de assumir culpa pela dificuldade de comunicação e diz que disponibilizará os documentos e que *não existe nada que vai acabar com o lago e que a equipe é ambientalista comprometida com o meio ambiente.* Por sua vez professor Neliton ressaltou o caráter

democrático da atividade com manifestação de todos e que o IPAAM vai internalizar e sugestões nova audiência pública consoante à orientação do Ministério Público para novas discussões a fim de subsidiar as decisões técnicas.

Olhando pela perspectiva dos moradores das margens do lago do Aleixo, região do Encontro das Águas, a leitura da ata veio corroborar coisas que havia ouvido dos sujeitos sociais da pesquisa. A mais constante que é o preconceito da “cidade” sobre os moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo, na ata essa questão aparece, tanto pela fala de Edivaldo Barreto quando na de José Maria relacionada à negação de postos de trabalho no PIM aos moradores da antiga colônia. Portanto, pode-se inferir que há permanência do estigma de forma sutil já que não podem mais ter suas liberdades cerceadas pelo Estado pelas antigas restrições de permanência constante nas delimitações da colônia, hodiernamente sofrem com restrições não explícitas e nem normativas, mas que são definidoras de exclusão da vida social junto a outros cantos da cidade.

O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema - segundo o paradigma “black is beautiful” - e que termina na institucionalização do grupo produzido (mais ou menos totalmente) pelos efeitos econômicos e sociais do estigmatização... Princípios de unificação do grupo e pontos de apoio a objetivos da ação de mobilização (BOURDIEU, 2007, p 125).

As noções de *lixo, lixeira, esgoto da cidade e esgoto do PIM* que expressam indignação pela condição de ausência de assistência de políticas públicas para as demandas daquelas pessoas, principalmente nas questões ambientais, pois “esgoto” e “lixo” são referidos às deposições de afluentes não tratados nos mananciais hídricos da região. O que os faz inferir, como disse Dona Maria do Carmo, que *o progresso é desrespeitoso*. Aquela audiência foi momento de ciência das implicações do projeto TPL, mas, também, foi um impulso na mobilização social em defesa da região.

Contornos após audiência pública

Reformulação do EIA-RIMA faz-se necessária e provocou o protelando do início da construção TPL, conseqüentemente outras audiências públicas foram anunciadas. Envio de ofício ao Gabinete da Presidência da República pelo CESELA. MPF instaura ICP. IPHAN dá passos rumo à abertura de processo de tombamento do

Encontro das Águas. Militantes sociais de outros lugares da cidade se aproximam mais do bairro e organizam um Movimento chamado SOS Encontro das Águas. Agentes sociais mobilizados em defesa do Encontro das Águas reúnem com MPF. Essas são algumas consequências após a audiência pública que vão estabelecer contornos no processo de tombamento do Encontro das Águas.

Alvatir Carolino: Seu Edivaldo, o que aconteceu após a audiência pública?

Edivaldo Barreto: *Eles foram obrigados a fazer um novo estudo de impacto... E, aí eles vieram novamente (pode-se ouvir o ruído de um porco sendo preso no quintal da casa) com um projeto reformulado e se adequando a algumas situações. Apresentaram EIA/RIMA, né?! (Edivaldo Barreto, 2016).*

A segunda audiência pública, cujo assunto fora *apresentação das complementações referentes ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EPIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA*, relativos à construção do TPL a ser realizado pela empresa Lajes Logístico, processo n.º 1773/08, foi marcada sete meses após a primeira. Uma marcada para 22.08. 2009, às 9h, definindo como local da audiência a quadra poliesportiva da Colônia Antônio Aleixo, Praça Tancredo Neves e, no mesmo ofício (Ofício Circ. N. 025/2009 IPAAM´GAB de 10 de agosto de 2009) e, acresce a realização de audiência pública, também, em comunidade rural do Município carreiro da Várzea, margem oposta a Manaus, estabelecendo o dia 27.08.2009, às 9h, tendo como local de realização o Centro Social – Comunidade São Francisco – Costa da Terra Nova – Careiro da Várzea (AM).

Passados sete meses entre a primeira e a segunda audiência as mobilizações ganham corpo, criam um movimento chamado SOS Encontro das Águas que amplia as lutas anteriores movidas pelo movimento SOS Lago do Aleixo encorpendo agentes sociais do Movimento Amigos de Manaus e seguimentos diversos das artes, cultura e academias. Nesse ínterim o conceito de patrimônio cultural ganha eficácia e o IPHAN por meio do Memorando n° 013/2009 de 17/02/2009 solicita abertura de processo de tombamento do Encontro das Águas.

Esse intervalo de tempo que serviu para elaboração das complementações do EPIA-RIMA, serviu, também, para alinhar estratégias das mobilizações sociais. *Com isso fomos conseguimos os apoios e foram descobertas as mazelas que iriam fazer para*

a comunidade, por isso fomos ganhando força. E tornou-se um problema não só da colônia, mas de toda a cidade de Manaus, inclusive instituições internacionais. Com isso, entramos novamente o pedido para que pudessem garantir (Edivaldo Barreto, 2016).

Aí, fomos buscando apoio da comunidade em geral. Com isso ganhamos alguns inimigos, pode-se dizer né? O povo lá da empresa, eles conseguiram com a situação financeira favorecer alguns e aí começou a briga. No segundo momento, acho que para infelicidade deles, apresentaram quais seriam os benefícios para a comunidade e não coloram os pontos negativos. Foi quando perguntamos como realmente iria ficar na colônia? Porque o povo achava que ia ter um monte de emprego. E quantos empregos teriam mais ou menos na comunidade? Falaram: olha, nos aqui vamos gerar uma mão de obra especializada, temos que botar alguém para treinar e fazer curso. Porque o porto é praticamente é todo automatizado. Sim, nos queremos saber quantos empregos? Olha, vocês estão ouvindo? São 30 a 40 empregos. Aí, nos vamos entregar o nosso patrimônio que é nossa comunidade, o local onde nos moramos? Aí sim, vai aumentar a prostituição e a droga, porque os navios quando chegarem vem como pessoas de diversos lugares do mundo. E aí, para aonde é que eles vão? Vem para a Colônia Antônio Aleixo. E as nossas filhas serão exploradas sexualmente. Depois sabe que com isso vem gente de todo tipo e a droga vai imperar. Depois disso fomos convencendo (Edivaldo Barreto, 2016).

Foi dentro desse contexto que a eleição para presidência da associação comunitária do bairro ficou tensa e a questão do projeto TPL pautou a disputa eleitoral. Seu Edivaldo atribui a uma graça de Deus que o processo eleitoral de sucessão da direção da associação tenha se dado nesse momento porque assim conseguiram tirar no voto o então presidente que estava aliado com a empresa. De um lado o grupo com candidatura a reeleição contando com apoio financeiro da empresa portuária que, segundo informantes dessa pesquisa, *ofereceram vantagens a lideranças locais, compraram votos, distribuíram equipamentos de futebol, patrocinaram eventos esportivos e festas*. Em oposição o grupo que estava engajado na luta em defesa do Encontro das Águas que em um primeiro momento apresentaram uma chapa encabeçada por Isaque, mas que depois teve que se afastar do bairro, juntamente com Padre Orlando, por terem sofrido ameaças. Contudo, a oposição ganhou aquela eleição fortalecendo o processo de mobilização social em curso.

Após a primeira audiência pública, de 19 de novembro de 2008, o CESELA deu prosseguimento a acionamentos de setores do Estado buscando dar conhecimento do drama dos moradores daquela região. Recorreu ao Gabinete da Presidência da República por meio de ofício que faz narrativa sobre os problemas

enfrentados pontuando questões como precariedades das ações de políticas públicas ambientais, fundiária, exclusão do PIM em relação aos moradores do bairro. Esse documento é datado de 17 de dezembro de 2008 e é quase que uma síntese dos posicionamentos dos agentes sociais do bairro na Audiência do dia 19 de outubro.

Vimos através deste, apresentar os documentos e registro fotográfico do descaso das políticas públicas, instituições ambientais, das empresas do Polo Industrial, programas habitacionais do Governo, madeireiras e especialmente a implantação do Projeto Super Porto das Lajes no bairro Antônio Aleixo, na área de Ex-Colônia de portadores de Hanseníases. O documento dos proponentes da construção do Super Porto das Lajes não apresentam outra área de viabilidade para a construção do Porto. A terra é de propriedade da União, margem do Rio Negro (Internacional) e o Rio Solimões (Interestadual). Durante o ano de 2005, o Presidente enviou o dinheiro para o Estado entregar o título de terra ao povo desta Colônia (Bairro Antônio Aleixo) e até hoje, não chegou às mãos do povo... A população no dia 19.11.2008, na Audiência pública quer dizer não ao Porto das Lajes, porque, o Polo Industrial vem em todos estes anos excluindo este povo do acesso ao mercado do trabalho e polui de maneira devastadora as águas das fontes de nossos lagos e o ar Toda esta área é utilizada por centenas de pescadores que mantêm cheia a dispensa das casas de suas famílias com peixe na época de pescados. O bairro não possui área de lazer e esporte adequada e o único lazer é o banho, a pesca e o passeio de barco com a família no final de semana (CESELA Ofício Nº 15/2008).

Em outro trecho das duas laudas que compõem esse ofício tratam sobre a ausência de estudos antropológicos e arqueológicos na região, advertindo que pediram *ajuda a equipe da de arqueologia e etnologia da USP, coordenada por Eduardo Góes Neves, que já está na área de Iranduba realizando pesquisas, que possa dar seu parecer técnico* (CESELA Ofício Nº 15/2008). Em sua parte final, nota-se que os agentes sociais que redigiram o documento situam o caráter ideológico do governo federal e que as organizações que assinam o documento são predominantes *de dentro* do bairro: *Certo da atenção deste Governo que nasceu da Utopia de um desenvolvimento para os excluídos esperamos uma resposta... Atenciosamente, MORHAN, FUBENE, AMMACAA, Representantes de Professores e Pescadores e CESELA* (CESELA Ofício Nº 15/2008).

Em campo com gravador digital em mãos ouvi e registrei muitas falas sobre preconceitos contra as pessoas que foram pacientes do antigo hospital colônia e a permanência do estigma quando o lugar se consolida como bairro, aliás, não há narrativa que tenha ouvido que essa questão não apareça. Ao considerar o ofício à Presidência da

Republica como síntese dos posicionamentos dos agentes sociais do bairro na Audiência, chama atenção essa dimensão pelo que ela acresce em dois sentidos.

O primeiro, a negação de emprego no PIM que se estabelece no mesmo momento quando o Estado permite transito daquelas pessoas a outros lugares da cidade e da sociedade com o fim do hospital colônia e suas regras de reclusão. Portanto, os atos dos departamentos que fazem as primeiras etapas de processos de contratação de mão de obra, que recebem currículos, documentos pessoais, comprovantes de residência e procedem a entrevistas, geralmente chamados de departamento de pessoal ou recursos humanos, ironicamente humanos, acabam por fazer permanecer o cerceamento dos moradores do Bairro Colônia Antônio Aleixo. Cerca invisível que se ergue por uma mentalidade difusa de que eles colocam em risco a saúde dos demais. Para usar uma expressão popular comum em Manaus, “cerca de jurubeba” que nega acesso daquelas pessoas aos empregos gerados pelo PIM.

O segundo diz respeito ao estigma como autodefinição e seu uso no enfrentamento das coisas que a sociedade lhes impõe há décadas. Afirmam pertencer à Colônia com expressões *orgulho, amor, paixão e patrimônio* ao se referirem à região que em um primeiro momento o Estado arbitrara atributos de isolamento por meio de instituições totais. No caso do antigo hospital colônia, estabelecido em local interna às margens do lago lhe fazia imperceptível a quem navegasse indo ou vindo à Manaus pelo Encontro das Águas de forma que a cênica da paisagem mantivesse preservados atributos que motivam símbolos oficiais como o brasão e a gravura da bandeira de Manaus, o brasão do Estado do Amazonas e o selo da UFAM que são símbolos cuja pretensa é produzir identidade homogênea. Então, reclusaram e camuflaram os hansenianos e preservaram a estética da paisagem que é cravada em muitos símbolos locais. A mesma região símbolo de identidade local é, também, lugar de restringir pessoas estigmatizadas.

Ao afirmarem *amor, orgulho, paixão* e que o lugar é um *patrimônio* operam reversão do estigma o transformando em elemento para enfrentamentos coletivos. Uma *a revolução simbólica contra a dominação simbólica* (BOURDIEU, 2007) articulando memórias das internações compulsórias à noção de perda do lugar que lhes fora dado: “*Este foi o único lugar que nos deram, o resto negaram tudo. Agora estão nos tirando*

aos poucos o pouco que nos deram” (Dona Maria do Carmo, 2016), colocam-se, assim, em luta para defender o lugar onde ressignificaram pertencimento.

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso das interações da vida cotidiana, não tem outra escolha a não ser a da aceitação (resignada o provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da *assimilação* a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. Diferente destas estratégias que encerram o reconhecimento da identidade dominante e portanto dos critérios de apreciação apropriados a constituí-la como legítima, a luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas - que tem em vista não a superação das características estigmatizadas mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigmas - que procura por senão novos princípios de di-visão, pelo menos uma inversão dos sinais atribuídos às classes produzidas segundo os antigos princípios, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com seus próprios interesses (BOURDIEU, 2007, p.124).

Alvatir Carolino da Silva: Vocês convenceram muitos seguimentos da sociedade?

Edivaldo Barreto – *Pois é, Alvatir! Então, mano, naquele momento tivemos apoio das igrejas, das escolas, fizemos diversas ações com a televisão, grupos de músicas, as pessoas pegaram para eles também essa luta contra a construção do porto. Dizem que o Encontro das Águas é um símbolo, grande parte das pessoas tem empenho em conhecer, por isso nos colocamos em defender esse patrimônio que é da humanidade, né? Quando nos procuraram o pessoal da empresa Log-in intermodal, que era o nome, já estavam com todo o projeto pronto para construir o porto. Participamos de algumas audiências e nelas fomos descobrindo o que realmente iria acontecer. Inclusive eles subornaram algumas lideranças da comunidade, mas naquele momento o padre Orlando, com o Isaque, que estavam à frente, eles entraram com o documento no Ministério Público. Foram feitas diversas mobilizações, o pessoal da UFAM, Valter Calheiros e o professor Ademir Ramos se juntaram a nós e, fomos para a luta (Edivaldo Barreto).*

Por seu site na rede mundial de computadores o NCPAM/UFAM, coordenado por Ademir Ramos, publica em 05 de dezembro de 2008 manifesto contra a construção do Porto das lajes.

O NCPAM manifesta solidariedade às lideranças comunitárias e se posiciona contra a construção do Porto das Lajes e se coloca à disposição do

movimento para discutir novas formas de enfrentamento para barrar esta obra, fazendo valer a defesa do meio ambiente e a qualidade de vida dos comunitários do Lago do Aleixo e vizinhança. Entende-se, que somente a mobilização popular contra esta ação arbitrária e predadora do nosso patrimônio fará frente ao descaso com que o Governo do Estado vem tratando esta questão, uma vez que o próprio EIA-RIMA Porto das Lajes destrata a população e ameaça de morte o Lago do Aleixo e o nosso ícone identitário, que é Encontro das Águas. (Fonte:<http://www.ncpam.com/>, acessado em 25/06/2018)

Ao perguntar a Dona Maria do Carmo sobre a adesão de pessoas de fora do bairro tais como professor Ademir Ramas, respondeu-me: *Não estou te falando que fomos em comissão pedir socorro na UFAM. Uma vez o Isaque trouxe em excursão o pessoal quando ele estava fazendo faculdade e convidou o Ademir para conhecer. O Ademir veio na excursão dos universitários que estavam fazendo faculdade junto com o Isaque* (Dona Maria do Carmo, 2016).

Desse momento em diante podemos perceber o envolvimento de diversas organizações da sociedade civil na defesa do Encontro das Águas, ampliando o movimento anterior que era em defesa do Lago do Aleixo. Pelas anuências, adesões e assinaturas em documentos diversos que passam a circular em atos públicos e em encaminhamentos a órgãos do Estado tem-se a dimensão que a questão alcança junto a militantes sociais que talvez até desconhecessem as lutas dos moradores das margens do Encontro das Águas.

Pelo abaixo-assinado que circulou a partir de 17 de dezembro 2008 pelo Tombamento do Encontro das Águas podemos ler as organizações sociais que aderem à luta dos moradores do bairro, assim ao final do texto como autores da elaboração do documento as seguintes organizações: Associação Amigos de Manaus; Associação Cultural, ambiental e Tecnológica - WOMORÃ; Fórum Permanente de Defesa da Amazônia; Associação de Moradores da Colônia Antônio Aleixo; Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Manaus; Núcleo de Cultura política do Amazonas - NCPAM/UFAM; Sindicato dos Jornalistas do Estado do Amazonas; Centro Social e Educacional do Lago do Aleixo; Associação Jesus Gonçalves; Associação Beneficente dos Locutores Autônomos de Manaus; Conselho Municipal de mulheres; Articulação de Mulheres do Amazonas - AMA; Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA; Associação Chico Inácio.

Diferente do Ofício 15/2008 que subscrevem somente organizações *de dentro* do bairro, o abaixo assinado de meados de dezembro de 2008 predominam organizações sociais *de fora* do bairro, embora ainda não apareça a expressão SOS Encontro das Águas. O corpo do texto desse abaixo assinado, logo no primeiro parágrafo, traz a categoria patrimônio evocando a CRFB 1988 e articula a questão local e internacional: “*esse ícone é reconhecido como patrimônio local da humanidade e deve ser preservado para que os povos no presente e no futuro desfrutem das riquezas naturais e humanas dessa paisagem. Esse patrimônio é protegido pela Constituição Federal e do Estado do Amazonas por ser um bem cultural paisagístico e simbólico, representativo da Amazônia e de seus povos*” (Abaixo assinado pelo tombamento do Encontro das Águas, 17/12/2008).

A noção de natureza junta à noção de bem cultural e são articuladas com questões históricas e a atuais:

“verdadeiro espetáculo da natureza, que despertou dos colonizadores atitudes de espanto e admiração”... “Esse símbolo da Amazônia está sendo ameaçado pelo Terminal Portuário Porto das Lajes que está na iminência de ser construído na confluência do encontro das águas dos rios negros e Solimões, a margem esquerda do Rio Amazonas, na do Lago do Aleixo, nas vizinhanças da reserva particular de patrimônio natural Nossa Senhora das Lajes, do Polo Industrial de Manaus e das Comunidades do bairro Colônia Antônio Aleixo. O Encontro das Águas Assim como as Lajes representam Nossa identidade geográfica e nossa memória natural, assim como o Corcovado e a Chapada Diamantina usam para suas respectivas regiões”... “Nessa área, onde antagonicamente pretende-se construir o terminal portuário será implantado o Mirante do Encontro das Águas, projeto de Oscar Niemeyer, e, também deverá ser implantado o Programa Água para Manaus”... “O mega projeto do terminal portuário pretende construir um pátio com mais de 100 mil metros quadrados de área, com capacidade para atender 250000 unidades de contêineres, prejudicando a qualidade de vida cultura de Manaus, destruindo também os sítios arqueológicos das Lajes, quimicamente biologicamente, os recursos hídricos, afetando diretamente a qualidade da água no ponto de captação a ser construído, além de destruir o recurso pesqueiro da comunidade Colônia Antônio Aleixo e da circunvizinhança” (Abaixo assinado pelo tombamento do Encontro das Águas, 17/12/2008).

Esse documento situa ainda que o MPE e MPF devam ministério público instaurar processo civil público para apurar as irregularidades da construção do complexo portuário. Ao fazer referência às comunidades do Lago do Aleixo citando que as mesmas “*se manifestam contrária à construção do Porto pelos problemas de degradação ambiental e social que o empreendimento acarretará*”, vai ficando perceptível que se trata de uma ação mobilizada por agentes sociais de fora do bairro

Colônia Antônio Aleixo, em seu último parágrafo fica explicitado qual organização da sociedade civil elaborou o documento, embora seja ele assinado por várias outras.

Nós representantes da sociedade civil, Amigos de Manaus, manifestamos nossa indignação frente ao descaso dos governos que permitem a degradação de nossos recursos naturais e culturais sem nenhum compromisso com a Responsabilidade Social e Ambiental. Para tanto, exigimos que o terminal portuário das Lajes não seja construído no Encontro das Águas, incluindo as duas margens e Ilhas e lagos, sejam transformadas em unidade de conservação, com fins paisagísticos, lazer e uso sustentável dos recursos naturais, garantido esse patrimônio as futuras gerações. Finalmente, recorreremos ao ministro da cultura para que seja feito o tombamento das Lajes do Encontro das Águas, declarando esse bem como patrimônio da humanidade (Abaixo assinado pelo tombamento do Encontro das Águas, 17/12/2008).

Percebe-se que a designação SOS Encontro das Águas ainda não aparece explicita nos documentos que circularam até então, o que há é um conjunto de tantas outras organizações junto àquelas que são do bairro Colônia Antônio Aleixo, no caso do abaixo assinado supramencionado.

SOS Encontro das Águas: o papel de articulação

Alvatir Carolino da Silva: E o SOS Encontro das Águas?

Edivaldo Barreto: Nós trabalhamos com a forma de passar para as pessoas que poderíamos ser fortes se tivéssemos unidos. E, graças a Deus conseguimos montar o SOS Encontro das Águas, que reuniu todas as entidades.

O que nos diz Edivaldo Barreto vai ao encontro do havia dito Dona Maria do Carmo quando perguntei sobre as pessoas *de fora* que foram integrar a mobilização iniciada por moradores do bairro: *Não estou te falando que fomos em comissão pedir socorro na UFAM* (Maria do Carmo, 2016). A noção de criação de um movimento social com mais abrangência ganhando adesão de outras pessoas. O nome mais recorrente é o de Ademir Ramos, tanto na fala dos moradores do Bairro Colônia quanto em matérias de jornais e documentos publicados no site do NCPA, motivo pelo qual optei em entrevistar Ademir Ramos dentre tantos outros de fora que aderiram àquela luta.

Alvatir Carolino: o que é o SOS Encontro das Águas?

Ademir Ramos: *É um movimento, é uma com articulação de mobilização, movimento de informação, de agregar forças junto à comunidade, esse que era o papel nosso de ouvir a comunidade.*

Alvatir Carolino: Ele é pensado a partir de quem?

Ademir Ramos: *Eu, Elisa, Mena, Rogério Carlos, Walter e a Maria do Carmo e o Barretinho. Agente reunia na casa da Maria do Carmo e de lá saía pauta.*

Durante as conversas que tive com Ademir Ramos a categoria *articulador* aparece como autodefinição sua dentro do Movimento SOS Encontro das Águas e defini, também, o próprio Movimento é também visto com papel de articulação. Percebe-se que o articulador designa pessoas *de fora* do bairro, que, portanto figuram como mediadores entre moradores do bairro em sofrimento e luta por seus espaços junto a outros militantes de causas socioambientais e instituições públicas e privadas.

Mesmo que Adivaldo Barreto e Dona Maria do Carmo nos digam que foram em busca de pessoas na universidade e que criaram o Movimento SOS Encontro das Águas, é perceptível que a voz que mais ganharam notoriedade nos diversos atos que essa mobilização social em defesa daquela paisagem terá a partir de então sob a égide do Movimento SOS Encontro das Águas serão as vozes do *de fora*. Portanto, cabe dizer os motivos pelos quais descrevo alguns aspectos desse Movimento por entrevista com Ademir Ramos. Primeiro *Ademir Ramos* é nome mais recorrente nas falas dos *de dentro* quando perguntados sobre as mobilizações a partir do estabelecimento do SOS Encontro das Águas; segundo, porque nos documentos encaminhados a órgãos públicos, artigos publicados na imprensa e manifestos em panfletos e digitalizados e publicas em redes sociais, *Ademir Ramos* é, também, o nome mais recorrente; outro motivo tenho proximidade com o referido professor que é do quadro docente do departamento onde fiz graduação em ciências sociais na UFAM e, no momento em que ganhei concorrência para fazer pesquisa para instrução do processo de tombamento do Encontro das Águas tive uma conversa com Ademir Ramos, ciente de que ele integrava o Movimento que naquele momento está em plena atividade e na ocasião disse que não entrevistaria nenhum membro do referido movimento e somente citaria a existência do mesmo.

Contudo, marcar horária na agenda de Ademir Ramos não foi algo fácil tendo em vista suas múltiplas atividades. Além das atividades acadêmicas internas na UFAM, Ramos coordena o NCPAM, que tem site na web com publicação de pequenos artigos sobre abordagens diversas, coordena o Projeto Jaraqui que é uma atividade de extensão

que promove encontros semanais em praças públicas de Manaus para debater temas latentes na vida social e política da cidade, do estado, do país e do mundo e, filiado ao PDT, professor coordena no Amazonas uma fundação ligada a esse partido cujo objetivo é promover debates e qualificar o quadro de filiados.

Entrevista com Ademir Ramos tem um aspecto que é interessante que o de um antropólogo construindo uma tese, entrevistando outro antropólogo que atuou no Movimento SOS Encontro das Águas tendo como o espaço da academia como lugar de reverberação dos atos do Movimento, fazendo com que em determinados momentos de nossas conversas aparece um debate sobre aporte teórico para pensar os dados empíricos que ele próprio traz.

Diferente do médico e professor da UFAM Mena Barreto, Ademir Ramos revelou-me que não tem uma antecedência de atuação bairro Colônia Antônio Aleixo e que começou a tomar parte nas questões ambientais daquele lugar a partir de 2008 e que essa aproximação se deu por vínculos que possui com a igreja católica.

A recorrência à categoria *articulador* em Ademir Ramos foi posto por ele como definição de sua posição social no campo, mas também posta como extensiva ao outras pessoas que não residem no bairro, como: Elisa que é pesquisadora da EMBRAPA e militante em causas socioambientais; Mena Barreto que é médico e professor aposentado do departamento de medicina e possui uma história antecedente de relação com aquele bairro por ter feito por mais de uma década atividade de ensino pesquisa e extensão junto aqueles moradores; pessoas da academia amazonense de letras com destaque no cenário literário nacional e internacional como Thiago de Mello, Márcio Souza e o escritor e editor Tenório Telles; o já falecido médico Rogério Casado psiquiatra que no momento de efervescência da mobilização social quando a denominação passa a ser SOS Encontro das Águas exercia um cargo de o pró-reitor na UEA. Esses agentes sociais descritos e seus respectivos lugares de fala são mencionados por Ademir Ramos e são, assim como ele, os chamados *articuladores* do movimento social.

Portanto, percebe-se que a inserção de Ademir Ramos junto aos moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo coincide com o período em que moradores daquele bairro tomam conhecimento do projeto TPL, que seria mais uma grande obra na região e lhes atingiriam novamente. Segundo Ademir Ramos, a atividade inicial pretendida era

um projeto que articulava a questão da saúde e meio ambiente. Contudo, a questão específica da construção de um porto naquela região frontal do Encontro das águas em uma das bocas do Lago do Aleixo vai colocar outra agenda.

Alvatir Carolino: Como você chega ao Movimento?

Ademir Ramos: *Ótima! Relação religiosa sobre a doutrina social da igreja para aquela região a partir de 2008 quando nós pensamos fazer um trabalho de voltado para aquela realidade através da universidade, especificamente sobre cultura política inicialmente foi um projeto de extensão que teria um vínculo, é que tenho uma relação religiosa né sobre a doutrina social da igreja para aquela região a partir de 2008 que começamos a fazer um trabalho de voltado para aquela realidade através da universidade por projeto de extensão... Pensamos sobre discutir com a comunidade, chegamos à comunidade aí nos deparamos com esse grave problema. Quer dizer nós temos que elaborado um projeto de articulação sobre a questão saúde e meio ambiente dessa demanda específica, a questão da construção de um porto na região frontal do Encontro das Águas. É importante destacar o papel do professor Mena Barreto porque ele já tinha um trabalho todo voltado na década de 80.*

Alvatir Carolino: Como começaram o movimento?

Ademir Ramos: *Quando, então, fizemos uma articulação diretamente com quem estava à frente da pró-reitoria de extensão, era o Rogério Casado e levamos... E começamos a mobilizar a partir da UEA de confronto diretamente da construção do porto que já tinha sido apresentado na Federação da indústria foi a partir da Federação da indústria em Manaus. Eduardo Braga que começou isso aí (referindo-se ao TPL, crivo meu)! Nós convidamos, começamos a ouvir os prós e os contras e a partir daí começa toda uma discussão... Foi envolvendo a questão ambiental junto à comunidade foi o envolvimento que a partir daí o que não se trata somente de uma questão ambiental, mas tem todo o envolvimento das pessoas que fazem uso daquele espaço a própria questão do lago em si A questão objetiva da Saúde daquele povo.*

Em determinado momento da entrevista, Ademir Ramos faz referência à questão da água que é consumida pelos moradores do bairro mencionando que o mesmo não é contemplado por sistema público de distribuição de água como ocorre em outros bairros da cidade. Mas que a captação em poços e a distribuição e ramais de encanamento para as casas é feito por organização social local e cada unidade habitacional paga somente 35 reais por mês.

Alvatir Carolino: Professor, e o IPHAN?

Ademir Ramos: *No primeiro momento não contamos com o IPHAN não. O IPHAN era manipulado por interesses políticos e nunca sentou conosco para discutir a questão do Encontro das Águas com essa questão da construção do porto de vapor no governo estado abertamente com Eduardo Braga que tinha interesse diretamente do governo com o Grupo Coca-Cola que é o grupo Simões né, e outros e a Federação da Indústria. O IPHAN nunca*

sentou conosco para negociar e nós fomos à busca de apoios. O IFAM antigo colégio agrícola estava conosco, era um reduto de nossa articulação no tempo o professor Maurício era diretor e nós tínhamos esse espaço lá dentro.

Alvair Carolino: Quanto a UFAM?

Ademir Ramos: *A própria Universidade estava dividida, a própria universidade através do Centro de Ciência do Meio Ambiente que vendeu laudo para construção do porto. Quer dizer, não foi a Universidade Federal do Amazonas em si, na verdade, foram alguns agentes professores da universidade que montaram uma empresa usando o nome da universidade para vender os serviços para justificar a construção do porto, laudo para construção do Porto. Mas a universidade em si, a reitora na época não se pronunciou em torno da matéria, manteve um silêncio. Eu falava em nome do Núcleo de Cultura política, mas por outro lado nunca fui advertido por isso. Enquanto o Centro Ciências do Ambiente que deveria ser um agente ativo nesse processo ficou dando apoio a esse grupo que tinha uma empresa particular privada que vendeu o laudo para esse grupo Porto das Lajes. Quer dizer você vê o confronto, a própria Universidade não teve uma participação efetiva. Eu falando sozinho pelo lado das ciências humanas das Ciências Sociais e o núcleo de Ciência do Meio Ambiente que deveria se posicionar contra aquele Porto não tinha posicionamento algum porque os colegas estavam afiançando àquele projeto por meio de outra empresa privada que era empresa deles.*

Alvair Carolino: Sobre o IPHAN, qual o mento que na sua leitura muda a postura do órgão e o que o faz mudar?

Ademir Ramos: *IPHAN estava nas mãos de políticos que tinham interesse e não se pronunciaram, depois o quadro foi mudando e o IPHAN foi tendo uma posição mais efetiva ficou mais próximo nesse processo de luta, quer dizer: a força maior mesmo foi da comunidade o nosso papel foi mais de articulação junto à imprensa junto a instituições, as agências que apoiavam, a imprensa nacional, a imprensa local, contamos com o apoio do Estadão (referindo se ao Jornal impresso de circulação nacional, crivo meu). Contamos com apoio de Thiago de Mello, Milton Hatoum que fez uma articulação com Estado de São Paulo e conseguiu duas páginas no Estadão. O Estadão mandou repórteres para cobrir a matéria aqui, Woshinton Novaes e Márcio de Souza foram pessoas que se envolveram nesse processo de forma direta e tiveram papel nessa articulação nacional. Agora local mesmo não tivemos (referindo-se a espaço na imprensa local, crivo meu), tivemos pouquíssimo apoio local, buscamos mais fora aqui dentro e o que conseguimos? conseguimos o tombamento do encontro das águas, mas não conseguimos homologar. Quer dizer, a tendência está nisso, nós tombamos, a área está Tombada, nada pode ser construído ali à revelia, mas não foi homologado e se não foi homologado ainda pode acontecer alguma intervenção de maneira arbitrária porque nós gostaríamos que a homologação fosse feita e que se elaborasse políticas públicas para aquela região junto com a própria comunidade e a nossa proposta na época era que essas políticas tivessem um Conselho das Águas, esse conselho seria baseado sobretudo no IFAM, antiga escola agrícola, sonhávamos com com isso porquê IFAM tem um envolvimento muito mais ativo que a própria Universidade Federal. Esse conselho seria um envolvimento com a comunidade com academia, com empresas em um processo que a comunidade se beneficia. Tem turismo, turismo comunitário na região e dentro da comunidade budista ali da área que nos deu um grande apoio, porque o Thiago de Mello é um dos fundadores e deu um grande apoio, a Sogakakai, por sinal tem uma obra ali belíssima. Recentemente estive lá, levei um jornalista de fora que estava aqui, entrei fizemos visita, fomos até à praia. Continua uma área Belíssima.*

Alvatir Carolino: Então, o senhor fala de apoiadores do Movimento.

Ademir Ramos: *Então, nós contamos com o apoio da igreja católica, com o apoio da Sogakakai, com apoio daquele grupo da UEA que o Rogério Casado estava à frente, e a mídia social que teve um papel importante, a imprensa local e de um outro lado tinha o confronto com o próprio Governo do Estado e empresas do grupo Coca-Cola e Grupo Simões.*

Alvatir Carolino: Um conflito com muitas dimensões.

Ademir Ramos: *dentro deste conflito agentes vinculados ao governo do estado espalham o boato de que eu havia recebido um milhão de reais daquele grupo, do grupo.... (a fala é interrompida em busca na memória sobre o nome do grupo empresaria que atua no setor de portos na região, crivo meu) do grupo, esse grupo aí que tem portos em Manaus, como é o nome? Jamelão não... Como é o nome?... Que tem portas aqui em Manaus (professor se esquece o nome do grupo concorrente em portos, ajudo na lembrança, mencionando o nome do grupo e ele sinaliza positivamente balançando a cabeça).*

Alvatir Carolino: Grupo Passarão?

Ademir Ramos: *Porque se pensava assim: se vai criar um porto vai criar concorrência. Na verdade pensavam assim, se nós estávamos envolvidos na questão do porto estávamos sendo bancado pelo grupo Passarão. Então, espalharam essa questão que eu havia recebido um milhão de reais nas redações de jornais. Tanto que a jornalista que veio cobrir pelo Estadão me perguntou: Olha, estão dizendo que o carro que você tem foi comprado pelo Passarão. Quer dizer, houve uma guerra mesmo de confronto, de boatos, mentiras, difamação, mas nós conseguimos, conseguimos o tombamento mas não temos obra, o próprio IPHAM depois colocou as placas de identificação em alguns lugares na beira do rio documentando tombamento. Mas nós queremos mais. Queremos a homologação, porque com a homologação vai ter muito investimento naquela região, isso até agora não brotou.*

Alvatir Carolino: Professor, e qual o motivo que o senhor aponta para a não homologação?

Ademir Ramos: *Porque o próprio Governo do Estado, assim que o Omar assumiu, o primeiro ato dele foi entrar com uma contestação junto ao STF, e lá está na mão do Teófilo a mais de cinco anos.*

Alvatir Carolino: Mas não foi homologado agora recentemente, não houve aquela reunião na Suframa com as pessoas do Instituto do patrimônio que vieram de Brasília? O que foi aquela reunião no final de 2017?

Ademir Ramos: *Aquela reunião foi tão somente um protocolo de que o Instituto do patrimônio estava elaborando um documento, um projeto para aquela região. Não foi a homologação não.*

Alvatir Carolino: Ah, então eu entendi tudo errado. Pelo que li no jornal, pensei que já tinha sido a partir de uma decisão do STF e o IPHAN já estava dando continuidade a políticas de preservação de patrimônio por um plano de trabalho.

Ademir Ramos: *Área está tombada, então qualquer intervenção naquela área tem que ter o aval do IPHAN, mas, a homologação está pendente na mão do Ministro Teófilo a mais de cinco anos, mas não está homologada. Era apenas um plano de intervenção naquela área e aquele plano de intervenção me parece que tem uma lógica da construção civil pelos*

convidados que estavam lá, muitos engenheiros, arquitetos e a comunidade não foi consultada, nós não fomos consultados.

Alvatir Carolino: Naquele dia desabou temporal na cidade e cheguei lá a reunião estava transcorrendo, mas percebi inclusive que há a intenção de reduzir o perímetro da área tombada.

Ademir Ramos: *Aquilo é uma lógica da construção civil. Esse é um quadro, assim que a gente tem que ver: Então, qual é a tendência? Quais são as pendências? As pendências são: pendência numero um, fortalecimento dessa mobilização comunitária na questão ambiental para ligar a essa questão ambiental com a condição de vida daqueles moradores, não só Encontro das Águas saúde, mas economicamente e a questão sustentável e ao mesmo tempo articular uma organização para aquela região, e eu penso que IFAM seria uma sustentação razoável para catalisar essa força essa articulação entre instituição e comunidade.*

Alvatir Carolino: Dentro do campus do IFAM onde trabalho tem um sítio arqueológico que integra o conjunto de sítios daquela região, mas que foi somente identificado, mas não foi estudado.

Ademir Ramos: *IPHAN entrou ali fazendo estudos preliminares, mas não aprofundou. Então, é importante pensar isso, o Encontro das Águas como um patrimônio tombado, mas que precisa ser homologado.*

Alvatir Carolino: Além dos políticos já citados quais outros que tomaram parte no conflito?

Ademir Ramos: *É outro confronto que também nós tivemos e com uma grande vitória foi a participação do Deputado Federal Praciano, que foi assim: a disputa na justiça ficou aqui no Estado do Amazonas, o Eduardo Braga segurou aqui, o governo na gestão do Eduardo Braga teve uma intervenção direta nessa questão. Foi quando o Ministério Público que foi outra caixa de ressonância positiva, nós tivemos vários encontros no ministério público. Como eu disse, nosso papel é de articulação entre comunidade e órgãos de controle como o ministério público. Foi formulado, mas não se existe lá todo histórico do processo, aí a questão foi para a justiça e na justiça o governo teve a intervenção direta. Daí nós fomos com Praciano e, o Praciano marcou uma audiência com a Ministra da Cultura Ana de Holanda às 11 horas da manhã lá para discutir isso.*

Alvatir Carolino: Brasília?

Ademir Ramos: *Sim, em Brasília e eu não tinha dinheiro para isso e foi um negócio legal, eu estava saindo do campus universitário o Elson Melo me liga dizendo que o Almir que foi nosso aluno lá na faculdade e que estava trabalhando como gerente de trânsito disse que bancava a passagem. Para você ver esse negócio! Foi um gesto assim... (sorrisos). Welson me chamou para a praça, na praça da polícia onde tem um jaraqui (Projeto Jaraqui é um dos projetos coordenados por Ademir Ramos, crivo meu), Almir estava lá, desci com ele fomos a uma agência de viagem ele comprou minha passagem eu viajava à noite aí eu cheguei no aeroporto umas 8 horas da noite. Cheguei de manhã em Brasília e carro da Câmara Federal do gabinete do Praciano estava me esperando lá, me levou para tomar café e quando foi às 11 horas, por que os deputados tem trânsito direto junto com os ministros, têm um agente que agenda lá, tivemos uma reunião fechada e eu Valdemir José, Praciano, a Ministra da Cultura e a Advocacia Geral da União. Valdemir José na época era vereador do PT, uma reunião fechada só para discutir a questão do tombamento do Encontro das Águas, foi Advocacia-Geral que tomou para si a defesa do Encontro das Águas. Isso é*

importante, acho que aqui está o marco, tomou para si a defesa do tombamento do Encontro das Águas porque não se tratava de um rio nacional, tratava-se de um rio internacional, portanto uma matéria da União. Isso foi importante, tirou do fórum do Estado, sendo tratado como uma do Estado aqui na justiça federal. Tirou daqui e foi para o STF, foi para Brasília, a disputa se deu em Brasília. Então, ali já não era uma briga entre os comunitários e entre os comunitários e o estado, a disputa deixa de ser uma disputa comunitária do bairro da Colônia, a disputa passa a ser uma contenda entre o Estado do Amazonas e União e é essa disputa que está no STF. Estado e a União porque o estado contestou tombamento e a União defende o tombamento. E, agora, esta questão da homologação.

Alvatir Carolino: Quando foi isso ocorreu?

Ademir Ramos: *Essa mobilização se deu antes do tombamento quando fomos à Brasília. Foi aí que o Thiago de Mello teve um papel importante.*

Alvatir Carolino: Quando a Procuradoria do Estado contesta o tombamento a questão estava na Justiça Federal? E daí a articulação de vocês retira da Justiça Federal local e leva para o STF?

Ademir Ramos: *Sim, aí a Advocacia-Geral da União toma para si a questão. Acho que era no segundo governo Lula, gestão da Ana de Holanda, mas aí tu confere a data (Ana de Holanda tomou posse no Ministério da Cultura em 03 de janeiro de 2011, permanecendo até 11 de setembro de 2012, crivo meu),foi no governo do Lula porque quando Lula fez uma visita aqui eu fui ao Tropical Hotel e me apresentei a equipe dele fui chamado para uma reunião fechada com o Joubert Carvalho, fomos eu e o nosso grupo SOS Encontro das Águas, fomos com a Marina Silva e a Marina Silva nos destratou, quer dizer a Marina é uma faixada de Meio Ambiente porque ela estava sendo fachada não tem nada a ver com o meio ambiente. Estava sendo bancada pela Vale do Rio Doce (PQP, abreviatura da expressão dito pelo professor) a Vale é uma das proprietárias de investimento aqui. Então, fazemos este papel articulamos aqui com a Marina, mas fomos articulando, tivemos com Joubert Carvalho em uma dessas visitas que Lula fez em Manaus, porque eles mandam uma comissão na frente, nós fomos tratar com eles para informar o governo Lula do que se tratava aquilo e isso funcionou e repercutiu porque repercutiu através do Praciato, repercutiu no Ministério da Cultura por meio também do Thiago de Mello que é muito amigo da Ana Holanda. Então facilitou.*

Alvatir Carolino: Vocês tiveram papel importante.

Ademir Ramos: *Esse é o nosso papel. Papel de articular junto à imprensa, intelectualmente o projeto junto com a comunidade, de articular no Congresso Nacional junto com a Câmara como fizemos com Praciato e aqui também fizemos articulação junto Assembleia Legislativa com Luiz Castro, o Zé Ricardo não, o Zé Ricardo chegou a nos dizer que não ia se envolver porque tinha vários clientes, ele é contador não é, ele tinha vários clientes no distrito industrial e por isso ele tinha certa reserva sobre a matéria. Já o Luiz Castro não, Luiz Castro participou efetivamente na matéria.*

Alvatir Carolino: Muitos interesses em jogo?

Ademir Ramos: *Tem múltiplos interesses nesse processo, quanto o próprio Praciato do PT nos deu abrigo em Brasília junto ao Ministério da Cultura, enquanto o Zé Ricardo aqui não. Ao sindicato dois jornalistas, fizemos toda articulação, nosso papel era esse, articulação. O Sinésio não nos apoiou. Sinésio bancava o agente que estava no IPHAN, é por isso que o Sinésio*

freio lá nossa participação junto ao IPHAN. Já o Valdemir José viajou conosco para fazer articulação junto em Brasília com Praciano.

Alvair Carolino: O processo de luta permanece?

Ademir Ramos: Essa tensão continua até hoje, viu. Dá para você perceber essa tensão que está instituída entre as instituições? Não sei como é que você está percebendo?

Respondendo com perguntas Ademir Ramos se coloca como professor de Ciências Sociais no sentido de não somente relatar os fatos nos quais é agente social, mas faz colocação para reflexão do trabalho. A conversa adquire ares diálogos acadêmicos, comento com Ademir Ramos a estrutura do texto e de como estou tratando a questão recorrente da antropologia que é a *entrada no Campo* e de como contextualizo a relação do *objeto e pesquisador* e dando panorama geral da questão dizendo a ele que o no segundo capítulo faço uso da categoria *região* de Bourdieu e de *verdade* em Foucault e *estigma* em Goffman para descrever as várias atribuições que o Estado deu aquela região desde o início do século 20, dando voz aos agentes sociais no bairro Colônia, especialmente a Dona Maria do Carmo, amiga do professor que para além da memória dos fatos vividos faz também análises críticas formidáveis a respeito desses processos. Ademir Ramos complementa dizendo que: *Dona Maria do Carmo tem uma prática política e ela é uma articuladora, também. , ela tem uma leitura da situação ela tem articulação.*

A categoria *articulação* mencionada no decorrer da entrevista pode ser compreendida com a noção de “*porta voz*” do grupo no sentido de Bourdieu ao tratar sobre o fetichismo político. Embora existisse um movimento social anterior ao SOS Encontro das Águas, a constituição deste movimento composta por outros agentes sociais externos ao bairro conduz à delegação que pessoas como Edivaldo Barreto e Dona Maria do Carmo vão atribuir aos novos militantes, ou *militante profissional* a legitimidade de representá-los.

Artigos, manifestos escritos, matérias em jornais impressos e relatos de atos e manifestações em espaços públicos documentam implícitas em entrelinhas que a partir do estabelecimento do Movimento SOS Encontro das Águas os agente sociais *de dentro* do bairro deixam de ser os mais evidentes nos atos de fala e em reuniões onde o assunto é referido e tratado, efeito daquilo que Bourdieu chama de usurpação que se encontra presente em estado potencial de delegação.

Patrimônio: comparação entre dois processos de patrimonialização no *Caminho da Transformação*

Ao finalizar esse capítulo pretendo situar alguns pontos sobre patrimônio cultural no Brasil, mas sem nenhuma pretensão de esmiuçar o tema, somente para dar aporte para fazer uma análise comparativa em entre o processo de patrimonialização do Encontro das Águas e o da Cachoeira de Iauaretê (São Gabriel da Cachoeira-AM), problematizando os conflitos inerentes a cada um desses bens culturais e compará-los. Embora, distantes Iauaretê e o Encontro das Águas têm em comum o rio Negro e as narrativas míticas dos Tukano, Dessana e outros povos que vinculam lugares distintos e distantes aos mesmos processos de condições iniciais de existência do universo e de transformação que cria os primeiros humanos. Cachoeira foi proclamada “Patrimônio Cultural do Brasil” pelo Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em agosto de 2006, sendo o primeiro bem cultural inscrito no *Livro de Registro de Lugares*. Ao passo que o Encontro das Águas, Tombado provisoriamente conforme Diário Oficial n°. 195 do dia 11 de outubro de 2010 e, posteriormente, na reunião do Conselho Consultivo de 04 de novembro de 2010, aprovado por unanimidade seu Tombamento definitivo no *Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, o Encontro das Águas ainda não foi homologado pelo Ministério da Cultura.

Como já foi mencionado no capítulo primeiro, quando empreendi estudar o Encontro das Águas ainda como pesquisador contratado IPHAN para instrução do processo de tombamento, previ que esse processo suscitaria um conflito que se ampliaria. Passados quase dez anos da emergência do conflito a questão do Encontro das Águas permanece como condição de conflito tramitando em esferas do Estado.

Quando faço referencia a Boltanski & Esquerre (2014) sobre processos de patrimonialização e os interesses que acionam cientistas sociais, especialmente da antropologia, percebo que as dimensões de conflitos relacionados a esses processos no Brasil, observando por participações em GT's em reuniões de antropologia, que os instrumentos jurídicos do chamado direito cultural estão sendo percebidos cada vez mais enquanto direitos coletivos e difusos que tão somente pela concepção primordial

de identidade nacional por ação de intelectuais e agentes do Estado como fora no passado.

Sem pretensão de traçar uma história social da categoria patrimônio cultural, farei aqui somente alguns apontamentos que considero importante para situar os bens culturais que aqui são objetos de análise.

A concepção jurídica do *patrimônio cultural* esteve predominantemente ligada à construção dos Estados nacionais e da representação de uma “identidade nacional” feita por grupos sociais com poder de produzir tal representação hegemônica. A ideia de monumentalidade e de excepcionalidade que marcava a escolha dos bens a serem inscritos nas listas do *patrimônio cultural*, foi substituída pela noção de referência cultural, admitindo como critério o valor simbólico que o “bem” assume para os grupos sociais que são seus titulares (DOURADO, 2013, p. 43).

Como já foi dito, o debate sobre patrimônios culturais se coloca no Brasil na década de 1920, com a participação de intelectuais ligados ao movimento modernista com destaque a Mário de Andrade que, na década seguinte empenhou-se na criação do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O SPHAN, hoje IPHAN, foi efetivamente criado por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que entre outras medidas institui o instrumento do tombamento, define em seu artigo 1º o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: *Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.*

Percebe-se que, desde 1937, bens culturais como Cachoeira de Iauaretê e Encontro das Águas poderiam ser objetos de processos de patrimonialização e, portanto serem reconhecidos como Patrimônios Culturais do Brasil tendo em vista que o parágrafo 2º do artigo 1º do referido decreto estabelece condição jurídica para tal: *Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pelo natureza ou agenciados pelo indústria humana.*

Apesar das possibilidades previstas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, os processos de patrimonialização do SPHAN e posteriormente IPHAN focaram para a preservação do chamado “*cal e pedra*”, ou seja, para a conservação de bens culturais de ascendência européia e pertencente ou é representativo das elites e, em grande medida foi aplicado a elementos da arte e arquitetura barroca e católica. Somente a partir das décadas de 1960 e 1970 é que a concepção elitista que orientou os processos de patrimonialização, no Brasil, passou expandir no sentido de incluir outros bens culturais do povo brasileiro.

Tem-se um longo debate que, a meu ver, é uma das faces históricas dos processos de dominação, entre predominância dos bens culturais das elites e a invisibilidades de bens culturais de outros grupos sociais que integram a nação. Processos de patrimonialização podem ser tomados como processos de reconhecimento e legitimidade de grupos sociais e, portanto, as décadas iniciais dessas ações serviram para legitimar as elites e omitir a existência daqueles que por essas foram subjugadas, escravizados, espoliados. O Tombamento do Terreiro da Casa Branca, em meados da década de 1970, é a antítese dos demais processos por não se tratar de um bem das elites, não tem ascendência européia.

A década de 1970 traz, para além dos debates conceituais e interpretativos sobre Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e as coisas que são agenciadas e acionadas a partir do mesmo, um ordenamento jurídico internacional que vai reforçar conceito antropológico de cultura presente no Brasil desde o decreto de 1937, mas, que foi amiadado frente às concepções historiográficas oficiais e gostos estéticos europeizados. Refiro-me a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em 16 de novembro de 1972, em sua décima sétima reunião em Paris, ao definir Patrimônio Cultural e Natural, em seu Artigo 1º, considera como Patrimônio Cultural, entre outros, *as obras conjugadas do homem e da natureza, bem como zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.*

A Constituição de 1988 revisa a noção de *excepcionalidade* posta no decreto de 1937, substituída em certa medida pela de *representatividade* acentuando os diversos grupos formadores da sociedade brasileira e, reconhece a dimensão imaterial, de forma

que a denominação *Patrimônio Histórico e Artístico* é substituída por *Patrimônio Cultural*. O artigo 216 da Constituição Federal assim conceitua patrimônio cultural: constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Essa mudança incorpora o conceito de referência cultural e significa uma ampliação importante dos bens passíveis de reconhecimento e o Decreto-Lei n. 3551 de 04 de agosto de 2000 reconhecem a importância dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural brasileiro, dentre eles, as chamadas “paisagens culturais” e estabelece a nova política de registro dos chamados “bens culturais de caráter imaterial”.

Luciana Carvalho (2012), ao listar os bens imateriais registrados a partir do Decreto-Lei n. 3551 de 04 de agosto de 2000, dentre os quais Cachoeira de Iauaretê, faz o seguinte comentário:

Esses bens relacionam-se a indivíduos, grupos sociais, territórios (geográficos, culturais, simbólicos) os mais variados, e, ao mesmo tempo, nele se pretende obter, de alguma forma, o reflexo de uma identidade brasileira, que está sempre em construção a partir de características observadas entre o povo do país. Construção tal em que já trabalharam folcloristas, artistas, antropólogos e outros intelectuais. Sob cada um dos rótulos identificadores daqueles bens oficialmente tornados patrimônios, escondem-se, porém, diferentes universos de significação (CARVALHO, 2012, p. 70).

Não entrarei no debate conceitual de bens materiais e imateriais, apenas dizer que teoricamente é difícil proceder a distinções entre ambos, pois, há uma história social de embates que permeia o estabelecimento dessas designações, entretanto, material e imaterial são colocados em ordenamentos jurídicos e processos operacionais de políticas públicas que é, em certa medida, uma possibilidade de síntese entre campos teóricos e posições de classe.

Cabe observar que, no Brasil, os bens culturais cujo processo de patrimonialização toma como base jurídica o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de

1937, uma vez aprovados, tornar-se-ão *bens tombados*, inscritos nos chamados Livros de Tombo. É o caso do - Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões e a sua área envoltória, posto em votação em 04/11/2010 e, acolhida por todos os Conselheiros, foi tombado por unanimidade e aprovada a sua inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e paisagístico.

Os bens culturais cujo processo de patrimonialização tem como base o Decreto-Lei n. 3551 de 04 de agosto de 2000, a designação é o *registro* que é um ato de natureza declaratória, que determina a inscrição do bem cultural em um dos chamados Livros do Patrimônio Imaterial, que são quatro, a saber: Livro de saberes; Livro dos Lugares; Livro das Formas de Expressão e Livro das Celebrações. Cachoeira de Iauaretê é o primeiro bem cultural registrado no Livro de Lugares do IPHAN como Lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, em agosto de 2006.

Caminho da transformação

Embora, distantes, Iauaretê e o Encontro das Águas têm em comum o rio Negro e as narrativas míticas dos Tukano, Dessana e outros povos que vinculam lugares distintos e distantes aos mesmos processos de condições iniciais de existência do universo e de transformação que cria os primeiros humanos. Para os Tariana a transformação vem por meio do trovão, para os Tukano e Dessana é por meio da cobra canoa em viagem mítica que faz paradas em lugares chamados de casas de transformação.

Em mitos cosmogônicos de algumas etnias do alto rio Negro, há uma cobra que transporta a humanidade. Chamada de cobra canoa ou cobra barco, em suas paradas surgem grupos humanos, formam-se paisagens. Dizem os Tukano que viagem da cobra-canoa dos ancestrais partiu do Lago de Leite – identificado atualmente por esses indígenas como a Baía da Guanabara no Rio de Janeiro –, percorreu a costa brasileira e subiu os rios Amazonas, Negro e Uaupés, trazendo em seu ventre os ancestrais da gente de transformação até a Cachoeira de Ipanoré, localizada no médio curso do Uaupés. Foi em Ipanoré que seus ancestrais Tukano haveriam saído à terra através de um buraco existente em uma de suas lajes. Nos relatos míticos dos Tukano, Dessana e outros povos

do rio Negro, a cobra-canoa fez mais de cem paradas nas chamadas casas de transformação. Na fala do senhor Gabriel Maia da etnia Tukano,

Manaus, segundo os velhos, tem três casas de transformação: uma é ali naquele porto chamado Chibatão, aquele que caiu. Outro é no porto, o do centro. O outro é ali na Ponta Negra. Por isso que nesses lugares sempre some gente, desaparece. São os seres invisíveis que vivem ali. E estão sendo perturbados. É assim, no tempo da transformação teve gente que passou, subiu e virou gente e, tem seres que não passaram, ficaram em baixo e só quem pode tratar com eles são os sakaka. Nós estamos no meio, e tem os nossos que já morreram, esses estão em cima. Então, onde tem casa de transformação, tem os seres invisíveis que não gostam de ser perturbados (Maia, entrevista em 06/01/2015).

A Cachoeira de Iauaretê é, também, um lugar de transformação, o lugar corresponde a uma parada da cobra canoa. A pedra onde a canoa encostou é conhecida pelo nome de *cain-paa*, laje do periquito. Nessa pedra há uma grande reentrância que, segundo os Tukano, foi produzida pela grande canoa que ali encostou, naquele tempo, afirmam os Tukano, as pedras eram moles. Diz-se a cobra-canoa seguiu pelo rio Uaupés após conseguir abrir um canal de passagem através da Cachoeira de Iauaretê, e que só afundou, definitivamente, em um ponto situado mais à montante.

O senhor Gabriel afirma que o lugar denominado Cachoeira de Iauaretê pertence a seu povo e polemiza a condição dos Tariana ao dizer que foi concedida por ancestrais seus a permissão aos Tariana para viverem no lugar.

Iauaretê é nossa, é do povo Tukano e fomos nós quem levamos os Tariana para lá, eles eram de Tucuí no rio Içana. Eles são nossos cunhados. Lá na cachoeira tem uma pedra que é onde a cobra parou, tem certinho a marca aonde ele parou na beira do rio, ficou a marca dela e, lá saíram meus ancestrais. Lá é casa de transformação, tem um lugar lá que nunca seca, onde tem cobra nunca seca, é lugar dos seres invisíveis (Maia, entrevista em 06/01/2015).

Para os Dessana, cuja narrativa também tem a cobra como veículo de transformação, onde está Manaus é o lugar da décima terceira maloca de transformação, chamada de “Maloca da Cobra”.

Paisagens do rio Negro são explicadas por meio de narrativas míticas de povos do Alto Rio Negro. Ilhas, rios, montanhas e serras, o próprio encontro das águas dos rios Negro e Solimões e até mesmo a coloração das águas aparecem nessas narrativas.

Tomando como referencia as falas de um informante Dessana, Mario Ypiranga Monteiro, em *Cobra Grande – lenda-mito* (1995), apresenta os processos de surgimento do universo, das pessoas e paisagens naturais:

Uma cobra aquática de sete-cabeças se enamorou de uma moça reclusa, ela chegou com as outras feras subindo o rio com a canoa-cobra nos dias da criação. O pajé conseguiu mata-la, queimada produziu um grande barulho e uma fumaça negra que subiu para a Via-Láctea, desde então ela ali existe [...] Outra variante conta a origem das cachoeiras, apresenta a cobra aquática gigantesca como um inimigo. Todos querem matá-la e levantam obstáculos à sua penetração. Estes obstáculos são as cachoeiras, igarapés, lagos, paranás, ilhas e pedras que hoje existem. Finalmente a cobra é morta por Jurupari que realiza uma cerimônia de purificação após ter esmagado a cabeça da cobra, fazendo sua alma subir ao céu. Há uma versão que identifica a ilha de Marapatá como sendo a parte onde foi cortada a cabeça da cobra: “Parece que o sangue referido se trata das águas do rio Amazonas, sendo ali, no encontro das águas a última luta da cobra-grande. Quanto ao fato de haver sido estraçalhada a barriga da cobra em mil pedaços, parece tratar-se do arquipélago de Anavilhanas” (MONTEIRO, 1995, p. 91).

Por meio de recortes do Dossiê IPHAN 7 – Cachoeira de Iauaretê, publicado em 2007, apontarei algumas elementos dos caminhos percorridos do processo que leva ao registro da Cacheira de Iauaretê.

Em maio de 2004, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em atendimento a uma solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), abriu as portas da grande maloca existente em sua sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM) para a realização de uma reunião destinada a iniciar a discussão sobre patrimônio cultural com os grupos indígenas do Rio Negro. Patrocinada pelo Departamento de Patrimônio Imaterial e pela Superintendência Regional do IPHAN no Amazonas/Roraima, a reunião teve como pano de fundo a nova política de registro dos chamados “bens culturais de caráter imaterial”, instaurada pelo Instituto após a promulgação do Decreto 3551/2000 (DOSSIÊ 7 IPHAN, 2007, p. 21)

Percebe-se aqui que o próprio IPHAN é acionador do ponto de partida do processo, incorporando a FOIRN e parceria com o Instituto Socioambiental (ISA). Estava em curso ações do Estado frente ao novo ordenamento de patrimônio. Paralelo aos trabalhos no Alto Rio Negro, o IPHAN no Rio Grande do Sul inicia trabalhos sobre as referenciais culturais dos Guarani de São Miguel das Missões (RS).

O Alto Rio Negro foi escolhido por vários motivos. Entre eles, estão a própria existência da FOIRN, talvez a organização indígena de maior destaque na Amazônia, e sua parceria consolidada há mais de dez anos com o Instituto Socioambiental (ISA). Além disso, é uma região essencialmente indígena, com uma população de mais de 30.000 pessoas

subdividida em mais de vinte grupos. Trata-se, com efeito, de um extenso complexo cultural que ultrapassa as fronteiras nacionais². Por tudo isso, a região pareceu atrativa ao IPHAN (DOSSIÊ 7 IPHAN, 2007, p. 22).

Nos processos de patrimonialização bens culturais de caráter imaterial, o instrumento é o Inventário Nacional de referenciais Culturais (INRC). Frente à extensa área territorial, repleta de lugares com significados para os povos daquela região, Cachoeira de Iauaretê foi tomada como *lugar a ser registrado*.

Foi um processo que envolveu várias pessoas de Iauaretê em discussões sobre a origem e os significados de suas pedras, e, assim, sobre os feitos e a identidade dos seres míticos que lhes deram forma. Dessas conversas, participaram, principalmente, homens Tariano e Tukano, que, junto a várias outras etnias, convivem hoje no povoado de Iauaretê. A conformação urbana atual dessa localidade, com cerca de 3000 moradores, deve-se a dois fatores básicos. Em primeiro lugar, trata-se de um ponto de convergência de duas sub-regiões densamente povoadas, o Rio Papuri e o Alto Rio Uaupés, onde os Tariano, grupo oriundo da bacia do Rio Içana, ao norte, e originalmente falante de uma língua aruak, articulam-se aos povos falantes das línguas Tukano: Tukano próprio, Desana, Pira-Tapuia, Wanano e outros. Em segundo lugar, desde o final da década de 20, a Cachoeira de Iauaretê foi escolhida como lugar para implantação do maior centro missionário salesiano no Rio Uaupés, que, ao longo de cinco décadas, abrigou alunos indígenas de todo o Distrito em seus internatos (DOSSIÊ 7 IPHAN, 2007, p.26 e 27)

Para os relatores do referido dossiê o *registro* é tido como ato oficial que *evoca toda história de relacionamentos: dos índios entre si, e desses com os brancos*. O processo de patrimonialização da Cachoeira de Iauaretê suscitou discussões entre Tukano e Tariana sobre a primordialidade étnica do lugar, ou seja, sobre quem seriam os verdadeiros moradores.

Pode-se dizer que a peculiaridade da Cachoeira de Iauaretê talvez seja a de ser uma localidade onde a relação entre grupos tukano e arwak que, de maneira mais geral, marca toda a região do noroeste amazônico, pode ser observada e apreendida através das interpretações mútuas que cada grupo oferece quanto às suas respectivas trajetórias. E isso não se dá apenas com relação a fases históricas mais recentes, mas também com relação ao passado longínquo tal qual elaborado nas narrativas míticas. De modo importante, os Tariano afirmam que, só após a aniquilação da gente-onça pelos *Diroá*, foi possível a viagem da cobra-canoa que conduziu a gente de transformação desde o Lago de Leite ao Rio Uaupés. Em uma das versões dessa história, conta-se que, depois de matar as onças, os *Diroá* desceram até o Lago de Leite para avisar àquela gente que o caminho estava limpo. Ou seja, a viagem poderia ser iniciada, pois os tripulantes da cobra-canoa já não correriam o risco de serem devorados, tal como antes se passou com *Ohkômi*. Os Tariano afirmam ainda que, embora não tenham embarcado com a gente de transformação, seus ancestrais acompanharam todo o percurso da cobra-canoa através de uma zarabatana de quartzo. Isto é, se a viagem realizada pelos ancestrais dos grupos Tukano se deu por uma via subaquática, os Tariano apontam que seus

ancestrais acompanharam o mesmo percurso por uma via aérea, através da zarabatana de quartzo de Trovão – o mesmo objeto que antes permitiu a condução do princípio vital dos *Diroá* (DOSSIÊ 7 IPHAN, 2007, p.78).

A relação entre Tukano e Tariana, que em algumas falas soam com ar de hostilidade, correspondem a relações de parentesco (cunhados). Portanto, afinidades se constroem e devem ter marcado o processo de patrimonialização da Cachoeira de Iauaretê. Como disse o Gabriel (tukano) ao se referir aos Tariana: *eles são nossos cunhados*. E os mitos se colocam e são colocados como mediadores nas relações. Nesse sentido, Lévis-Strauss, aponta que:

Longe de serem, como muitas vezes se pretendeu, obra de uma “função fabuladora” que volta as costas à realidade, os mitos e os ritos oferecem como valor principal a ser preservado até hoje, de forma residual, modos de observação e de reflexão que foram (e sem dúvida permanecem) exatamente adaptados a descobertas de tipo determinado: as de que a natureza autorizava, a partir da organização e da exploração especulativa do mundo sensível em termos de sensível. Essa ciência do concreto devia ser, por essência, limitada a outros resultados além dos prometidos às ciências exatas e naturais, mas ela não foi menos científica, e seus resultados não foram menos reais. (LÉVI-STRAUSS, 1997, P. 31).

Assim, o bem cultural Cachoeira de Iauaretê foi Registrado como Patrimônio Cultural Brasileiro no Livro no de Registro de Lugares, embora Tariano e Tukano apresentem mitos distintos sobre a criação e transformação do lugar e da transformação e existência humana, há relações míticas e de interesses que convergiram para o Registro pela percepção da importância da Patrimonialização.

Ao contrário, Tombamento do Encontro das Águas encontra-se judicializado. Aqui, as questões não são de caráter etnocêntrico, mas, trata-se de disputas que relacionam interesses econômicos e forças econômicas e políticas que se articulam frente ao Tombamento.

Sobre os conflitos nos processos de patrimonialização, percebemos que interesses políticos e empresariais exercem grande força. No caso do Encontro das Águas, nem empresas, nem políticos do âmbito local se expõem em declarações contrárias ao tombamento, entretanto, os dedos de uma mão são suficientes para contar aqueles que se manifestam a favor do tombamento. Mas, nos bastidores, temos uma forte mobilização de agências e agentes locais que articulam ações políticas e judiciais para o cancelamento do tombamento ou redução da área tombada, com o intuito de que o “Porto das Lajes” seja construído (SILVA, 2013, p. 145).

Como se sabe, o local em que se pretende edificar o Porto fica nas proximidades do Distrito Industrial de Manaus. Embora o Encontro das Águas apareça nas narrativas míticas como lugar de passagem da cobra canoa e, também, como lugar de casa de transformação, o *mito do desenvolvimento*³⁹ é quem tem operado as relações nesse patrimônio embargado. Em uma de minhas conversas com Gabriel Maia, dizia ele que o Chibatão (Porto na margem esquerda do rio Negro, nas proximidades do Encontro das Águas) cai e some gente, por que os seres invisíveis estão ali no fundo, lá é uma das casas de transformação. Lembrei a ele do incêndio que destruiu totalmente a Alumazon (Indústria construída irregularmente na margem do Encontro das Águas) e do acidente que quase destrói a base de captação de águas do Programa de Abastecimento de Manaus (PROAMA) e ele me disse que aquilo tem explicação, são os seres invisíveis que habitam o fundo que segundo a narrativa Tukano na versão de Gabriel, são os habitantes do subaquático das casas de transformação, aqueles que não viram gente no tempo da transformação. Há, então, uma legião de seres míticos agindo para a preservação do Encontro das Águas com ações intangíveis e eficazes. Mas a força do poder econômico quem dita os caminhos do conflito que permanece nos autos do processo que agora se encontra no STF, distante da reverberação das mobilizações sociais e do olhar do antropólogo.

³⁹Para Celso Furtado, “A ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetos abstratos, como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*” (FURTADO, 1996, p. 89).

CAPÍTULO IV - O PROCESSO JUDICIALIZADO

O processo de patrimonialização do Encontro das Águas é, como qualquer processo de patrimonialização, conforme legislação brasileira, um ato administrativo que tem como bases acionamento ao órgão de cultura que pode ser por pessoa física, organização da sociedade cível, por ato do próprio órgão de cultura ou ACP movido pelo MPF ou MPE. Em síntese as etapas de um processo de tombamento são o acionamento ao órgão de cultura, abertura do processo, pesquisas para instrução do processo e relatório enviado para apreciação do Conselho Consultivo. Uma vez aprovado no Conselho considera-se o tombamento em caráter provisório visto que o ato final é a homologação do bem que pode ser feita pela chefia maior do Ministério da Cultura ou pela Presidência da República, em se tratando de bens de interesse nacional, que é caso do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões, pois há processos de tombamento em esferas estaduais e municipais.

As motivações para acionamento do IPHAN e abertura de processo administrativo para tombamento ou registrar algum bem cultural são de perspectivas diversas, o acatamento ou não depende das linhas de pensamentos e bases teóricas dos grupos sociais e dos pesquisadores da estrutura burocrática não somente do IPHAN, mas também de outras esferas públicas em âmbitos dos estados e municípios que podem fazer tombamentos e registros. No Amazonas o caso do Teatro Amazonas marca uma questão de debate estético circunscrito ao grupo que tinha a legitimidade de decidir. A discussão perdurou, pois a concepção estética dita eclética não compunha adequação aos critérios dos que estavam dentro da estrutura burocrática, os portadores do poder de decidir. Resolveu-se tombamento do teatro após superar a questão ao adotar o estilo eclético como elemento de referência de arquitetura de interesse artístico e histórico, mesmo que o referido teatro tivesse elementos de cultura no imaginário local e uma edificação representativa de um momento histórico econômico e social.

Situo brevemente o tombamento do teatro Amazonas como dado empírico para discutir o poder de decidir qual bem é digno de registro em livro de tombamento. O poder de decidir o que é passivo de ser tombado é, também, o poder de omitir ou obstruir que outros bens representativos para determinados grupos ou regiões adquiram a mesma chancela, ou seja, serem tombados ou registrados. A Praça Onze, a Pequena África como

se referia Heitor dos Prazeres⁴⁰, é exemplo de como o poder de decisão é também poder de omissão e exclusão de acordo com aquilo que o grupo detentor do poder de decidir considera relevante e significativo para compor o conjunto de coisas que designam identidade e podem ser representativos de nacionalidade. *Vão acabar com a Praça Onze*, diz um verso do samba Praça Onze de 1942, de Herivelton Martins, que lamenta a demolição de um espaço de referencia para o samba no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX e deu passagem para a construção de uma grande avenida na cidade, a Presidente Vargas. Acabaram com aquele reduto do samba e somente décadas depois, no início dos anos de 1980, momento da reabertura democrática, foi edificado um espaço direcionado aos grupos sociais que deram significado à Praça Onze no sentido expresso por Heitor dos Prazeres. Nesse novo lugar para o samba a Praça Onze é recorrente em versos musicais, alegorias e fantasias, portanto uma recorrência de memória que de forma efêmera pode ser vista com tempo delimitado para aparecer e o próprio espaço onde ela reaparece, o sambódromo da Marques de Sapucaí é espaço restrito cujo ingresso é monetizado. Praça Onze é um bem simbólico presente nas muitas narrativas de origem do samba ou das escolas de samba, mas como não passou pela agenda dos grupos que pesavam e decidiam sobre patrimônios culturais não foi portadora de mecanismos de proteção. Sem tombamento a Praça foi tombada no sentido de que foi demolida.

Na cidade de Manaus a Assembleia Legislativa fez processos de patrimonialização de bares de um circuito boêmio da cidade em 2015 e 2016, essa opção dos agentes que engendraram os projetos legislativos fez recorte específico aos bares sem acrescentar aspectos culturais dos entornos, mais especificamente no caso do Boteco da Lió, bairro de Cachoeirinha a Casa de Mestre Horácio foi demolida em 2018. A Casa de Mestre Horácio era a mais antiga casa em madeira da cidade edificada por Mestre Horácio no início do século XX e lá, além de residência da família Nascimento por gerações é um reduto de culturas afro-brasileiras em Manaus. Essa mesma leva de processos de registro fez o quilombo do Barranco de São Benedito Patrimônio Imaterial. Mesmo considerando a relevância dos bens registrados como patrimônio imaterial pela ALE, percebe-se a ausência de pesquisa mais aprofundada na instrução desses atos, pois a casa de Mestre Horácio, quase geminada com o Boteco da Lió, é

⁴⁰<https://www.youtube.com/watch?v=-FgabF3G32s>

décadas mais antiga que o Boteco e é relacionado histórico e culturalmente ao Quilombo de São Benedito. Como não obteve instrumento algum de proteção a casa foi demolida. Está em tramite uma ACP pelo MPF como forma de preservação do espaço físico que restou da casa de mestre Horácio.

Em 2007 a casa de Mestre Horácio, junto com outros bens edificados semelhantes em estética e história social foi colocada em pauta na reunião do Conselho de Revisão dos Bens Edificados de Interesse Histórico do IMPLURB PMM para serem registradas com bens de interesse histórico, que é uma modalidade de proteção do município de Manaus, mas a questão estética foi evocada para a negação, feita as contra arguições que alegaram a importância histórica e cultural para memória dos negros na cidade de Manaus, membros da Comissão evocaram a legislação municipal que delimita em um polígono o que é Centro Histórico e qualquer edificação fora desse polígono, àquela altura, estava fora de proteção em seu caráter simbólico.

Portanto, os atos administrativos de patrimonialização são fatos decorrentes de ações de sujeitos marcados de percepções e essas podem fluir de acordo com debates e renovação de interesses. Mas fluem, também quando há mobilização social, esse é o do Encontro das Águas cujo processo de tombamento flui por mobilização e sua antecedência estava vinculada à preservação de um lago que integra aquela paisagem e essa preocupação de preservação do Lago emerge de moradores do antigo Hospital Colônia Antônio Aleixo que se tornou bairro após sua desativação enquanto lugar de tratamento para hanseníase. Uma suposição quase evidente é que essa mobilização chama atenção para as questões dos bens culturais relacionados à região do Encontro dos rios Negro e Solimões não somente pela presença e dialogicidade com arqueólogos em campo naquela região, não somente pela memória social dos moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo que permaneceram nas residências do entorno do antigo hospital e estabeleceram o bairro, mas pela percepção de que os órgãos ambientais e os documentos que legitimam um processo de uma grande obra como o TPL que são os EIA-RIMA e a forma como são informados sobre a obra, portanto a posição dos que àquela altura governavam o estado não deixavam margem para evocar somente questões técnicas das engenharias ambiental, florestal, de pesca, agrônoma, civil, de solos, hidrológica, e campos das ciências biológicas para espécie aquáticas, terrestres, pássaros, botânica. Portanto, campos de conhecimento que operam conceitos de natureza. A percepção de que lutar nesse campo seria uma luta inglória produz a suposição de que a opção pelo bem simbólico, a busca pela questão da cultura como

arma para enfrentar os demais campos que se situavam robustamente com empresários e governo fora a tábua de salvação vislumbrada para a defesa daquele lugar.

Portanto, aqueles que estavam mobilizados para defender seu lago e depois ampliam para defender uma paisagem formada pelo encontro de dois rios vão basear a luta no campo da cultura tanto no aspecto da evocação da lei de patrimônio quanto no lugar burocrático do Estado a ser acionado, o IPHAN. Não é pela via das legislações e órgão específicos de meio ambiente que vão encontrar base para empatar a obra e permanecer na luta para defender a região.

Mesmo que a categoria natureza já esteja presente no Decreto-Lei Nº 25 de 1937 que Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, quando em seu parágrafo 2º do artigo 1º diz que *também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana*. Mesmo que desde 1972⁴¹, em dimensão de ordenamentos internacionais, as categorias cultura e natureza passem a compor a mesma estrutura de texto sobre patrimônio mundial com a *Convenção para a Proteção do Patrimônio mundial, Cultural e Natural*. Mesmo que os artigos 215 e 216 da CRFB de 1988 que recepciona esses ordenamentos nacionais e internacionais de proteção de patrimônios e que a Resolução CONAMA 237/97 que define o licenciamento ambiental estabelece como imprescindível a participação do IPHAN em lugares de indícios de sítios arqueológicos ou de interesse histórico e de valor cultural com endosso da Lei 3.924/61 que normatiza o tratamento dos bens arqueológicos coloquem as categorias natureza e culturas conjugadas elas se distanciam na burocracia do Estado.

Com efeito, à medida que legislações aproximem cultura e natureza, departamentalizações nas estruturas do Estado às fazem distantes e, muitas vezes distantes no cotidiano operacional. Nos órgãos ambientais onde se predomina a

⁴¹A Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, propôs discutir os problemas relativos à degradação ambiental e ao respeito à diversidade cultural, vindo a resultar num compromisso mundial de “preservação e melhoria do meio ambiente humano”. O resultado dessa conferência, a Declaração de Estocolmo, afirmou que tanto o aspecto natural do meio ambiente quanto o artificial – produzido pelo homem - são essenciais ao bem estar e ao gozo dos direitos humanos fundamentais (DOURADO, p 22 e 23, 2013).

operação de conceitos de natureza há poucas pessoas de profissão vinculadas à cultura. Por sua vez, nos órgãos de cultura, há poucos profissionais das disciplinas que tem como base conceitos de natureza. Esse distanciamento marca não somente as formas de percepção entre essas duas categorias, mas materializam procederes. No caso do Encontro das Águas fica evidente na mesa que compôs da audiência pública de apresentação do EIA/RIMA TPL para os moradores de Colônia Antônio Aleixo em que não estiveram presentes nem no ofício convite e nem na audiência membro do IPHAN, SEC ou MANAUSCULT, embora nas três esferas de órgão de cultura dos entes União, Estado e prefeitura operem legislações referidas a bens culturais conjugando natureza seja no sentido antropogênico ou espontâneo.

Essa distinção e distanciamento observados no caso do Encontro das Águas é exatamente o lugar de percepção de que não restaria outra arma de luta que não fosse recorrer às instancias de cultura, visto isso no primeiro documento que CESELA envia para o Ministério Público Federal clama por presença e participação do IPHAN.

O Ministério Público Federal com suas prerrogativas de defesa dos direitos difusos e coletivos abre ACP acionando colocando em ação o IPHAN que dá início ao ato administrativo do processo de tombamento do Encontro das Águas. O segundo semestre de 2009 entram em curso as pesquisas de referencias culturais do Encontro das Águas contratadas pelo IPHAN para instruir o processo. Tombado provisoriamente conforme Diário Oficial n°. 195 do dia 11 de outubro de 2010 e, posteriormente, na reunião do Conselho Consultivo de 04 de novembro de 2010, aprovado por unanimidade seu Tombamento definitivo no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Encontro das Águas ainda não foi homologado pelo Ministério da Cultura. A não homologação resulta da judicialização do processo de tombamento.

Nesse momento o movimento SOS Encontra das Águas faz diversos atos e documentos e busca articulações em diversos setores. Por seu turno, setores políticos e empresariais interessados no não tombamento articulam suas peças no jogo que ganha outras dimensões. Concepções sobre o tombamento do Encontro das Águas aparecem em jornais que de circulação nacional e jornais de circulação local onde as divergências fazem síntese em suas perspectivas ambientalistas.

O jornalista Washington Novaes, em artigo publicado no jornal o Estado de São Paulo, em 23 de julho de 2010, cujo título é *O desafio de preservar o Encontro das Águas* faz no primeiro parágrafo uma comparação entre projeto de instalação do Terminal Portuário das Lajes com projetos hipotéticos relacionados a paisagens naturais que possuem valor cultural em outros lugares do mundo, indagando sobre as reações de populações e agentes sociais frente à hipótese de desfiguração das referidas paisagens, nas palavras do autor:

Que pensariam norte-americanos e canadenses se, a pretexto de uma crise energética, se resolvesse desviar as águas do rio e, com isso, deixassem de existir as cataratas do Niagara? Que achariam japoneses se, com a descoberta de uma jazida de um metal precioso, se resolvesse implantar um grande projeto de mineração no sopé do Monte Fuji e de suas neves deslumbrantes? O escritor Ernest Hemingway poderia levantar-se indignado do túmulo se, com igual motivo, se decidisse escavar sob o Monte Kilimanjaro, na África, tema de seus escritos (NOVAES, 2010).

O texto tem caráter provocador com sentido de fazer um chamado a sociedade local e agentes sociais externos para uma mobilização mais efetiva em defesa da paisagem. A presença Novaes em Manaus em 2010 e sua linha de pensamento são atribuídas a articulações feitas por Thiago de Mello que integrou o movimento SOS Encontro das Águas, segundo nos disse Ademir Ramos. E, Thiago de Mello é citado no artigo.

Pois é com indignação que o poeta amazonense Thiago de Mello brada aos ventos contra o projeto de implantação de um terminal portuário ao lado do majestoso Encontro das Águas do Rio Negro com as do Solimões, que dá origem ao Rio Amazonas. Já há um forte movimento em Manaus para impedir que o projeto vá em frente (os defensores da obra argumentam com a "importância econômica" e a geração de empregos). E da oposição participa boa parte da comunidade acadêmica, que tem seus argumentos consolidados pelo professor Ademir Ramos, da Universidade Federal do Amazonas - que lembra também a importância histórica e científica dos sítios paleontológicos identificados na área. O majestoso Encontro das Águas fascina brasileiros e turistas de outros países que vêm conhecê-lo (isso não é "importância econômica"?) (NOVAES, 2010).

No mesmo artigo, Novaes faz referência ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que está propondo implantar um novo índice que inclua o valor monetário dos serviços prestados gratuitamente pela natureza (fertilidade natural

dos solos, regulação do clima e dos recursos hídricos, importância da biodiversidade para a criação de fármacos, etc.), como uma contraposição ao projeto Porto das Lajes. Para o autor, *É com visões dessa natureza que precisam ser confrontados projetos que põem em risco patrimônios naturais e da biodiversidade.*

No Amazonas, em espaço no Jornal Amazonas em Tempo, Alfredo Lopes é o articulista que vai assumir o papel de defesa do desenvolvimento e chamar atenção para os entraves econômicos e prejuízos ao desenvolvimento que a não construção do TPL pode causar. Em um de seus artigos publicado no jornal Amazonas em Tempo, 10 de outubro de 2010, com o título *Protelação enfadonha*, apresenta uma visão distinta ao pensamento de Novaes. No primeiro parágrafo do texto de Lopes, percebe-se a defesa pela consolidação do projeto do TPL onde autor caracteriza o contexto em que se encontra o processo de instalação do Porto da seguinte maneira,

Desembarcou no porto do desespero, foi recepcionada pela ironia e brindada com a gozação mais uma movimentação jurídica-política-pecuniária para impedir a instalação do Terminal Portuário. Com justificativas estapafúrdias e pregações apocalípticas, segue adiante o andor da protelação que homenageia o boicote obscuro ao licenciamento ambiental desta obra comprovadamente necessária ao crescimento econômico e social do Estado. As ladainhas se sucedem e a cantoria é repetitiva e enfadonha. “O novo Terminal vai destruir o Encontro das Águas”. Nessa epifania da apelação ambiental, uma conversa mole da qual até o bom senso duvida, já figuram desavisadamente algumas celebridades do mundo da poesia, cultura, academia, imprensa e a demagogia em forma de ONG ambiental, criada e remunerada exclusivamente para protelar o empreendimento (LOPES, 2010).

Para Lopes, a protelação por via de órgãos federais, que se sobrepõem aos órgãos estaduais, seria uma estratégia para que o processo de tombamento do Encontro das Águas fosse concluído, assim, *as ações dos referidos ministérios desautorizam o órgão ambiental a prosseguir com o processo de licenciamento do projeto, “até que seja tombada a área do fenômeno”* (LOPES, 2010).

Lopes chama atenção para o fato de que no âmbito local, o processo de licenciamento transcorria de forma favorável para o início da obra do Porto. Conforme o autor,

A estratégia de protelação, portanto, elegeu exclusivamente o novo terminal portuário como fator de ameaça à conservação do fenômeno natural, a despeito das autoridades locais, incluindo a Vara de Meio Ambiente e Instituto de Proteção Ambiental, destacarem o rigor e a consistência dos Estudos e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental do projeto ... A

propósito, a direção regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, disse numa das últimas reuniões ordinárias, para os integrantes do Conselho da Autoridade Portuária, CAP, onde tem assento todos os atores sociais públicos e privados, que não existe conflito entre tombamento e empreendimento privado na área do Encontro das Águas, desde que sejam cumpridas as exigências sócio-ambientais colocadas pela legislação. O novo terminal, segundo depoimentos públicos das autoridades ambientais, cumpriu o ritual com rigor e fez a contento o dever de casa (LOPES, 2010).

A não homologação é resultado da judicialização que colocou Estado do Amazonas em luta judicial contra a União, pois o ato de tombamento é de órgão federal, portanto, ato da União. Um conjunto de ações judiciais que se desenrolam desde o final de 2009 e que permanecem, sendo que hoje se encontram no STF. Citarei algumas das ações judiciais tão somente para situar o leitor do imbróglio o decurso de quase dez anos que se tornou o processo de tombamento no âmbito judicial.

Decorrente das mobilizações e encaminhamentos dos agentes sociais do bairro Colônia Antônio Aleixo, o primeiro ato judicial de proteção do Encontro das Águas vem do MPF e, deu-se com a propositura da Ação Cautelar nº 2009.32.00.006135-3, em 24/08/2009 que teve como objetivo de responsabilização civil por danos ambientais da pessoa jurídica Lajes Logística S/A, empresa responsável pelo projeto TPL, onde figuram, também, como na qualidade de parte Ré, o IPAAM e o IPHAN. No ano seguinte, em 02/03/2010, o MPF interpôs nova Ação Cautelar pleiteando a declaração, pelo IPHAN, do tombamento provisório do Encontro das Águas até que o processo de tombamento fosse concluído. As ações do MPF em defesa dos direitos coletivos e difusos relacionados ao Encontro das Águas encontram resistências nos tribunais locais e constitui-se sequencias atos judiciais entre MPF e Justiça Estadual e depois remetida à justiça federal.

Ao passo que o processo de Tombamento no IPHAN em sua natureza de processo administrativo avança e culmina com o tombamento pelo Conselho Consultivo do MINC em novembro de 2010. Poderia daí seguir para sua etapa derradeira que é homologação, mas a luta judicial persiste e janeiro de 2011 o Estado do Amazonas, por meio de sua PGE encaminha à Justiça federal da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, em caráter de urgência, pedido de antecipação de efeito dos efeitos de tutela, com objetivo de anular o processo de tombamento do Encontro das Águas alegando ausência de amplo debate na sociedade e pede que se determine que o

IPHAN realize audiências e consultas públicas, antes de concluir o processo. Alega, também, prejuízos econômicos que a medida (tombamento) possa causar.

A posição do Estado do Amazonas é pela consolidação do empreendimento TPL, a posição do MPF é pelo tombamento. Do ponto de vista do movimento SOS Encontro das Águas, pelas palavras de Ademir Ramos: *a articulação não parou e fomos à Brasília e nos reunimos com a Ministra da Cultura e com a Advocacia Geral da União que chamou pra si a questão*. No âmbito dos tramites judiciais outros movimentos se dão.

Com efeito, diante do ingresso do Estado do Amazonas na Ação Civil Pública nº 10007-40.2011.4.01.3200, configurou-se o conflito federativo ensejador da competência do Supremo Tribunal Federal insculpida no art. 102, I, f, da Constituição da República. Neste sentido, o Ministério Público Federal, através da Procuradoria-Geral da República propôs, em 07/11/11, a Reclamação nº 12.957 354 junto a Supremo Tribunal Federal, pugnando pelo reconhecimento da competência daquele Tribunal para conhecer do feito, com a consequente avocação das Ações Cíveis Públicas nº 10007-40.2011.4.01.3200 e nº 11-81.2011.4.01.3200, e da Ação Ordinária Anulatória nº 780-89.2001.4.01.3200. Deste modo, presentes os requisitos do periculum in mora e do fumus boni iuris, exigidos pelo Código de Processo Civil 355, em 07/05/2012, o Ministro Dias Toffoli, relator da Reclamação nº 12.597, exarou decisão liminar em caráter monocrático para “Com efeito, diante do ingresso do Estado do Amazonas na Ação Civil Pública nº 10007-40.2011.4.01.3200, configurou-se o conflito federativo ensejador da competência do Supremo Tribunal Federal insculpida no art. 102, I, f, da Constituição da República” (SALES, p. 119, 2012).

Dessa feita, em tese, a proteção do Encontro das Águas ficaria assegurada até decisão definitiva. Em tese porque ações de implantação de empresas naquela região tombada não cessam como relatam os sujeitos sociais desta pesquisa. De quando Sales (2012) asseverou que o julgamento do mérito desse processo deverá ocorrer dentro de alguns anos, por força da cultura do Judiciário brasileiro, passaram-se seis anos.

Diz-se que em média um processo passa um ano meio para tramitar no STF, o caso do Encontro das Águas o tempo tem sido maior. Quando observamos questões judicializadas é possível notar que nelas residem atos que tem função prática, que funcionam com caráter de decisão, mas que não possuem referencia de lei ou doutrina e sua atribuição, quer seja autocrática ou de um colegiado, correta ou não cuja atribuição é dada ao sistema. Refiro-me ao tempo que por vontade pessoal ou de grupo pode ser célere ou entendido de acordo com os interesses em jogo. Celeridade de um processo ou

sua protelação tem resultados práticos de fazer justiça ou injustiça, contudo se isso produz um acerto ou erro pouco importa, pois o feitor do ato (celeridade ou protelação) é sujeito indefinido, chama-se sistema. Julgar em tempo recorde ou protelá-lo até a prescrição tem efeitos práticos na vida dos envolvidos no processo judicial, são atos do direito que não estão nos manuais, mas estão no cotidiano do fazer judiciário, subterfúgios do jogo jurídico.

A judicialização do processo de tombamento do Encontro das Águas que “agora está em Brasília” (como dizem os agentes do movimento SOS Encontro das Águas) poderia render boa etnografia no sentido clássico da noção de *observação participante* de forma que o pesquisador estivesse no *locus* e adentrando o universo cotidiano, prático e simbólico dos operadores do direito. Entretanto, diferente de um movimento social, de uma comunidade de periferia ou rural, de um grupo étnico, de grupos de religião de matriz afro-brasileira de povos e comunidades tradicionais, onde a aceitação da presença do antropólogo junto a esses se dá por consentimentos diversos, no *locus* por onde tramitam processo judiciais não é comum encontrar antropólogo fazendo pesquisa no sentido da observação participante, na forma vivencial junto aos sujeitos adentrando seus universos de pensamento e espaços físicos de sociabilidade. STF como *locus* de pesquisa pode se dar por meio de acesso aos autos em plataformas digitais e por uma possível entrevista com um ministro ou assessor, mas é pouco provável que seus cotidianos, suas conversas formais, audiências com advogados, políticos e empresários em gabinetes herméticos e os encontros informais em almoços e jantares em mansões seguras como o próprio palácio da justiça sejam lugares para estarmos com caderneta de campo, gravador digital, máquina fotográfica. São sujeitos que não se sujeitam a serem sujeitos de pesquisa tal qual fazemos em outros *lócus* com outros sujeitos cujo status social é distante do status de um ministro. A hierarquia social e o status social que alcançamos na academia habilita a antropologia circular em muitos lugares, mas é pouco provável que habilite transito com fazeres antropológico junto a operadores do direito da chamada alta corte, advogados de grandes corporações e políticos de altas escalas do poder.

Agora está em Brasília! Portanto, uma possibilidade seria recorrer a recortes extraídos de decisões no âmbito dos tribunais para traçar a trajetória do processo de tombamento do Encontro das Águas nesse escopo onde o conflito vira uma massa

documental tratada por operadores do direito sem a participação dos membros do Movimento Social (nem dos de dentro, nem dos de fora), teríamos citações de peças de diversos recursos de decisões manifestados por advogados das empresas associadas ao TPL, Ministério Público Federal, PGE, AGU, TRF e de Ministros do STF. O que se abstrai desse momento do processo de patrimonialização do Encontro das Águas é que, em sua judicialização que se origina pela PGE quando contesta o Tombamento, a decisão da homologação é retirada do poder de decidir do Conselho Consultivo do Ministério da Cultura que fora, antes de tudo acionado por moradores do antigo Hospital-Colônia e é reconduzido a esfera de pensadores e agentes sociais distantes das questões sentidas pelos agentes sociais que primeiro se rebelaram contra o TPL e pediram medidas de proteção.

O Estado é o lugar de um poder reconhecido que tem, atrás dele, o consenso social, consenso atribuído a uma instância encarregada de definir o bem público, isto é, o que é bom para o público, em público, para o conjunto das pessoas que definem o público. Seria possível dizer que um dos paradoxos do Estado reside no fato de que os detentores do monopólio do bem público são também os detentores do monopólio do acesso aos bens públicos (BOURDIEU, 2014, pág.129).

Nesse sentido, a decisão ainda protelada faz com que um processo de patrimonialização cuja origem é o anseio de sujeitos historicamente estigmatizados e subalternizados, portanto distinto da grande maioria dos processos de patrimonialização de bens culturais no Brasil, adquira a mesma forma dos processos de patrimonialização cuja decisão de Tombamento e homologação estava nas mãos de autoridades e intelectuais situados nas estruturas internas do Estado que pouco consideravam os significados e sentimento dos sujeitos que tem relações diretas de existência com esses bens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM PROCESSO INCONCLUSO

Em uma festa em novembro de 2008 parei alguns instantes para ouvir as aflições e reivindicações de um colega. O ano de conclusão dessa tese, 2018, é o ano em que completa dez anos da mobilização social que moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo empreenderam luta contra um empreendimento portuário na Boca do Lago que tem como nome o sobrenome do primeiro diretor do Hospital Colônia que décadas mais tarde iria se tornar um bairro às margens do Encontro das Águas e envolto a ações que empurrariam fábricas e portos para suas imediações. Foi por Israel Dourado que tomei conhecimento da questão socioambiental que no ano seguinte, 2009, tornar-se-ia objeto de pesquisa que realizaria como prestação de serviço ao IPHAN para instrução do processo de tombamento do Encontro das Águas e, daí em dia tema recorrente de pesquisas, dentre as quais a tese que chega aqui em sua conclusão.

O Decreto-Lei nº 25 como arma em defesa de espaços de usos coletivos, seja para roça, pesca, residência, coleta de frutos, lazer, contemplação e de acionamento de memória e afirmação identitária para os moradores do bairro e como símbolo de identidade local para a cidade de Manaus e para o Estado do Amazonas é uma reversão do uso correto dos processos de patrimonialização no Brasil, ao menos até meados da década de 1970, quando, então, os debates sobre referenciar outros bens culturais pertencentes a outros grupos sociais que não somente os de ascendência cristã européia e, mais que isso, é o uso de uma legislação pensada no estado autoritária para construir noções de nacionalidade em sentido homogêneo que vai ser usado como instrumento para empatar apropriações de grandes empresas em patrimônios da União e espaços fundamentais vida metal e material daqueles moradores.

A compreensão inequívoca de Boltanski e Esquerre (2014), a partir de que os processos de patrimonialização são novas formas de ação do capitalismo e que suas consequências são os deslocamentos de antigos moradores com a inflação da terra que por força do significado adquirido com a patrimonialização passa a atrair interesses muitas vezes distintos daqueles dos antigos moradores, fazendo com que a patrimonialização seja uma modalidade sutil de expropriação para implantação de novos negócios tem perspectiva distinta na questão do Encontro das Águas, pois nesse processo a evocação da patrimonialização se fez como forma de impedir a perda de seus

espaços de uso, terra e água, que já vinha perdendo desde a implantação dos projetos da SUDAM e SUFRAMA.

A perspectiva de Sergio Leite (2004) quando nos diz que os conflitos socioambientais são antecedidos de sofrimentos retidos em alguns ou não transformados em questões coletivas que somente pelo acionamento de acontecimento que afetam mais pessoas formando um sentimento coletivo que vai ganhar corpo de movimento procede quando vimos que a defesa do Lago e luta para sua recuperação antecede a luta pelo tombamento do Encontro das Águas que tem como acionador o anúncio do TPL. Ao tratar sobre a *ambientalização dos conflitos sociais*, nos ensina que,

A questão ambiental é assim esse processo pelo qual antigos sentimentos de incômodo, dor, perda, se transformam em reivindicações legitimadas, passando da percepção individual e de pequenos grupos para tornar-se uma questão coletiva e pública. (LEITE LOPES, 2004, p. 35).

Observa-se que a região (BOURDIEU, 2007) foi objeto de designações sucessivas do Estado que lhe atribuíam prerrogativas de instituições totais (GOFFMAN, 1974), de lugar de atividades de desenvolvimentistas e que esses atos do Estado se deram sem a mínima observância das vontades e necessidades dos que para ali foram deslocados compulsoriamente ou que ali residem. Percebe-se que a resistência daquelas pessoas precede os movimentos ambientais, remontam os sofrimentos da internação compulsória, do cerceamento da liberdade, do peso do estigma institucionalizado.

Mas, quando analisamos trajetórias, posturas e falas daquelas pessoas, percebemos que o estigma que pesa socialmente é passivo de se reverter em instrumento de afirmação nas lutas que empreendem, assim, o estigma é usado na luta pela legitimidade da região ao grupo. Os hansenianos que foram internados no Hospital Colônia e as com suas marcas visíveis que a doença produzira e o peso pejorativo da designação *leproso* que denota estigmas e preconceitos de uma vida inteira passa a ter ressignificação com sentido de luta política por reconhecimento de direitos sociais indenizatórios dos atos do Estado de deslocamentos e internações compulsórias e as separações dos filhos que ali nasciam, bem como a noção de pertencimento ao entorno do Encontro das Águas que aciona lutas por preservação na região que tem em muitos de seus lugares espaços de uso os coletivos daqueles moradores desde as décadas de 40 do século XX. Esses são que classifiquei como os *de dentro* que usam memória social e estigma para lutar.

Os *de fora* usam seus espaços de reverberação de seu pensamento e discurso polidos pelo fazer acadêmico e de experiências de outras causas onde militam ou militaram que lhes permite trânsito social com mais eficácia que o que dispõe os *de dentro*. Por autodefinição de Ademir Ramos, os articuladores do movimento SOS Encontro das Águas, são os que vão trazer novos aderentes e abrir novos espaços de comunicação onde questões de preservação daquela região vão circular.

Vimos que o referido movimento social (SOS encontro das águas) ganha expressão e visibilidade, onde se articula um grupo social em torno da defesa da paisagem e contra a instalação da estrutura portuária. Conforme Bourdieu (1990), na constituição de um grupo tem-se e o ato da delegação que é,

A dotação do conjunto de coisas que constitui o grupo, isto é, uma sede e militantes profissionais, um bureau em todos os sentidos do termo, e primeiro no sentido de modo de organização burocrática, com marca, sigla, assinatura, delegação de assinatura, carimbo oficial, etc. O grupo existe a partir do momento em que se dotou de um órgão permanente dotado de plena *potentia agendi* e de *segillum authenticum* (BOURDIEU, 1990, p. 190).

Portanto, a participação de membros da academia e das artes e de agentes sociais de bairros e comunidades rurais localizados nas margens do Encontro das Águas, dotados de bandeiras, agendas de reuniões e manifestações públicas, traduz o ato de delegação da defesa de uma questão ao grupo (SOS Encontro das Águas) que se constituiu e se dotou com as características citadas por Bourdieu (1990), o que viabiliza espaço nos jornais impressos e televisão onde manifestam sua defesa. Que dos atos a partir de 2009 do movimento social consolida o lugar de visibilidade e expressão em meios de comunicação são *os de fora*, ou seja, *os articuladores* que vão paulatinamente sendo mais visibilizados que pessoas como Dona Maria do Carmo e Edivaldo Barreto.

O SOS Encontro das Águas conflita contra políticos de grande influência, executivos de grandes corporações e grandes empresários cujo interesse é fazer da região do Encontro das Águas base para indústrias diversas e suas margens para indústria portuária. Esses projetos não são locais e nem somente nacionais, estão vinculados a multinacionais e possuem em uma base em capital internacional, vide a participação da Coca-Cola e Vale no projeto TPL. Essas teias imbricadas que surgem com discurso desenvolvimentista e articulam a noção de sustentabilidade são novas expressões de relações econômicas capitalistas que pouco se interessam pelo bem estar das pessoas que residem no lugar onde pretendem se implantar ou se implantam, são

característica dos *thinktanks conservadores, que desempenharam papel destacado na produção da ideologia neoliberal (1980-1990), orientando diretrizes e orientações de políticas governamentais que configuram, em certa medida, um “neodarwinismo social”* (ALMEIDA, 2000, p.11). Para Almeida (2000),

A imaginação político-social das burocracias e, sobretudo, dos tecnocratas das agências multilaterais (BIRD, BID, FMI, OMC) e dos especialistas agrupados nos *thinktanks*, tem desdobrado aquele sentido genérico do conceito de “desenvolvimento” em particularidades quando não em etapas, consoante diversos critérios de seleção, que não só implementam políticas públicas, mas também operacionalizam o “desenvolvimento” como “local”, sustentado e autônomo. (ALMEIDA, 2005, p. 11)

Uma possibilidade de análise da primeira audiência pública para apresentação do EIA-RIMA no bairro Colônia Antônio Aleixo em que o IPHAN não é convidado e, portanto, não foi presente na audiência e nem no processo de pesquisa em lugar de incidência de sítio arqueológico, é pensar que fora uma estratégia para fazer com que os moradores do entorno do Encontro das Águas não adquirissem conhecimento sobre lei de patrimônio em seu sentido atualizado de direito coletivo e difuso e, a partir daí, vislumbrassem possibilidades de resistência ao projeto.

A judicialização do processo administrativo de tombamento provoca impasses que perdura e, se a passagem do processo para “Brasília”, STF, coloca um empate entre defensores do Tombamento e defensores do TPL, faz também um deslocamento de possibilidades de visibilidades de atos reivindicatórios daqueles moradores do entorno da paisagem e a crença de neutralidade judicial arrefece a mobilização, pois além de distante, está no lugar que “guardião da lei e das boas práticas jurídicas”.

A distância e o poder de decidir sobre o que é e o que não patrimônio, nessa questão judicializada do Encontro das Águas, restabelece em termos práticos as formas de proceder dos processos de patrimonialização de décadas passadas, a decisão nas mãos de poucos que irão dizer se a coisa tem ou não elementos que mereçam a chancela de bem tombando.

Não se pode perder de vista que o contexto de luta pelo tombamento é também o contexto de disputas pelo mercado portuário que faz recair sobre determinados militantes ambientais a pecha de “vendidos” para determinado grupo do mercado portuário, colocando em condição dúbia o Movimento pela preservação daquela paisagem. Mesmo que acusações como essas tivessem material comprobatório, não

seria suficiente para retirar a legitimidade da luta em seu sentido coletivo por direitos de usos dos recursos naturais e da descaracterização estética do lugar. O tombamento em seu caráter provisório não tem sido impeditivo para os estabelecimentos de diversas pequenas e médias estruturas portuárias naquele lugar, a não homologação produz insegurança e imobiliza o Estado de fazer investimentos de patrimonialização que estão no discurso do movimento SOS Encontro das Águas, tais como: mirantes, parques, projetos de turismo comunitários e gestão do bem por meio de um Comitê Gestor.

O seminário do IPHAN, em dezembro de 2017, reproduz em forma o ato do Estado do Amazonas quando IPAAM apresenta EIA-RIMA, em 2008, aos interessados em investimentos econômicos de grande porte, empresários locais em sociedade com outros possíveis empresários e empresas nacionais e internacionais, tendo em vista que os convidados do IPHAN nesse evento, embora aberto ao público, foram somente representantes de órgão de governo e de seguimentos empresarias. Moradores do entorno do Encontro das Águas, militantes do SOS Encontro das Águas, mais especificamente aqueles que acionaram o IPHAN em busca do processo de patrimonialização como defesa e preservação da paisagem e dos recursos naturais há décadas usados por aqueles moradores, não foram convidados. Ao seja, as pessoas que formalizaram documentos que dão início ao processo de tombamento não foram notificados e convidados para a Divulgação das Diretrizes para a Normatização da Área do Entorno do Encontro das Águas.

Se procede que os convidados, aqueles que o IPHAN considerou como pessoas (físicas e jurídicas) importantes para estarem presentes naquela reunião são agentes de representantes de setores como o da construção civil, como ventilou Ademir Ramos, podemos especular que estamos diante de perspectivas de patrimonialização no sentido de Boltanski e Esquerre (2014) sobre inflação da terra e de articulação de empresas que poderão provocar gentrificação na região, destituindo moradores que mobilizaram a defesa do lugar por meio de empreendimentos de residenciais e de espaços de consumo de lazer e turismo.

Nesse diapasão, se lá em 2008 a diante aqueles moradores buscaram o IPHAN para defender seus espaços, estariam agora diante do próprio IPHAN como agencia indireta de expropriações indiretas por meio de pressões sobre imóveis interessantes para empreendimentos de empresários exógenos ao lugar. Se essa hipótese se

materializar, teremos mais uma vez o Estado definindo atributos à região à revelia dos que lutaram para preservá-lo e que ali vivem.

Cabe pensar que a homologação não é por si só garantia de preservação e nem de gestão participativa dos agentes sociais do Movimento SOS Encontro das Águas, visto que o último ato administrativo do IPHAN, no final de 2017, que tratou de apresentar um plano estratégico para o que chamaram de Complexo Encontro das Águas foi feito sem participação dos agentes que se mobilizaram em defesa do bem. Na reunião somente encontrei Israel Dourado e Ademir Ramos que me disseram que foram ali porque tomaram conhecimento por matéria jornalística.

Não vi naquela reunião outros moradores daquelas margens, exceto Israel Dourado. Margens que ganharam sentido para aqueles moradores por força de não poderem circular em outros espaços da sociedade, compulsoriamente deixados à margem do lago no entorno do Encontro das Águas e à margem da sociedade, como nos disse Dona Maria do Carmo: *a única coisa que nos deram foi esse lago, essa paisagem e agora querem nos tirar, estão nos tirando, mas nós vamos lutar.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos sociais, as instituições religiosas e o Estado. 1993. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (Org.). Conflitos sociais no “Complexo Madeira”. – Manaus: PNCSAM / UEA Edições, 2009.

_____. Darwin e Marx: diálogos nos trópicos para uma interpretação do Brasil. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 1, n.1 – Manaus: Edua/Ufam, 2000.

ANDRADE, Mário de. Macunaíma. 22. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

Araújo.....

BACHELARD, Gaston. A Poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BEÇA, Aníbal. Itinerário Poético da Noite Desmedida à Mínima Fratura, Ed. Madrugada, 1987.

BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BOI-BUMBÁ GARANTIDO, Cd de toadas 1996. Amazonrecords.

BOLTANSKI, Luc. ESQUERRE, Arnaud. La “Collection”, une forme neuve du capitalisme la mise en valeur économique du passé et ses effets. In: Les temps modernes: Brésil 2013. L`année qui ne S`achève pas. 69e Année avril-juin 2014, n. 678. P. 5-72.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ateliê Editora, 2003.

_____. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal / Pierre Bourdieu; tradução Lucy Magalhães – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. – São Paulo: Perspectiva, 2007. Coleção Estudos.

_____. Coisas Ditas. Pierre Bourdieu; Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Compreender. In. BOURDIEU, Pierre et alli. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P.393-732.

_____. O Poder Simbólico. / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz – 11ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

_____. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92) / Pierre Bourdieu; tradução Rosa Freire D'aguiar – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CABRAL, Adriana Brito Barata. DE LAZARETO A LEPROSÁRIO: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942). 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

CARVAJAL, Gaspar de. Descobrimento do rio de Orellana. São Paulo, Nacional, 1941.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. A graça de contar: um pai Francisco no bumba meu boi do Maranhão. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

CASTRO, Celso. Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. 2.ed. Rio de Janeiro. Jorge ZAHAR Editor, 2009.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COSTA, Fernando W. e Lima, Helena P. – Coordenadores. LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE MANAUS. Manaus: IPHAN, 2006.

CUNHA, 2006, p. 65 e 66. In.: TELES e Kruger. Poesia e Poetas do Amazonas – Manaus: Editora valer, 2006.

_____. À margem da História. Disponível em <http://www.euclidesdacunha.org.br/ablnisites/media/AMARGEMDAHISTORIA.pdf>

DOURADO, Sheilla Borges. Patrimônio e Diversidade Cultural: direitos de povos e comunidades tradicionais. In.: Patrimônio Cultural: Identidade coletiva e reivindicação / organizadores, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Sheilla Borges Dourado, Rosa Elizabeth Acevedo Marin – Manaus : UEA Edições ; PPGSA/PPGAS-UFAM, 2013.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro – 5.ed. – São Paulo : Globo, 2012.

FERNANDES, Ricardo Cid. Produto e processo: desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). Laudos

periciais antropológicos em debate. Florianópolis: co-edição NUER/ABA/2005, pp.191-206.

FIGUEIREDO, Walney Freitas de. A História do bairro da Compensa: invasão ou necessidade. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A Amazônia no Período Colonial (1616-1798). Manaus: Universidade do Amazonas, Departamento de história, 1987.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

_____. O saber local: ensaios em antropologia interpretativa.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos, São Paulo, Perspectiva, 1974.

_____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

HALBACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Sesc, Vértice, 1990.

HOBSBAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E., RANGER, T. A invenção das tradições. [Trad. Celina Cardim Calvacanti]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal na Amazônia : história, ecologia, economia e domesticação /editor técnico, Alfredo Kingo Oyama Homma. – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KINUPP, Valdely Ferreira. Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas / Valdely Ferreira Kinnup, Harri Lorenzi. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

KRUGER, Marcos Frederico. Amazônia: mito e literatura. / 2º Ed. – Manaus: Editora valer / Governo do Estado do Amazonas, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem. 2ª Ed. São Paulo: Papirus, 1997.

LIMA FILHO e ABREU In: Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert.

LIMA, Helena Pinto. O PAC na arqueologia da Amazônia Central. In: anais do XV Congresso Sociedade de Arqueologia Brasileira. Belém: 2010.

LIMA, Helena Pinto; SILVA, Carlos Augusto da; MORAES, Bruno Marcos. Sítios do Encontro: Arqueologia do entorno do Encontro das Águas. Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, [S.l.], v. 11, n. 2, p. p. 115-125, ago. 2012.

LITTLE, P.E. Ambientalismo e Amazônia: encontrso e desencontros. In: Sayago, D.: Tourrand, J.: Bursztyn, M. (org.) Amazônia: cenas e cenários. Universidade de Brasília, Brasília p.321-344, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.) / Diana Antonaz, Rosaane Prado, Glaucia Silva (orgs.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MALINOWSKI, B. Os argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELLO, Thiago de. Estatutos do homem. 4º Edição – Manaus: Editora Valer, 2009.

MINGOS, Carla Negreiros Cardoso. Cachoeirinha sob um novo olhar. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

MONTEIRO Mário Ypiranga. Cobra Grande – lenda-mito. São Paulo: Nheenquatiara, 1995.

MORAES, Bruno Marcos et al. Zona leste de Manaus: cultura e arqueologia: mídias pedagógicas para o programa de valorização do patrimônio cultural e preservação arqueológica na zona leste de Manaus – Manaus: FUA, 2015.

NEVES, Eduardo Góes. História da Amazônia Antes da Conquista. Manaus : IPHAN, 2005.

NUNES DE MELO, Maria Stela Vasconcelos. De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: 100 anos de história. Manaus: Editora, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: ENESP, 2000.

RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo. 2011. Tese de Doutorado (Programa

de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SABINO, Fernando. O Encontro das Águas, Editora Record, 1977.

SALES, Isabela do Amaral. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO FENÔMENO DO ENCONTRO DAS ÁGUAS DOS RIOS NEGRO E SOLIMÕES. Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Direito da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2012.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar. A HISTÓRIA DA POLÍTICA DE CONTROLE DA HANSENÍASE NO ESTADO DO AMAZONAS. In: História e política pública de saúde / Organizadores: Júlio Cesar Schweickardt ... [et al.] – 1.ed. – Porto Alegre : Rede UNIDA, 2017. 214 p. : il. – (Série Saúde & Amazônia)

SCHWEICKARDT, Julio Cesar; XEREZ, Luena Matheus de. A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015, p.1141-1156.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01. P. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVA, Alvatir Carolino. Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões: um patrimônio em questão. In: Patrimônio Cultural na Amazônia: inventários e intervenções / Luciana Gonçalves Carvalho (Org.).pp.133-150 – Santarém: UFOPA, 2013.

_____. Festa dá trabalho!: as múltiplas dimensões do trabalho na organização e produção de grupos folclóricos da cidade de Manaus. Manaus: Edua, 2011.

SILVA, Marilene Corrêa. O Paiz do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2004.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). In: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção/ GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções / Departamento de Ciências Sociais /CCHLA/ Universidade Federal da Paraíba – v. 10, n. 30, pp. 568-573, dez de 2011.

SOUZA-ARAÚJO, Heraclides César de. A lepra e as organizações anti-leprosas do Brasil em 1936. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 1937.

SOUZA, Márcio Gonçalves Bento de. A expressão Amazônica. Do Colonialismo ao Neocolonialismo. São Paulo: Alfa-omega, 1978.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. Charles Wagley / Tradução Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Max Weber / Tradução: Waltensir Dutra. 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

INTERNET

http://www.euclidesdacunha.org.br/abl_minisites/media/AMARGEMDAHISTORIA.pdf

<http://colonia-antonio-aleixo.webnode.com.br/historico-do-bairro/>

<<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/>>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

<http://www.acritica.com/channels/manuel/news/apos-109-anos-cadeia-publica-raimundo-vidal-pessoa-e-desativada>. Acesso em: janeiro de 2017.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=36322>.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=47046&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>

<http://www.ncpam.com/>, acessado em 25/06/2018